

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARA CRISTINA DE MATOS RODRIGUES

**DA CRÍTICA À HISTÓRIA:**  
**MOYSÉS VELLINHO E A TRAMA ENTRE A PROVÍNCIA E A NAÇÃO**  
**1925 a 1964**

Porto Alegre

2006

MARA CRISTINA DE MATOS RODRIGUES

**DA CRÍTICA À HISTÓRIA:  
MOYSÉS VELLINHO E A TRAMA ENTRE A PROVÍNCIA E A NAÇÃO  
1925 a 1964**

Tese apresentada à banca avaliadora como parte das exigências do curso de Doutorado em História do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador  
Prof. Dr. Temístocles Cezar

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir  
Prof. Dra Márcia Ivana de Lima e Silva  
Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó  
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente àqueles que, no meio profissional, deram uma contribuição valiosa para os rumos desta pesquisa. Em especial, aos professores Astor Diehl e Benito Schmidt, que participaram de minha banca de qualificação com suas sugestões importantes para as mudanças que se fizeram necessárias na tese. Agradeço também aos professores que aceitaram participar da banca de doutorado e ler minha tese em um tempo menor que o ideal.

Aos colegas do doutorado da UFRGS e do GT de historiografia e teoria da história da ANPUH, pelas discussões frutíferas para a elaboração da tese. Ao Roberto Radünz, coordenador do Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul, pelas condições de trabalho, as melhores possíveis, que me proporcionaram a tranqüilidade necessária para que eu pudesse escrever a tese. A todos os colegas da UCS, principalmente àqueles que, na etapa final de elaboração do trabalho, demonstraram claramente o significado da palavra solidariedade: Marília Comforto, Natália Pietra Mendez, Isabel Bilhão, Rejane Jardim, Eliana Xerri e Maria Beatriz Pinheiro Machado. À Lene Belon, que excede a competência profissional na revisão do texto e nas traduções para ser também uma presença querida e obrigatória em qualquer trabalho acadêmico.

A algumas pessoas agradeço em particular. À Roswithia Weber, por saber dar e ouvir conselhos e simplesmente por ter estado presente neste empreendimento (não tão) solitário. À Letícia Nedel, agradeço pelas agradáveis tardes de discussões intermináveis sobre os intelectuais dos anos 1950. À Heliane e Seli, agradeço por terem compreendido que nossa amizade é algo tão importante que um ano de afastamento não é nada. À Miriam, que esteve tão próxima o tempo todo. À Ledi, minha amiga de tantos anos! À Katani, por estar no lugar certo na hora certa... Às “colegas da Van”, Isabel, Fabiele, Simone, Neiva e Carmem, pelas sextas-feiras mais divertidas que cansativas. À Regina Weber, ex-orientadora, atual amiga e parece que futura colega, por sua amizade coerente e constante. À minha terapeuta Vera Krause, pelo indispensável suporte no qual se apoiou minha vida intelectual e pessoal nos

últimos anos.

Para tornar este trabalho realidade, contei com a ajuda carinhosa e compreensiva de minha família. Agradeço a meu marido e companheiro, Paulo Adriano, por sua presença segura e amorosa e pelo incentivo quase incondicional que torna todos os meus desafios menos difíceis. À minha mãe, presença invisível e constante. Ao meu pai, à Mariza, aos meus irmãos, Ana e Marcelo, à Cris e aos sobrinhos, Gabriela, Helena, Camila e Vítor, pela paciência que tiveram com minha ausência, aliviando minhas culpas quando elas afluíam. Agradeço muitíssimo também ao outro ramo de minha família, em especial à Denise e ao Gustavo, por todo o estímulo e por Sofia, grata surpresa entre nós. Ao Pedro, Adri e Duda, por terem sido um apoio carinhoso e fundamental em Caxias do Sul.

Finalmente, mas não em último lugar, agradeço ao meu orientador, a quem fica difícil encaixar em uma só “categoria”. Sua seriedade e competência profissionais já seriam suficientes para que ele tivesse um lugar especial neste agradecimento. Mas o professor Temístocles Cezar costuma extrapolar esses atributos, sendo uma pessoa admirável em todos os sentidos. Ainda precisarei de alguns anos para “configurar uma narrativa apropriada” para expressar minha gratidão profunda por sua contribuição profissional e afetiva para este trabalho. Por enquanto, apenas muito obrigada!

## RESUMO

Esta tese versa sobre as concepções teóricas acerca da história em alguns textos de crítica literária de Moysés Vellinho e no seu ensaio histórico-sociológico *Capitania d'El-rei*. O estudo da obra desse escritor, no período entre os anos 1925 e 1964, justifica-se por ter sido o autor muito influente em toda uma geração de historiadores e intelectuais autodidatas que produziam conhecimento histórico no Rio Grande do Sul antes da implantação da pesquisa universitária nessa área. A abordagem adotada focaliza o texto, a construção de sentido na narrativa, o tratamento do evento, da estrutura e da temporalidade, articulando-se esses aspectos com o lugar social de produção do conhecimento histórico. O objetivo mais amplo deste trabalho se insere nas investigações que buscam compreender como os historiadores delimitavam seus objetos de estudo, como acionavam provas documentárias, estratégias explicativas e narrativas. Busca-se contribuir para o exame das condições de produção do conhecimento histórico, afastando-se de uma tradição de análise que esteve em voga nos estudos historiográficos da chamada “historiografia crítica” dos anos 1980, que se voltou quase exclusivamente para as relações entre a ideologia política, a posição de classe social e as teses dos historiadores dessa época. Isso implica estabelecer não apenas o *quê*, mas também *como* essa historiografia foi construída, considerando a existência de uma articulação entre epistemologia e constrangimentos disciplinares exercidos por parte da comunidade de historiadores e suas instituições, bem como da sociedade englobante (regional e nacional).

## ABSTRACT

This thesis approaches theoretical conceptions of history in some texts of literary criticism written by Moysés Vellinho, as well as in his historical-sociological essay *Capitania d'El-rei*. The study of the works produced by this writer between 1925 and 1964 is justified by the fact that Vellinho was very influent in a whole generation of self-taught historians and intellectuals who produced historic knowledge in Rio Grande do Sul before the implantation of academic research in this area. The approach adopted focuses on the text, the construction of meaning in narrative, the treatment of the event, the structure and temporality, articulating those aspects with the social place of production of historic knowledge. The widest objective of this work is located in the investigations that have attempted to understand how historians delimited their objects of study, how they activated documental evidence, explanatory strategies, and narratives. This work aims at contributing towards the examination of the production conditions of historic knowledge, moving away from a tradition of analysis that was predominant in historiographic studies of the so-called “critic historiography” of the 1980’s, which devoted itself almost exclusively to the relationships among politic ideology, position of social class, and theses of historians of that time. This implies the establishment of not only *what*, but also *how* this historiography was constructed, considering the existence of an articulation between epistemology and disciplinary restrictions exerted by the community of historians and their institutions, as well as by their surrounding society (both regional and national).

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	10
A história como uma prática intelectual	17
A construção da identidade científica da história e a literatura como seu “outro”	21
Epistemologia da história e fenomenologia da memória	26
Texto e “extra” texto: tensão entre liberdade criativa e constrangimento social	29
Estrutura da tese e critérios de escolha dos textos analisados	31
<b>CAPÍTULO 1 – As prescrições do crítico: a literatura “sociológica” e a região</b>	36
1.1. Os primeiros ensaios	38
1.2. A polêmica sobre a obra de Alcides Maya	41
1.3. Machado de Assis: <i>um brasileiro contra a paisagem</i>	61
1.4. A cultura sul-rio-grandense e o afastamento da política partidária	71
1.5. João Pinto da Silva e o labor da crítica literária	88
1.6. <i>Província de São Pedro</i> : da prescrição à prática	92
<b>CAPÍTULO 2 – O tempo e o vento: literatura, história e desmitificação</b>	99
2.1. Veríssimo, de <i>Fantoches</i> a <i>O resto é silêncio</i> , segundo Moysés Vellinho	103
2.2. <i>O tempo e o vento</i> : genealogia e projeto: <i>desmitificar</i> a história e a literatura	111
2.3. <i>O continente, O retrato, O arquipélago</i> : tempo histórico e estrutura narrativa	121
2.4. A permanência e a degradação: de continente a arquipélago	135
2.5. A origem da literatura no Rio Grande do Sul	144

<b>CAPÍTULO 3 – A <i>formação</i> do Rio Grande do Sul</b>	154
3.1. A busca das raízes brasileiras do Rio Grande	156
3.2. A dialética entre miscigenação e instinto político: o sentido da história	171
3.3. A epistemologia da formação histórica e social do Rio Grande do Sul	190
3.4. A experiência política de 1930 e a expectativa intelectual da província	209
<b>CONCLUSÃO</b>	219
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	224
<b>ANEXO – Obras e textos de Moysés Vellinho</b>	236



## INTRODUÇÃO

O problema de fundo que originou esta tese pode ser definido resumidamente como o duplo processo de evolução da prática historiográfica e seus desdobramentos para a construção da identidade disciplinar da história e da identidade do historiador no momento que precede a entrada da universidade no campo da pesquisa em história no Rio Grande do Sul. Esse período pode ser delimitado desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), a principal instituição de pesquisa em história desse período, nos anos 1920, até meados da década de 1970.

O objetivo mais amplo deste trabalho é investigar como os historiadores delimitavam seus objetos de estudo, como acionavam provas documentárias, estratégias explicativas e narrativas. Busca-se contribuir para o exame das condições de produção do conhecimento histórico, afastando-se de uma tradição de análise que esteve em voga nos estudos historiográficos da chamada “historiografia crítica” dos anos 1980 e que se voltou quase exclusivamente para as relações entre a ideologia política, a posição de classe social e as teses dos historiadores dessa época.<sup>1</sup> Isso implica estabelecer não apenas o *quê*, mas também *como*

---

<sup>1</sup> Sandra Pesavento escrevia em 1991: “Paralelamente a toda uma nova *historiografia crítica* que constituiu predominantemente no decorrer da última década, a partir dos centros universitários, esta historiografia oficial, que encontrou seu momento ótimo de difusão no decorrer do Estado Novo, ainda persiste”. PESAVENTO, S. *Historiografia do Estado Novo: Visões Regionais*. In: SILVA, José Luiz Werneck (org.). *O feixe e o prisma*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 139, grifo meu. Ver também: TORRES, Luiz Henrique. *A crítica historiográfica no Rio Grande do Sul (Décadas de 1960-80)*, *Biblos*, Rio Grande, n. 5, 1993, pp. 65-84; PETERSEN, Silvia R. F. *Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. Anos 90*. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, n.º 3, maio de 1995, pp. 129-154. Há dois outros trabalhos que se tornaram referência como estudos historiográficos “críticos”: MEDAGLIA, Marlene Almeida. *Introdução ao Estudo da Historiografia Sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983; GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998. A solidariedade entre as propostas dessas autoras e o diagnóstico de ruptura entre historiografia “ideológica” e “crítica” foram esboçados em artigo recente desta autora em parceria com Letícia Borges Nedel: “Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História no Rio Grande do Sul”. *Agora*, Santa Cruz do Sul, 2005. A abordagem deste trabalho também se afasta de outra que pretendeu contrapor as teses históricas de Moysés Vellinho à realidade do processo histórico de formação da sociedade sul-rio-grandense: RABUSKE, Arthur. “Introdução”. *Releitura de Capitania d’El-rei*. São Leopoldo: UNISINOS, 2003, pp. 9-13.

essa historiografia foi construída, considerando a existência de uma articulação entre epistemologia e constrangimentos disciplinares exercidos por parte da comunidade de historiadores e suas instituições, bem como da sociedade englobante (regional e nacional).

A delimitação do problema e da periodização para esse processo de transição de uma tradição historiográfica a outra justifica-se a partir de algumas reflexões recentes. A implantação do curso de Geografia e História na Universidade de Porto Alegre,<sup>2</sup> no período que vai da década de 1940 até a de 1950, anterior à constituição de uma historiografia acadêmico-universitária, foi objeto de dissertação de mestrado desta autora.<sup>3</sup> Nos primeiros anos do curso de Geografia e História da Universidade de Porto Alegre, de 1943 a 1950, colocou-se, nos discursos dos seus administradores, na sua estruturação curricular, no perfil dos docentes recrutados e nas suas atividades práticas, uma ênfase na formação de professores para o ensino secundário, concomitantemente com uma ausência de iniciativas institucionais voltadas para a pesquisa em história. Os responsáveis pela estruturação da Faculdade de Filosofia da UPA/UFRGS desejavam transformá-la em uma “Escola Normal Superior”. A concepção inicial dessa dissertação partira também de uma preocupação semelhante à desta pesquisa: a “passagem do bastão” da legitimidade institucional da pesquisa histórica do IHGRS para as universidades.

A necessidade de aprofundamento dessa questão evidenciou-se na verificação de que as unidades universitárias só deixaram sua vocação quase exclusiva para a formação pedagógica, investindo na produção de pesquisa em história no Rio Grande do Sul, apenas a partir da década de 1970. Foi nesse período que as políticas educacional e científica nacionais basearam seus projetos de desenvolvimento na implantação de cursos de pós-graduação no Brasil e na exigência de titulação aos docentes do ensino superior.<sup>4</sup> Somente a partir de então

---

<sup>2</sup> O curso superior de Geografia e História da Universidade de Porto Alegre (UPA), futura Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi o segundo deste tipo implantado no Rio Grande do Sul. O primeiro foi implantado em 1940, pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, administrada pelos irmãos maristas em Porto Alegre, que em 1948 se incorporaria à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

<sup>3</sup> As características assumidas pelo curso de Geografia e História da UPA, os currículos, o recrutamento de docentes, seus principais objetivos e sua relação com outras instituições do campo da história foram estudadas em RODRIGUES, Mara C. M. *A institucionalização da formação superior em história no Rio Grande do Sul: o curso de Geografia e História da UPA/URGS (1943-1950)*. Diss. Mestr., Pós-Grad. em História da UFRGS, Porto Alegre, 2002.

<sup>4</sup> Sobre os projetos nacionais de implantação da pós-graduação e do desenvolvimento científico no Brasil, ver FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz. “Introdução: Capes, 50 anos em depoimentos”. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). *Capes, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Brasília, DF: CAPES, 2002, pp. 14-27.

é que foram titulados os primeiros doutores gaúchos em história e que apareceram os primeiros mestrados<sup>5</sup> no Rio Grande do Sul. Foi também nesse período que algumas obras sobre a história regional, mais identificadas com o padrão universitário de pesquisa, começaram a impactar os historiadores locais.<sup>6</sup>

A observação dessa cronologia da pesquisa em história reforça a necessidade de compreender a *operação historiográfica* empreendida por historiadores vinculados ao Instituto Histórico, instituição que alojou as principais teses e discussões vigentes no Rio Grande do Sul antes da emergência da universidade nesse campo de conhecimento. Alguns dos representantes dessa historiografia construída a partir de 1930 no Rio Grande do Sul participaram da formação da primeira geração de historiadores “universitários” – ou “críticos” – e mantiveram-se prestigiados nas novas instituições até os anos 1980.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> O primeiro Mestrado em História no Rio Grande do Sul foi implantado em 1973 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). O pioneirismo da PUCRS em alguns momentos da história no Rio Grande do Sul pode ser investigado sob o ponto de vista da força e da tradição da Igreja Católica no meio educacional local, já apontadas por estudiosos do ensino superior e de outros níveis de ensino, e das conseqüências dessa presença em relação à predominância de temas universais em detrimento da tradicional temática regional. Ver: TRINDADE, Fernando Casses. “Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS. *Revista do IFCH - UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, 1982. Ano X, pp.39-53” e CORADINI, Odaci Luís. “As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)”. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, 2003, p. 125-144. Mas há outros aspectos da institucionalização da pós-graduação nas universidades locais que vêm sendo ignorados pelos estudiosos da historiografia local e nacional. Além da pós-graduação da PUCRS, havia outra alternativa de formação usada pelos historiadores locais: o pós-graduação em Ciências Sociais, implantado em 1972 na UFRGS. A referência aqui a essa segunda opção é importante, pois, em princípio, representa um movimento consistente de aproximação das práticas de pesquisa das Ciências Sociais em detrimento, por exemplo, da prática literária e de outras atividades intelectuais.

<sup>6</sup> Helga Piccolo, uma das primeiras doutoras em história no Rio Grande do Sul, docente em duas universidades locais e pesquisadora desde 1959 até recentemente, delineou algumas tendências presentes na historiografia gaúcha na década de 1970 que se consolidam na de 1980. Alguns autores e obras foram considerados por ela como influências significativas para a produção acadêmico-universitária local nesse período: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, Rio de Janeiro: DIFEL, 1962; SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*, São Paulo: EDUSP, 1968; ROCHE, Jean. *Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. 2v. Porto Alegre: Globo, 1969; LOVE, Joseph. *Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism*. Stanford University Press, 1971. (tradução em português publicada em 1975: *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.). Ver: PICCOLO, Helga I. L. “Historiografia gaúcha”. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 3, maio 1995, pp. 43-60.

<sup>7</sup> Desde meados dos anos 1950 até o final dos anos 1970, alguns historiadores do IHGRS seguiam ocupando cargos de docência, de responsabilidade editorial e de direção na Faculdade de Filosofia, além de participarem de bancas e seleção de docentes na instituição. Esse foi o caso de Guilhermino César e Dante de Laytano, por exemplo. Como exemplo da importância atribuída aos historiadores do IHGRS naquela unidade universitária, pode ser mencionada uma série de cursos promovidos pela instituição, chamada *Fundamentos da Cultura Rio-grandense*, dividida em cinco etapas, entre os anos 1956 e 1962. Para esses cursos, foram convidados os principais expoentes da pesquisa histórica no Instituto. Similarmente, o Simpósio sobre a Revolução de 1930, promovido em 1980 pela UFRGS, foi presidido por Moysés Vellinho, na época, muito identificado com o

De forma mais precisa, esse problema é demarcado com base na hipótese de que a construção da legitimidade “científica” universitária no campo da história teve de ser acompanhada pela construção de uma nova identidade para a história e os historiadores, que supervalorizou uma diferenciação epistemológica em relação à historiografia anterior, externa à universidade. Em favor desse questionamento, podem ser lembrados outros momentos do passado da disciplina, nos quais um discurso de ruptura podia encobrir continuidades e heranças.<sup>8</sup> Para os objetivos desta pesquisa, portanto, a oposição entre historiografia “crítica” e historiografia “ideológica” remete à necessidade de se compreender a estruturação epistemológica, institucional e identitária da historiografia “pré-universitária”. Como se construiu a sua legitimidade científica e social, capaz de mobilizar a oposição de um respeitável plantel de historiadores universitários, com a legislação federal ao seu favor?

A problemática geral delineada acima não é tarefa de curto prazo e excede as possibilidades de um trabalho individual. A proposição de uma nova compreensão da historiografia “pré-universitária” no Rio Grande do Sul requer um trabalho coletivo e de fôlego. Algumas iniciativas respeitáveis já proporcionaram elementos para esse empreendimento. Mas, antes de examinar os trabalhos que proporcionam alento a essa nova perspectiva de análise, é necessário explicitar qual é a contribuição que esta tese espera oferecer para a resolução do problema exposto. Busca-se uma abordagem mais focada no texto, na construção de sentido na narrativa, no tratamento do evento, da estrutura e da temporalidade, articulando-se esses aspectos com o lugar social de produção do conhecimento histórico. Para tanto, optou-se pelo estudo da obra de um indivíduo muito influente em toda essa geração de historiadores e intelectuais autodidatas: Moysés Vellinho. Esta tese versa sobre as concepções teóricas acerca da história em alguns textos de crítica literária deste escritor e no seu ensaio histórico-sociológico *Capitania d’El-rei*, escritos no período entre os anos de 1925 e 1964, em suas relações com o *lugar social* de produção e o *saber compartilhado* da época.

---

IHGRS e com a história denunciada como lendária, preconceituosa e lusitanista pela historiografia crítica da década em curso.

<sup>8</sup> É o caso da disputa entre uma tradição antiquária e outra científica desde o século XVIII até o XIX, com a vitória da segunda sobre a primeira, que significou o estabelecimento de novos cânones para a escrita da história e que, apesar do discurso de ruptura com a tradição anterior, preservou o sentido da construção de uma história da civilização, mesmo com a ascensão das histórias nacionalistas. Ver: GUIMARÃES, Manoel S. “Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História”. *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2 p. 111-143, 2000.

Este intelectual iniciou sua carreira como crítico literário nos anos 1920, participou ativamente da Revolução de 30 e ocupou cargos na burocracia do governo Getúlio Vargas, tornando-se crítico dos destinos do movimento após o Estado Novo. Dirigiu o importante empreendimento cultural local, a Revista *Província de São Pedro*, desde seu lançamento, em 1945, até seu final, em 1957, congregando em torno de si os mais importantes nomes do cenário intelectual local.<sup>9</sup> Se até aí a sua trajetória intelectual desempenhou um papel destacado nas principais discussões a respeito de literatura, sociologia, política e história, a partir de 1949, ela torna-se mais importante ainda para uma análise sobre a historiografia “pré-universitária” no Rio Grande do Sul. Nesse ano, Vellinho ingressou no IHGRS, juntamente com Guilhermino César, outro crítico literário.

Após seu ingresso formal no meio historiográfico, Moysés Vellinho seguiu produzindo crítica literária em paralelo com os ensaios histórico-sociológicos que serão reunidos em duas obras: *Capitania d’El Rey*, em 1964, e *Fronteira*, em 1973.<sup>10</sup> Sua trajetória entre a literatura e a história e sua posição de liderança junto aos intelectuais locais justificam a análise de sua obra conforme as perspectivas acima explicitadas e a expectativa de contribuir para o debate sobre a historiografia local anterior à era universitária, da qual as gerações subseqüentes tornaram-se tanto críticas quanto herdeiras – mesmo que à revelia de sua vontade.

Estudos recentes vêm situando na década de 1950 outros desenvolvimentos importantes que afetaram a *operação historiográfica* local. Um deles é o gradativo afastamento dos intelectuais da militância política, em curso desde a década de 1940, após seu forte envolvimento na Revolução de 1930. Coradini analisou as relações que os intelectuais sul-rio-grandenses estabeleceram entre cultura e política dos anos 1920 aos anos 1960. Segundo o autor, entre as décadas de 1930 e 1960, houve um

---

<sup>9</sup> A Revista *Província de São Pedro* constituiu-se principalmente como um empreendimento literário, mas congregava autores e textos de várias áreas de conhecimento, como história, folclore, economia, sociologia, geografia, etnologia etc. MOTTIN, Antônio, MOREIRA, Alice; GLOCK, Flávio et al. *Revista Província de São Pedro/1945/57*: catálogo e texto. Porto Alegre, PUCRS, 1999. CD-ROM.

<sup>10</sup> VELLINHO, Moysés. *Capitania d’el Rey: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1964. VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Globo, 1973. [Coleção Província].

relativo distanciamento dos “intelectuais” vinculados à Editora do Globo no que se refere à “política”, no sentido de lutas governamentais e, especificamente, do governo Vargas, passou a haver um esforço para redefinir o regionalismo. Não se trataria mais do regionalismo diretamente associado à mobilização política, inclusive porque esse *aggiornamento* decorre das divergências quanto aos rumos da Revolução de 1930, e também das novas condições de relacionamento dos “intelectuais” locais com o restante do Brasil.<sup>11</sup>

Além desse distanciamento progressivo entre escrita da história e ação político-partidária, destaca-se, nos anos 1950, um projeto cultural empreendido pelos historiadores: uma tentativa, que acabou frustrada, de institucionalização universitária do folclore como uma disciplina do currículo universitário de história. Correlacionado a esse processo, surgia e crescia o movimento tradicionalista no Rio Grande do Sul, que disputava posições e legitimidade com o folclore e os folcloristas. Entre esses estudiosos, verificavam-se não apenas diferenças de abordagem do passado, da região e da “tradição”, como também de *ethos*. Enquanto os folcloristas comportavam-se como eruditos distanciados socialmente de seu objeto de estudo, os tradicionalistas militavam em torno do resgate da tradição através da experiência concreta e de sua encarnação na vivência comemorativa.<sup>12</sup> O assunto interessa na medida em que os embates travados em torno desses temas relacionam-se com a definição disciplinar da história e de seu objeto de estudo. Alguns historiadores, por exemplo, transitaram entre a identidade de folclorista e historiador.

A questão da diferenciação cultural do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil foi constante nas discussões em torno das problemáticas legítimas da historiografia local “pré-universitária”. Reconhecer que há uma preocupação dos atores em causa com essa delimitação não significa, no entanto, pressupor que a construção de uma singularidade regional através da historiografia fosse um empreendimento desvinculado do pensamento

---

<sup>11</sup> CORADINI, Odaci L. *Op. Cit.*, 2003, p. 135.

<sup>12</sup> O tema foi abordado na tese abrangente de Letícia Nedel sobre o regionalismo sul-rio-grandense de 1948 a 1965. A autora sintetizou uma série de estudos compartimentados em áreas como a literatura, a crítica literária, a sociologia, a antropologia e a história. Além disso, estabeleceu os vínculos entre o regionalismo e o processo da construção da identidade nacional, relacionado, por sua vez, com a construção de outros regionalismos e identidades regionais. NEDEL, Letícia Borges. *Um passado novo para uma história em crise: regionalistas e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese (doutorado em História) PPGH/ICH, Universidade de Brasília, 2005.

histórico, humano e social do restante do Brasil.<sup>13</sup> Pelo contrário, a construção da identidade regional, seja ela no plano erudito e/ou no plano popular, tem como um importante contraponto a da identidade nacional. É com relação à nação que se constrói a singularidade regional. Portanto, deve-se considerá-la como mais um dado a ser analisado para a compreensão do debate entre os modelos, tradições ou gerações historiográficas em questão. Conforme a inversão proposta por Temístocles Cezar, o objetivo deste trabalho não é enfatizar a contribuição da história para a construção de uma memória e identidade regionais, mas, ao contrário, compreender como a construção da singularidade regional contribuiu para definir as prescrições do fazer da história no Rio Grande do Sul.<sup>14</sup>

O conceito de *operação historiográfica* permitirá, a seguir, situar algumas questões teórico-metodológicas relacionadas ao problema desta pesquisa.<sup>15</sup> Primeiramente, este trabalho se insere no campo da historiografia, pois tem como objetivo “contribuir para o esforço de se repensar a historicidade de nossa disciplina”.<sup>16</sup> A emergência de estudos historiográficos no mundo ocidental a partir da década de 1970 representa uma tendência, um movimento reflexivo<sup>17</sup> em relação à história, ao qual espera-se contribuir enfocando-se as relações entre as concepções de um historiador “autodidata” e a construção da identidade

---

<sup>13</sup> Letícia Borges Nedel demonstrou as conexões entre a construção do regionalismo gaúcho e a da identidade nacional, bem como suas estreitas relações com os debates dentre folcloristas, historiadores e tradicionalistas desde 1948 até 1965. *Idem*.

<sup>14</sup> “Assim, é quase um consenso entre os historiadores brasileiros considerar que ‘a idéia contemporânea do Brasil se institui quando se consolida na historiografia uma idéia de nação’ ou que, ‘nos anos que se seguem à independência, uma construção historiográfica tomou consistência, cujo objetivo era conferir ao Estado imperial um ponto de apoio através da fixação das tradições e de uma visão organizada do passado nacional’. Seria interessante inverter essa fórmula e se perguntar quando *a idéia moderna de história se institui no Brasil e como ela se constitui em um conhecimento sobre ela própria*, depois sobre a nação, seu *objeto* principal no século XIX”. CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen*. Tese de Doutorado, Paris, EHESS, p. 15.

<sup>15</sup> *Operação historiográfica* é um conceito usado aqui conforme a conhecida elaboração de Michel de Certeau em *A escrita da história*. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. RJ: Forense Universitária, 2002.

<sup>16</sup> “A historiografia, como área específica de conhecimento e pesquisa no interior da disciplina histórica, poderá contribuir para um esforço de repensar a historicidade de nossa disciplina. É preciso que a própria escrita da história se submeta ao rigor do exame crítico como forma de dessacralizarmos uma memória construída acerca desta mesma escrita”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido”. *História em Revista*, Pelotas, v. 6, 21-36, dezembro de 2000.

<sup>17</sup> Em um artigo sobre a “tentação epistemológica” à que cederam os historiadores nos últimos anos, François Hartog afirma: “Enfim, qual é a questão? Primeiro, e sobretudo, de uma postura reflexiva: não somente a elaboração do questionário, mas o como do questionário, sua confecção e os pressupostos que o organizam”. HARTOG, François. “La tentation de l'épistemologie?”, in: *Le Débat*, 2000, 112, pp. 80-83. (citação, p. 80).

intelectual antes da dominância de uma historiografia identificada com a universidade.<sup>18</sup> Este empreendimento pressupõe uma autodefinição em contraposição a um “outro”. Entra em jogo o estabelecimento de fronteiras entre a história e outras atividades intelectuais e sociais como, por exemplo, o debate sobre noções como “cultura” e “política” e “ciência” e “arte”.<sup>19</sup>

### **A história como uma prática intelectual**

Situo primeiramente – mas não exclusivamente – a história como uma das práticas intelectuais voltadas para a produção cultural.<sup>20</sup> Como tal, ela se confronta com as relações estabelecidas entre o seu fazer propriamente intelectual e as conjunturas políticas mais gerais, como as prescrições legais e a ação das autoridades no âmbito cultural e educacional. Do final da década de 1920 até meados da década de 1940, a Revolução de 30 e o Estado Novo operaram consecutivamente como um fator de mobilização, engajamento e desilusão dos intelectuais com a ação política na esfera estadual e nacional. No período de redemocratização, a partir de 1945, muitos intelectuais historiadores encontravam-se

---

<sup>18</sup> Esta tese também pode ser considerada como parte da busca de uma metodologia de análise da historiografia que concilie a abordagem centrada nas estruturas narrativas e nas posições sociais dos historiadores no campo intelectual. Conforme Diehl, essa possibilidade se dá justamente pelo estudo das identidades e da memória: “Portanto, parece-nos que uma das chaves de compreensão da situação atual das perspectivas historiográficas é o estudo da memória e da identidade”. Mas a identidade deve ser aliviada do jugo da ideologia, tão acentuado nos estudos da história “crítica” da historiografia à moda dos anos 1980: “Além disso, a noção de identidade precisa ser antropologizada com o objetivo de ampliar seus aspectos de possibilidades, saindo-se assim da conceituação de identidade como sendo meramente ideológica”. DIEHL, Astor. “Memória e identidade: perspectivas para a história”. In: \_\_\_\_\_. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC, 2002, pp. 111-136 (citação da p. 112).

<sup>19</sup> Segundo Odaci Coradini, é no debate acerca das noções de “cultura” e “política”, “ciência” e “arte” que são delineadas as principais tendências da atividade intelectual, inclusive da historiografia, no Rio Grande do Sul nesse período. CORADINI, Odaci Luiz. *Op. Cit.*, 2003. Entretanto, é necessário, para os fins deste trabalho, voltar-se para as especificidades desta. A discussão acerca das noções de ciência e arte e as oposições estabelecidas entre elas também foram objeto da atenção de historiadores, só que para um cenário mais ampliado. Ver HARTOG, F. “A arte da narrativa histórica”. In: BOUTIER, Jean, JULIA, Dominique. *Passados Recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998, pp. 193-202.

<sup>20</sup> A noção de intelectual aqui utilizada aproxima-se da definição proposta por Coradini, que estudou, especificamente, como visto, o caso dos especialistas da cultura no Rio Grande do Sul no mesmo período que aqui interessa – da década de 1920 à de 1960: “Alguns autores, como Pécaut, preferem não definir a categoria ‘intelectual’, tomando-a em seus usos pelos protagonistas. Outros, como Sigal, a tomam como os ‘produtores de noções comuns concernentes à ordem social’. Como, na situação estudada, todos os que mantêm alguma especialização ou atuação na ‘cultura’ estão envolvidos na ‘produção’ ou na reformulação de definições relativas à ‘ordem social’, este parece ser um critério de inclusão suficiente”. CORADINI, Odaci Luiz. *Op. Cit.*, 2003, p. 142, nota 2.



envolvidos na “missão” de projetar nacionalmente o estado, não mais na esfera política – político-partidária e governamental –, mas no campo da produção *cultural* – artística e intelectual.<sup>21</sup>

Esse afastamento das ações políticas mais diretas foi significativo, mas não autoriza que se fale de um processo de *autonomização* do campo cultural em relação a outras esferas sociais.<sup>22</sup> Dessa forma, a abordagem da disciplina como *campo científico* requer uma relativização quanto a esse conceito em sua formulação original – um campo de produção cultural autônomo, com seu sistema de hierarquização, suas disputas e suas problemáticas sendo definidas conforme uma estruturação específica, relacionada, mas não dependente das injunções políticas e sociais mais gerais.<sup>23</sup>

Os vínculos entre a produção historiográfica e intelectual local e a tentativa de justificar a tomada do poder em 1930 foram estabelecidos pela historiografia crítica nos anos 1980, mas explicados enquanto ideologia de classe dominante.<sup>24</sup> Propõe-se uma compreensão mais ampla dos empreendimentos dos historiadores do período, na qual a intimidade da escrita da história com as ações dos políticos locais na arena nacional não seja estendida para além do período em que foi mais evidente e intensa. Os eventos políticos e outros constrangimentos sociais devem ser considerados como parte integrante da análise historiográfica – já que toda *operação historiográfica*, conforme Certeau, não se realiza em um lugar neutro, fora da sociedade<sup>25</sup> –, não como seu foco central. Desse modo, a Revolução de 30 pode ser considerada como um dos “fantasmas” que rondam a autopercepção do papel social dos historiadores e a definição da história como disciplina em parte ou em todo o período anterior à institucionalização universitária da pesquisa em história no Rio Grande do

---

<sup>21</sup> *Idem.*

<sup>22</sup> Daniel Pécaut afirma, sobre os intelectuais do centro do país, justamente o oposto do que propõe Coradini para os do Rio Grande do Sul no mesmo período (anos 1950 a 1960). De acordo com o primeiro, os intelectuais paulistas, mineiros e cariocas engajaram-se em movimentos, instituições e grupos cujas propostas eram vinculadas a uma visão desenvolvimentista do país, ou a uma visão comunista de libertação revolucionária. PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

<sup>23</sup> Essa é, em linhas gerais, a definição de campo científico de Pierre Bourdieu. O sentido da palavra “autonomização” tem aqui o mesmo proposto pelo autor. Ver BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. In: ORTIZ, Renato (org.), *Pierre Bourdieu*. 2 ed, São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais), pp. 122-155.

<sup>24</sup> NEDEL, Letícia; RODRIGUES, Mara. “Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História no Rio Grande do Sul”. *Agora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, jan./jun. 2005, pp. 161-186.

<sup>25</sup> CERTEAU, Michel de. *Op. Cit.*, 2002.

Sul. A presença desse espectro requer uma atenção especial, mas isso não é suficiente para a compreensão das condições de produção da história nesse período.

A historiografia considerada como prática social, isto é, projeto e resultado do trabalho de um grupo de eruditos e pesquisadores que compartilham preocupações, concepções teóricas e outras condições de produção como lugares e instituições constituídas para tal, interliga o conceito de *operação historiográfica* com a teoria dos *campos*. Segundo Michel de Certeau, o lugar social de produção da história pode até ser “encoberto” pelos próprios atores através da sua representação como um lugar neutro ou não-lugar, o que não nos pode induzir ao esquecimento da intervenção operada pelos grupos de historiadores, pelas injunções institucionais e sociais na produção de conhecimento. Essa noção, que considera a história remetida a processos sociais “internos” ao grupo de eruditos e também vinculada a questões “externas” a ele, converge em alguns pontos com a teoria dos *campos* de Pierre Bourdieu.<sup>26</sup> Quando considera o *campo científico*, o sociólogo explica que esse grupo social adquire legitimidade para essa prática intelectual funcionando conforme relações específicas, internas a ele. O autor considera a existência de um “capital intelectual” cuja acumulação se verifica conforme regras próprias do *campo*, estabelecendo-se uma hierarquização na qual os títulos escolares funcionam como um princípio básico de organização.

Esse processo não se verifica de forma consensual, e as posições de destaque no *campo científico* são disputadas com base em outros princípios, além dos títulos e da competência. As disputas teóricas, tal como a definição das problemáticas legítimas de estudo, dessa forma, estão relacionadas, mais ou menos intensamente, com uma busca de reorganização e alteração da hierarquia interna ao *campo*. A teoria de Bourdieu supõe, como a de Certeau, a presença de injunções políticas e sociais mais gerais no trabalho científico e intelectual, mas considera que existe uma relativa autonomia do campo científico em relação a elas, já que o *capital social* de um indivíduo deve ser convertido em uma “moeda” aceita no *campo científico*, como um título universitário, por exemplo, ou uma quantidade de publicações.

Alguns autores já apontaram problemas em relação à utilização da *teoria dos campos* para o estudo da história intelectual em países considerados periféricos dos pontos de vista

---

<sup>26</sup> Ver, em especial, a teoria sobre o *campo científico*. BOURDIEU, Pierre, *Op. Cit.*, 1994.

econômico e, principalmente, cultural, como seria o caso de países latino-americanos. Nesses países, os campos de produção intelectual e científica sofreriam muito mais a intervenção de fatores externos do que nos países “centrais”, o que não implicaria, entretanto, a suposição da inexistência de trabalho propriamente intelectual ou científico nessa situação. A teoria dos *campos*, então, só pode auxiliar a compreensão das condições de produção da história se considerarmos, como Sigal o faz para a Argentina<sup>27</sup>, que no Brasil, principalmente no período que nos interessa, há uma intervenção mais intensa dos fatores externos nas instâncias e critérios de consagração, bem como uma maior vulnerabilidade aos desdobramentos da política partidária.<sup>28</sup>

Essas considerações apenas reforçam a necessidade de se observarem as relações estabelecidas entre “ciência” – ou “cultura” – e “política”, para que o silêncio do discurso científico (ou da história) a respeito de seu próprio lugar de produção não produza a ilusão do não-lugar, do lugar neutro ou do exílio da sociedade.<sup>29</sup> A compreensão da atividade política como um “outro” com o qual a prática historiográfica se relaciona e se remete, ora entremeando-se, ora buscando uma distinção, relaciona-se ao processo mais global, de longa duração e não exclusivo da história, de construção da ciência moderna no ocidente a partir do século XVII. Segundo Certeau, ocorreu uma diferenciação mais global do que aquela que referi, pois envolveu instituições políticas, eruditas e eclesiásticas com suas especializações correspondentes. Nesse sentido, o processo global a que se filia a trajetória de meu objeto de estudo é decorrente da construção européia moderna de uma ciência em que a constituição de disciplinas está relacionada à constituição de grupos.<sup>30</sup>

---

<sup>27</sup> SIGAL, Silvia. “Intellectuels, culture et politique”. In: \_\_\_\_\_. *La dérive des intellectuels en Argentine: le rôle politique des intellectuels en Amérique Latine*. Paris, L’Harmattan, 1996, pp. 21- 45.

<sup>28</sup> Esse assunto foi discutido por CORADINI, *Op. Cit.*, 2003 e NEDEL, *Op. Cit.*, 2005.

<sup>29</sup> CERTEAU, Michel de. *Op. Cit.*, 2002, p. 69-70.

<sup>30</sup> *Ibidem*.

### **A construção da identidade científica da história e a literatura como seu “outro”**

Em sua tentativa de identificação com a atividade científica, a história elaborava contraposições e identidades, constituindo-se em um campo especializado e particular, diferenciado de outras disciplinas e práticas intelectuais semelhantes. Os “outros” com os quais a história compartilhava a necessidade de distanciamento em relação à atividade política e de identificação com a atividade científica são principalmente as disciplinas humanísticas, como a sociologia, a geografia, a etnologia, a etnografia, o folclore, a lingüística – conforme denominações utilizadas na década de 1950.

Mais adiante, na década de 1980, a historiografia universitária buscará uma aproximação com as ciências sociais e a economia – tardia, se considerarmos o desenvolvimento das últimas na Universidade de São Paulo e no Rio de Janeiro –, provavelmente, conforme a hipótese referida inicialmente, na busca de se diferenciar de sua maior “adversária” no momento, a historiografia “ideológica” e oficial.<sup>31</sup> Os procedimentos de pesquisa daquelas disciplinas, de institucionalização e tradição universitária mais antigas no Brasil, podem ter servido aqui, como no contexto francês da primeira geração dos Annales, para fundar uma história científica em contraposição a uma historiografia considerada nacionalista, ideológica e conservadora. A aproximação entre história e ciências sociais foi aceita tacitamente por várias gerações de historiadores na França e no mundo, embora sob modelos bastante variados<sup>32</sup>, e não é exclusiva da historiografia universitária no estado. Alguns historiadores do IHGRS já apontavam a necessidade de a história aproximar-se do

---

<sup>31</sup> Um dos trabalhos do centro do país que serviu como referência a muitos historiadores locais, conforme apontado por Piccolo, foi o de Fernando Henrique Cardoso. PICCOLO, H., *Op. Cit.*, 1995 (ver nota 5). Além disso, a formação de alguns docentes nos programas de pós-graduação da USP certamente teve importância para a adoção local dos métodos e práticas historiográficas do centro do país. Desde a década de 1960, o grupo de intelectuais que gravitava em torno de Florestan Fernandes e que contribuía para a boa fama da sociologia no Brasil estudava Marx e influenciava o desenvolvimento de uma historiografia preocupada com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

<sup>32</sup> “Com efeito, na experiência francesa, tudo se passou como se a história devesse manter, de direito, relações privilegiadas com as ciências sociais pelo fato de ser, no fundo, uma delas. Quatro gerações de historiadores viveram, tácita ou explicitamente, com essa convicção”. REVEL, Jacques. História e Ciências Sociais: uma confrontação instável. In: BOUTIER, J.; JULIA, D. (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1998, p.79-90.

método das ciências sociais, tornando-se mais analítica e interpretativa do que havia sido até então.<sup>33</sup> Assim, verificam-se continuidades de uma tradição à outra: a ambição comum de se desfocar a narrativa histórica dos “heróis” da pátria e caminhar no sentido de uma interpretação sociológica da realidade passada, isto é, uma cientifização inspirada na ascensão das ciências sociais no centro do país.

Nesse sentido, há que se lembrar da referida tentativa malograda de institucionalização universitária do folclore, que foi influenciada também pelas tendências nacionais. Esse empreendimento, juntamente com os “estudos de comunidade”, foi criticado pelos sociólogos paulistas liderados por Florestan Fernandes. Essas áreas eram consideradas “menores” e foram perdendo paulatinamente sua força no meio intelectual, a despeito do apoio governamental que recebiam.<sup>34</sup>

O processo de especialização da história, em sua maior ou menor aproximação de uma ou outra disciplina “científica”, conforme tendências nacionais e internacionais, e seu desenvolvimento específico no Rio Grande do Sul fazem parte do horizonte deste trabalho. Mas há uma importante “obsessão identitária” da história que permeia a construção de sua “cientificidade”, que consiste na discussão que a aproxima e diferencia da arte, mais especificamente, da literatura.

As diferenças entre as práticas literária e historiográfica foram construídas historicamente. As semelhanças entre os procedimentos narrativos de ambas, consideradas enquanto textos e estruturas verbais que dão significado a um feixe de eventos, isto é, do ponto de vista do resultado final de sua escrita, serão discutidas adiante, quando será focalizada mais de perto a prática historiográfica em sua dimensão “escriturária”. A princípio,

---

<sup>33</sup> Ver a esse respeito o artigo de Othelo Rosa, um historiador reputado como “positivista”, muito influente no IHGRS até a sua morte, em 1957. Ele defendeu a aproximação entre história e ciências sociais para que aquela assumisse uma abordagem mais crítica. O texto, paradoxalmente, se parece com uma manifestação contra a história oficial do IHGRS: “Orientar o ensino da nossa história no sentido do seu conhecimento crítico vale (...) pela mais útil e fecunda das reformas. A fase do memorialismo, da pura e seca cronologia, do simples jogo de memória, entrará em crise. A história passará a ser, no ensino, o que ela é: uma ciência social”. ROSA, Othelo. “José Honório Rodrigues - Teoria da história do Brasil”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 6, n. 15, junho de 1951, pp. 163-165.

<sup>34</sup> Ver NEDEL, L., *Op. Cit.*, 2005; VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: FUNARTE/FGV, 1997; CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. “O aspecto humano de nossos dados: a relação Pierson/Nogueira, a etnografia e a abordagem das relações raciais”. In: \_\_\_\_\_. MAIO, Chor; VILLAS BÓAS, Gláucia (orgs.). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: UFRGS, 1999, pp. 185-202.

interessa considerar a diferenciação estabelecida no século XIX entre as duas formas de escrita e representação em suas relações respectivas com a verdade, que marcou profundamente a construção da história como um conhecimento “científico” em oposição ao campo do mito e da imaginação.

Primeiramente, pode-se lembrar que a própria literatura tem uma história de construção como produção artística ou estética que não se reduz à contraposição com a história. No século XVIII, para não retroceder muito mais, verifica-se um “deslizamento histórico” na concepção da primeira, quando ela deixa de ser um “saber dos letrados” e passa a ser a “arte dos escritores”, isto é, quando ela “não é aquilo que sucede às belas-lettras, porém aquilo que as suprime”.<sup>35</sup>

A história do lento processo de diferenciação entre as duas práticas intelectuais deve incluir uma referência sobre a nota de rodapé. Segundo Grafton, “a história da nota de rodapé mostra que a forma da narrativa histórica sofreu repetidas mutações nos últimos séculos”.<sup>36</sup> Essas mutações devem ser associadas tanto às lutas paralelas pelo poder pessoal e institucional às quais a ciência moderna tem sido repetidamente vinculada, quanto a desenvolvimentos mais autônomos.<sup>37</sup> Mas a diferenciação entre a história e os demais gêneros

---

<sup>35</sup> RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. Tradução Raquel Ramallete, Laís Eleonora Vilanova, Lígia Vassalo e Eloísa de Araújo Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, p. 25-26.

É esse o mesmo desenvolvimento invocado por Hayden White para estabelecer o surgimento de uma oposição entre história e ficção que permanece até a atualidade. Segundo White, após esse desdobramento do século XVIII, a historiografia do século XIX procurou depurar-se de todas as influências e parentescos com o mito e a literatura, principalmente devido às avaliações que associavam o pensamento mítico com os excessos e fracassos da Revolução Francesa. “No pensamento da época, a desmitificação de qualquer campo de pesquisa tendia a ser igualmente equiparada à desficcionalização desse campo”. É por isso que Ranke, considerado um dos “pais” da historiografia moderna, também consideraria o romance como o reino do imaginário em contraposição à história como estudo do real. WHITE, Hayden. *As ficções da representação factual*. In: \_\_\_\_\_. *Trópicos do discurso*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 137-151, citação da p. 140.

<sup>36</sup> GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas, SP: Papyrus, 1998, p. 189.

<sup>37</sup> É indubitável que alguns estágios distintos na ascensão da cultura histórica refletem lutas de poder. Por exemplo, uma paixão pela prova documental e pela prova rigorosa caracterizou tanto a erudição histórica de fins do século XVI quanto a de inícios do século XIX. Cada período testemunhou um grande confronto entre instituições antigas e atacantes radicais. No século XVI, os defensores das velhas práticas da Igreja medieval, sancionadas mais pela tradição do que pelos textos, e de velhas formas sociais, protegidas mais pela memória e pela tradição do que pela história escrita e pela lei, enfrentaram os reformistas inovadores da Igreja e os reformadores agressivos do Estado. No início do século XIX, os entusiastas do Antigo Regime enfrentaram os partidários da Revolução que o haviam demolido. Em cada um dos casos, tanto atacantes quanto defensores de práticas arraigadas tentaram encontrar no passado provas para suas posições. O desenvolvimento rápido de técnicas de pesquisa e argumentação esteve diretamente ligado à esfera mais ampla da luta por terra e por crença. Porém, a história da nota de rodapé também teve muitos participantes cuja riqueza privada e independência

de escrita literária foi feita também, no nível do texto, através da inserção das referências eruditas. Entretanto, a mera presença das notas não é um índice suficiente da cientificidade do texto, pois o seu uso também variou no longo período do século XVI ao XIX. É necessário acompanhar outras demarcações “territoriais”, como as que foram levadas a cabo no início do século XX entre a “Escola dos Annales” e os historiadores metódicos.

Conforme Hartog, a eclipse da narrativa, muito evidente na historiografia dos Annales, era precedida pela tentativa, que perdurava desde o século XIX, de construir a possibilidade de um conhecimento histórico científico pela distinção em relação à literatura e ao romance.<sup>38</sup> Hartog resumiu a questão nos seguintes termos: “A história constitui-se em disciplina na segunda metade do século XIX, optando, pautada no modelo das ciências naturais, pela *ciência* contra a *arte*. Ciência de observação, ciência de análise, leitora de documentos, que um dia talvez desembocará na síntese e na libertação das leis”.<sup>39</sup> Lembrando a fórmula de Febvre, Hartog assinala como os historiadores dos Annales, na primeira metade do século XX, ainda buscavam o distanciamento da literatura como fonte de legitimidade para uma história científica: “o historiador constrói o seu objeto como o cientista, não como o romancista”.<sup>40</sup>

Entretanto, o processo de diferenciação entre cientistas e artistas ou historiadores e literatos pode ser colocado em uma perspectiva histórica ainda mais recuada. A questão da “narratividade” da história desde a antiguidade até o século XVIII não era vista como um problema, já que havia uma distinção entre as *ações* realizadas no passado, por um lado, e a sua *narração*, por outro.<sup>41</sup> É no século XVIII, quando narrativa e passado são concentrados em uma só palavra – a história –, que a intimidade entre a escrita da história e a arte se torna

peçoal libertaram-nos da necessidade de atacar ou defender instituições, de encontrar discípulos ou organizar-se contra inimigos. Peculiaridades pessoais, idiosincrasias, assim como formações sociais mais gerais, ajudaram a produzir o que era, afinal, uma mudança de forma e de prática dentro do gênero literário. *Idem*, p. 188.

<sup>38</sup> Hartog toma a perspectiva histórica proposta por Koselleck e adiciona outras informações acerca da trajetória do *topos* da *história magistra vitae* desde a antiguidade até o séc. XVIII. Além disso, acompanha o percurso das polêmicas acerca da narratividade da história, que envolveram desde os historiadores dos Annales até a recente análise de Paul Ricouer sobre a narratividade presente no recitativo estrutural de Braudel. HARTOG, François. *Op. Cit.*, 1998.

<sup>39</sup> *Idem*, p. 194.

<sup>40</sup> *Ibidem*.

<sup>41</sup> KOSELLECK, Reinhart. “História *magistra vitae*”. \_\_\_\_\_. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 1993, pp. 41-66.

problemática, uma vez que o passado estaria sujeito também à dimensão imaginativa, ao indeterminado, qualidades indesejáveis em uma área de conhecimento que pretendia gozar do mesmo prestígio obtido pelas ciências naturais desde o século XVII.<sup>42</sup>

As distinções entre essas duas escritas, pertencentes a áreas de produção cultural historicamente separadas na Europa desde o século XIX, não impediram que, durante muito tempo, no Brasil, não só a história como também todas as outras disciplinas humanas fossem atividades intelectuais exercidas pelos mesmos indivíduos que se dedicavam à literatura, ao jornalismo e a atividades políticas e governamentais e que não se visse contradição entre ambas. Especificamente no século XIX, desenvolveu-se um debate acerca das delimitações entre a escrita da história e a escrita literária no interior do IHGB – instituição “matriz” dos institutos históricos regionais – que envolveu um “historiador” também conhecido pela sua obra poética: Gonçalves de Magalhães. Nesse caso, a questão das relações entre história e literatura, ao contrário da tendência europeia, foi resolvida pela aceitação de procedimentos comuns a ambas, sem que isso invalidasse a veracidade da primeira, nem a remetesse para o campo do fabuloso.<sup>43</sup> Parece que o mesmo acontecia no Rio Grande do Sul antes da “era” da pesquisa universitária – isto é, antes da década de 1970 –, pois um grande número de historiadores havia sido iniciado no fazer intelectual a partir da literatura e da crítica literária.

Dessa maneira, interessa investigar que relações de identidade e contraposição foram estabelecidas entre história e literatura no período aqui delimitado. Se a discussão sobre as fronteiras entre ambas foi importante para a construção da legitimidade – e identidade – científica da história europeia e brasileira desde o século XIX, como os historiadores locais da

---

<sup>42</sup> HARTOG, François. *Op. Cit.*, 1998, p. 193-202.

Roger Chartier, em texto de 1994, coincide em muitos aspectos com a análise de Hartog, mas marca uma posição favorável à pertinência da história ao campo das ciências sociais e, conseqüentemente, discute os desafios colocados pela emergência da constatação da narratividade da história à manutenção dessa filiação. CHARTIER, Roger. “A história entre narrativa e conhecimento”. In: \_\_\_\_\_. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 81-100. [Trad. Patrícia Chittoni Ramos].

<sup>43</sup> Os argumentos em prol da compatibilidade entre história e poesia eram sustentados pelo exemplo dos antigos: Homero, Virgílio e Plutarco. Mas a compatibilidade entre história e poesia não significava que a ausência de rigor fosse autorizada. CEZAR, Temístocles, *Op. Cit.*, 2004, p. 19. Entretanto, como sugere Temístocles Cezar, Varnhagen tentou desautorizar a crítica de Southey a sua obra, chamando-o de “ilustre poeta laureado”, demarcando uma diferença entre a escrita daquele e a sua: “O inglês, antes de ser um historiador (ou *memorialista*), era um poeta reconhecido, o que de certa forma auxilia a explicar algumas diferenças da obra”. CEZAR, Temístocles. “Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual”. In: PESAVENTO, S. (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, pp. 173-208. (citação: nota 26, p. 181).



década de 1940 e 1950 delimitavam essas atividades de escrita, em especial, Moysés Vellinho? Como história e romance histórico foram diferenciados ou aproximados enquanto práticas de escrita sobre o passado? Em suma, o papel da literatura enquanto o “outro” da história na obra de Vellinho será um dos balizadores desta análise.

### **Epistemologia da história e fenomenologia da memória**

Uma história da história não se relaciona apenas com a construção de uma identidade disciplinar e intelectual, com o lugar social de produção do conhecimento histórico. Ela se refere também a sua dimensão epistemológica. Ela requer, além da abordagem de sua evolução institucional, uma demarcação dos elementos que distinguiram sua escrita de outras atividades intelectuais: quais foram os seus objetos em um determinado momento e como eles foram pensados, demarcados e utilizados por um determinado grupo de autores numa determinada condição institucional e histórica. A epistemologia também tem uma história da qual se pretende contar uma parte.

A aproximação entre memória e história pode apresentar algumas possibilidades de análise para este trabalho. Paul Ricoeur faz uma revisão das abordagens sobre a fenomenologia da memória e suas relações com a epistemologia da história.<sup>44</sup> Serão situados os aspectos epistemológicos que definem a especificidade do conhecimento histórico e que farão parte desta análise sobre as concepções de história de Moysés Vellinho no período delimitado.

Segundo Paul Ricoeur, a memória compartilha com a história as características e os problemas decorrentes de se postularem ambas como mediações com o passado, construindo representações que são, paradoxalmente, imagens presentes de coisas ausentes. Essa contradição presença/ausência é característica do objeto de ambas: o que *foi*, o que *não é mais*, que pertence à dimensão temporal de nossa experiência. Se a memória pode contentar-se com o “pequeno milagre” do reconhecimento como garantia de sua adequação à realidade

---

<sup>44</sup> As noções discutidas a seguir baseiam-se em dois trabalhos do autor: RICOEUR, Paul. *L'écriture de l'histoire et la representation du passé. Annales HSS*, jul-ago 2000, n. 4, pp. 731-747; RICOEUR, Paul. “De la mémoire et de la réminiscence”. In: \_\_\_\_\_. *Op. Cit.*, 2000, pp. 3-163.

passada, a história deve enfrentar-se com dificuldades maiores decorrentes da vinculação de seu objeto com uma realidade de um tempo que *não é* mais.

Há três tipos de dificuldades para que a memória realize o ato de reconhecimento, o sucesso em recordar o passado, relacionadas com a passagem da memória à história: a memória impedida, resultado do recalque psicológico, da resistência em recordar um determinado acontecimento; a memória manipulada, associada aos processos narrativos de construção identitária, com suas lacunas e silêncios; e a memória obrigada, que constitui a armadilha do “dever de memória”: no lugar do imperativo, do comando direcionado às gerações, o filósofo propõe o “trabalho de memória”.<sup>45</sup>

A história se pretende ser uma reconstrução que não se contenta com o *lembrar*, mas que deve *pesquisar* em materiais criteriosamente escolhidos, através de *procedimentos* complexos, a fim de obter como resultado um *texto* escrito que tem o caráter de *representância*.<sup>46</sup> Com esse conceito, o autor quer diferenciar a historiografia de uma representação qualquer, tal como outras elaboradas no contexto mais cotidiano da vivência social, assim como de uma reconstrução mimética do passado, postulada por uma historiografia que se pretende “científica” desde o século XIX.

No conceito de *operação historiográfica* tal como forjado por Certeau, foi acentuada a associação do saber histórico com uma dimensão prática, operatória.<sup>47</sup> Mas, para além dos procedimentos metodológicos do historiador, a noção de *operação* contribui para se pensarem os efeitos de uma configuração narrativa nas representações sociais acerca das experiências temporais dos homens. A história, por essas razões, constitui-se numa *prática*, mas ela é construída, como visto, a partir de *um lugar social* que remete tanto a uma determinada sociedade em um determinado momento de sua existência, quanto a um determinado grupo de eruditos, estudiosos e pesquisadores e suas instituições culturais mais ou menos

---

<sup>45</sup> RICOEUR, Paul. “L’écriture de l’histoire et la représentation du passé”. *Op. Cit.*, 2000, p. 735.

<sup>46</sup> Para Ricoeur, a história não deve ser considerada meramente como representação, pois está relacionada com a concepção dos restos do passado como marcas deixadas na memória, conforme a proposição da “metáfora do selo”. Para resolver parcialmente o problema da veracidade do conhecimento histórico, antes de lançar mão dos traços do passado como prova de veracidade, deve-se considerar que, para a história, se trata de *testemunhos* que são confrontados. Daí o seu caráter de *representância*, isto é, lugar tenência do passado, e não de representação (presença de uma coisa ausente). RICOEUR, Paul. “La marque du passé”. *Revue de Métaphysique et de Morale*, n.1, 1998, pp. 7-31.

<sup>47</sup> CERTEAU, Michel de. *Op. Cit.*, 2002, pp. 65-119.

especializadas. O resultado final dessa prática intelectual e social é um *texto*, articulado conforme injunções lingüísticas, aparentadas com as estratégias discursivas utilizadas em outras práticas de escrita, como a literária.

Centrando sua atenção nas dimensões literárias e cognitivas do texto historiográfico e nos procedimentos metodológicos da prática do historiador, Paul Ricoeur reelaborou o conceito de *operação historiográfica* de Michel de Certeau, mantendo sua divisão tripartite, agora redefinida conforme três fases distintas: fase *documentária*, fase *explicativa e compreensiva* e fase *literária*.<sup>48</sup> O trabalho de tramar a temporalidade faz parte da fase de explicação e compreensão, que se relaciona à especificidade da teorização na *operação historiográfica*. Em *Tempo e Narrativa*, Ricoeur detivera-se na “experiência temporal” como objeto privilegiado das “intrigas que inventamos”.<sup>49</sup> Segundo o autor, o texto historiográfico devia ser considerado como intriga e narrativa que configura o tempo. A reconfiguração temporal na narrativa pode ser elaborada conforme movimentos de ruptura ou de linearidade, com as múltiplas durações da escala braudeliiana apreensíveis através das conexões entre eventos, conjunturas e estruturas.<sup>50</sup> Esses aspectos devem ser apreendidos através da centralidade do texto histórico na análise historiográfica, também enfatizada por Certeau.<sup>51</sup> As três fases da *operação historiográfica* são estruturadas e apreensíveis por meio da linguagem.

É na fase *documentária* da operação historiográfica, portanto, que Ricoeur situa os elementos fundamentais que fazem da história uma forma de conhecimento diferenciada da literatura e da memória coletiva e ancorada em um referente do qual ela pretende fornecer uma *representância* (nem imagem real, nem ficção imaginativa). É nessa fase que o historiador procura constituir seu arquivo, de onde buscará os elementos materiais para lembrar (pesquisar) alguma coisa, onde intervém a questão de “o que” lembrar. Mas é aí

---

<sup>48</sup> RICOEUR, Paul. Histoire Épistémologie. In: \_\_\_\_\_. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000, pp. 167-369.

<sup>49</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Trad. Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, p. 12. Adiante, o autor ressalta: “O mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal” (p. 15). Em relação ao tempo narrado, a hipótese que orientou a obra de Ricoeur foi a de que “o trabalho de pensamento inerente ao ato de *configuração* narrativa se encerra numa *refiguração* da experiência temporal”. RICOEUR, Paul. O tempo narrado. In: \_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997, p. 7.

<sup>50</sup> RICOEUR, Paul. *Op. Cit.*, 2000 e BRAUDEL Fernand. Introdução. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. Vol 1. Lisboa: Martins Fontes, 1983.

<sup>51</sup> CERTEAU, Michel de. *Op. Cit.*, 2002.

também que se verifica outro elemento importante para a intenção da história em construir uma imagem mais verdadeira possível do passado: o *testemunho*. Os documentos arquivados, com seus testemunhos, são aquilo de que dispõe a história como vestígio do passado. São esses testemunhos, materializados no arquivo, que devem ser confrontados, à luz de uma hipótese, para o estabelecimento dos problemas e questões, suas resoluções e respostas.

Se a fase *documentária* apresenta os vínculos mais diretos, mesmo que precários ou problemáticos, com a realidade passada, é na fase *explicativa/compreensiva* que o historiador delimita seu problema através de uma hipótese e de uma *decupagem* do seu objeto, em que mostra a sua perspectiva histórica. (Essa perspectiva, conforme expusemos acima, é submetida, por sua vez, aos constrangimentos externos e internos ao campo de pesquisa, mas não inteiramente, pois há espaço para o movimento criativo e individual do historiador, conforme veremos adiante.)

O exposto acima é uma sistematização esquemática de algumas das análises de Ricoeur, dentre outras em que pretendo basear a abordagem da estrutura epistemológica dos textos que constituem o “arquivo” desta pesquisa. Importa considerar, então, quais são os *testemunhos* escolhidos pelo historiador, de que forma (como) ele os manipula e dispõe no seu texto para articular as *provas* necessárias à construção de seu *realismo crítico*.

### **Texto e “extra” texto: tensão entre liberdade criativa e constrangimento social**

A discussão acerca da fase *literária* da prática do historiador remete a algumas questões para concluir as considerações sobre a metodologia deste trabalho, colocado na interseção de uma abordagem hermenêutica com perspectivas “externalistas”. Em primeiro lugar, a terceira fase da *operação historiográfica* trata de seu resultado final: o texto, que constitui o próprio arquivo de pesquisa neste trabalho. Nele estão concentrados os entrelaçamentos entre as dimensões documentárias e explicativas, expressas através de uma estrutura narrativa, sujeita, por sua vez, a injunções lingüísticas e retóricas.<sup>52</sup> É no texto histórico que se pode verificar a articulação de sentidos, cuja análise permite compreender

---

<sup>52</sup> RICOEUR, Paul. *Op. Cit.*, 2000.

com que significados se preenche o papel do historiador e da história na sociedade, um dos objetos desta pesquisa. Entretanto, segundo Roger Chartier, o reconhecimento da dimensão narrativa da história, ou de seu parentesco próximo com a composição literária, impôs desafios aos historiadores que acreditam ser a história uma ciência social:

Reconhecer que a realidade passada não é acessível (na maioria das vezes) senão através dos textos que pretendiam organizá-la, submetê-la ou representá-la não é postular, contudo, a identidade entre as duas lógicas: de um lado, a lógica logocêntrica e hermenêutica que governa a produção dos discursos; de outro, a lógica prática que regula as condutas e ações.<sup>53</sup>

Em outras palavras, não se pode reduzir toda a experiência ao discurso.<sup>54</sup>

Mas a dimensão textual da história não diz respeito somente a sua relação com um referente externo, “real”. Se as relações entre os historiadores e entre a história e outras atividades intelectuais e artísticas são mediadas obrigatoriamente pela linguagem, isso não significa que todas as questões colocadas acima na problematização desta pesquisa sejam elucidadas tão somente através da análise da estrutura narrativa dos textos historiográficos. A questão da escolha dos textos a serem lidos em conjunto, lado a lado ou sucessivamente, remete para além da estruturação do enredo, da articulação de conceitos, das análises metahistóricas das obras historiográficas.

Isso quer dizer que, se as fases não-sucessivas que compõem a *operação historiográfica* (documentária, explicativa/compreensiva e literária) são mediadas pela linguagem do início ao fim, a linguagem, do início ao fim, está submetida à tensão entre liberdade criativa e constrangimentos sociais. A própria linguagem não se define apenas pelo seu caráter estruturante, já que seu uso é socialmente estruturado.

Assim, é possível dizer que a afirmação de que a *operação historiográfica* é feita a partir de um lugar social pode ser expressa em outros termos: a *operação historiográfica* é lingüística e, portanto, socialmente mediada ou, ainda: as concepções epistemológicas são

---

<sup>53</sup> CHARTIER, Roger, 2002, *Op. Cit.*, p. 90-91.

<sup>54</sup> *Idem.*

também socialmente construídas. Um texto, como lembra Paul Ricoeur, tem um destinatário com o qual se pode estabelecer uma comunicação devido à partilha das regras codificadas de interpretação e cuja expectativa, no caso da recepção de um texto de história, é a de uma representação o mais próxima possível do real.<sup>55</sup> É por isso que o historiador da historiografia, conforme Hartog, não deve permanecer “fechado” no texto que analisa, mas não deve também ter pressa de sair dele.<sup>56</sup>

### **Estrutura da tese e critérios de escolha dos textos analisados**

Um primeiro critério de escolha das fontes refere-se àquelas que permitem explorar a tensão entre arte e ciência na obra de Moysés Vellinho. Já se mencionou que, a despeito da tradicional concepção da história como uma atividade intelectual distinta da literatura, era comum que um mesmo indivíduo se dedicasse à literatura ou à crítica literária e fosse reconhecido também como historiador, como o autor em questão. Essas práticas poderiam ser paralelas ou consecutivas, pois a literatura também servia como porta de entrada para a pesquisa em história, ficando gradativamente em segundo plano, conforme sabemos ao acompanhar as carreiras de vários intelectuais no Rio Grande do Sul, principalmente no período que antecede a era da historiografia universitária.<sup>57</sup>

---

<sup>55</sup> “A que disciplina pertence uma teoria da leitura? À poética? Sim, na medida em que a *composição* da obra regula a leitura; não, na medida em que outros fatores entram em jogo, fatores estes que dependem da espécie de *comunicação* que tem seu ponto de partida no autor e atravessa a obra para encontrar seu ponto de chegada no leitor”. RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III, *Op. Cit.*, 1997, p. 277.

<sup>56</sup> Sobre a obra de Homero, Hartog afirma: “mas não creio que com as *Histórias* se perde algo por trabalhar-se principalmente o texto, mesmo se o contexto não nos escapa totalmente e se recorrer à intertextualidade não é completamente impossível. Mas não sair, ou ‘sair’ às pressas, não significa, entretanto, ‘fechar-se’ no texto, com todas as portas e janelas lacradas, como numa câmara de delícias; não se trata também de desenvolver um ‘culto’ ao texto, que não será mais que ‘uma forma apenas modernizada do velho culto aos heróis’. Em suma, é nessa abordagem séria do texto (histórico ou não) e na elaboração dos procedimentos que ela implica que me parece residir a contribuição teórica que a história antiga pode fazer à história, induzindo à reflexão sobre o que se pode entender por documento e fonte”. HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. [Tradução de Jacyntho Lins Brandão], p. 319.

<sup>57</sup> No Rio Grande do Sul, podemos citar, além de Moysés Vellinho, Dante de Laytano e Guilhermino César. Laytano teve uma breve experiência literária em seu início de carreira, concentrando-se posteriormente nas suas atividades de docente, administrador do Museu Júlio de Castilhos e pesquisador em História. Vellinho e César tiveram uma proximidade maior e mais duradoura da sua prática de crítica literária e escrita da história, mas eles também tiveram a historiografia como atividade consolidada posteriormente à crítica literária, que nunca chegaram a abandonar. César, além de crítico e historiador da literatura, foi docente no curso de Letras da

Além dessa proximidade “prática”, ainda é possível postular uma proximidade quanto às problemáticas das quais se ocupavam escritores e historiadores no estado. A literatura sul-rio-grandense manteve uma forte tradição regionalista desde o século XIX até o período que aqui interessa. É em torno da discussão das obras literárias locais que se coloca uma série de questões recorrentes nos problemas historiográficos: a definição da região em sua relação com a nação e os modelos de sua representação.

O Capítulo 1 tratará dos ensaios críticos de Moysés Vellinho desde a década de 1920 até a de 1940, quando o autor muda seu perfil intelectual. Nesse período, ele militou intensivamente em torno da construção e consolidação da Revolução de 30, desempenhando paralelamente suas atividades na crítica literária. A escolha da década de 1940 como ponto de corte para o capítulo seguinte relaciona-se a uma série de fatores ligados a sua trajetória intelectual e política. Em 1945, cai o Estado Novo e começa a ser publicada a *Província de São Pedro*, organizada e administrada por Vellinho. O ano faz coincidir a posição antagonista que o crítico passou a defender em relação ao regime político centralizador e autoritário de Getúlio Vargas e o início de um período de intensa atuação na esfera da produção cultural local. A revista foi considerada, principalmente no âmbito da literatura, uma das mais importantes iniciativas realizadas nessa área no Rio Grande do Sul.<sup>58</sup> Alguns dos editoriais e outros textos publicados na revista serão enfocados na discussão dos textos críticos de Vellinho.

Érico Veríssimo afastou-se do cânone local regionalista, criticado também por Moysés Vellinho, dedicando-se ao romance urbano. O ano de 1949 foi marcado pelo surgimento do

---

UFRGS. Sobre Laytano, ver: BARCELLOS, Daisy. “Dante de Laytano e o Folclore no Rio Grande do Sul”. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 3, n. 7, nov. 1997, pp. 252-275, e NEDEL, 1999, *Op. Cit.*, cap. 3. A trajetória de VELLINHO será acompanhada no decorrer da tese. Sobre ela, ver também GOLIN, Cida. “Moysés Vellinho: anotações sobre um homem da Província” e BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. “Moysés Vellinho e o ensaio crítico sulino”. In: BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Moysés Vellinho: ensaios literários*. Porto Alegre, CORAG, IEL, 2001, pp. 9-24 e 25-36, respectivamente. Sobre Guilhermino César, ver: CARVALHAL, Tânia Franco. “Guilhermino César: do efêmero ao permanente”. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Notícia do Rio Grande: literatura, Guilhermino César*. Porto Alegre: UFRGS, IEL, 1994, pp. 9-20. Sobre todos os autores, ver também: BRASIL, Assis; MOREIRA, Alice; ZILBERMAN, Regina. *Pequeno Dicionário da Literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Novo Século, 1999. Sobre a data de ingresso dos historiadores no IHGRS, ver: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, n.º 122, 1982, pp. 177-187.

<sup>58</sup> Ver, por exemplo, o artigo de Maria da Glória Bordini a respeito da revista publicada entre 1945 e 1957: “A ‘Província de São Pedro’”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 06 janeiro 1979. Caderno de Sábado, p. 12.

primeiro volume da obra mais reconhecida do escritor, *O tempo e o vento*<sup>59</sup>, romance histórico sob a forma de trilogia, elaborado ao longo de mais de dez anos e tendo como tema a saga de uma família que se confundia com a saga histórica do Rio Grande do Sul.<sup>60</sup> A mudança da perspectiva urbana de Veríssimo para uma literatura aparentemente mais próxima do regionalismo foi uma decisão tomada após um longo amadurecimento do projeto, segundo o próprio autor.<sup>61</sup>

A proximidade de Érico em relação a projetos, indivíduos e instituições ligadas à história no Rio Grande do Sul não impediu que ele fosse sempre reconhecido exclusivamente como escritor de literatura.<sup>62</sup> Dessa forma, devido ao reconhecimento obtido pelo escritor, sua clara identificação com a escrita literária e a intimidade de sua principal obra com os problemas da história local, sua trajetória intelectual e sua obra, *O tempo e o vento*, tornam-se importantes contrapontos na construção da literatura como o “outro” e como espelho da história. O Capítulo 2 tratará da análise da obra de Veríssimo do ponto de vista das preocupações e características comuns entre esta e aquelas da crítica literária e da historiografia de Moysés Vellinho.

Não se busca apenas o romance histórico como balizamento de posições diferenciadas em relação a uma escrita sobre o passado. A história e a literatura partilham um projeto semelhante ao buscarem estabelecer um corte entre o que é o passado e o que é presente e

---

<sup>59</sup> VERÍSSIMO, Érico. *O tempo e o vento*. 7 vols. Porto Alegre: Globo, 1949-1962.

<sup>60</sup> Sobre a conjunção de empreendimentos significativos da produção intelectual local nos anos aproximados do lançamento dos volumes iniciais de *O tempo e o vento*, referindo-os como antecedentes de *Capitania d’El-rei*, Chaves afirma: “Não é pouco, sobretudo se considerarmos alguns fatores que compõem o fundo do quadro. Nos anos imediatamente precedentes, Érico Veríssimo publicara os primeiros volumes de *O tempo e o vento*; Carlos Reverbél empreendera a redescoberta de Simões Lopes Neto; Guilhermino César apresentara a sua *História da literatura do Rio Grande do Sul*; Augusto Meyer, também ele, suvertera certos cânones estabelecidos com a edição de *Prosa dos pagos*”. CHAVES, Flávio Loureiro. “Releitura de Moysés Vellinho”. *Zero hora*. Porto Alegre, 28 abril 2001, Caderno de Sábado, p. 4-5 (citação da p. 5).

<sup>61</sup> VERÍSSIMO, E. *Solo de clarineta I*, 1995, *Op. Cit.*, em especial, pgs. 289 a 294.

<sup>62</sup> Segundo Sérgio Miceli, Érico Veríssimo foi um dos primeiros escritores brasileiros a sobreviverem exclusivamente dos frutos de sua literatura. O romance *Olhai os lírios do campo*, publicado em 1938 (Porto Alegre, Globo), apesar de não ter sido considerado nem pela crítica, nem pelo autor como uma obra de qualidade superior, obteve um imenso sucesso de público em todo o Brasil, permitindo que o autor passasse a viver exclusivamente de direitos autorais. Segundo Miceli e o próprio Veríssimo, essa profissionalização literária está intimamente associada à trajetória da Editora do Globo e do *boom* do mercado do livro no final da década de 1930. MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1979, pp. 124-128. (Coleção Corpo e Alma do Brasil) e VERÍSSIMO, E. *Solo de clarineta I*, 1995, *Op. Cit.*, pp. 265-270.



uma relação determinada entre esses dois registros temporais da atividade humana.<sup>63</sup> Intervém em ambos a questão do “que” lembrar e de “quem” lembra, mesmo que os personagens sejam fictícios, pois podem ser representantes de determinados grupos sociais.<sup>64</sup> Mas não apenas isso; “quem” lembra? O historiador ou o romancista? Que diferença isso faz para a compreensão do passado?

Ao aproximar-se tanto a escrita ficcional da historiográfica, convém esclarecer, com Hartog, que “não se trata evidentemente de defender que a segunda se remete à primeira, à insígnia comum e ambígua da ‘ficção’, com todos os mal-entendidos recentes, mais freqüentemente estéreis do que produtivos”.<sup>65</sup> Isso quer dizer que, se elas foram tão aproximadas, é porque são consideradas como dois empreendimentos distintos cuja alteridade foi historicamente – e talvez irreversivelmente – construída e que, por isso, são passíveis de iluminarem-se mutuamente. Busca-se compreender de que forma elas se relacionavam e construíam seu “jogo de espelhos”. Talvez, paradoxalmente, só se pudesse desenvolver o gênero do romance histórico no Rio Grande do Sul, tão próximo da *operação historiográfica*, quando se caminhava no sentido de uma maior especialização das práticas de escritas sob o signo de duas disciplinas em processo de especialização.

A época do lançamento de *O tempo e o vento* e a leitura prévia da literatura e da crítica literária consideradas como marcos e matrizes da historiografia local são reforçados neste trabalho por um fenômeno praticamente ignorado pelos historiadores da historiografia gaúcha: a conversão dos críticos literários Moysés Vellinho e Guilhermino César em

---

<sup>63</sup> Certeau considerou o gesto da escrita historiográfica como um “trabalho representativo que articula num mesmo espaço a ausência e a produção. Na sua forma mais elementar, escrever é construir uma frase percorrendo um lugar supostamente em branco, a página. Mas a atividade que re-começa a partir de um tempo novo separado dos antigos, e que se encarrega da construção de uma razão neste presente, não é ela historiografia?”. CERTEAU, Michel de. *Op. Cit.*, 2002, p. 17. O romance histórico compartilha com a historiografia esse corte entre passado e presente e representa também uma modalidade de relacionamento com a morte.

<sup>64</sup> Ricoeur apontou a questão de “que” e de “quem” como importante para compreender as formas de representação do passado compartilhadas entre memória e história. O filósofo refere o impasse colocado a partir da tese de Halbwachs sobre memória coletiva, quando se chegou a propor que a memória individual seria apenas uma variante, quando muito, da memória coletiva. Como solução a esse problema, Ricoeur sugeriu que a memória pode ser atribuída a múltiplas pessoas gramaticais: alguns fenômenos psíquicos podem ser referidos simultaneamente ao “si mesmo” e ao “além de si mesmo”. RICOEUR, Paul. *Op. Cit.*, 2000, p. 732-735. Isso quer dizer que a escrita da história e a da literatura (romance histórico), ao se remeterem ao fundo comum da memória coletiva, operam na interface entre a memória individual do autor, relacionada ao seu grupo social, e à coletividade que engloba esse grupo juntamente com outros.

<sup>65</sup> HARTOG, F. “A fábrica da história: do acontecimento”. *História em revista*. Pelotas, v. 6, dez. 2000, p. 7-19.

historiadores. Ambos ingressaram no IHGRS no ano de 1949, constituindo essa inflexão nas suas trajetórias como mais que mera coincidência para a compreensão da construção de uma identidade disciplinar da história.<sup>66</sup> Esse deslocamento assume maior importância para esta investigação, pois esses autores, especialmente Moysés Vellinho, ocuparam cargos diretivos no IHGRS e participaram das discussões acerca de problemáticas legítimas, tanto da literatura quanto da história local, e da imposição das prescrições, regras e critérios de consagração para a *operação historiográfica* local.

Dentre os textos de Vellinho que se deslocam da literatura em direção à história, está *Capitania Del Rey*, o principal foco do Capítulo 3 desta tese. Trata-se de um conjunto de ensaios sociológicos voltados para a investigação da formação do Rio Grande do Sul, tema comum à trilogia de Veríssimo e também à obra historiográfica de Guilhermino César.<sup>67</sup> A leitura consecutiva dos textos de crítica literária e historiográfica de Vellinho, de *O tempo e o vento* e de *Capitania d'El-Rei* contribui para compor o quadro das tensões entre literatura e história e entre as decisões e concepções pessoais e aquelas “impostas” pelo lugar social. O Capítulo 3 desta tese utiliza uma escala de análise semelhante à do Capítulo 2, focada na estrutura narrativa e nas concepções epistemológicas de *Capitania*, cotejando-as com aquelas verificadas nos textos analisados nos capítulos anteriores e em *Fronteira*, última obra do autor voltada para a história do Rio Grande do Sul.<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> Esse fenômeno não foi exclusivo do Rio Grande do Sul, e outros exemplos podem ser apontados de carreiras de intelectuais brasileiros iniciadas na literatura ou na crítica e direcionadas posteriormente para a pesquisa “especializada” (raramente tão especializada quanto atualmente) em história. Dentre os mais célebres, está Sérgio Buarque de Holanda. Antônio Cândido também transitou entre a sociologia e a crítica literária, embora o sentido da mudança de direção tenha sido o inverso para esse autor.

<sup>67</sup> VELLINHO, Moysés. *Op. Cit.*, 1964 .

<sup>68</sup> VELLINHO, M. *Op. cit.*, 1973.

## CAPÍTULO 1 – As prescrições do crítico: a literatura “sociológica” e região

Moysés Vellinho surgiu no círculo intelectual porto-alegrense de forma típica e contundente.<sup>69</sup> Típica porque pertencia a uma família tradicional e inaugurou sua trajetória, como tantos outros intelectuais da época, no Brasil e no Rio Grande do Sul, escrevendo artigos de crítica literária nos jornais da capital, após destacar-se em uma escola jesuítica e ser indicado para essa função.<sup>70</sup> Contundente porque, logo no início de sua atuação intelectual, estabelece uma polêmica sobre a obra de um dos mais reconhecidos escritores sul-riograndenses, Alcides Maya<sup>71</sup>, com um dos mais respeitados intelectuais porto-alegrenses, Rubens de Barcellos.<sup>72</sup> A atividade crítica literária seria, como a de vários outros intelectuais brasileiros, desenvolvida em paralelo com a inserção na burocracia do estado e a atuação

---

<sup>69</sup> Os principais momentos da biografia intelectual de Moysés Vellinho são relativamente bem conhecidos, embora ainda não tenham sido objeto de um estudo mais aprofundado, equivalentes a sua importância no meio intelectual e político do Rio Grande do Sul. Além dos textos citados na nota 56, ver AZAMBUJA, Ruy Rodrigo Brasileiro. *Ribeiro Dantas e Moysés Vellinho*. Porto Alegre, mimeo, 1993.

<sup>70</sup> Não só no Brasil a crítica era tradicionalmente escrita em jornais. Segundo Moisés, o francês Saint-Beuve é considerado o precursor da crítica moderna *porque* ela é escrita em jornais e *porque* ensaia métodos de rigor vizinhos da ciência. MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 14 ed. São Paulo: Cultrix, 1999, p. 121, grifo meu. A crítica literária em periódicos no Brasil, como se sabe, era não apenas uma iniciação típica dos críticos literários, como também dava acesso a vários campos de atividade intelectual.

<sup>71</sup> Alcides Maya nasceu em São Gabriel, RS, em 1877, e morreu no Rio de Janeiro, em 1944. É seguramente um dos escritores mais conhecidos do Rio Grande do Sul. Começou sua carreira na crítica literária no estado natal. Engajou-se na política partidária estadual oscilando do apoio à campanha civilista em 1909 a uma aproximação posterior com antigos inimigos, como Pinheiro Machado. Por conta dessa mudança na posição política, exerceu cargos públicos na esfera federal. Publicou sua obra mais famosa, criticada por Vellinho, em 1910: *Ruínas vivas*. Deu sequência ao tema desta em *Tapera* (1911). Também escreveu ensaios bem aceitos na crítica nacional, como *Machado de Assis*: algumas notas sobre o “humour”, em 1912. Em julho de 1914, recebeu o mais alto reconhecimento ao escritor nacional: ingressou na Academia Brasileira de Letras na vaga de Aluísio Azevedo. BRASIL, Assis; MOREIRA, Alice; ZILBERMAN, Regina. *Pequeno Dicionário da Literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Novo Século, 1999, p. 13-15.

<sup>72</sup> Rubens de Barcellos nasceu em Porto Alegre, em 1896, e faleceu na mesma cidade, em 1951. Foi diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais, desempenhando atividades intelectuais na imprensa local e também do Rio de Janeiro. Foi considerado como sociólogo, historiador e crítico literário. Sofreu de uma longa enfermidade (25 anos) da qual se falava veladamente: “o seu radiante espírito de súbito se apagou, como o de Frederico Nietzsche, talvez por excesso de tensão”. Essa é a descrição dos organizadores de sua obra póstuma, publicada em 1955: o próprio Moysés Vellinho e aquele que se tornaria seu opositor no IHGRS, Mansueto Bernardi. BARCELLOS, Rubens. *Estudos Rio-grandenses: motivos de história e literatura*. (Coligidos e organizados por Mansueto Bernardi e Moysés Vellinho). 2 ed. Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo: Globo, 1960.

político-partidária, em especial na Revolução de 30. Sua atuação nessa área perdurou desde a década de 1920 até a década de 1960, quando sua atenção será direcionada prioritariamente, embora não exclusivamente, ao ensaio histórico-sociológico.

Em um sentido geral, o presente capítulo visa a estabelecer algumas relações entre literatura e história na obra de Moysés Vellinho, enfocando sua trajetória na crítica literária local no período que vai desde meados dos anos 1920 até o final dos anos 1940 e direcionando a análise para a compreensão mais ampla da historiografia do autor, a ser enfocada posteriormente. A delimitação cronológica adotada para este capítulo diz respeito a dois fatores. Apesar de sua atividade na crítica literária ter continuado nos anos 1960, os anos de 1945 e 1949 marcam uma mudança significativa na trajetória intelectual do autor. Em 1945, Vellinho encabeçou o lançamento da revista *Província de São Pedro* e, em 1949, ingressou no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. O ano de 1949 marcou ainda outro acontecimento importante na literatura sul-rio-grandense: o lançamento da primeira parte de *O tempo e o vento*, considerada a obra máxima do maior expoente da literatura local, Érico Veríssimo.

O principal objetivo deste trabalho, como já explicitado, é a discussão das concepções teóricas e da trajetória intelectual de Moysés Vellinho no campo da história. A sua atividade na crítica literária, entretanto, não se desenvolveu como uma opção independente de sua opção intelectual da maturidade ou contrária a ela. A análise de seus ensaios críticos é considerada aqui essencial para a compreensão mais ampla de suas concepções acerca dos fundamentos teóricos da prática historiográfica. Não basta reconhecer os traços típicos de sua trajetória intelectual destacados acima: mais do que isso, busca-se estabelecer as conexões específicas entre a sua análise da literatura e as concepções históricas configuradas em sua obra. O que se quer, portanto, é reconhecer tanto os traços comuns entre a sua trajetória e as dos demais intelectuais brasileiros e sul-rio-grandenses entre as décadas de 1920 e 1970, quanto as interpretações e estratégias narrativas especificamente resultantes do cruzamento entre a literatura, a história, a política e a situação provinciana em sua escrita.

### 1.1. Os primeiros ensaios

Em um estudo sobre a crítica literária no Rio Grande do Sul desde o romantismo, cujas linhas de pensamento foram adotadas pelos intelectuais do Partenon Literário, até o modernismo, Baumgarten demonstra que o precursor do ensaio crítico no Rio Grande do Sul havia sido Alcides Maya e que a crítica modernista teria sido iniciada com João Pinto da Silva.<sup>73</sup> Moysés Vellinho deveria ser considerado, conforme o mesmo autor, inserido nessa tradição crítica já construída pelos seus predecessores.<sup>74</sup> Entretanto, não se poderia enquadrá-lo seguramente em uma corrente literária específica, coisa que a ele também não pareceu muito importante. Nesse sentido, os estudiosos da crítica literária sul-rio-grandense seguem a mesma tendência do autor, evitando classificá-lo, mas sugerindo um impacto indireto do modernismo, caracterizado como uma “inspiração”.<sup>75</sup> Se, por um lado, essa postura é válida, pois o enquadramento da obra de um autor em um esquema predeterminado freqüentemente obscurece sua compreensão, por outro, remete ao estado de indefinição sobre a discussão acerca da recepção do modernismo no estado.<sup>76</sup> Teria havido aqui um modernismo diferente daquele que houve no restante do país ou ele não teria ocorrido no Rio Grande do Sul? A região está na periferia da intelectualidade nacional ou na vanguarda? Esses problemas que constituíram o mote para investigações sobre o campo literário local aqui valem mais permanecendo em suspenso, não ocupando a centralidade da investigação e constituindo um

---

<sup>73</sup> BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo*. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1997, pp. 118-163.

<sup>74</sup> BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. “Moysés Vellinho e o ensaio crítico sulino”. In: \_\_\_\_ (org.). *Ensaaios literários: Moysés Vellinho*. Porto Alegre: IEL: CORAG, 2001, pp. 25-36, ver p. 27, em especial.

<sup>75</sup> Ver CHAVES, Flávio Loureiro. (seleção e apresentação) *O ensaio literário no Rio grande do Sul, 1868-1960*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; Brasília; INL, 1979, p. XXV e BAUMGARTEN, C. A. *Op. Cit.*, 2001, p. 29.

<sup>76</sup> Há duas proposições discordantes sobre a questão de ter havido ou não modernismo no Rio Grande do Sul. Segundo Zilberman, Lígia Chiappini Leite acusa a ausência de ruptura entre a prosa e poesia dos anos 20 e a de seus predecessores (a nova estética poética não teria rompido com o simbolismo). Guilhermino César tomara essa ausência de ruptura como uma antecipação local da ênfase modernista nas tradições regionais que tiveram voga no centro do país a partir de 1922. O regionalismo enraizado na escrita literária dos sul-rio-grandenses desde o Partenon Literário, no século XIX, seria o signo dessa antecipação. ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 63.

repertório de questionamentos que podem funcionar como índice das questões que faziam parte do horizonte de preocupações da intelectualidade da época.

A seguir, serão analisados os principais trabalhos críticos de Moysés Vellinho desde o início de sua carreira nos anos 1920 até o ano emblemático de 1949. Nesse percurso, busca-se a interlocução com os trabalhos contemporâneos sobre a historiografia literária nacional e regional, bem como os parâmetros já explicitados sobre a presença do passado e do tempo histórico em sua escrita.

A análise será iniciada, então, pelos momentos prévios à célebre polêmica entre Vellinho e Rubens de Barcelos sobre a obra de Alcides Maya, que despertou a atenção da historiografia literária local.<sup>77</sup> Vellinho, como jovem escritor, estreava em 1922 nos jornais da capital versando sobre literatura e usando o pseudônimo de Paulo Arinos. No jornal *Correio do Povo*, ele apresentava-se ante seus pares através de uma crítica literária afirmativa e frequentemente polêmica. A Semana da Arte Moderna de 1922 e os desdobramentos do Movimento Modernista foram acompanhados por Vellinho com tomadas de posição inicialmente mais hostis ao grupo de modernistas que ele identificava como futuristas.<sup>78</sup> Dentre esses escritos, tanto os que se referiam à eferescência modernista, quanto os que se dedicavam à literatura regional, o autor expunha suas concepções teóricas sobre arte e literatura. Ao criticar *O Crime daquela noite*, de Menotti Del Pichia, Vellinho escrevia que “em arte, a fantasia não é tudo” e que “a imaginação só é válida quando usada em função da

---

<sup>77</sup> A polêmica entre Paulo Arinos e Rubens de Barcellos já foi publicada várias vezes depois de ter freqüentado as páginas do *Correio do Povo* em 1925: foi anexa à obra de Rubens de Barcellos, BARCELLOS, Rubens. *Op. Cit.*, 1955 (Coleção Província). Posteriormente, foi publicada mais duas vezes: na antologia sobre crítica literária no Rio Grande do Sul, organizada por Flávio Loureiro Chaves: CHAVES, F. L., *Op. Cit.*, 1979, e na coletânea de ensaios de Moysés Vellinho publicada pelo Instituto Estadual do Livro: BAUMGARTEN, C. A. *Op. Cit.*, 2001. Mas o número de publicações contrasta com o que parece ser uma recusa em analisá-la.

<sup>78</sup> Lígia Chiappini Leite resume as principais críticas literárias sobre a Semana de Arte Moderna de São Paulo e o modernismo brasileiro publicadas no *Correio do Povo* e no *Diário de Notícias* entre os anos de 1922 e 1931. Em uma crítica de Moysés Vellinho intitulada “Bendita vaia”, o autor exalta a Paulicéia por ter vaiado os “futuristas”, dentre os quais, identifica Oswald, Menotti, Nascimento Filho e Ronald, admirando-se de que este último e Menotti Del Pichia tenham “entrado nisso”. In: LEITE, Lígia Chiappini M. *Modernismo no Rio Grande do Sul: materiais para o seu estudo*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972, p. 52. A atitude crítica do autor perante os “exageros” de alguns modernistas também foi observada por CHAVES, F. L., *Op. Cit.*, 1979 e BAUMGARTEN, C. A., *Op. Cit.*, 2001.

realidade”.<sup>79</sup> A definição do que seria o uso da imaginação “em função da realidade” na literatura é dada na tréplica a Menotti Del Pichia:

A sua novela não é inverossímil, o que é inaceitável é a falta de tato com que você lhe desenrola as cenas. Soltas, umas não se ligam às outras, você não sabe dar a ilusão da realidade. O assunto? Já há mais extraordinários que seu crime. Já se pintou até o inferno, mas de forma verossímil.<sup>80</sup>

Mais do que apresentar uma narrativa sobre acontecimentos possíveis, a literatura deveria fornecer uma ilusão de realidade: a imaginação deveria ser usada para *fazer crer*, mesmo que fosse na existência de um improvável lugar como o inferno. O *assunto*, objeto da obra literária, portanto, seria secundário em relação à demanda da representação realista do passado. A crítica a Del Pichia é estética, mas também epistemológica.

A concepção de uma literatura realista remete à crença de que se poderia, através da análise científica do real, chegar a uma expressão de adequação entre o texto e a realidade. Essa confiança enraizara-se no meio intelectual brasileiro no final do século XIX, quando o advento dos postulados cientificistas na escrita e na crítica literária, em reação ao idealismo do romantismo, resultara em prescrições endereçadas à literatura. Essa posição realista foi freqüente a partir de 1930, no chamado “neonaturalismo” que permeava a ficção.<sup>81</sup> Mas o

---

<sup>79</sup> *Apud* LEITE, Lígia, *Op. Cit.*, 1972, p. 71. A autora observa que essa é uma concepção de arte como forma de conhecimento.

<sup>80</sup> Resumo da “Carta aberta ao sr. Menotti Del Pichia”, de Moysés Vellinho, publicada em 20/05/1922 no *Correio do Povo*. LEITE, Lígia C., *Op. Cit.*, 1972, p. 72-73. Segundo Lígia C. Leite, para Vellinho, “a realidade, sendo verdadeira, nem sempre é verossímil. Só é real o verossímil, na obra de arte. Em arte, a razão de ser da realidade não é o que se tem de bom e belo? Que a justifica senão o seu sentido maior? O artista não deve só copiá-la mas corrigi-la, tirar-lhe as manchas, recriá-la”. *Ibidem*, p. 73.

<sup>81</sup> CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. 8 ed. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro), p. 113-114. O que Cândido associou a uma retomada do naturalismo do século XIX, Daniel Pécaut, pensando nas concepções intelectuais mais abrangentes, não só no âmbito literário, definiu como “pressuposto realista”. Conforme Pécaut, desde os pensadores de 1930, que delinearum em detalhes o esquema da boa organização social, até os de 1955, que imaginaram o desenvolvimento correto, todos se achavam igualmente persuadidos de que expressavam apenas o que *é*, de fato, o social e o que *é*, de fato, o desenvolvimento – estavam convencidos de que as idéias comandam diretamente o devir histórico. PÉCAUT, Daniel. *Op. Cit.*, 1990, p. 8.

É possível retroagir ainda mais na demanda realista à arte, segundo demonstra Costa Lima. Prescrições semelhantes já eram colocadas à literatura quando surgia sua definição moderna, em uma das perspectivas em

realismo preconizado por Vellinho na década de 1920 parece menos antecipar uma tendência nacional do que se remeter à persistência das prescrições literárias provindas da crítica de finais do século XIX, início do XX, por uma possível inspiração em José Veríssimo, por exemplo, autor que seria objeto de sua análise anos mais tarde. Se assim for, sua posição não se encontrava sincronizada com o modernismo em voga no centro do país; por outro lado, havia uma sintonia no que diz respeito à denúncia do *estilo* academicista de Alcides Maya, considerado por ele formalmente inadequado ao seu objeto de representação literária: a região.<sup>82</sup>

Contudo, se o crítico literário pressupunha que havia uma forma mais adequada que outras para a representação da realidade, o problema colocado não era o da possibilidade de acesso à realidade, mas de qual seria a linguagem, o estilo adequados à mimese da realidade. Em 1925, esse “pressuposto realista” se desdobraria também em uma discussão referente ao conteúdo da ficção. Se, na análise da obra de Del Pichia, o *assunto* aparecia como um elemento secundário para uma representação realista da realidade, o mesmo não ocorreu quando Moysés Vellinho, sob o pseudônimo de Paulo Arinos, criticou Alcides Maya. Ao antagonizar o grande expoente das letras sul-rio-grandenses, o jovem iniciante associava prescrições formais e de conteúdo à literatura, associadas à demanda por uma literatura realista.

## 1. 2. A polêmica sobre a obra de Alcides Maya

A célebre polêmica entre Vellinho/Arinos e Rubens de Barcellos sobre a obra de Alcides Maya desenvolveu-se primordialmente em torno dos critérios legítimos para a

---

debate na questão da especialização dos saberes humanistas na Alemanha do final do século XVIII. LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 322-323.

<sup>82</sup> Segundo Baumgarten, ao criticar o verbalismo excessivo do autor, Vellinho parece estar sendo influenciado pelo modernismo em sua defesa da elevação da “fala brasileira” à condição de linguagem literária. BAUMGARTEN, C. A. *Op. Cit.*, 2001, p. 29. Na chamada “fase heróica” do modernismo, de 1922 a 1930, enfatizou-se a busca de uma renovação lingüística e formal da literatura e denunciou-se a vacuidade de uma “arte pela arte”, atribuída principalmente aos parnasianos, em contraposição à qual se prescrevia um conteúdo renovado, basicamente de cunho nacionalizante. Sobre o assunto, ver: CÂNDIDO, Antônio. *Op. Cit.*, 2000, p. 110-113. e BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 32 ed. aum. e rev. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 305-6.



representação literária da sociedade regional.<sup>83</sup> A proposição de uma arte realista persistia como um dos eixos principais da crítica de Vellinho à obra de Maya e conferia um significado específico ao papel social dos literatos ou, mais genericamente, dos “intelectuais da província”.<sup>84</sup> Vellinho, então, declarava: “Não lhes pedimos uma literatura quixotesca. O que queremos é que o traço das nossas realidades assinale fundo o seu estilo. O que queremos é que eles revelem a nossa terra natal *tal como ela é*: não um cemitério de lendas, mas um jardim de palpitantes realidades”.<sup>85</sup>

A demanda expressamente dirigida aos intelectuais, principalmente aos literatos, por uma escrita sobre a terra natal *tal como ela é* pode muito bem ser identificada com a ambição rankiana sobre a escrita da história.<sup>86</sup> Segundo pensava Ranke, ao historiador não caberia julgar nem imaginar, apenas registrar a realidade do passado, tal como ela aconteceu. Desse modo, como se pode ver mais adiante, a prescrição de Moysés Vellinho à escrita literária era a mesma que se dirigia à escrita da história desde o século XIX. O compromisso que o crítico esperava que se estabelecesse entre o narrador e o leitor de literatura era aquele que, segundo Paul Ricoeur, deixa menor espaço para a leitura criativa e induz muito mais.<sup>87</sup>

---

<sup>83</sup> Nessa polêmica, Moysés Vellinho teve o apoio de diversos intelectuais, o que evidencia que a sua preocupação estava inserida em um questionamento de todo um grupo social mais amplo na época. Ver, por exemplo, o tema das críticas literárias e o posicionamento explícito de alguns intelectuais, como Augusto Meyer e Eurico Rodrigues, a respeito da permanência do gauchismo e sobre a polêmica entre Paulo Arinos (Moysés Vellinho) e Rubens de Barcellos. LEITE, Lígia Chiappini. *Op. Cit.*, 1972, p. 79, p. 96.

Tanto a dita polêmica quanto o seu impacto nas letras locais são demonstrativos da centralidade já mencionada das discussões em torno do regionalismo na literatura e na atividade intelectual local.

<sup>84</sup> A expressão “intelectuais de província” foi usada por Letícia Nedel para definir a prática dos intelectuais no Rio Grande do Sul nesse período entre os anos 1920 e 1960, diferenciando-a de outras identificadas mais diretamente com a identidade nacional. No Rio Grande do Sul, a construção de uma identidade intelectual teria se caracterizado, tal com Vellinho a concebia, por uma singularização simultânea no âmbito social (papel do intelectual) e regional (singularidade regional integrada à cultura nacional): “Assim posto, o enquadramento da memória regional sul-rio-grandense é uma atividade passível de ser analisada em termos de um investimento social, já que ela envolve a consolidação de um *metier* (a especialização documentária) e a negociação de identidades profissionais e territoriais – sintetizadas, notadamente, na noção de ‘intelectual de província’”. NEDEL, Letícia. *Op. Cit.*, 2005, p. 81.

<sup>85</sup> VELLINHO, Moysés. “O papel da nova geração”. In: BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Ensaio literários Moysés Vellinho*. Porto Alegre: IEL, CORAG, 2001, pp. 201-203. Citação da p. 203, grifo meu. Publicado pela primeira vez no *Correio do Povo* de 16 de agosto de 1925 sob o pseudônimo de Paulo Arinos.

<sup>86</sup> A conhecida fórmula rankiana sobre a escrita da história foi explicitada no prefácio a sua obra *Sobre a crítica dos historiadores modernos*, de 1824. Sobre esse prefácio, ver GRAFTON, Anthony. *Op. Cit.*, 1998, p. 45.

<sup>87</sup> Ricoeur analisa a noção de narrador *digno de confiança*, afirmando que ela introduz no pacto de leitura uma nota de confiança que atenua a idéia de violência dissimulada por trás das técnicas de persuasão. Essa discussão torna-se interessante pelo paralelo que o filósofo faz da função dessa noção na escrita literária e na

Indistintamente, a literatura, a história, a sociologia, representavam atividades intelectuais cujo compromisso comum seria expressar a realidade da vida social regional.

As formas de compreensão e representação da realidade social e histórica da região, para Moysés Vellinho, tendo em vista sua filiação às preocupações literárias e as raras referências diretas ao assunto nesse período inicial de sua carreira crítica, estão confiadas à escrita literária. Termos como “história” e “histórico”, nesse momento, tinham uma presença periférica no seu discurso, apesar de o passado e as tradições se constituírem em preocupações centrais e permanentes na obra do autor. Uma das poucas referências literais do jovem crítico ao que é “histórico” encontra-se na sua recusa contundente ao saudosismo de Alcides Maya, que, segundo aquele, pertencia ao “partido dos que acreditavam no passado e desconfiavam do presente”, um partido “desencantado e melancólico”. A referência ao que é histórico não vinha acompanhada de um julgamento favorável:

O espírito que o anima diríamos ser de todo falso, não fora, porventura, *mero produto de um momento histórico*. Foi após a guerra federalista de 93, de resultados políticos tão dolorosamente vãos para a causa das nossas tradições, que o desânimo e a dúvida ganharam os espíritos, propiciando o nascimento e o viço desse partido sem fé.<sup>88</sup>

À história, pertenciam, portanto, as situações mutantes e efêmeras, a espuma das ondas de Braudel.<sup>89</sup> Os fatos históricos, efêmeros, eram fonte de desânimo e dúvida e não estavam encadeados na continuidade temporal, não se faziam presentes, exceto pela atitude saudosista, inadequada como abordagem do passado. O evento reputado como exemplo desse caráter efêmero era relacionado por ele à ameaça de descontinuidade da formação social regional: a

---

historiográfica: “A questão de ‘reliability’ está para a narrativa de ficção assim como a prova documentária está para a historiografia”. RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Tomo III. *Op. Cit.*, 1997, p. 280.

O narrador digno de confiança é muito mais explícito na narrativa e induz mais o leitor: “Um narrador completamente digno de confiança, como o era o romancista do século XVIII, tão pronto a intervir e a conduzir seu leitor pela mão, não dispensa este último de toda distância emocional relativamente aos personagens e a suas aventuras? Inversamente, um leitor desorientado, como pode ser o de *A montanha mágica*, desnordeado por um narrador irônico, não é convidado a refletir mais?”. *Idem*, p. 282.

<sup>88</sup> VELLINHO, Moysés. “O papel da nova geração”. *Op. Cit.*, 2001, p. 202. (grifo meu)

<sup>89</sup> BRAUDEL Fernand. *Op. Cit.*, 1983.

Revolução Federalista.<sup>90</sup> Entretanto, a avaliação da dita revolução como evento não significativo para integrar a elaboração intelectual sobre a formação social regional é também articulada por uma oposição entre história e memória, conforme se verifica na afirmação de que a obra de Alcides Maya era “a *memória* de uma vida que, no seu sentir, tinha passado, a sua obra é essencialmente *evocativa*. Uma *lembrança* comovida. Um canto de saudade”.<sup>91</sup> Os eventos efêmeros, que não encontram permanência no caráter regional, eram identificados ao mesmo tempo com uma memória individual que se contrapõe ao que é permanente e ao que é coletivo, social.

Se o histórico e a memória individual, para Vellinho, representavam os fatos passados lamentáveis e efêmeros aos quais não se devia creditar maior atenção, o que permanecia ao longo do tempo, o que conferia continuidade entre passado e presente era o caráter regional, definido pelo heroísmo dos sul-rio-grandenses. Não eram as frágeis determinações derivadas das guerras civis, e sim o heroísmo que permanecia:

Não sabemos distinguir o presente do passado. Pela identidade do seu ânimo e do seu caráter, ambos se fundem num mesmo tempo. A revolução de dois anos atrás mostra-nos o passado rompendo para diante, na ânsia de renovar-se e de se fazer presente. Não são esses frágeis cercados de arame, que talham e retalham as grandes extensões de campo, que hão de intimidar e tolher as expansões do instinto cívico do guasca. Quando é tempo, quando lhe ferem o amor-próprio, ele destrói aramados e restabelece os primitivos latifúndios, reconstruindo, um repente de loucura e heroísmo, o cenário das velhas

---

<sup>90</sup> Em se tratando da Revolução de 1893, é compreensível que se quisesse defini-la como um acidente histórico, um desvio ocasional de uma trajetória de estabilidade. Esse é um dos temas em torno do qual giraram as controvérsias que opuseram Vellinho e Rubens de Barcellos. Para este, a revolução de 1923 repetia a de 1893, que fora corretamente representada na obra de Maya como um “fratricídio nas dissensões políticas”, e merecia ser considerada como um evento significativo da história local, passível de uma avaliação grave. BARCELLOS, R. “O regionalismo e o papel da nova geração”. In: BAUMGARTEN, C. A. *Op. Cit.*, 2001, pp. 204-211, citação da p. 207.

<sup>91</sup> VELLINHO, Moysés. “O papel da nova geração”. *Op. Cit.*, 2001, p. 202. (grifos meus).

batalhas. Nada de esmorecimentos. *A capacidade heróica do gaúcho é sempre a mesma.*<sup>92</sup>

Não seria esse um ponto de discórdia entre Barcellos e Arinos/Vellino. O primeiro reconhecia a permanência da capacidade heróica do gaúcho, mas contestava que ela tivesse desaparecido ou tendesse a desaparecer na obra de Maya, como propunha o segundo. Antes, teria ficado dispersa na sua vasta obra, não exclusivamente literária, mas também de polêmica, de crítica e erudição.<sup>93</sup> Os polemistas de 1925 reconheciam no heroísmo, dessa forma, um traço de *continuidade* na sociedade regional, e este era um elemento caro à representação da história desde o século XIX.

Neste ponto, pode-se voltar à questão do elo entre *assunto e estilo*, conforme propunha Vellino, tomando-a nos termos de uma discussão sobre as relações entre as prescrições para a escrita literária e a epistemologia da história. A necessidade de integração dos eventos em uma única cadeia, ou seja, a transformação de histórias plurais, desconectadas, em um singular coletivo, foi um processo fundamental para o advento da história moderna desenvolvido por Ranke.<sup>94</sup> Para além da idéia de progresso decorrente dessa concepção, a história deveria ser vista, então, pelos seus fios de continuidade, que conferiam um sentido, uma essência, subjacentes ao movimento da passagem do tempo. Sob essa ótica, pode-se verificar que, no último trecho citado, se revelava a procura de uma continuidade por trás das aparentes rupturas, o que aproximava novamente, embora provavelmente de forma

---

<sup>92</sup> A “revolução de dois anos atrás” é a de 1923, que teria corrigido os efeitos perversos da revolução federalista (1893). VELLINHO, Moysés. “O papel da nova geração”. *Op. Cit.*, p. 203, grifo meu.

<sup>93</sup> BARCELLOS, Rubens de. “O regionalismo e o papel da nova geração”. *Op. Cit.*, 2001, p. 210.

<sup>94</sup> Segundo Koselleck, as histórias contadas como exemplos do passado a serem seguidos pelo presente constituíam um uso da história que ficou conhecido pela célebre fórmula da história *magistra vitae*. A partir do século XVIII, na Alemanha, operou-se uma transformação lingüística que evidenciou uma transformação semântica nas palavras que designavam o passado. Se às histórias da Antiguidade correspondia a idéia de um tempo cíclico, no qual a experiência do passado servia como modelo ao presente, à história, singular coletivo, conforme o significado que teve vigência a partir do século XVIII, correspondia a idéia de um tempo linear que estabelecia uma diferença entre passado e presente. KOSELLECK, Reinhart. “História magistra vitae”. *Op. Cit.*, 1993. Manoel Salgado Guimarães sintetizou precisamente as decorrências desse câmbio de significado apontado por Koselleck para a escrita da história a partir do tempo de Ranke: “passada a ser grafada no singular, a palavra História, como conceito, passa contudo a designar um conjunto amplo de eventos inter-relacionados em que o significado de cada evento particular, para ter garantida sua inteligibilidade, deve necessariamente considerar a sua posição no conjunto maior de eventos relatados”. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar”. In: PESAVENTO, Sandra. (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, pp. 9-24 (citação da p. 15).

involuntária, as prescrições acerca da escrita literária e as *démarches* metodológicas da escrita da história. O crítico fazia, então, uma opção metodológica, consciente ou não, ao pensar a experiência, o passado, como um dado a ser integrado em linha de continuidade com o presente.

Estava em debate, portanto, a presença de continuidades e descontinuidades na história e como ambas, ao serem constatadas, deveriam ser classificadas, conceituadas. A suas funções como elementos da narrativa literária e também da sociológica foram explicitadas na réplica de Barcellos a Vellinho:

Por isso sua obra é completa: um largo pensamento, a visão dum *sociólogo* vazada em superiores moldes de arte.

(...) Falsa seria necessariamente a obra do Sr. Alcides Maya, por incompleta, se houvesse esquecido o passado. Falsa ainda, falsa e refalsa, se nela não soubesse marcar o recuo dos planos, a diferença de épocas, as alterações de ambiente, sensíveis e manifestas na indumentária, em alguns hábitos, em certos costumes, em numerosas usanças, que já se foram para sempre, e outras que estão indo.<sup>95</sup>

Se, para Barcellos, era concebível que houvesse recuos no processo histórico, diferenças entre épocas e perdas de costumes, para Vellinho, como visto, não havia como distinguir o passado do presente; os eventos efêmeros, descontínuos, não deviam ser objeto da atenção de sociólogos ou de uma literatura regional que se queria sociológica. A presença das descontinuidades históricas na narrativa literária, sob essa ótica, caracterizava perspectivas puramente individuais. O que caracterizava o social, ou uma obra como expressão social, eram os traços partilhados que se mantinham presentes. Naquilo que era permanente é que se devia buscar o fundamento do laço social, que não apenas unia os indivíduos de uma região através de uma identidade comum, como também unia o passado ao presente dessa mesma sociedade. Os elementos partilhados pela sociedade, para serem considerados coletivos, deviam desempenhar sua função congregacional não apenas no presente, mas deviam ser

---

<sup>95</sup> BARCELLOS, Rubens. “O regionalismo e o papel da nova geração”. *Op. Cit.*, p. 208-9.

identificados também no passado. O que une, o que é característico e o que permanece é que deveriam ser os objetos da atenção dos literatos e sociólogos.

Na abordagem que Vellinho fazia das Revoluções de 1893 e 1923, verifica-se uma operação de revisão da memória. Ele configurava a segunda revolução como espaço de experiência em função da qual as expectativas pessimistas herdadas das deturpações de 1893 deveriam ser revistas.<sup>96</sup> Postulava uma nova leitura do passado não apenas estabelecendo uma conexão entre aquele e o presente, mas uma nova forma de fundi-los através das continuidades que os identificavam: o heroísmo instintivo dos habitantes locais. Se a continuidade do heroísmo era reconhecida tanto por Vellinho quanto pelo seu contendor na polêmica, a novidade é que esse atributo cultural representaria para o primeiro uma ponte entre eventos sobre os quais o segundo tinha um julgamento diferente. A discordância, além de girar em torno da presença de descontinuidades no processo histórico, referia-se prioritariamente à escolha dos objetos que representavam a continuidade do heroísmo. Para Vellinho, o que se passara em 1923, ao contrário do que pensava Barcellos, proporcionaria uma releitura menos pessimista dos acontecimentos sangrentos do conflito de 1893. A experiência de 1923 transformava a desintegração social decorrente da revolução anterior em evento efêmero, configurando os traços estruturais que embasavam a expectativa otimista de 1925, condição verificada no ambiente “pré-revolucionário” de 1930.

A adequada representação da sociedade regional não se definia, então, apenas pelo heroísmo; era necessário também anular o pessimismo através de um estilo saudável, que expressasse a confiança e a coragem emanadas de um ambiente afirmativo. Desse modo, os

---

<sup>96</sup> A noção que embasa essa interpretação das proposições de Vellinho quanto à revisão da memória da revolução de 1893 foi proposta por Koselleck, que tematizou o tempo histórico através das noções de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, cuja relação dialética permite historicizar as concepções de história e situá-las em uma determinada conformação cultural. Quando se aborda a relação entre uma determinada experiência e uma determinada expectativa, é de uma sociedade e de sua concepção particular da história e do tempo histórico que se trata de investigar. É de um tempo histórico socialmente construído que se trata. KOSELLECK, Reinhart. “Espacio de experiencia” y “Horizonte de expectativa”: dos categorías históricas. In: \_\_\_\_\_. *Futuro pasado: Op. Cit.*, 1993, pp. 333-357. Sobre essas proposições de Koselleck, relacionadas com as concepções de Ricoeur acerca da narrativa histórica, ver NICOLAZZI, Fernando. “Experiência histórica e narrativa historiográfica”. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, jan./jun. 2005, pp. 139-159.

“intelectuais da província”, sem distinção de áreas de atuação, deveriam tornar-se veículos de reprodução fiel de uma determinada realidade atual e histórica:

Romancistas, *conteurs*, poetas, sociólogos, historiadores, como quer que eles sejam, não esqueçam que ainda estamos em presença de todas as nossas tradições. Dêem saúde à sua forma, coragem ao seu pensamento, franqueza às suas intenções. Franqueza, coragem, saúde – atributos muito nossos.<sup>97</sup>

As continuidades que uniam passado e presente, a presença do passado no presente, eram configurados na tradição, experiência comum à sociedade regional e aos intelectuais de província, independentemente de sua especialidade. O passado vivia no presente através das experiências englobadas sob a categoria da tradição.<sup>98</sup> Dessa forma, a verdade a ser explicitada por cientistas e artistas, indistintamente, de que a herança negativa da Revolução de 1893 não operava mais no presente não necessitava de uma comprovação porque todos o sabiam: “Agora, porém, em que outras são as circunstâncias morais que nos cercam – circunstâncias que eu podia definir, mas que estão na consciência de todos – não há mais lugar para esse tom de saudade”.<sup>99</sup> A verdade devia ser buscada nas consciências e no vivido. Quanto maior fosse o seu enraizamento na vivência cotidiana, menor seria a necessidade de comprovação: bastava invocar o que todos sabiam, sentiam, lembravam, viviam. Se não necessitava de provas que remetessem a documentos, sua afirmação se legitimava por uma articulação narrativa: bastava enunciar a evidência da verdade partilhada e vivida para

---

<sup>97</sup> VELLINHO, M. “O papel da nova geração”. *Op. Cit.*, 2001, p. 202.

<sup>98</sup> Lenclud refere a relação entre tempo e tradição tomada em seu sentido cotidiano, muito próximo da noção exposta por Vellinho, nos seguintes termos: “Uma tradição seria, então, alguma coisa do passado que persiste no presente, inscrita no tempo, de procedência antiga e também circulante no tempo, uma vez que permanece viva ainda hoje. Uma tradição seria uma porção de herança mantida intocada, seu invólucro temporal ou sua pátina a qualidade conferindo a esse depósito seu coeficiente de tradicionalidade. A idéia veiculada pela palavra-instrumento tradição parece ainda tão ativa e imperiosa que continua em alta e teria sido seguida de maneira ininterrupta”. LENCLUD, Gerard. “Qu’est-ce que la tradition?”. In: DETIENNE, M. (dir.). *Transcrire les mythologies*. Paris: Albin Michel, 1994, pp. 25-44, citação p. 29. Segundo Lenclud, algumas objeções foram colocadas pelos estudiosos a essa concepção da tradição, das quais destaco duas: primeiramente, algo pode tornar-se tradicional, repetir-se sem ser necessariamente antigo; em segundo lugar, todos os conteúdos culturais que portam qualidades tradicionais foram submetidos a mudanças, não são contínuos, e mesmo as inovações podem ser pensadas nos termos da tradição. *Ibidem*.

<sup>99</sup> VELLINHO, M. “O papel da nova geração”. *Op. Cit.*, 2001, p. 202.

consolidar a sua materialização. A comprovação da sua tese era articulada pela invocação do testemunho dos contemporâneos. Entre 93 e 23, o tempo se detivera, mas não podia ser estancado. Apesar de represada, a força do heroísmo irrompera irresistivelmente em 23 para a depuração das distorções anteriores. A experiência de 23 configurava uma releitura da memória de 1893 e uma nova expectativa em relação ao futuro. Possibilitava que se vislumbrasse heroísmo onde Maya e Barcellos viam apenas desintegração, ruína e morte.

A correta representação da realidade da sociedade regional, contudo, não dizia respeito somente à releitura das relações entre memória e expectativa. Havia uma prescrição estética a ser atendida para que a elaboração dessa representação literária fosse bem sucedida. É dessa forma que pode ser compreendida a denúncia da desconformidade entre linguagem, estilo e objeto na obra de Maya, que se encontra claramente formulada em “Guerra à Saudade”.<sup>100</sup> Nesse texto, Vellinho invocava uma lenda de um jovem que, após longo tempo de retiro de sua comunidade e observação e escuta das forças da natureza, nesse caso, o barulho do mar, voltava aos seus e impressionava a todos pela sua arte. A forma como cantava a sua terra era capaz de fazer sentir, atingir a sensibilidade dos seus conterrâneos justamente pela adequação entre a vivência partilhada pela comunidade e a sua representação estética.

O problema de Alcides Maya, segundo o jovem crítico, era que, ao cantar a sua terra, o seu povo, não se ouviam essas vozes, mas a do seu cantor. Literatos, sociólogos e historiadores deveriam ser instrumentos através dos quais vibrariam acordes tanto mais naturais e verdadeiros quanto mais estivessem submetidos ao espírito local e menos a um esforço de estudo e erudição, marcado pela personificação do autor. Se a distinção entre a voz do povo e a do autor permitia que Vellinho reconhecesse certo mérito individual na obra de Maya, ela fazia também que ele rejeitasse sua importância como representação do coletivo regional. Havia uma “desconexão entre estilo e assunto”, o artista reduzia “tudo ao seu caráter”, “tudo absorvendo e mesmo desfigurando”. “Na sua literatura, as coisas não têm voz.

---

<sup>100</sup> VELLINHO, M. “Guerra à saudade”. In: BAUMGARTEN, C. A. *Op. Cit.*, 2001, pp 212-217. Ieda Gutfreind sugeriu que o título e o teor das discussões de Vellinho com Barcellos se relacionavam com uma polémica semelhante que se desenvolvia em Portugal, nos anos 1920, entre os nacionalistas saudosistas e aqueles que queriam tornar a cultura portuguesa mais cosmopolita. GUTFREIND, Ieda. *Op. Cit.*, 1998, p. 101.



Quem fala é ele. Fala por elas, mas nem sempre diz o que elas diriam, caso as deixasse falar”.<sup>101</sup>

A metodologia eficaz para fazer representar o caráter do povo gaúcho era definida não apenas pelo *que* se cantava, mas também por *como* se cantava. A desconexão entre estilo e assunto, portanto, seria um dos obstáculos que se interpunha entre a obra de Alcides Maya e a ambição de representar o “sentido sociológico” da região. Seu estilo não era apropriado à cultura regional, pois era saudosista, decadentista, falseava a realidade local por insinuar uma dissolução do laço social em curso. “O que queremos é que o traço das nossas realidades assinale fundo o seu estilo”.<sup>102</sup> A forma adequada à expressão da realidade regional, que lhe conferia um sentido sociológico, compreendia “atributos muito nossos” como “franqueza, coragem e saúde”.<sup>103</sup> O *conteúdo* e a *forma* deveriam estar em consonância com os atributos definidores do caráter regional. Cabe lembrar que, apesar de ser um crítico do romantismo, Vellinho assumia aqui alguns postulados dessa corrente literária.<sup>104</sup> O próprio José de Alencar envolveu-se em uma polêmica semelhante ao analisar a forma poética do poema épico de Gonçalves Magalhães:

A forma com que Homero cantou os gregos não serve para cantar os índios; o verso que disse as desgraças de Tróia e os combates mitológicos não pode exprimir as tristes endeixas do Guanabara e as tradições selvagens da América.<sup>105</sup>

O *estilo* do velho acadêmico deveria ser rejeitado porque, diferentemente do jovem cantor da lenda, Alcides Maya afirmava mais a sua individualidade que a coletividade:

---

<sup>101</sup> VELLINHO, M. “Guerra à saudade”. *Op. Cit.*, 2001, p. 213.

<sup>102</sup> VELLINHO, M. “O papel da nova geração”. *Op. Cit.*, 2001, p. 203.

<sup>103</sup> *Idem.*

<sup>104</sup> Sobre a crítica romântica, ver, dentre outros, BAUMGARTEN, C. A. *Op. Cit.*, 1997, pp. 21-43.

<sup>105</sup> ALENCAR, José de. *Cartas sobre a confederação dos Tamoios*. *Apud* BAUMGARTEN, C. A. *Op. Cit.*, 1997, p. 34.

Pois com o Sr. Maya o mesmo não se deu. Em face das nossas coisas, não se deixou vencer: venceu-as. Antes de criar a sua ficção abeberou-se de fórmulas, de lições e princípios. Leu muito. Barafustou pela História, pela Ciência, pela Filosofia. Deduziu. Induziu. Deu forma e direção à sua mentalidade. Plasmou, enfim, o seu espírito crítico. Assim aparelhado, apercebido de todos os instrumentos, resolveu cantar a sua terra. E aconteceu o que tinha de acontecer; desde logo, estabeleceu-se o conflito inevitável entre o imperativo de sua personalidade, solidamente cimentada, e o imperativo que ele quis revelar. Foram duas forças que se chocaram. À vista de qualquer dos livros de ficção do eminente estilista, esse conflito ressurre aos olhos mais desprevenidos, traduzindo-se na desconexão constante entre o estilo e o assunto.<sup>106</sup>

As “nossas coisas”, a “terra”, aqui parecem ser identificadas com potências às quais a força da erudição do romancista se contrapunha. Sendo assim, segundo o crítico, havia uma incompatibilidade entre o ímpeto provindo de Maya e as emanações do objeto que ele almejava representar. A erudição do romancista funcionava, sob essa ótica, como um exotismo que mais atrapalhava do que contribuía para a missão de representar o caráter da região.

Além da literatura, a historiografia romântica também se aproximava das prescrições de Vellinho no que diz respeito ao ideal da representação do passado com as suas “verdadeiras cores”, através do “recurso narrativo da *cor local*”. A correta narrativização da realidade histórica, sob tal perspectiva, estava condicionada também pelo auto-apagamento do historiador.<sup>107</sup> É assim que, conforme pensava o crítico, o artista, cantor ou escritor, deveria se submeter também às forças naturais, provindas do meio, para ser o veículo da expressão da realidade social. As leituras, os estudos, as teorias, elas próprias produtos de uma sociedade e de um meio específicos, não deveriam prevalecer sobre a inspiração originada da natureza/sociedade regional. Ele propunha uma renovação do estilo na literatura local, mas não uma alteração substancial do seu referente. O que queria ver adequadamente representado

---

<sup>106</sup> VELLINHO, M. “Guerra à saudade”. In: BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Moysés Vellinho: ensaios literários*. *Op. Cit.* pp 212-217. (citação da p. 212-3).

<sup>107</sup> Sobre a discussão da noção de *cor local* como recurso narrativo, ver CEZAR, Temístocles. “Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico do século XIX”. *História UNISINOS*, v. 8, n. 10, São Leopoldo: UNISINOS, 2004, pp. 11-34, em especial, p. 20-22.

na literatura era a mesma região tematizada por Maya, sua natureza, sua sociedade. Ele contestava na obra do romancista, em suma, a seleção dos elementos providos do meio natural e social para a elaboração da sua representação; o estilo adequado a ela; e, por fim, a relação entre experiência e expectativa, que deveria ser de esperança, e não de destruição.

Se Vellinho pensava a literatura, uma parte da ação humana, como submetida às forças irrompidas do meio ou do ambiente, seu “pressuposto realista” pode também ser compreendido invocando-se as heranças intelectuais tributárias da crítica literária da geração de 1870. Essa tradição de análise pensava a literatura problematizada em suas relações com as noções de *natureza* e *raça*.<sup>108</sup> Mas o crítico parece ter mesclado esses critérios de análise do final do século XIX com alguns elementos atribuídos ao modernismo literário. Como os primeiros, tendia a pensar a literatura de acordo com o determinismo cientificista herdado do naturalismo de Taine e Zola; por outro lado, como os segundos, buscava a renovação da linguagem adequada à região (nacionalidade) através de uma ótica próxima também ao ideal romântico. Dessa maneira, as propostas inovadoras para a linguagem literária eram associadas às concepções deterministas das relações entre sociedade, meio natural, raça e momento, que perderiam parte de sua legitimidade a partir do surgimento de *Casa grande e senzala*.

Do ponto de vista epistemológico, pode-se dizer que essa problemática se relaciona à da constituição do laço social, à investigação em torno da sujeição dos homens em relação às forças sociais ou naturais, conforme a reflexão de Paul Ricoeur acerca da fase de *compreensão e explicação da operação historiográfica*.<sup>109</sup> A questão da submissão da sociedade ao meio foi um tema importante nesses textos iniciais e permanecerá como uma forma de explicar o processo histórico em sua obra da maturidade. Voltando aos textos da polêmica Arinos/Barcellos, o primeiro parecia às vezes contestar em Maya a concepção de que o meio se sobrepunha sobre as relações humanas como uma lei inapelável: “Tudo se

---

<sup>108</sup> VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 11.

<sup>109</sup> Para Ricoeur, o uso de escalas não-quantitativas para os tempos sociais, como estabilidade, instabilidade e, precisamente no caso de Vellinho, continuidade e descontinuidade, está relacionado a investigações acerca do laço social, em outros termos, sobre a formação da sociedade. RICOEUR, P. *Op. Cit.*, 2000, p. 287-289.

As relações entre o homem e o meio, seja ele o natural ou social, são problematizadas, por sua vez, através da variação de escalas: uma escala macro-histórica parece ser mais adequada para a representação da submissão dos agentes sociais ao meio, e a micro-histórica, ao contrário, valoriza as estratégias de resistência, os conflitos e negociações. *Idem*, p. 280-282.

encaminha, já com passo tardo, já com atropelo, para um mesmo ponto. Homens e coisas, irmanados por um destino igual, *agarra-os a mesma força*, impelindo-os para uma finalidade comum. (...) Para a ruína e para a morte se arrasta tudo ainda o que se obstina em viver, na trágica ilusão de sua eternidade”.<sup>110</sup> Em outros momentos, a controvérsia contra o velho romancista parecia fundar-se não em uma objeção contra a existência de forças poderosas no meio atuando sobre os homens, mas sim no sentido exato no qual atuavam essas forças: “o nosso ambiente é um ambiente afirmativo, impróprio à germinação de idéias e sentimentos decadentes”.<sup>111</sup> Contestava, portanto, o *tipo* de relação entre sociedade e meio – sem excluir a possibilidade de emanações provindas deste – e a *forma* como ela ocorria.

Mas, por ora, não é possível chegar a uma resolução conclusiva quanto às concepções de Vellinho sobre o que seria esse “meio”, esse “ambiente”. Por vezes, o meio era identificado com a natureza – como no caso do jovem cantor nórdico – e, por outras, com os embates políticos de um dado momento histórico – como quando o autor invocava as Revoluções de 1893 e de 1923 e outros acontecimentos relacionados a regimes e eventos administrativos estatais para compor a sua argumentação sobre as ameaças de dissolução do laço social. As aparentes discontinuidades na coesão social representadas pelos conflitos violentos opunham-se à concretização e permanência do laço social, cuja possibilidade e garantia era representada pela persistência do heroísmo como um traço cultural que unia o passado e o presente. Dessa forma, sua concepção de meio, ambiente e momento parece ter-se pautado nos escritos iniciais, tanto por critérios de análise naturais – climáticos e geográficos – quanto históricos e culturais – acontecimentos políticos e heroísmo.

Mas, junto aos critérios epistemológicos, Vellinho insistia na invocação de critérios éticos e morais para a rejeição da obra de Alcides Maya como representação da coletividade regional, tais como o sentido por este construído para a finalidade comum da sociedade local, o seu destino: “Essa finalidade é a ruína e é a morte. Para a ruína e para a morte se arrasta

---

<sup>110</sup> VELLINHO, M. “O papel da nova geração”. *Op. Cit.*, 2001, p. 201.

<sup>111</sup> *Idem*, p. 203.

tudo ainda o que se obstina em viver, na trágica ilusão de sua eternidade”.<sup>112</sup> Desse modo, só poderiam ser concedidos méritos à obra do ilustre romancista enquanto expressão de uma individualidade. A crítica a sua obra fundamentava-se justamente, como visto, no movimento contraditório desse autor em relação ao meio, pelo seu afastamento deste. Mas escapar ao meio exigira, nesse caso, um esforço de estudo filosófico e sociológico, exigira “indução”, “dedução” e a incorporação de um arcabouço teórico importado, atitudes frontalmente contrárias à do jovem cantor que buscara apreender a essência da natureza para melhor cantá-la. O coletivo social funcionava como uma espécie de imperativo ao qual não se podia escapar sem cometer uma falha grave. Era como exercer um privilégio individual, semelhante aos de que desfrutava a nobreza no Antigo Regime, contrário aos interesses da sociedade regional. Tratava-se de uma traição? O tom polêmico e hostil usado por Vellinho lembra o furor jacobino de inspiração rousseauiana contra a afirmação da individualidade em detrimento da “vontade geral”. Constituíam-se em uma traição passível de execução na guilhotina.<sup>113</sup> A individualidade deveria ser colocada a serviço da coletividade regional.

Uma obra literária deveria representar a continuidade da sociedade regional, considerada como uma realidade, um pressuposto, e não a sua dissolução e decadência. Nas palavras de Daniel Pécaut, para os intelectuais desse período, a nação era subjacente, o problema era prová-la.<sup>114</sup> A questão aqui é semelhante, mas a nação deve ser substituída pela região.<sup>115</sup> A forma pela qual se deveria “provar a região” era uma das questões que se discutia

---

<sup>112</sup> *Idem*, p. 201.

<sup>113</sup> Segundo Arasse, a afirmação da vontade geral contra o individualismo durante o período jacobino da Revolução Francesa encontrou seu simbolismo nas execuções individualizadas na guilhotina, a ponto de serem rejeitadas modificações no mecanismo da máquina que propiciariam a degola de vários condenados ao mesmo tempo. Dessa forma, se perderia o sentido essencial das execuções: “cortar” uma a uma as vontades individuais que tentavam se impor em detrimento do bem público. ARASSE, Daniel. “A máquina política”. In: \_\_\_\_\_. *A guilhotina e o imaginário do terror*. São Paulo: Ática, 1989, pp. 105 – 119.

A associação dessa postura teórica com a concepção de vontade geral em Rousseau pode não ser tão indireta. Há um texto dessa primeira fase crítica de Vellinho sobre a obra de Machado de Assis – que será analisado a seguir – no qual ele faz uma alusão direta ao filósofo. Ver: VELLINHO, Moysés. *Machado de Assis: aspectos de sua vida e obra*. Porto Alegre: Editora do Globo, 1939, p. 21.

<sup>114</sup> “No caso, a prioridade para os intelectuais que pretendiam falar em nome da nação era convencer de que esta já existia, subjacente. Tudo servia para prová-lo; as maneiras de ser, a cultura, o povo, o desenvolvimento das forças produtivas.” PÉCAUT, Daniel. *Op. Cit.*, 1990, p. 9.

<sup>115</sup> As relações entre a construção da identidade regional e a nacional foram estudadas por autores como Ane Marie Thiesse: THIESSE, Anne Marie. “Ficções criadoras: as identidades nacionais”. *Anos 90*. Porto Alegre, n.15, 2001/2002, pp. 7-24; e Pierre Bourdieu.: BOURDIEU, P. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 3 ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, pp. 107-132.

nessa controvérsia. Era necessário, então, estabelecer os critérios definidores do caráter local para que se pudesse estabelecer a sua continuidade desde os primórdios da sociedade, passando pelos infortúnios das revoluções que ameaçavam a continuidade do laço social, até o presente da escrita. A concepção do saudosismo como ameaça de desintegração social condicionava o tom de denúncia e a contundência da crítica de Vellinho a Alcides Maya. O primeiro rejeitava no segundo o pressentimento de morte de uma “raça” inteira, de um destino coletivo decadente, legítimo como decorrência de um momento histórico determinado, mas inadequado do ponto de vista de uma análise sociológica.

O “sentido sociológico” também deveria se concretizar na capacidade de previsão proporcionada pela obra. Se Alcides Maya produzira um documento do seu tempo, no presente da sua escrita, não havia lugar para o futuro. Vellinho denunciava que ele nem de perto desconfiava da regeneração que aconteceria em 1923, o que, de acordo com a sua prescrição metodológica, fundamentava ainda mais a rejeição do significado sociológico da obra daquele autor:

Mas nem por isso pode ser inquinada de falsa a obra do Sr. Alcides Maya. Ela surgiu num período de descrença, de aplastamento moral, e reflete fielmente esse estado de ânimo. É um documento precioso desse tempo. O erro do autor de *Ruínas vivas* está, porém, em ter ele acreditado na permanência dessa crise. Em vão se procurará nas suas páginas uma só palavra de confiança ou de fé. Só lamentações se hão de encontrar. Só desalento. (...). Adverte-me o Sr. Rubens de Barcellos de que o Sr. Alcides Maya ‘não poderia idealizar ou dramatizar episódios do ano da graça de 1923’. Adverte-me bem. Sem entrar no apreço das finalidades políticas da campanha de 23, é inegável que ela assinala uma ressurreição de energias, que estão em pleno desacordo com os obstinados prenúncios de morte que enchem as suas páginas – ‘morte lenta, morte certa’. Justamente por não ter

---

Letícia Nedel utiliza as reflexões desses autores, dentre outros, para ressaltar que, no caso do Rio Grande do Sul, o processo teria se dado de maneira um pouco diferenciada da que é generalizada para os regionalismos. Aqui se teria buscado representar a identidade regional como anterior à formação da nação, o que complicaria esse processo, possibilitando a alternância entre as ênfases na integração e na autonomia que caracterizam o regionalismo gaúcho, em especial no âmbito das relações políticas e econômicas com as demais unidades da federação e o governo federal. É necessário considerar a nação, a identidade nacional, como um campo de disputas entre regiões e identidades regionais. Dessa maneira, a construção da identidade local sempre esteve diretamente referenciada às disputas com as outras identidades regionais. NEDEL, Letícia. “Caudilhismo, não! O papel da história linear na composição mítica do gaúcho: 1880-1935”. *Em tempo de história*, Brasília, n. 5, ano 5, pp. 79-105. Vellinho justamente se lançará contra as teses que pretendem construir uma identidade regional anterior ou fora do domínio da ocupação luso-brasileira do Rio Grande do Sul.

previsto – e para prevê-la não era preciso adivinhar as suas mínimas circunstâncias de tempo e de modo: uma única palavra de esperança bastara – a significação da obra do Sr. Alcides Maya é restrita, do ponto de vista *sociológico*.<sup>116</sup>

A permanência do heroísmo, portanto, traço essencial do gauchismo, associada no primeiro texto da polêmica à insígnia da tradição, foi precisada pelo autor nesse segundo texto, que explicitava a investigação do “sentido sociológico” da obra de Maya: “Eis por que, se, esteticamente falando, ela é sempre atual, por ser robusta realização de estilo – é inatual no seu *sentido sociológico*”.<sup>117</sup> Essa noção constituía-se como critério de avaliação da obra e seria aprofundada por Vellinho em trabalhos posteriores. O sentido verdadeiro e permanente do caráter da coletividade, a tendência de sua evolução histórica, estava subjacente na memória social das experiências compartilhadas. A revolução de 1923 estava por acontecer. Maya não teria percebido porque se encontrava preso às aparências de um momento histórico, ele não teria sido capaz de ver além de seu tempo. Dera importância demais ao que era efêmero: produzira um bom documento histórico, com méritos estéticos, mas não era uma boa literatura, porque não tinha sido uma boa sociologia.

A crítica de Vellinho à obra de Alcides Maya, portanto, associava um questionamento ontológico a uma prescrição epistemológica. Como visto, a demanda por uma escrita realista na literatura se desdobrava em uma prescrição para toda a prática intelectual na província, inclusive para a investigação sociológica e historiográfica.<sup>118</sup> A adequação da obra intelectual à sociedade representada se dava pela capacidade de os artistas e cientistas deixarem falar a voz da coletividade, se transformarem em instrumentos de expressão coletiva. A expressão legítima da sociedade seria aquela que ressaltasse os pontos de continuidade entre passado e presente, relegando os eventos de desagregação social como secundários no processo de construção do laço social e, por isso, na narrativa literária. O saudosismo revelava descrença na capacidade presente de perpetuar as características essenciais da coletividade e, portanto,

---

<sup>116</sup> VELLINHO, M. “Guerra à saudade”. *Op. Cit.*, 2001, p. 215, grifos meus.

<sup>117</sup> *Ibidem*, grifos meus.

<sup>118</sup> Rubens de Barcellos, conforme enfatizado acima, também se referia à obra literária de Maya como um estudo sociológico.

não era adequado à representação do caráter de uma sociedade que Vellinho acreditava não ter chegado ainda a sua maturidade, tampouco em um processo de decadência e dissolução.

Dessa forma, ao produzir uma obra literária que se constituía em um retrato fiel de um momento histórico específico que não continha em si o sentido permanente de um processo histórico-social em pleno desenvolvimento, Maya teria produzido, no máximo, um testemunho eloqüente, um documento de uma época. Ao advertir romancistas, *conteurs*, poetas, sociólogos e historiadores de que não se esquecessem das nossas tradições, Vellinho prescrevia que a visão sociológica seria necessária a todos que quisessem diferenciar o efêmero do permanente - em termos braudelianos, o evento da estrutura

A polêmica já foi considerada como “injustificável estardalhaço” e fora de propósito, já que o regionalismo, tema central da discussão entre Vellinho e Barcellos, teria sido mais bem focado se tivesse sido discutida a obra de Simões Lopes Neto. Os dois, então, “erravam o objeto”.<sup>119</sup> De fato, o regionalismo estava no eixo da discussão e era significativo que apenas Barcellos tivesse utilizado essa palavra.<sup>120</sup> Já na década de 1920, esse termo podia estar designando tanto uma literatura que cumpria seu papel social de expressão coletiva da região, quanto uma literatura que imobilizava um tipo social anacrônico. No editorial da primeira edição da *Província de São Pedro*, em 1945, essa palavra viria à tona novamente e o seu significado para o crítico seria mais bem explicitado. Provisoriamente, pode-se dizer que *regionalismo* tinha um sentido diferente de *gauchismo*: esta palavra expressaria o caráter regional que ligava o passado ao presente pelo heroísmo e opunha-se ao significado associado à primeira: uma visão saudosista do processo histórico-social local. Regionalismo parecia ser, para o jovem crítico, um sinônimo de saudosismo.

---

<sup>119</sup> Esta avaliação foi a de Flávio Loureiro Chaves em 1979, ao considerar que a discussão sobre o regionalismo deveria ter sido sobre a obra de Simões Lopes Neto e não Alcides Maya. CHAVES, Flávio Loureiro. *O ensaio literário no Rio Grande do Sul, Op. Cit.*, 1979, p. XXIV-XXV. Recentemente o autor parece ter mudado sua perspectiva. Ao escrever sobre o centenário de Moysés Vellinho, considerou importante o seu papel no resgate da obra de Simões Lopes Neto, nos anos 1940. CHAVES, Flávio Loureiro. “Releitura de Moysés Vellinho”. *Op. Cit.*, 2001, p. 4.

<sup>120</sup> A palavra ganha destaque na abordagem de Rubens de Barcellos, figurando no título da réplica a Paulo Arinos/Vellinho: “O regionalismo e o papel da nova geração”. *Op. Cit.*



Independentemente da produtividade da polêmica para fins de um debate literário mais afinado com a necessidade de uma discussão estética da época, os textos de 1925 permitem aprofundar o conhecimento acerca das concepções que o autor construía em torno da abordagem do passado e do tempo histórico e das suas formas de representação. A riqueza da polêmica para a história intelectual do Rio Grande do Sul pode render melhores resultados se for tomada em um corte sincrônico, cotejando os textos de Vellinho com os do seu contendor principal, bem como com os de outros contemporâneos. Esse objetivo aqui foi apenas parcialmente contemplado, pois a polêmica serve aos propósitos deste trabalho mais como ponto de partida de uma trajetória intelectual do que diagnóstico de um grupo social e de uma época, embora esses aspectos não tenham sido negligenciados nesta abordagem. Assim, vale ainda lembrar a importância da definição de pelo menos um dos pontos em torno dos quais giraram as discussões e discordâncias entre Vellinho e Barcellos, em especial o do personagem “atacado”. Alcides Maya era, na época, já um dos imortais da Academia Brasileira de Letras, e Paulo Arinos/Vellinho buscava seu espaço no meio intelectual, algo que parece ter sido objeto da ironia de Rubens de Barcellos:

Cada geração, ao abrir os olhos para o mundo, supõe tê-lo descoberto de novo, e sem consciência do muito recebido dos predecessores, em diretrizes e rumos, em idéias e conceitos, faz tábua rasa de todos os valores em curso. (...). Buscam impor-se. Daí a freqüente irreverência deles, sempre propugnadores de modernidades, deferindo dardos contra os lugares ocupados e, por vezes, desfiando em torno das obras consagradas a ronda graciosa das zombarias e motejos. (...). Não é este, afirmo-o com júbilo, o caso do meu jovem amigo Sr. Paulo Arinos, atirando ao vento o estandarte dos novos no artigo intitulado “O papel da nova geração”.<sup>121</sup>

Se o ideário modernista não compareceu ou, ao menos, não foi predominante nessa contenda, ele pode ter inspirado o tom polêmico e a ousadia do jovem desafiante, invocando principalmente os termos, mas também alguns temas de discussões que inflamavam os

---

<sup>121</sup> BARCELLOS, Rubens de. “O regionalismo e o papel da nova geração”, *Op. Cit.*, 2001, p. 204-205.

literatos do centro do país desde a década anterior.<sup>122</sup> Não se tratava apenas de uma oposição entre visões políticas diferenciadas e de diferentes interpretações acerca de uma sociedade, mas também de diferentes gerações e da concorrência relativa ao lugar social de produção intelectual.

Um último ponto deve ser levantado sobre a polêmica. Já aparecia nesses textos um tema que assumiria importância crescente no discurso de Moysés Vellinho, no de Érico Veríssimo e provavelmente no de outros gaúchos nas próximas décadas: a defesa de uma identidade regional associada à modernização e à intelectualização. Em “Papel da nova geração”, o elogio à modernidade e à intelectualização aparece de forma difusa, como na oposição entre o “cemitério de lendas” e o “jardim de palpitantes realidades” como alternativas à representação da “nossa terra”, sendo que a primeira forma é rejeitada em prol da segunda. A defesa que Vellinho fazia da modernidade não passava despercebida por Barcellos, que associava essa atitude à irreverência, advertindo-o que “o progresso material, com a sua teia de forças mecânicas e interesses econômicos”, era “inimigo implacável das antigas formas de heroísmo gaúcho”. Para Barcellos, o rio-grandense de agora não era o mesmo de antanho, “o passado não se faz presente”.

Assim, associada à discussão acerca do valor da modernidade, estava a da correta forma de representação da região. O inusitado é que a defesa da modernidade em Vellinho vinculava o passado ao presente e a denúncia da modernidade em Barcellos postulava a ruptura entre passado e presente. A tradição não era incompatível com a defesa do progresso. A proposta de representação da sociedade em Vellinho, que coincidirá com as propostas de outros intelectuais nas décadas de 1930 e 1940, pode ser considerada no âmbito literário e intelectual como a de uma modernidade conservadora. Essa perspectiva estava claramente

---

<sup>122</sup> Segundo Martins, a discussão entre Paulo Arinos/Vellinho e Rubens de Barcellos era “mais de conteúdo, de estado de espírito, do que de forma e técnica literária, ou seja, o oposto, mesmo, do que vinha até então caracterizando o Modernismo”. Esse combate de Vellinho ao saudosismo foi associado por Martins a uma postura semelhante de Monteiro Lobato, dez anos antes: “É interessante lembrar que, dez anos antes, em 1914, idêntica polêmica se travara em São Paulo, entre os ‘saudosistas’, ou defensores do caboclo, e Monteiro Lobato, autor do artigo ‘Velha Praga’; é um revide aos ataques que provocou o artigo ‘Urupês’, no qual criaria a figura do Jeca Tatu. Aqui se encontra mais um dos equívocos trágicos, ou grotescos, que oporiam sempre Monteiro Lobato aos modernistas (e reciprocamente). É que, tendo nascido como resposta realista contra os ‘saudosistas’, afirmando implicitamente um programa ‘moderno’ e esclarecido de recuperação, o Jeca Tatu seria envolvido pelos jovens de 1920-22 na mesma condenação irremissível com que fulminavam a literatura ‘caipira’”. MARTINS, Wilson. “Nacionalismo e regionalismo”. In: \_\_\_\_\_. *O modernismo (1916-1945)*. Vol. VI. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1969, pp. 137-151 (citação da p. 145).

colocada na definição da realidade que Vellinho queria ver corretamente representada na literatura e noutros campos da atividade intelectual:

Que realidade é esta? – perguntar-me-ão. (...) O gaúcho médio – esse que deve ser tomado em linha de conta, na presente discussão – sabe pelear, mas sabe também viver em paz. As cidades estão cheias de guascas urbanizados, aplicados não só à delinquência, como entendem os seus difamadores, senão ainda aos misteres mais pacíficos do convívio humano. O que não quer dizer que, quando seja tempo, ele não troque o colarinho pelo lenço e, empunhando a lança ou a carabina, não demande as coxilhas, para a luta.<sup>123</sup>

Os problemas da modernidade, da urbanização e da capacidade do gaúcho de ser bem-sucedido em outras atividades que não as guerreiras tomarão um espaço cada vez maior nos escritos posteriores do autor. Ao mesmo tempo, após a Revolução de 30, a defesa da ação armada em prol das causas justas diminuiria na mesma medida em que decresceria o seu envolvimento e entusiasmo com o governo de Getúlio Vargas na década de 1940.<sup>124</sup>

---

<sup>123</sup> VELLINHO, M. “Guerra à saúde”. *Op. Cit.*, 2001, p. 216.

<sup>124</sup> Em entrevista à Fundação Getúlio Vargas, no final da década de 1970, Vellinho várias vezes sugere que a posição de enfrentamento político defendida por ele e outros após o movimento de 1930 encontrava a resistência do presidente, que implicitamente incentivava a adoção de medidas violentas para a resolução de impasses. Um dos exemplos é o caso por ele narrado em relação à crise enfrentada no governo paulista pelo seu interventor, João Alberto: “Como a crise se agravasse cada vez mais, tornando-se insuportável, chegou o momento em que os maiores das classes responsáveis resolveram reunir-se, num ato de coragem e ir ao Catete para expor ao Chefe do Governo a situação de impasse que São Paulo sofria. Disseram longamente o que tinham a dizer. Falaram, falaram, mobilizando os dados e argumentos mais impressionantes. Getúlio, à frente deles, cerrado, impassível, era como se nada ouvisse. Ausentara-se ostensivamente do problema. Mas havia ainda um argumento que não podia deixar de movê-lo. Foi então que os próceres desabafaram: ‘Mas presidente, se o João Alberto continuar no governo de São Paulo, é certo que podem até matá-lo!’ Nesta altura, finalmente Getúlio acordou e encerrou o assunto com esta tirada de puro humor negro: ‘Pois aí está uma solução!’”. VELLINHO, Moysés. *Moysés Vellinho (depoimento 1977)*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC-História Oral, 1981, p. 12. Essa postura de recusa dos movimentos violentos, verificada na sua maturidade, e a progressiva identificação com as “atividades pacíficas”, dentre elas, as intelectuais, foram construídas lentamente a partir dos anos 1940.

### 1.3. Machado de Assis: *Um brasileiro contra a paisagem*

Em 1939, Moysés Vellinho fez uma conferência comemorativa ao centenário de nascimento de Machado de Assis, na Biblioteca Pública do Estado, intitulada “Machado de Assis: aspectos de sua vida e obra”.<sup>125</sup> Iniciava, então, a abordagem de um de seus temas prediletos, vindo a publicar em 1960 uma coletânea de críticas sobre a obra do romancista brasileiro. Nessa conferência, verificava-se uma inovação em relação aos textos da década de 1920, mas também a persistência de algumas preocupações do autor quanto à literatura, à sociologia e à história.

O ponto de partida assumido pelo autor para a crítica da obra de Machado de Assis era a sua biografia, que aparecia como um dos elementos constituintes dos critérios e concepções necessárias à análise da obra literária. Era assim que Vellinho inseria um dado fundamental para a sua interpretação da obra do romancista: as condições materiais precárias de sua infância, seu “passado pobre”, que permaneceriam como um “fantasma impiedoso” do qual ele procurava libertar-se. A possibilidade de redenção do passado inglório, para Machado de Assis, se daria, segundo Vellinho, pela crescente sublimação das “faculdades de espírito”.<sup>126</sup> A investigação psicológica assumiria uma importância cada vez maior no seu método analítico das obras literárias dali para frente.

Além dessa novidade, questões abordadas anteriormente em suas críticas reapareciam com algumas modificações. O título do texto adotado na versão de 1960, “Um brasileiro contra a paisagem”, explicitava melhor que o de 1939 a continuidade da investigação da literatura através da relação entre o autor, a sociedade representada e o “meio”, verificada em

---

<sup>125</sup> A conferência de Vellinho foi mandada publicar pela primeira vez pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul: VELLINHO, Moysés. *Machado de Assis: aspectos de sua vida e obra*. Porto Alegre: Editora do Globo, 1939. Essa mesma conferência foi publicada na primeira edição de *Letras da Província*, de 1944 e, com algumas alterações no texto, em uma antologia de artigos de Vellinho sobre Machado de Assis, em 1960: VELLINHO, M. *Machado do Assis: histórias mal contadas e outros assuntos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960. A coletânea de ensaios literários de Moysés Vellinho organizada por Carlos Alexandre Baumgarten em 2001, já referida anteriormente, incluiu esse texto na mesma versão de 1960. As citações utilizadas aqui foram retiradas da primeira publicação do texto, de 1939, com eventuais referências ao texto da década de 1960.

<sup>126</sup> VELLINHO, M. “Um brasileiro contra a paisagem”. *Op. Cit.*, 1960, p. 14-15.

vários pontos do texto, e a utilização de mais uma palavra, “paisagem”, associada a esse conceito:

Percorra-se a profusa galeria dos nossos homens de letras, a começar pelos velhos cronistas arribados de além-mar e que aqui sofreram o primeiro estarrecimento dos sentidos ao deleitoso contato com a terra impúbere. Venha-se depois pelas gerações adiante, compulsem-se todos os mestres do indianismo, chegue-se, finalmente, até o último dos romancistas contemporâneos, – e o que fica do exaustivo balanço é esta conclusão desalentadora: literariamente, ainda somos pouco mais que simples emanção da paisagem... A terra continua a ser, para nós, uma tentação inibidora, reduzindo o homem, com os seus velhos problemas, a uma tímida réplica aos assomos imperiosos da natureza envolvente.<sup>127</sup>

Na história da literatura nacional, as limitações do romantismo, em especial do indianismo, eram atribuídas pelo crítico a uma submissão total do texto e do romancista à paisagem. O homem, quando se fazia presente nessa literatura, era “um ser sem consciência de si mesmo, perdido entre *outros* acidentes da paisagem”. Desse modo, pode-se questionar novamente o que Moysés Vellinho criticava: se a concepção romântica da relação homem/meio ou se a possibilidade de se compreender o homem e a sociedade como produto do meio. Nem uma coisa, nem outra:

Já se vê que nem sempre é necessário que um livro se apresente recheado de descrições e panoramas para que nele transpareça a capitulação do homem na luta com o meio físico, como também não é preciso mobilizar toda uma multidão para que se manifeste o primado do espírito sobre as coisas.<sup>128</sup>

---

<sup>127</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1939, p. 11-12.

<sup>128</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1939, p. 12.

Vellino reconhecia a existência de forças poderosas que o meio natural exercia sobre os homens e as sociedades, mas acreditava e propugnava pela capacidade de lutar contra essas forças e vencê-las:

A subordinação da nossa inteligência à pressão das forças elementares será um fenômeno sob certos aspectos explicável e talvez obedeça ao império de leis legítimas. A verdade, porém, é que Machado de Assis conseguiu sobrepor-se ao domínio dessas leis. E vem daí a sua grandeza. Sua obra descobre, nitidamente, um nobre sentido de libertação cultural. Nela o espírito se emancipou da contingência geográfica, reivindicando para o homem a preeminência que lhe cabe na paisagem, ainda que como irônica compensação às misérias que o atormentam.<sup>129</sup>

A relação entre sociedade, homem e meio, imprecisa nos textos de 1920, seria menos determinista do que aparentava. Era relativizada nesse texto por uma noção de influência que poderia ser substituída por uma contraposição voluntária ou mesmo obrigatória. Ao homem e às sociedades caberia empreender a luta pela libertação das forças do meio. A história humana poderia ser representada, sob essa ótica, como o processo de luta dos homens e das sociedades contra as forças poderosas da natureza, do meio, da história (das más heranças). Mas não havia apenas uma possibilidade coletiva nessa reação; pelo contrário, um só homem podia ir contra a paisagem, a sociedade, o seu tempo. No entanto, os intelectuais, os literatos e outros, assim como Machado de Assis, capazes de empreender essa corajosa luta, poderiam pecar pelo excesso:

É possível que na sua reação se haja excedido. Talvez tivesse razão aquela dama que confessava honestamente não gostar de Machado de Assis porque sentia falta de ar nos seus livros... Com efeito, ele foi até a inversão dos termos do problema: a paisagem, na sua obra, passou a ser apenas um prolongamento do homem, nada mais que um vago pano de fundo para os seus motivos interiores.<sup>130</sup>

---

<sup>129</sup> VELLINHO, M. *Machado de Assis: aspectos de sua vida e obra. Op. Cit.*, p. 12.

<sup>130</sup> VELLINHO, M. *Machado de Assis: aspectos de sua vida e obra. Op. Cit.*, p. 13-14.

O problema do exagero na ruptura com o meio seria a perda total das raízes locais e da referência de tempo e lugar, um desenraizamento geográfico, social e histórico:

Terá, por isso, o romancista das *Memórias póstumas de Brás Cubas* rompido todos os liames com o seu meio, dando-nos uma obra sem raízes locais, absolutamente desintegrada das condições de tempo e lugar? Ninguém ousará afirmá-lo quando a verdade é que nenhum dos nossos escritores foi mais metuculoso na reprodução dos costumes de sua época, mais exato na retratação dos tipos e caracteres que encheram os seus dias e com os quais ainda hoje topamos freqüentemente nos cafés, nas repartições públicas, na sociedade, nas ruas. É que tratar o meio como acessório do homem não quer dizer suprimi-lo.<sup>131</sup>

Essas referências sobre as relações entre homem e meio obrigam ao aprofundamento da noção de *meio* para Vellinho. O meio era constituído tanto pelas forças da natureza, pela paisagem, conforme os traços mais evidentes, como também pela hierarquia social, pelas condições socioeconômicas de sua vida, pelos costumes. O meio era mais do que um lugar. Nele se conjugavam experiências que variavam desde os problemas conjunturais até as heranças do passado, as tradições. O *meio*, para o crítico, estava associado a uma concepção de que existia um espaço para o desenvolvimento de habilidades e de histórias individuais no presente que, por sua vez, sofriam as influências da coletividade englobante, cujas experiências eram também conformadas por elementos culturais e históricos construídos na diacronia. As relações entre *meio* e homem não eram deterministas, nem o primeiro se reduzia apenas à dimensão geográfica. Os indivíduos tinham a possibilidade de reagir contra influências compostas de fatores combinados na sincronia e na diacronia. A sociedade, por ora, parece ainda indefinida entre o estatuto de estrutura condicionada pelas forças do meio e o de estruturante da vida humana.

---

<sup>131</sup> VELLINHO, M. *Machado de Assis: aspectos de sua vida e obra*. Op. Cit., p. 16-17.

Conforme o que foi tratado acima, também a questão das relações entre a expressão individual e a expressão coletiva (a obra de *sentido sociológico*), recorrente na análise da obra de Machado de Assis, pode ser associada à investigação sobre a submissão dos indivíduos à sociedade, o espaço de liberdade do homem em relação às forças providas do meio. Para Vellinho, por mais que tivesse lutado para esconder-se de si mesmo, a obra do romancista teria sido enraizadamente pessoal. Dessa forma, careceria do sentido sociológico demandado pelo crítico em relação à obra de Alcides Maya? De fato, essa extrema personalização da expressão literária não deixava de repugnar àqueles que demandavam, como ele, que a literatura fosse um retrato da coletividade:

Mas se por um lado é assim, por outro não deixa de repugnar ao nosso espírito, por menos *tainianos* que possamos ser, a aceitação de uma obra de profundo sentido humano como produto irremediavelmente estranho às condições do seu meio e do seu tempo. Há de haver uma razão para isso, e essa razão não deve ser posta de lado no exame crítico dessa obra, para a exata determinação de seu caráter e conteúdo.<sup>132</sup>

Aparentemente, essas considerações apontam uma contradição do autor em relação aos seus critérios de avaliação das obras literárias. Na tentativa de esclarecer essa questão, a análise da crítica de Vellinho a Machado de Assis fornece o contraponto para as questões levantadas sobre a obra de Alcides Maya. Contraditoriamente, apesar de apresentar também um tom pessimista e evidenciar a presença da individualidade do romancista, a obra do primeiro não era rejeitada pelo crítico. Pode-se questionar, então, se teria havido nesses anos 1930 uma mudança de posição e de pressupostos. A resposta é negativa, pois, usando critérios semelhantes aos da década de 1920, Vellinho perdoava no romancista do século XIX aquilo que havia condenado no “regionalista” sul-rio-grandense do século XX: a desconformidade entre estilo e assunto, a preeminência da individualidade do escritor em relação à coletividade representada e o pessimismo em relação à realidade que o circundava.

---

<sup>132</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1939, p. 23.



Conseqüentemente, se o pessimismo poderia ser desculpável no renomado escritor brasileiro, como podem ter sido utilizados os mesmos critérios epistemológicos para uma avaliação tão diferente daquela sobre Maya? Não seria essa uma contradição evidente da potencialidade explicativa dessas categorias que relacionavam homem, sociedade e meio para dar conta da avaliação das obras literárias? A investigação desse problema pode ser iniciada por uma pergunta na qual Vellinho explicitou claramente essa questão, mas em termos diferentes: “Noutras palavras, se as condições do meio externo se houvessem imposto direta e ativamente à formação do seu espírito, seria absurdo supor que o pensamento do maior dos nossos romancistas se teria apresentado sob outra feição?”<sup>133</sup>. O crítico solucionava esse enigma explicando que, se a obra de Machado de Assis não representava mais que uma expressão individual, resultado da luta do homem contra seu meio, é porque este não merecia ser representado. Invertia-se assim, o sentido da avaliação literária: a boa obra é que servia como base para a avaliação do meio social e não o contrário? Mais do que isso, Vellinho aproveitara-se desse índice de qualidade literária para desenvolver, de forma coerente com seus pressupostos anteriores, as suas reflexões sobre as influências recíprocas entre o homem e o seu entorno:

Se o meio em que viveu Machado de Assis foi incapaz de influir organicamente no conteúdo filosófico de sua obra, não há como fugir à conclusão de que em parte é responsável pelo seu impressionante insulamento. Sem argumentos que lhe oferecesse ou opusesse, deixou-o inteiramente entregue ao seu demônio interior, que havia de apoderar-se dele com voluptuosa crueldade, exacerbando-lhe o pessimismo congênito.<sup>134</sup>

O comportamento pessimista do escritor, portanto, continuava sujeito às forças externas, mas não assumia um aspecto condenável, já que o otimismo não era uma postura adequada para representar o meio social e político no qual vivia. Vellinho seguia tecendo considerações sobre o assunto comentando, adiante, a surpresa do crítico francês Rémy de

---

<sup>133</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1939, p. 24.

<sup>134</sup> *Idem*, p. 26.

Gourmont ante a relação entre as origens de Machado de Assis – as florestas americanas – e o seu “gênio sutilíssimo”:

Mas enganava-se o famoso crítico. O gênio de Machado de Assis não irrompeu das florestas que inquietavam a maliciosa imaginação européia do ilustre esteta. Ele veio foi da lenta e silenciosa desagregação de um vasto império, o de Pedro II... Foi nesse arrastado ciclo do nosso passado, o menos americano da história brasileira, que ele frutificou e amadureceu.<sup>135</sup>

Um dos maiores problemas do Império brasileiro, portanto, um importante definidor do meio de Machado, era a sua inadequação ao ambiente americano:

A monarquia que aqui se fixou de improviso, em virtude de uma fuga espetacular, precipitou, artificialmente, a nossa formação política, envelhecendo-nos antes do tempo. (...) As forças e inspirações naturais do meio tinham cedido ao aceno das fórmulas consagradas e se anulavam sob a ação de velhos métodos de governo.<sup>136</sup>

O meio onde vivia o romancista era caracterizado, conforme a perspectiva do crítico, principalmente pela organização e pelas idéias políticas. Dessa forma, referia-se ainda aos “feios hábitos” que o Brasil adquirira durante o tempo colonial, adocicados e corrigidos no II Império. Comparava esse processo político histórico com o de outras pátrias jovens da América, destacando a forte influência européia nos nossos destinos:

Enquanto outras pátrias jovens da América realizavam dramaticamente o seu processo histórico, amassando-o com o sacrifício e o sangue de muitas gerações, o nosso destino político ia-se desdobrando preguiçosamente, entre as ociosas disputas de dois partidos que afetavam a idade preclara e a ilustre experiência de suas

---

<sup>135</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1939, p. 27.

<sup>136</sup> *Idem*, p. 27-28.

matrizes do Velho Mundo. (...) O que vemos então não é a intolerância fecunda, irmã gêmea da ação, a intolerância nascida da fé e da coragem, mas o vício das transigências, das transações, das acomodações. É o prenúncio da decomposição partidária. É o começo do fim, a *refletir-se frouxamente sobre a coletividade*, à qual não se reservava nenhum papel substancial na comédia do poder.<sup>137</sup>

Era uma “época sem fisionomia” aquela em que Machado viveu e escreveu. Uma época em que a monarquia podia representar uma descontinuidade no processo histórico brasileiro e, como tal, não merecia uma imagem “reflexa”, mas uma atitude de rebeldia literária. Esta, sim, seria a postura que conferiria um *sentido sociológico* construído na trama entre meio e texto literário. Além da inadequação da monarquia ao Brasil, Vellinho lembrava o abolicionismo e a campanha republicana, dois movimentos que eram também considerados vazios de conteúdo verdadeiro, pois configuravam uma adesão de aparências a atitudes e idéias estranhas ao meio. Tais atitudes e idéias eram “ocas”, pois tinham sido importadas e não correspondiam a anseios originados na própria vida social nacional. “Que ambiente mais propício para uma empresa de recolhimento e abstenção?”<sup>138</sup>, perguntava o crítico. Esse meio, por ser *inerte*, favorecia tanto o recolhimento de Machado quanto o artificialismo do indianismo:

Outra demonstração eloqüente da inércia daquele meio com relação à atividade literária da época é o surto equívoco do indianismo. Pois seria admissível a expansão e domínio da inocente ideologia, se os nossos bons românticos tivessem ao pé de si motivos mais razoáveis de afirmação nacional? Se Gonçalves Dias e José de Alencar se meteram pelas selvas em busca dos pró-homens da nacionalidade, é porque a civilização brasileira naquela quadra “sem fisionomia” própria, não dispunha de heróis mais convincentes...

Já se vê que entre os mestres do romantismo indígena e Machado de Assis há, pelo menos, um ponto de contato: aqueles e este desinteressaram-se do meio, tomando cada qual o seu rumo. A diferença é que enquanto os primeiros se perderam na sombra capitosa

---

<sup>137</sup> *Idem*, p. 29.

<sup>138</sup> *Idem*, p. 32.

das florestas imaginárias, o segundo mergulhou para sempre dentro de si mesmo, de onde passou a espiar o velho cortejo da humanidade...<sup>139</sup>

Para um mesmo problema, duas resoluções diferentes teriam sido possíveis, sendo que o insulamento de Machado era preferível à evasão dos indianistas. Essa preferência de Vellinho pela atitude do primeiro, associada à rejeição da postura dos últimos, tinha sua coerência epistemológica. Os indianistas teriam feito, como Maya, uma má sociologia e, conseqüentemente, uma literatura descartável.

Machado de Assis destoara da tradição literária vigente e transferira o foco principal de sua representação literária da natureza (aí incluídos os indígenas como seus prolongamentos) para o homem, seus problemas, seus dilemas universais. “Qualquer que seja o interesse que os livros de Machado de Assis despertem como definição acidental do meio social brasileiro, a sua significação emana toda deles mesmos, das suas virtudes intrínsecas, do seu absorvente sentido humano”.<sup>140</sup> O meio onde vivera o romancista era inerte, mas as forças emanadas da paisagem eram aniquiladoras. Sua época não era *afirmativa*; os grandes movimentos políticos não se constituíam em assunto digno de representação, era preciso reagir contra ela. Sob tal perspectiva, a obra de Machado de Assis era, sobretudo, crítica.

O valor da obra de Machado de Assis, segundo Vellinho, poderia ser assim sintetizado:

Para nós, homens dos trópicos, sedentos de verbo, sem o senso das profundidades, ela encerra uma grande e nobre lição, pois nada mais é, da primeira à última página, do que um largo esforço em favor da alforria da inteligência, um aceno insistente concitando-nos à revolta contra a servidão que a terra nos impõe.

Rudes caminhos ele terá percorrido até chegar à afirmação da consciência diante da paisagem absorvente e aniquiladora. Sua vitória objetivou-se no milagre do estilo que nos legou, quintessência da língua, estilo que nunca transigiu com a sonoridade vazia das palavras, notável pelo seu equilíbrio e limpidez, pela sua prodigiosa transparência, através da qual se podem sentir e surpreender as

---

<sup>139</sup> *Idem*, p. 33.

<sup>140</sup> *Idem*, p. 18.

flutuações mais fugidias e remotas do pensamento. Ele triunfou principalmente pela imposição dos temas humanos, pela inserção do homem no primeiro plano da criação literária.<sup>141</sup>

Daí em diante, seria possível *fazer literatura no Brasil* e seria possível *fazer o Brasil*: “Daí por diante, novos rumos foram abertos às necessidades da inteligência e do espírito. Já agora transposto o largo ciclo de *subordinação* à natureza, podia o homem crescer sobre as coisas e exigir espaço para o seu eterno drama”.<sup>142</sup> As relações entre o homem e o meio tinham, então, uma história que se desdobrava em “etapas”: uma sociedade em formação estava mais exposta às forças da natureza do que uma sociedade em processo de “afirmação”. A história das sociedades seria, desde sua formação, a história da luta dos homens contra as forças aniquiladoras da natureza. Entretanto, se o homem libertava-se dessa opressão tirânica, ele seguia submetido à que provinha do seu meio. Se este não fosse afirmativo, se fosse uma semi-nação, como o Brasil durante o segundo império, restava a evasão: um mergulho nas profundezas da própria psicologia do escritor ou uma fuga da realidade, estratégia tão artificial quanto a própria realidade

Parecia existir aqui uma noção bem sedimentada sobre o desenvolvimento da história brasileira a embasar o pensamento do autor. Essa noção pode ter estado também na base de decisões, como a de participar da Revolução de 30. De qualquer forma, para ser operatória, configuradora de uma ação “fora do texto”, era necessário que houvesse uma coerência epistemológica, pelo menos para os agentes intelectualizados mais envolvidos nas disputas políticas da época. Vellinho foi capaz de ler a obra do eminente romancista de forma a transformar o desengajamento político de Assis na campanha abolicionista e na republicanista, algo inspirador de uma atitude oposta à que o crítico assumiu na década de 1930. A explicação estava na correspondência entre as forças provindas do meio (aniquiladoras, inertes ou afirmativas) e a atitude política, estética e epistemológica adequada a essas emanções externas. A narrativa do autor, como visto, articulava de forma complexa esses elementos e não pode ser explicada pela sua adesão a algum tipo de determinismo geográfico. O fundamento mais importante de seu pensamento era a construção da nação e do

---

<sup>141</sup> *Idem*, p. 35.

<sup>142</sup> *Idem*, p. 36, grifo meu.

sentimento de pertencimento a ela. As etapas da história nacional definiam o tipo de representação literária que seria adequado a sua fabricação, a sua afirmação. O problema do pertencimento a uma cultura regional ao mesmo tempo distinta e integrante da cultura nacional seria mais evidente nos anos seguintes.

#### **1.4. A cultura sul-rio-grandense e o afastamento da política partidária**

Em 1944, Moysés Vellinho reunia seus principais ensaios literários, retirados, quase todos, dos jornais da capital, e publicava *Letras da província*.<sup>143</sup> A palavra “província”, nesse momento, passa a freqüentar cada vez mais o discurso do crítico e viria a compor o título de um outro importante investimento intelectual na década de 1940, a revista *Província de São Pedro*. Algumas das críticas publicadas em 1944 serão aqui privilegiadas, tendo em vista a continuidade da investigação dos temas já destacados, acompanhando agora as suas transformações.

Dessa publicação, serão analisadas mais de perto a reelaboração da crítica acerca da obra de Alcides Maya, as suas análises da obra de Érico Veríssimo e a de João Pinto da Silva. A seleção dos textos obedeceu a uma intenção de observar a discussão dos assuntos relacionados às concepções acerca da história local e daqueles relativos às definições dos campos intelectuais, tais como a literatura e a crítica literária. Além disso, os autores criticados encontram-se dentre as referências mais importantes para Vellinho: Alcides Maya, pelo impacto da polêmica sobre a sua obra no meio intelectual local; João Pinto da Silva, por representar um antecessor crítico com quem ele se identificava. Os textos sobre Érico Veríssimo, tanto pela importância de sua obra na região e no Brasil, quanto pela proximidade de algumas concepções e projetos daqueles do crítico, serão analisados em especial no segundo capítulo, ao lado de *O tempo e o vento*.

---

<sup>143</sup> VELLINHO, M. *Letras da província*. Porto Alegre: Globo, 1944.

*Alcides Maya: a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento*, um dos textos publicados em *Letras da província*, rerepresentava os principais argumentos utilizados na polêmica de 1925.<sup>144</sup> Moysés Vellinho reescrevia a crítica acrescentando alguns elementos, mas basicamente reforçando e sofisticando aqueles anteriormente utilizados. Esse trabalho de reescrita revela que a mudança mais importante no discurso do crítico foi a sua identificação crescente com as lutas intelectuais em detrimento das lutas político-partidárias. No início do texto, Maya já era reconhecido como um *intelectual*, alguém que se opôs ao clima de facciosismo político herdado da Revolução de 93. Se anteriormente Vellinho parecia colocar-se em campo diametralmente oposto ao do romancista, agora ele começava sua crítica configurando de saída uma identidade intelectual comum com o autor criticado, construída em oposição ao campo político-partidário. Se era de política que ainda se tratava, não era mais apenas de partidos em disputa pela máquina governamental, e sim de uma luta política em torno de uma posição diferenciada para o intelectual na sociedade.

Essa nova postura pode ser visualizada a seguir. Dessa vez, o autor iniciava sua apreciação da obra de Alcides Maya ressaltando as dificuldades de uma atividade intelectual independente ante os problemas políticos colocados no início da sua carreira, em especial, o da cooptação das “atividades da inteligência” para as disputas políticas no contexto posterior ao da Revolução de 93:

Nenhum entendimento se fazia possível com quaisquer atividades da inteligência se estas não traziam a marca quente das disputas políticas, se não tinham por mira as demolições facciosas, um proselitismo sôfrego e intratável. Tais conjunturas revestiam um tremendo poder de absorção. Direta ou indiretamente os escritores e poetas eram chamados a pagar seu tributo às duras leis do tempo.<sup>145</sup>

---

<sup>144</sup> VELLINHO, Moysés. “Alcides Maya: a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento”. In: BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Moysés Vellinho, Op. Cit*, 2001, p. 73. Esse texto foi publicado na primeira e segunda edições de *Letras da Província*, em 1944 e 1960, sem alterações. A versão aqui citada é a publicada em 2001.

<sup>145</sup> VELLINHO, Moysés. “Alcides Maya: a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento”. *Op. Cit*, 2001, p. 73.

O problema das relações entre o *meio* e o homem de letras persistia como um elemento chave de sua análise nesse texto, mas, apesar disso, agora vinha denominado também por outras palavras. Agora as “conjunturas” exerciam um enorme poder de absorção sobre as “atividades da inteligência”, sobre os “poetas e escritores”. Mas tratava-se muito menos das forças naturais do que das “leis do tempo” e das “disputas políticas” travadas em um momento preciso na sociedade local, já importantes na abordagem anterior. O escritor, nesse sentido, era considerado como pressionado por uma conjuntura política específica à qual, como intelectual, deveria reagir. Vellinho descobria em Maya qualidades insuspeitas que já encontrara na posição de Machado de Assis em relação ao “meio” circundante:

Alcides Maya seria dos primeiros a *reagir* contra a voragem. Sua reação não se operou no plano propriamente político nem traía o sentimento de quem estivesse condicionado pelas fermentações sectárias. A política que o inspirava e conduzia era de outra natureza. Não derivava, por certo, de um programa ostensivo, de um propósito manifestamente deliberado. Fosse, porém, como fosse, não seria difícil encontrar no pensamento do jovem escritor, embora sob forma indefinida, um incitamento às gerações de seu tempo para que pusessem o espírito a coberto das *devastações partidárias* e o erguessem até o nível dos altos reclamos da inteligência e da cultura.<sup>146</sup>

Era necessário reagir à voragem do facciosismo e da cooptação da inteligência pela política, mérito de Maya anteriormente não mencionado pelo crítico. Além disso, as atividades partidárias eram representadas como potencialmente devastadoras. O mais interessante sobre essa nova postura é ela ter passado despercebida pelos historiadores da história no Rio Grande do Sul. Mesmo que houvesse discrepância entre “teoria e prática” na obra de Vellinho, elas não seriam suficientes para confirmar o que as análises historiográficas enfatizaram insistentemente a respeito das relações entre a atividade intelectual e a política partidária. Essas práticas, com efeito, podem ter estado estreitamente vinculadas na década de 1930, mas a mudança de discurso a partir da década de 1940 foi quase totalmente ignorada

---

<sup>146</sup> VELLINHO, Moysés. “Alcides Maya: a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento”. *Op. Cit.*, 2001, p. 74.



nas análises dos historiadores dos anos 1980 sobre o assunto. O que se enfatizou nesses trabalhos foi, ao contrário, uma continuidade e uma linearidade que caracterizariam todo um período da atividade intelectual no Rio Grande do Sul, em que Vellinho foi um dos maiores expoentes, desde os anos 1930 até os anos 1970. Pode-se, inclusive, afirmar que a quantidade de referências de Vellinho defendendo uma literatura desengajada das lutas partidárias é inversamente proporcional à visibilidade que elas atingiram nas análises da obra do autor. A seguir, pode-se demonstrar a importância que assumiu o tema do desengajamento partidário e do engajamento intelectual, definido pelo pertencimento regional, no discurso do intelectual a partir da década de 1940.

Vellinho perdoava o ímpeto da juventude e o estilo de época nos primeiros escritos de Alcides Maya em função da “objetividade dos temas” e do “interesse predominantemente cultural” com que tratava dos assuntos regionais, apesar das “arremetidas do mais desenvolvimento facciosismo”.<sup>147</sup> O critério de avaliação positiva da obra inicial de Maya, portanto, passava pelo reconhecimento da sua posição de independência ante as disputas políticas do momento. É essa capacidade que devia ser elogiada e que funcionava como fonte de identificação de tal forma entre o crítico e o criticado, que o primeiro deixava a narrativa na terceira pessoa do singular e utilizava a primeira do plural:

Realmente, em lugar de *nos* deixarmos enredar e perder nas urdiduras da intriga partidária, por que não *havíamos* de apelar para os dons do espírito e da inteligência como a fontes de apaziguamento e libertação! Urgia, por certo, que o Rio Grande do Sul se emancipasse, pelas inspirações da cultura, das opressivas injunções em que se debatia.<sup>148</sup>

Não era mais de “ele”, Alcides Maya, que se tratava, mas sim de “nós”, aqueles que seriam capazes de apelar para os dons do espírito e da cultura numa conjuntura extremamente opressiva e direcionada à cooptação partidária. A “cultura” no passado, no tempo de Maya, assumira uma definição vinculada à noção de uma “missão” da qual os intelectuais sul-rio-

---

<sup>147</sup> *Ibidem*.

<sup>148</sup> *Ibidem*, grifos meus.

grandenses do presente (década de 1940) eram herdeiros: emancipar o trabalho intelectual das injunções puramente partidárias na província.<sup>149</sup>

Um segundo fator de aproximação, de identificação, entre Maya e Vellinho pode ser destacado nesse texto. A independência intelectual de Maya teria sido responsável pelo seu posicionamento anti-separatista. No momento da voga do positivismo no Rio Grande do Sul, da pregação pela “pequena pátria rio-grandense”, o criticado reagira de forma “exemplar e comovente”:

Enquanto, sem fundamento de um imperativo orgânico, os profetas da nova ordem se concentravam à sombra de uma doutrina de importação, ele, pouco mais que uma criança, alçava-se sobre os próprios pés, superava-se a si mesmo através das páginas candentes de um panfleto – *O Rio Grande independente* – e aos golpes de uma dialética resoluta e apaixonada, deixava em sérios embaraços os pregoeiros da idéia infeliz.<sup>150</sup>

Se o intelectual deveria reagir à cooptação partidária, não poderia, entretanto, se furtar à militância nacionalista, aqui representada pelo posicionamento anti-separatista. O trecho destacado acima aponta também para a existência de uma identificação entre Vellinho e o jovem Maya que extrapolava os limites da atitude não-partidária e nacionalista.

---

<sup>149</sup> A idéia de que a cultura seria pensada como “missão” da intelectualidade local no período que nos ocupa foi proposta, como visto na introdução, por Odaci Coradini. Mas essa concepção já teve vigência antes mesmo da época em questão. Os usos políticos e sociais da literatura e da história têm a sua história paralela e integrada a sua produção. A despeito de uma ambição recorrente de busca de autonomia da produção intelectual e cultural em relação às demandas sociais de seu tempo, especialmente no que diz respeito à literatura, sempre há os que pensam justamente o contrário. Segundo Sevcenko, a cultura já teria assumido o significado de uma missão no período da Primeira República no Brasil. Especificamente as obras de Euclides da Cunha e Lima Barreto, dois autores dissidentes da voga geral da *belle époque* carioca, criticavam os excessos do espírito cosmopolita do “bota abaixo” e da “regeneração”, responsáveis por uma acentuada exclusão social no Rio de Janeiro que queria ser Paris. A literatura desses dois autores, aparentemente antagônicos, “resume nas propostas e respostas estéticas os conflitos mais agônicos que marcaram a sociedade brasileira nessa fase. Cada um deles é como que uma síntese das alternativas históricas possíveis, que se colocavam diante dos olhos dos autores, pelas quais lutaram energeticamente, derrubando moinhos de vento para o sorriso desconfortável dos poderosos”. SEVCENKO, Nicolau. “Introdução”. In: \_\_\_\_\_. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 27-33, citação da p. 33.

<sup>150</sup> *Ibidem..*

A citação revela, ainda, uma aproximação entre a atitude do criticado na sua juventude e a do crítico, ele próprio vítima dos furores juvenis, em 1925. Vellinho moderava o tom, apontava elementos positivos antes ignorados ou não explicitados que se constituíam em pontos de identificação com Maya.

O distanciamento entre a atividade literária, artística, e a atuação engajada nas lutas políticas da época já tinha sido estabelecido como uma atitude adequada na crítica a Machado de Assis. O que explicava essa atitude em Machado, ao mesmo tempo também explicava a evasão dos indianistas, reprovada pelo crítico como escolha estética apropriada. Então, o que ressaltava a indiferença de Machado de Assis aos embates políticos é que essa postura não equivalia a uma indiferença aos problemas sociais e políticos.<sup>151</sup> O romancista cumpria seu papel nos embates daquele contexto sociohistórico sendo um artista excelente.

Os literatos e intelectuais, para Vellinho, não necessitavam mais se envolver nas disputas da política partidária para bem desempenharem seu papel social. Havia outra missão à qual deveriam estar engajados: a promoção da região e da nação. O envolvimento militante de Vellinho na Revolução de 1930 ao lado de Oswaldo Aranha evidenciava que os argumentos do jovem Paulo Arinos na crítica ao saudosismo de Maya e suas relações com o posicionamento político do romancista quanto às revoluções de 1893 e 1923 seguramente estavam relacionados com o clima pré-revolucionário de 1930 no Rio Grande do Sul. Dentre as evidências textuais mais contundentes da inserção de Vellinho nesse programa político, encontram-se os textos da polêmica de 1925. Na década de quarenta, porém, a sua postura mudava. O posicionamento adotado por Moysés Vellinho, desde a sua crítica a Machado de Assis, e por outros contemporâneos pode ser mais bem compreendido se for relacionado ao desencanto dos intelectuais gaúchos com os rumos da revolução em que haviam se envolvido.<sup>152</sup> Mas, se o investimento na construção de uma identidade intelectual autônoma da atividade político-partidária se diferenciava dos posicionamentos anteriores, a promoção da região continuava a ser um dos traços definidores desse papel social. Só que, dessa vez, mais

---

<sup>151</sup> A esse respeito, ver também o texto “Motivos de crítica social”, sobre Machado de Assis. In: VELLINHO, M. *Machado de Assis: histórias mal contadas e outros assuntos*. *Op. Cit.*, 1960, pp. 37-67.

<sup>152</sup> Sobre a desilusão com Getúlio Vargas e o Estado Novo, ver os textos já citados: VELLINHO, Moysés. “Revolução de 30, em seu trigésimo aniversário – 1960”. *Op. Cit.*, 1981; VELLINHO, M. *Moysés Vellinho (depoimento 1977)*. *Op. Cit.*, 1981.

do que justificar uma luta partidária, o autor investia na construção de um lugar digno para os intelectuais locais na constelação da mais alta cultura brasileira.

Somente depois de caracterizar esses laços de identidade entre crítico e criticado é que o primeiro passava a configurar os pontos que os opunham internamente ao seu campo: literário e intelectual. Assim, apesar de reconhecer seus méritos, principalmente a “reação contra a voragem” da sua época, fundando uma trajetória cultural separada da atividade partidária, permanecia a rejeição de alguns tópicos já levantados em 1925 na obra do eminente escritor regionalista. Vellinho identificava uma mudança na elogiável trajetória inicial de Maya, que teria sido responsável pela inadequação de sua obra literária enquanto expressão de sentido sociológico:

Esse belo assomo inicial não havia, porém, de evoluir naturalmente. Ao longo de seu curso, o rio, engrossado de novas agias, impelido por novas forças, como que esqueceria a espontaneidade do fluxo originário. Com efeito, embora mais variada e amadurecida, a obra de Alcides Maya iria perder, por um complicado processo de estilização, a fluência das primeiras manifestações.<sup>153</sup>

O problema maior, portanto, que diferenciou o jovem Maya do escritor que ele se tornou foi a gradual perda da espontaneidade. Vellinho retomava a lenda escandinava utilizada para metaforizar o contramodelo de literatura do qual ele via o romancista gradualmente se afastando no decorrer de sua carreira como escritor, a ponto de assinalar a sua “inaptidão para o gênero”. Seu problema não era imaginativo, já que ele não concebia mal suas histórias, nem suas estruturas eram desconcertantes. A sua inaptidão era colocada em termos de um problema que era tanto estético quanto político (não mais no sentido partidário): o que comprometia a sua obra era o excessivo verbalismo, já denunciado em 1925. Agora, porém, esse excesso era designado como o “mal do estilismo, que então grassava sob forma

---

<sup>153</sup> VELLINHO, Moysés. “Alcides Maya: a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento”. *Op. Cit.*, 2001, p. 75.

aguda e contagiosa”.<sup>154</sup> Para Vellinho, o ensaio crítico de Maya era o que se adequava melhor à forma de expressão.<sup>155</sup> Entre a atividade literária e a da crítica, havia uma diferença quanto à necessidade de erudição para uma e outra atividade, que se expressava tanto em termos quantitativos quanto qualitativos: “mas a ficção, se não exige *tanto*, pede coisa *diferente*”.<sup>156</sup> O que proporcionava o sucesso na atividade crítica de Maya constituía-se em excesso na sua escrita literária.

Vellinho servia-se agora de uma noção que fora utilizada somente pelo seu contendor na polêmica da década de 1920: *regionalismo*. Qual era o significado que essa palavra adquiria no discurso do crítico? Em primeiro lugar, o regionalismo era colocado como uma tentação:

A essa altura já as *tentações* da ficção regionalista haviam tomado conta do seu espírito. Mas quem desde cedo se voltara tão decisivamente para a análise de homens e idéias no plano dos valores gerais, não negligenciaria a posição em que com tanta segurança firmara o pé, sem pôr em risco o destino de sua obra.<sup>157</sup>

O problema, então, era que a região não poderia ser adequadamente representada através de critérios e valores estranhos. Se o ensaio crítico admitia o uso e abuso da erudição e da cultura geral (européia), a ficção pedia (ou exigia?) coisa diferente. Novamente, como fizera em 1925, o autor associava a história do jovem cantor escandinavo à expressão individual de Maya. Entretanto, nessa reescrita, Vellinho, diferentemente do texto anterior, associava a lenda nórdica ao regionalismo (na segunda aparição explícita dessa noção no seu texto): “A posição de Alcides Maya como regionalista me traz à lembrança uma lenda escandinava que li há muito tempo”.<sup>158</sup> Seguiu, depois dessa associação, narrando a historieta conhecida. Desse modo, o problema da individualidade de sua expressão era representado

---

<sup>154</sup> *Idem*, p. 76.

<sup>155</sup> *Idem*, p. 77.

<sup>156</sup> *Idem*, p. 76.

<sup>157</sup> VELLINHO, Moysés. “Alcides Maya: a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento”. *Op. Cit.*, 2001, p. 75-76, grifo meu.

<sup>158</sup> *Idem*, p. 77.

pelo “desacordo” que se estabelecia “entre estilo e assunto”. O regionalismo literário era uma tentação à que só iniciados e diplomados no contato com a matéria regional poderiam ceder. Maya perdera os dons do jovem cantor nórdico ao “embarafustar” na cultura universalista. O universal se opunha ao regional? Parece que sim:

Quando Alcides Maya se dispôs a cantar o drama da querência, já havia perdido a ingenuidade de coração com que o herói da lenda, fiel aos seus impulsos, entregou os sentidos à sedução e ao domínio das coisas elementares. Uma cultura multiforme, iniciada com volúpia desde os verdes anos, denunciara logo a vocação universalista do escritor. (...) Assim providas suas tendências inatas, Alcides Maya teria que se renegar a si mesmo antes de se deixar vencer pela humilde música da terra e recolhê-la na sua pureza original. Ele não fez esse sacrifício. Já não estava nele fazê-lo. E então aconteceu o que tinha de acontecer: o desencontro entre o imperativo de sua personalidade, já solidamente definida como expressão da cultura geral, e o do meio que ele pretendeu revelar no seu mais genuíno particularismo.<sup>159</sup>

Em 1940, Vellinho já delineava melhor, portanto, o seu programa literário. Não uma trajetória que ele devesse seguir, mas um programa de orientações gerais aos escritores da terra: em primeiro lugar, se a terra era simples, se os hábitos eram rudes e chãos, assim também devia ser a linguagem, a prosa. O crítico demandava uma literatura semelhante à de Euclides de Cunha e Lima Barreto no sentido comum que elas tiveram de rejeição ao cosmopolitismo radical da *belle époque* carioca.<sup>160</sup> A região representada por Maya na literatura era rural. Assim, ela não devia ser “intumescida de raridades vocabulares”, de “uma sintaxe rebuscada e trabalhosa”. “O argumento, a paisagem, a fabulação” não deviam se encolher e sumir sob o estilo.<sup>161</sup> Se Maya não tivesse sido contemporâneo de Coelho Neto, seu estilo não teria invadido o cenário. Exagero verbal era considerado por Vellinho como equivalente a carência de realidade. Para ele, o excesso lingüístico reduzia o potencial de

---

<sup>159</sup> *Idem*, p. 78.

<sup>160</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Op. Cit.*, 2003. O modelo de literatura da *belle époque* carioca à qual teriam reagido Cunha e Barreto era justamente o de Coelho Neto, cujo estilo verborrágico Vellinho associava ao de Maya.

<sup>161</sup> VELLINHO, Moysés. “Alcides Maya: a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento”. *Op. Cit.*, 2001, p. 78.

verossimilhança entre a região e sua representação literária e significava um vazio de sentido. Embora não explicitasse nesses termos, o regionalismo mal conformado por Maya era associado pelo seu crítico a um vazio de sentido.

O reconhecimento da literatura de Alcides Maya como expressão sociológica da região era recusado principalmente pela sua incapacidade de abnegação da individualidade em prol da coletividade, que orientava sua literatura a uma perspectiva pessimista. Assim, junto das prescrições estéticas, Vellinho colocava as éticas e morais. Não era só a linguagem e o estilo de Maya que estavam em desacordo com a região, sua atitude também. Aliás, a atitude parece ter condicionado o problema estético. Segundo pensava o crítico, o saudosismo sobressaído da própria experiência do romancista condicionava seu horizonte de expectativas, projetando um futuro de desagregação, ruína e morte. Suas expectativas não eram adequadas porque o autor não submetera a sua experiência individual, a sua literatura, ao imperativo de “provar a região” e gerar identidade.

Mas o sentimento de pertencimento regional não se concretizava apenas na abordagem de uma temática regional, era necessário sentir e fazer sentir a região: esse era, na ótica de Vellinho, o objetivo maior da literatura. Também era preciso refazer o trabalho de memória, pois os tempos eram outros. Se não eram tão esperançosos quanto os de 1925 no plano político-partidário, agora as expectativas se direcionavam mais claramente para a constituição das atividades da inteligência como um campo separado da política partidária.

Se, do ponto de vista ideológico, permaneciam as prescrições que submetiam a literatura ao imperativo nacional e regional e emergiam mais claramente os ideais de independência da atividade intelectual em relação à atividade partidária, do ponto de vista epistemológico, contudo, algumas alterações eram introduzidas e alguns pontos eram clarificados acerca da representação literária e da abordagem do passado regional na década de 1940. Dentre os últimos, encontrava-se a crítica à linguagem e ao estilo literário; a idéia de adequação entre estilo e assunto. Ficava mais clara certa especialização das atividades intelectuais: se a literatura demandava uma expressão mais associada à intimidade entre o escritor e natureza, sociedade – expressão coletiva regional –, ao ensaio crítico, era permitida a erudição. A crítica literária seria a predecessora da historiografia? Para Vellinho, parece que

sim. Sua trajetória individual desenvolvia-se nessa direção: provavelmente ele não se considerava um cantor digno de sua terra, então, podia ser, pelo menos, um historiador.<sup>162</sup> O crítico de então buscava dar sua contribuição para uma renovação estética na literatura regional ao criticar os procedimentos, a técnica, a linguagem e o estilo de Maya, mas sua crítica não questionava o objetivo maior dessa atividade intelectual: retratar fielmente a região.

Essa também seria a prescrição à história e à sociologia, tal como o crítico dera a entender na década de 1920? O texto da década de 1940, ao fazer a crítica ao regionalismo de Alcides Maya, propunha uma conjunção entre um programa literário e outro sociológico:

Não seria, pois, o caso de submeter a uma cuidadosa revisão o conceito de gaúcho como expressão do tipo social rio-grandense, posto que “gaúcho” e “rio-grandense-do-sul” são hoje designações equivalentes? Conviria, antes de mais nada, subtrair a questão às injunções românticas ou demagógicas, e imprimir-lhe maior objetividade e compreensão. O tipo tradicional inerte dentro de seus hábitos em desuso e de seu esplendor de lenda, esse pouco interessa à sociologia. Tendo vivido em função de uma época, evoluiu com as condições históricas que o geraram, plasmando-se, pouco a pouco, no homem representativo do brasileiro que vive na extremadura meridional do país.<sup>163</sup>

Afinal, do que se tratava? De crítica literária e literatura regional ou de sociologia e história? Essa pergunta pode ter sentido na atualidade, mas, naquela época e naquele texto, ainda não. Essas atividades intelectuais, juntamente com o folclore, faziam parte do conjunto

---

<sup>162</sup> Em entrevista ao *Correio do Povo*, em 1979, Vellinho confessou uma tímida tentativa na escrita literária, que foi impiedosamente criticada por João Pinto da Silva, seu amigo. Os critérios de avaliação utilizados para Maya parecem ter servido para a sua própria trajetória: o ensaio histórico-sociológico adequava-se mais ao seu perfil erudito do que a literatura. VELLINHO, M. “Um velho chefe de clã lusitano em terras gaúchas” (entrevista a Antônio Hohfeldt). *Correio do Povo* (Caderno de Sábado). Porto Alegre, 06/01/1979. Sobre o caminho da crítica à história, ainda se pode tomar o depoimento de Temístocles Linhares na mesma edição do Caderno de Sábado, em 1979. Ele recordava que perguntara a Moysés Vellinho por que ele havia deixado a crítica. “Por ser a história mais absorvente do que ela? Por desgosto? – Nada disso, deixei simplesmente porque pensei já ter alcançado o direito nesta altura da minha vida de trabalhar para mim mesmo...” LINHARES, Temístocles. “Preito a Moysés Vellinho”. *Correio do Povo*, Caderno de Sábado, 06/01/1979, p. 5.

<sup>163</sup> VELLINHO, Moysés. “Alcides Maya: a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento”. *Op. Cit.*, 2001, p. 86.



pouco especializado das atividades dos letrados. Nesse momento, parece tratar-se muito mais de sociologia do que qualquer outra coisa. Se a influência de Gilberto Freyre na obra de Vellinho tornava-se perceptível pelo uso de algumas expressões, como “ilhas culturais”, há uma referência explícita ao intelectual nordestino<sup>164</sup>:

Era preciso levantar os alicerces da civilização cujo conteúdo os desbravadores da terra traziam no fundo do espírito. Porque, em suma, esses pioneiros eram portugueses ou tinham raízes portuguesas, e como tais participavam daquele binômio de tendências aparentemente contraditórias, que Gilberto Freyre, em suas notáveis lições de sociologia brasileira, não se cansa de apontar como os traços fundamentais do colonizador lusitano: - o espírito de aventura e o sedentarismo.<sup>165</sup>

Os problemas da literatura de Maya, antes explicados primordialmente nos termos da relação homem/meio e da influência que aí desempenhava a conjuntura política, agora eram expressos também em termos culturais.<sup>166</sup> A vantagem que as teorias de Freyre tinham em relação às anteriormente utilizadas era a de poder desenvolver uma argumentação vinculada ao conceito de cultura para analisar os fenômenos da sociedade e da cultura erudita:

---

<sup>164</sup> O importante papel das idéias de Freyre para os intelectuais gaúchos na década de 1940 e 50 já foi assinalado neste trabalho. Cabe lembrar que, em 1940, ele veio pela primeira vez ao Rio Grande do Sul para participar do Congresso de Geografia e História organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico local. Essa visita legou um texto especialmente preparado para o evento, “Sugestões para o estudo histórico-social do sobrado no Rio Grande do Sul” (*Anais do III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia*. Vol 1, Porto Alegre: Prefeitura Municipal, Globo, 1940, pp. XIII-XX), e uma conferência no Salão Nobre da Biblioteca Pública do Estado, intitulada “Continente e Ilha”, que seria publicada mais tarde no Rio de Janeiro: FREYRE, Gilberto. *Continente e ilha*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943.

<sup>165</sup> VELLINHO, Moysés. “Alcides Maya: a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento”. *Op. Cit.*, 2001, p. 87.

<sup>166</sup> É conhecida a idéia de que a substituição do conceito de raça pelo de cultura se deu a partir de Gilberto Freyre no Brasil. Entretanto, segundo Ortiz, o seu papel para as concepções sociológicas, a “operação” realizada por *Casa grande e senzala*, representaram bem mais o ápice do projeto intelectual de Silvio Romero do que seu declínio. A trama narrativa de Freyre articulava em termos mais adequados e otimistas o problema da miscigenação, objeto do interesse dos intelectuais brasileiros desde o século XIX. ORTIZ, Renato. “Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional”. In: \_\_\_\_\_. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 36-44. Ver também FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. 46 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2002.

Missão da mais alta importância política, coube ao rio-grandense-do-sul assegurar, neste recanto aberto às mais poderosas influências alienígenas, a preservação dos elementos fundamentais da cultura luso-brasileira, tomada a palavra cultura no sentido sociológico. O Brasil prolonga-se no Rio Grande do Sul, e nele se revê, graças à ação aglutinadora da tradição local.<sup>167</sup>

A conjuntura política não desaparecia da argumentação de Vellinho, mas ela aparecia associada aos eventos culturais como elementos explicativos dos fenômenos literários. O conceito de cultura entra no discurso do crítico ainda com a função narrativa de articular as continuidades entre o passado e o presente, as quais embasavam a explicação do laço social regional em suas relações com a sociedade nacional mais ampla. A pergunta de Vellinho era uma pergunta de época: como compreender a diversidade cultural no Brasil sem se perder de vista que se tratava de uma nação? Volta-se ao que havia sido dito anteriormente: tanto a nação quanto a região eram pressupostas; a questão epistemológica e ética que se colocava era a de como prová-las. Nesse ponto da obra crítica de Vellinho, definia-se a maneira pela qual seria tratado o tema obsessivo de sua obra: provar que a região se constituía em uma cultura singular, mas integrante de uma cultura nacional brasileira. A estratégia adotada por Vellinho foi a filiação às teorias sociológicas de Freyre, mas selecionando a cultura portuguesa como elemento chave para provar a integração original e continuada da sociedade (civilização) sul-rio-grandense, desde sua formação até a atualidade da escrita do autor, como unidade cultural regional constituinte da unidade cultural nacional brasileira.

A capacidade de adaptação do gaúcho às injunções orgânicas da evolução devemos-la, em grande parte, a um fator que, apesar de sua importância, vulgarmente não entra em nossos devaneios históricos: a decisiva contribuição açoriana na estruturação social rio-grandense.<sup>168</sup>

---

<sup>167</sup> VELLINHO, Moysés. “Alcides Maya: a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento”. *Op. Cit.*, 2001, p. 89.

<sup>168</sup> VELLINHO, Moysés. “Alcides Maya: a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento”. *Op. Cit.*, 2001, p. 87.

Ao invocar a herança lusitana, Vellinho retomava argumentos da historiografia local precedente.<sup>169</sup> A ênfase na herança açoriana permitia ao autor elaborar uma explicação que, ao mesmo tempo, confirmava as origens lusitanas comuns ao Brasil e explicava a singularidade cultural da região em relação ao país.

Outro argumento para provar a região como parte da nação brasileira está presente na reelaboração da crítica à obra de Maya: a contraposição entre o gaúcho platino e o rio-grandense. Entretanto, o que se ressalta aqui, além da contraposição entre os dois “tipos sociais” que será refinada pelo autor nos anos 1960, é a construção narrativa que estrutura a história do Rio Grande do Sul enfaticamente voltada para a sua origem, para a formação da sociedade. Isso teria acontecido pelo contato da cultura portuguesa com o meio geográfico e natural do Rio Grande do Sul. A paisagem, a situação fronteiriça e as atividades econômicas desempenhariam um papel fundamental na explicação da evolução cultural subsequente.

Por mais que a vocação da rotina tivesse sido recalcada em contato com o meio bárbaro, nem todos os que perlustravam, naqueles começos de vida, as vacarias da Campanha ou de Cima da Serra, empolgados pela rendosa indústria das arreadas, eram aventureiros de tradição imemorial. (...) Se mais tarde essa teia se adensou, foi devido ao contingente açoriano, movido por imperiosas razões de ordem econômica. Ao passo que a agricultura lhes vinha sendo lamentavelmente adversa, as rendas do pastoreio asseguravam lucros rápidos e compensadores.<sup>170</sup>

A linha narrativa da história do Rio Grande do Sul colocava-se em termos culturais, mas não eram abandonados os elementos naturais e políticos como integrantes de sua explicação. Como se vê, o texto crítico à obra de Maya, assim como outros de Moisés Vellinho, acabou se conformando muito mais como um ensaio sociológico do que uma

---

<sup>169</sup> GUTFREIND, Ieda. *Op. Cit.*, 1998.

<sup>170</sup> VELLINHO, Moisés. “Alcides Maya: a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento”. *Op. Cit.*, 2001, p. 87.

análise estética. Não que o autor tenha se desinteressado pelos assuntos estéticos, mas a crítica à literatura regional, para ele, não se desvinculava dos questionamentos histórico-sociológicos.<sup>171</sup> Seu texto crítico tornava-se um ensaio de história do Rio Grande do Sul entremeado por comentários à literatura de Alcides Maya, que, em certos momentos, era associada a um estilo literário mais amplo, o regionalismo:

Pereceu no gaúcho o que ele tinha de aleatório e acidental. O velho tipo enaltecido nos seus ímpetos gratuitos pela *literatura mal informada* cederia ao tipo que resultou da combinação do espírito de aventura dos pioneiros com o ânimo ordeiro e severo dos ilhéus em face da sua portentosa tarefa comum, que foi a de resguardar e consolidar o *imperium* brasileiro em suas fronteiras mais expostas e cobiçadas.<sup>172</sup>

Além dessas, outra recorrência se verificava nesse texto. Se era necessário repensar o caráter regional, refazer a trama da formação social sob outros critérios, havia um elemento a ser encadeado nesse empreendimento. A identidade regional não poderia mais ser exclusivamente atrelada à índole guerreira. Era necessário conectar o tipo social urbano e intelectualizado na cadeia histórica da formação social:

Era preciso que fôssemos uma tribo de berberes extraviada nas coxilhas se só nos sentíssemos à vontade em meio aos sobressaltos da guerra e às asperezas de um ruralismo primário e agressivo. Nas virtualidades mais profundas, menos contingentes, nas linhas substanciais de seu caráter, poderia ser o rio-grandense, legitimamente representado pelo produto de fatores acidentais, qualquer coisa como um ser de geração espontânea, sem afinidades retrospectivas, sem

---

<sup>171</sup> Bourdieu localizou no século XIX, e na obra de Flaubert o início da autonomização do campo literário. Este autor seria um dos maiores responsáveis pela reivindicação de uma crítica literária prioritariamente estética, contra os métodos cientificista herdados de Taine, e suas preocupações com o *meio* que gerara uma determinada obra. De acordo com essas considerações, Vellinho aproximava-se mais da crítica cientificista do que da estética ou da impressionista que lhe sucedeu. Ver: BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; MOISÉS, M. *Op. Cit.*, 1999, p. 121-122.

<sup>172</sup> VELLINHO, Moysés. “Alcides Maya: a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento”. *Op. Cit.*, 2001, p. 89, grifo meu.

vinculações com seus antecedentes de tradição e de sangue, e ademais disso incapaz de assimilações e adaptações ulteriores?<sup>173</sup>

Tratava-se de um duplo empreendimento, portanto: releitura do caráter regional, dos traços essenciais da sociedade local, mas que tinha como corolário a abertura de um espaço especial para o intelectual, para a literatura e as ocupações não-guerreiras.<sup>174</sup> Deveria explicar-se o tipo social atual, por mais destoante que pudesse parecer, construindo-se o fio de continuidade que o interligava ao passado. A “raça”, tematizada por Maya, ou a cultura regional, nos termos preferidos por Vellinho, não se desintegrara, como sugeria a obra literária do primeiro, fora-se adaptando a novas situações, assimilando características nos novos contatos culturais que se apresentavam ao longo do tempo. A história a ser escrita não era mais a da “raça”, colocada entre aspas por Moysés Vellinho, e sim a da cultura. O processo que deveria ser objeto da obra literária não era de extinção ou desintegração, e sim de adaptação e assimilação.

A renovação conceitual representou a possibilidade de afinar o discurso regionalista e nacionalista com as discussões em voga no centro do país. Mas essa mudança pouco significou no sentido de alterar a concepção do significado mais geral da literatura, do seu fim principal e do papel social do intelectual envolvido nessa atividade. A renovação conceitual era adequada às necessidades de autonomização da cultura em relação à luta partidária, mas ela conferia ainda um papel fundamental para o artista e o intelectual na sociedade: o de representar corretamente a coletividade. A existência do coletivo regional funcionava como pressuposto: já havia um objeto associado a uma série de características positivas, como o heroísmo do gaúcho, porém persistiam problemas importantes a serem solucionados, como a adequação entre o caráter, a identidade regional e a posição e o papel do intelectual na sociedade. Algumas pistas já existiam para a resolução dessas questões: era de uma continuidade entre passado e presente que se tratava, a linguagem e o estilo deveriam ser simplificados para serem mais representativos da região simples que se figurava.

---

<sup>173</sup> *Idem*, p. 84.

<sup>174</sup> Ver nota 122 sobre a recusa das atividades violentas para fins políticos no presente da escrita.

Era necessário contemplar as transformações sofridas nesse processo e solucionar o problema das relações entre campo e cidade, assim como entre os níveis distintos de intelectualização verificados na sociedade ao longo do tempo. Essas diferenças verificadas no âmbito social seriam prioritariamente referidas no contraste entre o passado e o presente, já que havia a concepção de um coletivo regional homogêneo que se beneficiaria igualmente das realizações de cada grupo ou indivíduo componente dessa sociedade. Assim, a industrialização, o crescimento econômico, a intelectualização, não eram percebidas como processos restritos a grupos socialmente e geograficamente diferenciados dentro da unidade regional. A região deveria ser vista prioritariamente como uma unidade em que todos seriam beneficiados ou prejudicados pelas ações uns dos outros. Essa coletividade, entretanto, submetia-se a um determinante maior: a nação. Se a adoção do conceito de cultura não teve desdobramentos maiores do ponto de vista ontológico, ético e moral, para as concepções teóricas de Moysés Vellinho, como visto, teve conseqüências importantes do ponto de vista epistemológico. O caráter da região e sua evolução histórica deveriam ser representados sob a forma da lenta transformação ocasionada pelo contato dos diferentes grupos culturais entre si e com as condições naturais, geográficas, as contingências políticas de uma região fronteiriça.

O texto finalizava acrescentando mais uma explicação para os motivos que teriam levado Maya a fracassar na construção de uma representação regional adequando estilo e assunto. Mas tal explicação era parcialmente contraditória à que postulava um individualismo antipatriótico de Maya, ressaltada acima. Vellinho concluía seu ensaio relativizando talvez o tom agressivo das críticas da década de 1925 e da própria acusação de saudosismo e individualismo ainda presentes na década de 1940:

Alcides Maya amou como ninguém a sua “raça”, amou-a até ao ciúme, e foi talvez por isso que se deixou levar pelo temor de que o velho gaúcho, desarmado contra os assomos do tempo, não pudesse resguardar os dons que o singularizaram na paisagem humana do Brasil.<sup>175</sup>

---

<sup>175</sup> VELLINHO, Moysés. “Alcides Maya: a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento”. *Op. Cit.*, 2001, p. 89.

O saudosismo de Maya era explicado por um excesso de amor. O que era reprovável era o excesso, o ciúme, o temor de despersonalização do tipo social regional frente ao nacional. Vellino elaborava seu ensaio para propor, com outros intelectuais de sua época, uma solução ao dilema da singularização regional e do pertencimento nacional. Era necessário resgatar as origens lusitanas comuns a sul-rio-grandenses e brasileiros, reconhecer as peculiaridades locais sem exagerá-las (sem aproximar perigosamente o gaúcho rio-grandense do platino) e reescrever a história da formação social e cultural regional, que remontava ao encontro da cultura lusitana com as condições naturais, políticas e econômicas específicas, singulares da região. Era preciso estabelecer os traços essenciais dessa cultura e suas linhas de continuidade, evolução e transformação desde a sua formação original até a atualidade. Mas o parágrafo citado acima revela mais um dado fundamental a compor qualquer operação narrativa sobre a região, conforme as prescrições do crítico: o amor ao seu povo, a afetividade em relação à região. Se a presença desse sentimento em Maya desculpava-o de seus equívocos literários, é porque este era o fim último do projeto intelectual do crítico: fazer sentir, fazer amar a região. Sendo o *fim* amplamente compreendido e partilhado, restava discutir os *meios legítimos* para tal.

### 1.5. João Pinto da Silva e o labor da crítica literária

Ainda na década de 1940, Vellino analisou a obra de João Pinto da Silva, crítico e historiador literário gaúcho que sucedia a Maya e o precedia.<sup>176</sup> Nessa análise, Vellino reflete sobre os problemas da atividade crítica e da historiografia literária, em especial, sobre os desafios lançados por uma literatura precariamente constituída, como a do Rio Grande do Sul.<sup>177</sup> Segundo Vellino, “o papel da crítica não poderá consistir na imposição deste ou

---

<sup>176</sup> João Pinto da Silva nasceu em Jaguarão, RS, 1889, e morreu na Suíça, em 1950. “Crítico militante, escreveu regularmente em vários periódicos e revistas literárias do Rio Grande do Sul, destacando-se *O Diário*, *A Notícia*, *Correio do Povo* e *Província de São Pedro*, todos de Porto Alegre. Seu primeiro livro no campo do ensaio literário foi *Vultos do meu caminho*: estudos e impressões de literatura, divulgado em 1918, constituído por um conjunto de escritos, a maioria já veiculada em páginas da imprensa gaúcha, em que analisa a produção literária de autores nacionais e estrangeiros. (...) Sua obra mais importante é, sem dúvida, a *História literária do Rio Grande do Sul*, que mereceu duas edições: a primeira de 1924 e a segunda, revista, aumentada e modificada, de 1930”. BRASIL, A. *et. alli*, *Op. Cit.*, 1999, p. 98.

<sup>177</sup> O texto crítico de Moysés Vellino sobre João Pinto da Silva foi publicado pela primeira vez na primeira edição de *Letras da Província*, em 1944. As citações neste trabalho serão feitas a partir da versão publicada em

daquele rumo. O que lhe cumpre acompanhar o esforço do artista no seu empreendimento, marcar-lhe atentamente os pontos vencidos no caminho que ele mesmo escolheu”.<sup>178</sup> Além disso, o papel do artista também é definido: “o artista só tem um dever: o de ser fiel a si mesmo, aos reclamos de sua intuição”. Essas definições contrastam com o tom impositivo de suas críticas a Alcides Maya na década de 1920, abrandado, como se viu, na década de 1940. Mas a concepção de que o autor deve ser fiel a si mesmo não coincide com a demanda por uma literatura regional cuja adequação à coletividade renovasse os cânones regionalistas herdados do romantismo local. Assim, sua definição da postura do crítico literário não contemplava, inicialmente, a vigilância nacionalista de cujo corolário o imperativo sociológico fazia parte:

Tanto vale dizer que a crítica não pode partir de receitas ou de pressupostos rígidos, senão, pelo contrário, forrar-se de certo ecletismo. Sua função exige uma receptividade especial e esta condição não depende, já se vê, de uma atitude voluntária do crítico, mas de uma tendência natural de seu espírito. Pode-se admitir, assim, que as qualidades de isenção que recomendam as sólidas realizações da crítica não resultam necessariamente de uma concepção objetiva do mais discutido dos ofícios literários. Recursos técnicos podem aperfeiçoar, não suprir inteiramente as disposições interiores que condicionam o espírito de isenção.<sup>179</sup>

Nesse texto, assim como na análise da obra de Érico Veríssimo e Eça de Queiroz, Vellinho repetia o procedimento metodológico que consistia em iniciar sua análise mencionando aspectos da biografia do escritor criticado. Após isso, seguia a discussão dos principais temas e artifícios narrativos de cada autor, relacionando-os com a formação da sociedade e da cultura em que se inseria e com as vicissitudes políticas do momento da escrita, com o objetivo de explicar os possíveis méritos ou defeitos de sua obra. Esse procedimento permitiu que o autor desenvolvesse em vários textos um questionamento acerca

---

2001, que não foi alterada desde o seu original da década de 1940: VELLINHO, M. “João Pinto da Silva: crítica construtiva”. In: BAUMGARTEN, C.A. (org.). *Op. Cit.*, 2001, pp. 181-190.

<sup>178</sup> VELLINHO, M. “João Pinto da Silva: crítica construtiva”. *Op. Cit.*, 2001, p. 183.

<sup>179</sup> *Idem*, p. 183-184.



dos problemas colocados para uma literatura em fase de formação que deveria lidar com uma matéria humana, um coletivo, carente de estratificação social e, conseqüentemente, de complexidade psicológica.<sup>180</sup> O problema, que aparecera já na análise que o autor fizera do meio fraco em que vivera Machado de Assis, tornou-se recorrente na década de 1940. Os escritores brasileiros e regionais viviam em uma sociedade em formação, exposta às determinações da natureza, ou da paisagem, e do momento histórico, especialmente da conjuntura política. A literatura tinha uma importante função: reagir ao meio, fornecendo subsídios para que a coletividade escapasse às forças poderosas dele providas. Nesse sentido é que Vellinho chega a duvidar de que houvesse, de fato, uma literatura no sul. As contingências da situação fronteira do estado condicionavam a raridade de esboços literários durante longo tempo:

Em termos absolutos, ou sob o ponto de vista propriamente estético, está claro que o patrimônio cultural do Rio Grande do Sul se caracteriza pelo predomínio quantitativo de valores mais modestos, esteticamente pouco menos que desprezíveis. Considerado, porém, dentro das tremendas vicissitudes da história local, não se pode negar que ele descobre uma tendência obstinada, a tendência de resguardar os melhores dons da alma contra *injunções que estavam sempre a conspirar contra eles*.<sup>181</sup>

O grande mérito de João Pinto da Silva teria sido a elaboração de um inventário de obras literárias regionais, por mais toscas que fossem. Onde historiadores, escritores e outros intelectuais só viam guerra, o crítico predecessor entrevia a tímida formação das “atividades da inteligência”:

---

<sup>180</sup> Esse problema reaparecerá na crítica à obra de Veríssimo, como se verá adiante, bem como na análise da *História da literatura do Rio Grande do Sul*, de Guilhermino César, 1956. No trecho a seguir, Vellinho contrapõe as literaturas das sociedades do Velho mundo à literatura nacional e regional: “Numa literatura opulenta, de velhas raízes, em que seja possível desprezar a ganga sem pôr em risco sua continuidade ou sua própria substância, está claro que a conduta do crítico-historiador pode inspirar-se de um critério puramente estético, em que o fenômeno literário seja estudado em si mesmo, como de dentro para fora. No caso da literatura rio-grandense, particularmente em sua fase histórica, a aplicação de um método firmado em tal critério levaria, por certo, a resultados decepcionantes, quase negativos”. VELLINHO, M. “O balanço crítico da literatura rio-grandense”. In: BAUMGARTEN, C. A. *Op. Cit*, 2001, pp. 191-197, citação da p. 194. Este texto foi publicado também em *Província de São Pedro*, n. 21, 1957, pp. 221-225 e em *Letras da província*, 2 ed, 1960.

<sup>181</sup> VELLINHO, Moysés. “João Pinto da Silva: crítica construtiva”. *Op. Cit*, 2001, p. 187, grifo meu.

O levantamento desse labor silencioso, quase furtivo, processando-se à margem das bulhentas cavalgadas que enchem de brados de guerra a crônica continentina – eis o nobre serviço que o Rio Grande do sul ficou devendo a João Pinto da Silva.

Quando entre nós parece que não se concedia ao homem de letras outra alternativa senão exaltar a vocação épica do gaúcho, como se as lutas do nosso passado, em vez de uma áspera contingência histórica, constituíssem o cumprimento de um destino voluntário, não é difícil apreender a alta significação de uma obra que se propôs fazer o balanço retrospectivo das atividades espirituais da Província.<sup>182</sup>

Como se vê, as operações fundamentais da crítica deviam ser complementadas pela militância em torno da construção de uma identidade intelectual regional. Essa postura ética e epistemológica do crítico tinha como método a constante referência ao processo de formação da sociedade sulina, de assimilação cultural, como chave explicativa para as condições de produção literária e intelectual.

Qual era o papel literatura, então? Dependia do meio, das relações entre meio e sociedade. O escritor deveria fornecer uma representação mimética da sua sociedade, caso se tratasse de um ambiente de afirmação. No caso contrário, o de um ambiente inerte – onde a vida política e social girasse em torno de idéias e modelos de importação e não tivesse um enraizamento nacional –, o escritor deveria reagir contra o meio. Dessa forma, a peculiaridade da região em relação à nação configurada por uma expectativa otimista era um critério epistemológico e ético básico para a avaliação do valor de uma obra literária, bem como um elemento fundamental do programa literário e intelectual. A região entrava nesse assunto com a sua parte, contribuindo com seu quinhão nessa obra maior.

A parte dos intelectuais de província nesse empreendimento, portanto, era a de fornecer representações da singularidade regional em seus laços com a identidade nacional, cujo sentido sociológico seria revelado pela adequação da obra a um ambiente afirmativo ou por sua reação a um ambiente fraco, cujas idéias e práticas políticas e culturais não tinham um enraizamento na sociedade local ou estavam ainda expostas às forças inapeláveis da natureza.

---

<sup>182</sup> *Ibidem.*

Se o ambiente era afirmativo, a representação literária deveria ser homóloga a ele. Caso contrário, a representação literária deveria fornecer elementos para a reação contra o ambiente, deveria ser configurada como uma crítica social, mesmo que fosse sutil e indireta, como havia sido em Machado de Assis. Por isso, com semelhantes princípios, Vellinho pode aceitar o pessimismo daquele e rejeitar o de Maya. Mas também a expressão verbal e o estilo deveriam obedecer a uma condição: sociedades simples exigiam linguagem e estilos enxutos. A linguagem deveria ser também homóloga ao objeto privilegiado da representação literária: o coletivo nacional ou regional em sua singularidade e em sua relação com a nação.

### **1.6. *Província de São Pedro*: da prescrição à prática**

A análise da *Província de São Pedro*, como empreendimento intelectual múltiplo que foi, merece bem mais espaço do que aquele que receberá neste capítulo.<sup>183</sup> Letícia Nedel realizou uma síntese das principais matérias e autores veiculados na revista, relacionando suas teses tanto com as discussões em torno do regionalismo gaúcho, quanto com o empreendimento de desatrelamento dos intelectuais em relação à luta partidária, conforme apontou Coradini.<sup>184</sup> Serão tomadas aqui apenas as questões relacionadas ao periódico que contribuem para compreender a posição política de Moysés Vellinho, aqui concebida principalmente, mas não exclusivamente, em termos das lutas de intelectuais acerca dos problemas da cultura.

Em primeiro lugar, é importante assinalar a existência de projetos concorrentes quanto à ressemantização do termo *gaúcho* – ou da definição de *regionalismo* – proposta também por

---

<sup>183</sup> Sobre a *Província de São Pedro*, há uma série de trabalhos da autora apresentados em congressos; os primeiros seguem algumas tendências de interpretação da historiografia “crítica” sobre a revista. RODRIGUES, M. C. M. “Reafirmação da identidade Gaúcha em *Província de São Pedro*: reação ao centralismo - de 1945 a 1949”, *Op. Cit.*, 2000; “A imigração européia do século XIX na visão dos intelectuais da revista *Província de São Pedro* (1945-1957)”, XIV Simpósio de História da Imigração e Colonização, Museu Histórico de São Leopoldo e Instituto Histórico de São Leopoldo, 2000. Uma mudança nessa posição verifica-se nos últimos trabalhos sobre o assunto, um deles em parceria com Letícia Nedel: NEDEL, L.; RODRIGUES, M. C. M. “Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História no Rio Grande do Sul”. *Op. Cit.*, 2005 e RODRIGUES, M. C. M. “A revista *Província de São Pedro* (1945-1957) e a história intelectual no Rio Grande do Sul”, Comunicação coordenada: Produção cultural e identidades: a região, a nação e seus artífices. VII Encontro Estadual de História – ANPUH/RS. História, memória e testemunho. Pelotas, julho de 2004.

<sup>184</sup> NEDEL, L. *Op. Cit.*, 2005, p. 289-308.

Vellino em 1944, como visto. O crítico pertencia ao grupo de autores que freqüentavam o chamado “grupo da Livraria do Globo”, que ditava as regras no IHGRS e integrava outros investimentos culturais, como a Comissão Estadual de Folclore (CEF). Esta última acabou tornando-se uma das trincheiras onde era defendida a proposta rival de concepção do *caráter regional*. Sobre esses dois grupos e empreendimentos culturais, Nedel afirma:

Como a CEF, a *Província* nasce com a intenção expressa de transmutar o acervo disponível de elementos distintivos da cultura gaúcha em um campo de reflexão, cujos contornos de particularidade interessassem a intelectuais de renome nacional e internacional. Seu objetivo era funcionar como canal de comunicação assídua com as elites intelectuais de outros pontos do país, revertendo as pechas de desintegração (“enclave de estrangeirismos” “estado castelhano” “regionalismo tradicional” “literatura passadista”) e integrando a produção local ao panorama literário brasileiro e por que não dizer, mundial.<sup>185</sup>

Dentre as principais propostas de representação do gaúcho que surgiam principalmente após a queda do Estado Novo, estavam aquela que tendia a ser hegemônica no “Grupo da Livraria” e no IHGRS e a que se tornou objeto de intensos trabalhos e militância dentre os integrantes da CEF. Ambas as propostas tinham como solo comum o “viés sociológico” como via de renovação do *regionalismo* gaúcho e freqüentaram as páginas de *Província de São Pedro*. No entanto, a primeira pautou-se mais pela incorporação do conceito de cultura à hagiografia militar e à história das elites regionais, e a segunda, pela busca do *folk* como substrato de autenticidade do *caráter regional*. Sobre essas concepções, em especial a segunda proposta em jogo na disputa pela representação legítima do gaúcho, Nedel aponta a influência decisiva de Gilberto Freyre, cujo nome era consensual aos dois grupos em disputa:

Renovada pelos costumes, pela tradição oral e pelos fatos do cotidiano, a pedagogia da “defesa da cultura luso-brasileira” – tarefa sempre mencionada pelos historiadores ao se referirem à função social de suas atividades – desvia o eixo de análise da construção do Estado

---

<sup>185</sup> NEDEL, L. *Op. Cit.*, 2005, p. 292-293.

e das elites políticas para as “culturas populares”, tidas como fontes de vitalidade da cultura brasileira. No cruzamento com a “sociologia” literária de Gilberto Freyre, a disciplina histórica, que até então detinha o discurso legítimo sobre a formação social do estado, toma emprestado de outras áreas, em especial a sociologia e a antropologia, uma série de objetos esquecidos e prenes de possibilidades, como a arquitetura, a culinária, o artesanato, a indumentária e demais temas *folk* habitualmente limitados às páginas dos almanaques ou presentes na ficção regionalista. O passado é assim atualizado pela História, ao passo que a autenticidade do *local* passa a ser caucionada materialmente pelos “fatos de cultura”.<sup>186</sup>

Tendo em vista o quadro das disputas locais acerca das noções de regionalismo, pode-se passar às questões que afetam especificamente as relações entre a *Província de São Pedro* e as noções de história, literatura e sociologia que Vellinho construía e materializava na sua prática intelectual nos anos 1940, antes de tornar-se um “historiador”. O subtítulo desta seção do capítulo sugere que a revista, surgida em 1945 por iniciativa e coordenação de Moysés Vellinho, teria representado uma tentativa de estabelecer um espaço específico para colocar em prática as prescrições que o crítico endereçava não somente aos praticantes da literatura, mas a todos os intelectuais da província. No editorial do seu primeiro número, Vellinho define o sentido do empreendimento cultural que então se iniciava, expressando as bases essenciais sobre as quais se deveria construir a atividade intelectual na província. Em primeiro lugar, o autor define a região em estreita relação com a definição da nação, estabelecendo os liames entre ambas:

(...) é preciso que as múltiplas regiões que formam o Brasil não sejam tratadas apenas como circunscrições econômicas, fiscais ou administrativas, pois essas circunscrições tendem, naturalmente, a constituir núcleos autônomos, em ativa correspondência uns com os outros e gravitando em torno da metrópole.<sup>187</sup>

---

<sup>186</sup> NEDEL, L. *Op. Cit.*, 2005, p. 306-307.

<sup>187</sup> VELLINHO, Moysés. “Editorial”. *Província de São Pedro*, v.1, n. 1, pp. 5-7, jun. 1945, citação da p. 6.

Existe uma espécie de hierarquia no conjunto das unidades que compõem a nação: as regiões têm suas peculiaridades culturais que configuram uma autonomia na relação de umas com as outras. Entretanto, se há uma espécie de equivalência, igualdade, entre as demais regiões do país, todas estão em uma posição inferior à metrópole, em torno da qual orbitam. Essa diversidade mutuamente referenciada tem uma unidade, um sentido maior que engloba todas as regiões: a nação. Vellinho explicitava em termos muito mais precisos os pressupostos dos quais decorriam os imperativos para a escrita literária, desenvolvidos desde os anos 1920. Era com referência a esses postulados básicos de definição da região e da nação que as atividades da “elaboração mental” deviam ser compreendidas. A noção de equilíbrio entre as partes era fundamental na concepção da cultura popular e erudita, decorrente dos postulados acima:

Quanto mais difundidos forem os centros de elaboração mental, quanto mais vinculados à terra na sua condição de novo ponto de referência aos velhos problemas do homem, tanto mais se firmará a nacionalidade na consciência de si mesma. Sem a definição das partes não é possível a definição do todo. Nem se poderá admitir, já agora, que o sentimento de unidade de uma pátria de fronteiras quase ilimitadas se possa consolidar mediante a anulação das diversidades regionais. Nestas condições, o provincianismo cultural no Brasil deve ser mais que uma tendência entregue às suas próprias forças: impõe-se como o mais lúcido dos programas se queremos chegar à compreensão dos brasileiros entre si para a definitiva assimilação de uma terra de dimensões imperiais e que em grande parte ainda se pertence mais a si mesma que ao homem.<sup>188</sup>

A convivência social e a cultura ocupam aqui o lugar dos elementos essenciais que definiam a humanidade. *Ser* humano significava pertencer a uma sociedade, a uma cultura; as unidades essenciais de uma e de outra eram a região e a nação. Por isso, os “velhos problemas do homem”, genericamente falando, eram relacionados às peculiaridades regionais, “naturalmente” decorrentes de uma unidade nacional de fronteiras tão dilatadas. Para se atingirem de pleno direito os atributos da humanidade, era necessário não somente reconhecer, mas também conhecer as diversidades culturais regionais e integrá-las no

---

<sup>188</sup> VELLINHO, Moysés. “Editorial”. *Op. Cit.*, 1945, p. 6.

conhecimento da nação. Esse era o programa cultural a ser empreendido através da construção da identidade da e na província, para que nela se chegasse à plenitude das capacidades humanas. É da fundação da condição humana e do alcance pleno de suas capacidades que tratavam a literatura e outras atividades intelectuais. A mediação necessária para essa meta, para essa missão, era o pertencimento nacional e a representação completa das suas diversas possibilidades de realização no nível das regiões. Sem um pedaço, a nação não era capaz de mediar a plena realização da condição humana.

Diante de tal importância dada ao pertencimento regional e à atividade intelectual na província, justifica-se o uso que vem sendo feito da palavra *imperativo* nesse trabalho para designar a autoridade e legitimidade dadas às prescrições dos pressupostos básicos (regional e nacional) destinadas à literatura e outras atividades intelectuais. O papel desempenhado pela revista, de acordo com esses pressupostos, é missionário, como bem observou Coradini.<sup>189</sup> “Seu objetivo é o de fomentar, no Rio Grande do Sul, as obras da inteligência, através do ensaio, da crítica, da ficção, da poesia, de todas as manifestações do pensamento”.<sup>190</sup> Reaparecem aqui as ressalvas já feitas aos limites do regionalismo literário para atingir a meta proposta. Era necessário guardar-se dos “perigos de um tradicionalismo estreito e das pieguices do saudosismo”.

Com esse objetivo, *Província de São Pedro* procurará manter em permanente ordem do dia, afora os assuntos de interesse geral e permanente, os temas e motivos da formação rio-grandense e de sua evolução dentro dos limites maiores da nacionalidade. A discussão e o livre debate em torno da nossa integração histórica e da nossa sedimentação social conduzem, forçosamente, ao adensamento cultural do meio e ao enriquecimento espiritual do brasileiro que aqui se fixou para aqui construir a sua querência e que, como os demais patricios, ainda anda em busca de si mesmo na escassez humana da paisagem.<sup>191</sup>

---

<sup>189</sup> CORADINI, O. *Op. Cit.*, 2003.

<sup>190</sup> VELLINHO, Moysés. “Editorial”. *Op. Cit.*, 1945, p. 6.

<sup>191</sup> VELLINHO, Moysés. “Editorial”. *Op. Cit.*, 1945, p. 7.

Em meados dos anos quarenta, portanto, estavam definidos para o autor os pressupostos, os temas e as “problemáticas legítimas”, os projetos, as formas adequadas de se atingirem os fins colocados e estabelecido um espaço no qual se possibilitaria concretizar essa missão. A pesquisa histórica e sociológica, portanto, ocupava um lugar central para o desenvolvimento de todas as outras atividades intelectuais. Mas é difícil definir qual das atividades desempenhava um papel proeminente em relação às outras. Nesse sentido, cabe lembrar que a revista se notabilizou pela divulgação de textos em diferentes áreas, como folclore, história, antropologia, sociologia, literatura. Certamente, a literatura ocupava um lugar importante no seu projeto missionário em torno da cultura. Entretanto, dificilmente se pode pensar uma literatura, nesses termos, sem se fazer referência obrigatória à sociologia e à história. A própria definição de literatura estava extremamente ligada a certa concepção de sociedade, cultura e história.

Muitas das teses historiográficas defendidas desde a década de 1930 foram retomadas e requeentadas após 1945.<sup>192</sup> Como *Província de São Pedro* circulou entre 1945 e 1957, no período de redemocratização do país, a retomada de velhos textos em um novo contexto já foi considerada como um “anacronismo”.<sup>193</sup> No entanto, essa avaliação só tem fundamento quando se supõe que os historiadores permaneciam com a mesma posição de 1930 em relação às lutas políticas mais gerais – de justificar uma posição de vanguarda para o Rio Grande do Sul – e com as mesmas concepções a respeito da atividade intelectual e historiadora.

---

<sup>192</sup> Intelectuais ligados à escrita da história (e a outras atividades) estiveram na liderança do empreendimento de *Província de São Pedro* (1945-1957), que se diferenciava da *Revista do Globo* (1929-1963) pela ambição de distanciamento da ação política direta: “Esse empreendimento foi concretizado particularmente na *Revista Província de São Pedro* (...). Porém, diversamente da anterior, que surgiu a serviço da mobilização política, nesse caso, desde o início, houve um esforço para explicitar que se tratava de um empreendimento ‘cultural’ com um programa regionalista, como consta inclusive em seu primeiro editorial”. CORADINI, Odaci Luiz. *Op. Cit.*, 2003, p. 134-35.

<sup>193</sup> Como exemplos de interpretações que vinculam as teses historiográficas da década de 1940 a posições político-partidárias podem-se citar as de René Gertz e da própria autora. Ao analisar os textos historiográficos publicados na *Revista Província de São Pedro*, de 1945 a 1957, Gertz surpreende-se com o tom “passadista” dos mesmos no período em que o Brasil se redemocratizava. GERTZ, René. “Intelectuais gaúchos pensam o Rio Grande do Sul”. *Estudos Ibero-Americanos*, I. Porto Alegre: PUCRS, 1984, pp. 79-113. As teses historiográficas de *Província de São Pedro* foram interpretadas pela autora deste trabalho, anteriormente, como uma reação ao centralismo do Estado Novo, o que não deixa de ser verdade, mas explica pouco sobre as concepções de história ali veiculadas. RODRIGUES, Mara C. M. “Reafirmação da identidade Gaúcha em Província de São Pedro: reação ao centralismo – de 1945 a 1949”, *Anais do IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, 2000, CD-ROM, 2003.



Sob outra ótica, ao se observar que o organizador das publicações daquele periódico, Moysés Vellinho, criticou os rumos tomados pela Revolução de 1930 e que vários depoimentos seus apresentam muito mais uma desilusão do que uma defesa das decorrências daquele movimento, a tese do anacronismo perde força. Colocando a iniciativa da publicação dos textos historiográficos em conjunto com outras ações, artigos de outras áreas, editoriais e textos que se podem qualificar como “marginais” na revista, é possível visualizar sob outras perspectivas a construção da identidade da história e do historiador em suas relações com a atividade política. A visão do conjunto das publicações revela uma intenção de divulgação de uma produção propriamente intelectual diversificada que buscava se distanciar das iniciativas político-partidárias. O fato de que essa revista tenha sido lida e elogiada por diferentes intelectuais do centro do país reforça essa perspectiva, pois o posicionamento de “defesa” e “autopromoção” era tanto mais evidente quanto mais se direcionasse para fora das fronteiras regionais.<sup>194</sup>

---

<sup>194</sup> Sobre a recepção elogiosa da revista pelos intelectuais brasileiros ver, dentre outros, RODRIGUES, *Op. Cit.*, 2003.

## CAPÍTULO 2 – O TEMPO E O VENTO: LITERATURA, HISTÓRIA E DESMITIFICAÇÃO

No ano de 2005, foi comemorado o centenário de nascimento de Érico Veríssimo. Sua obra e trajetória intelectual foram intensamente revisitadas, particularmente no Rio Grande do Sul, onde a importância de sua literatura não pode ser medida somente pelo valor estético. Sua atuação intelectual e sua obra literária relacionaram-se intimamente com a construção da identidade cultural nesse estado. Contudo, se a sua influência nesse processo tem sido bastante enfocada pela crítica e pelos historiadores, o mesmo não acontece em relação ao impacto de sua trajetória na construção mais específica de uma identidade intelectual no Rio Grande do Sul.

Neste capítulo, *O tempo e o vento*, obra amplamente conhecida e prestigiada dentre o público e os intelectuais locais e os literatos e críticos nacionais, servirá como uma referência privilegiada para a compreensão das concepções teóricas de Moysés Vellinho sobre literatura, crítica e história.<sup>195</sup> Através da leitura e recepção de Veríssimo por Vellinho, busco compreender elementos relevantes sobre as relações entre a escrita literária e a historiográfica

---

<sup>195</sup> A fortuna crítica da obra de Érico Veríssimo é imensa. Levantamentos exaustivos são encontrados em CHAVES, Flávio Loureiro (org.). *O contador de histórias: 40 anos de vida literária de Érico Veríssimo*. Porto Alegre: Globo, 1972; CHAVES, F. L. *Érico Veríssimo: o escritor e seu tempo*. Porto Alegre: UFRGS, 2001; e também em BORDINI, Maria da Glória; ZILBERMAN, Regina. *O Tempo e o Vento: história, invenção e metamorfose*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. Além dessas, que serão as principais referências aqui utilizadas, há outras obras, como a que reúne artigos de intelectuais de diversas áreas, como literatura, história e psicanálise: GONÇALVES, Robson Pereira. *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria: UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 2000 e a recente publicação de críticas sobre sua obra, reunindo textos de diferentes períodos e autores: BORDINI, Mara da Glória (org.). *Caderno de pauta simples: Érico Veríssimo e a crítica literária*. Porto Alegre: IEL, 2005.

Dentre as publicações de historiadores sobre o assunto, ver PESAVENTO, S.; LEENHARDT, J; CHIAPPINI, L.; AGUIAR, F. *Érico Veríssimo: o romance da história*. São Paulo: Nova Alexandria, 2001. PESAVENTO, Sandra (org.). *Leituras Cruzadas: diálogos da História com a Literatura*. Porto Alegre: UFRGS, 2000; PESAVENTO, S. “Fronteiras e intertextualidade em *O continente*, de Érico Veríssimo”. In: CHIAPPINI, Lígia; PESAVENTO, Sandra; MARTINS, Maria Helena (orgs.). *Pampa e cultura: de Fierro a Netto*. Porto Alegre: UFRGS, IEL, 2004; a tese de doutorado: YOUNG, Theodore Robert. *O questionamento da história em O tempo e o vento de Érico Veríssimo*. Cambridge, 1993. Doctorate thesis, Department of Romance, Languages and Literatures, Harvard University, 1993; bem como GERTZ, René. “O ciclo Vargas segundo Veríssimo”; REICHEL, Heloísa. “A identidade sul-rio-grandense no Imaginário de Érico Veríssimo” In: GONÇALVES, R. *O tempo e o vento: 50 anos*. *Op. Cit.*, pp. 199-206 e 207-218.

nesse momento em que ambas eram mais próximas como práticas intelectuais e profissionais no Brasil e no Rio Grande do Sul. Essa metodologia de trabalho visa a proporcionar a investigação tanto da existência de projetos comuns entre a história e a literatura nesse período, quanto da necessidade de construir a especialização de cada um desses campos através de referências mútuas que podem oscilar desde a identificação até a contraposição entre ambos.<sup>196</sup> Em suma, se quer investigar aquilo que Vellinho e Veríssimo, e possivelmente outros historiadores e literatos, poderiam compreender como diferenças entre uma abordagem *ficcional* ou *científica* do passado do Rio Grande do Sul, sobre o papel da história e da literatura como campos de conhecimento.

A pertinência da abordagem paralela entre *O tempo e o vento* e a crítica de Moysés Vellinho justifica-se de três formas: pela inserção privilegiada de Veríssimo no grupo de intelectuais e historiadores locais; pela identidade entre o objeto dessa ação ficcional e aquele dos historiadores locais (o passado sul-rio-grandense); pela coincidência entre as datas de lançamento da trilogia e a entrada de Vellinho no IHGRS. Além dessas, outras coincidências revelam um verdadeiro clima de agitação cultural no final dos anos 1940 ou de “explosão de memória”: a implantação da Comissão Estadual de Folclore, da qual participaram os maiores expoentes da cultura local, inclusive Veríssimo e Vellinho, e a fundação do 35 CTG, que marcava o início de um movimento que praticamente monopolizaria a faceta celebradora da construção da identidade local nos anos seguintes.<sup>197</sup>

---

<sup>196</sup> O entrelaçamento dos projetos literários e historiográficos fica evidente, por exemplo, no discurso de Guilhermino César, ele próprio um intelectual cuja trajetória é semelhante à de Vellinho. Na década de 1960, esse autor considerava *O tempo e o vento* como uma *tradução* da região: “Depois de adquirir experiência, em onze anos de trabalho ininterrupto, sempre a lidar com personagens de romance, resolve-se Érico Veríssimo a encarar a possibilidade de *traduzir coletivamente o Rio Grande*, no seu particularismo e no seu pitoresco, na sua vivência heróica, com também na mesmice e no barbarismo dos pequenos centros, num romance cíclico, através do qual lograsse a fixação do *epos* gaúcho. Nasceu, desta forma, o romance-rio que se intitula ‘O tempo e o vento’”. CÉSAR, Guilhermino. “A vida literária”. In: \_\_\_\_\_. KREMER, Alda *et al.* *Rio Grande do Sul: terra e povo*. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1969, pp. 229-258 (grifo meu, citação da p. 251).

A citação também remete à discussão do *regionalismo*, já referida, relevante no período que aqui interessa, relacionando-se intimamente com a visão do papel social do intelectual e com a construção dos objetos legítimos para a literatura e a história em um momento de redefinição das relações entre a “província” e a nação, conforme propõem CORADINI, *Op. Cit.* 2003 e NEDEL, Leticia, *Op. Cit.*, 2005.

Márcia Ivana de Lima e Silva também assinalou o realismo e a temática histórica como “matéria da ficção” de Veríssimo. LIMA E SILVA, Márcia Ivana. *A gênese de Incidente em Antares*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, pp. 19-22. Coleção Memória das Letras.

<sup>197</sup> A expressão “explosão de memória” para caracterizar a vida cultural no estado durante os anos 50 foi utilizada por Leticia Nedel em seu estudo sobre o Museu Histórico Júlio de Castilhos. Em torno dessa instituição e de seu diretor, Dante de Laytano, nesse período, a autora estabeleceu as principais redes e conflitos

Cada uma dessas justificativas pode ser mais bem explicada. Em primeiro lugar, quando começou a escrever *O tempo e o vento*, Érico já era um escritor consagrado nacionalmente e reconhecido também internacionalmente, o que deve ser considerado como uma variável importante no sentido de compreender a crítica que lhe foi feita, especialmente no âmbito regional.<sup>198</sup> Veríssimo convivia com os mais importantes intelectuais gaúchos, inclusive historiadores, como Dante de Laytano, Othelo Rosa, Moysés Vellinho, Guilhermino César, Manoelito de Ornellas, Mansueto Bernardi e outros.<sup>199</sup> A recepção de Vellinho e suas críticas ao conteúdo histórico da trilogia de Érico Veríssimo podem elucidar algumas de suas referências a respeito especificamente das concepções do papel social do literato e do historiador e da especialização desses campos.

Em segundo lugar, a genealogia da obra, desenvolvida a seguir, demarca desde o início a intenção de Veríssimo de usar o passado e a história conhecida do Rio Grande do Sul como matéria ficcional. Na sua abordagem, revelam-se aproximações e peculiaridades em relação ao tratamento historiográfico dado ao passado regional até então que permitem explorar alguns questionamentos colocados no universo do *saber compartilhado* acerca da história regional naquela época.<sup>200</sup>

---

relacionados à atividade intelectual de reelaboração da memória do Rio Grande do Sul. As disputas se deviam, principalmente, à existência de diferentes versões a respeito do problema do regionalismo cultural: *que* identidade se queria e *como* construí-la. Mas, como demonstrou a autora, a disputa ultrapassava a arena estritamente local, já que as relações com as instituições e intelectuais do resto do país serviam tanto como fórum de discussão, quanto como objeto de barganha nas disputas locais, que não se restringiam à competição pelas posições profissionais nas instituições culturais, mas também por chances de publicação e critérios de consagração intelectual e científica. NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinqüenta*. Rio de Janeiro: 1999. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/IFCS/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>198</sup> Érico Veríssimo já havia recebido prêmios nacionais de literatura e já ocupara cargos na OEA. Ver VERÍSSIMO, *Solo de clarineta I, Op. Cit.*, 1995 e MICELI, Sérgio, 1979, *Op. Cit.*

<sup>199</sup> Sobre as relações de amizade e convívio entre esses intelectuais, especialmente no grupo que ficou conhecido como “da Livraria do Globo”, além dos dois volumes de memórias de Érico Veríssimo já citados, ver VERÍSSIMO, Érico. *Um certo Henrique Bertaso*. 10 ed. São Paulo, Globo, 1997, e BERTASO, José Otávio. *A Globo da Rua da Praia*. São Paulo, Globo, 1993.

<sup>200</sup> A expressão *saber compartilhado* foi usada por François Hartog para definir a dimensão “extra-textual” à qual ele remeteria a obra de Heródoto em sua análise. O trecho a seguir define a sua perspectiva de análise no que diz respeito às relações entre o texto e o *saber compartilhado* da época, a mesma que se procurou seguir neste trabalho: “No percurso de alguns dos *lógoi* consagrados aos outros, o texto de Heródoto é tratado como uma narrativa de viagem, isto é, como uma narrativa que tem a preocupação de traduzir o outro em termos do saber compartilhado pelos gregos e que, para fazer crer no outro que constrói, elabora toda uma retórica da alteridade”. Esse estudo, “preendendo-se ao *contrato* que liga o narrador ao destinatário, entende tirar mais do texto (...) visando a esboçar algumas propostas para uma semântica histórica”. HARTOG, F. *O espelho de*

Em terceiro lugar, a coincidência de datas entre o lançamento da trilogia e a entrada de Vellinho no IHGRS, ambos em 1949, associada ao clima de celebração no Rio Grande do Sul destacado acima, informa que algo significativo se operava nas relações entre história e literatura nessa época. A obra mais importante do maior romancista gaúcho, um romance *histórico*, era lançada ao mesmo tempo em que um dos mais expressivos intelectuais locais redimensionava sua atividade intelectual no exercício da crítica literária e partia para uma carreira cada vez mais identificada com a história. Esse fato torna-se ainda mais relevante quando se recorda a simultaneidade da entrada de Vellinho no IHGRS com a de Guilhermino César, outro crítico literário e professor do curso de Letras da Universidade do Rio Grande do Sul. Antes deles, como reforço à importância da análise desse fenômeno, no cenário nacional se verificara a conversão de um crítico literário como Sérgio Buarque de Holanda em pesquisador e docente universitário em história na sua maturidade.<sup>201</sup> A abordagem paralela entre o texto literário de Veríssimo e a crítica de Vellinho vale, portanto, como uma “saída do texto” do crítico para o *saber compartilhado* da época em um momento muito fértil para a compreensão dos problemas em pauta neste trabalho

Nas seções seguintes, será analisada primeiramente a crítica de Moysés Vellinho à obra de Érico Veríssimo, datada de 1944, e, a seguir, as concepções teóricas do romancista sobre a história em *O tempo e o vento* e a sua recepção pelo crítico em 1949. Para estas reflexões, procurou-se incorporar a contribuição de Paul Ricoeur para se pensar a relação entre o “mundo do texto” e o “mundo do leitor”. As possibilidades de interpretação das obras não estão sob absoluto controle de seus produtores.<sup>202</sup> A comunicação entre escritor e leitor pode se estabelecer devido à partilha de códigos comuns,<sup>203</sup> mas a linguagem não é um

---

*Heródoto*: ensaio sobre a representação do outro. Trad. Jacyntho Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 38-39, grifo do autor.

<sup>201</sup> Sérgio Buarque de Holanda entraria na Universidade de São Paulo apenas em 1956, apresentando como tese ao concurso o clássico *Visões do Brasil*, mas já tinha sido diretor do Museu Paulista entre 1946 e 1956, cargo que deixou para ingressar na USP. Sobre a trajetória deste intelectual ver, entre outros: DIAS, Maria Odila L. da S. “Sérgio Buarque de Holanda, historiador”. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985, Coleção Grandes Cientistas Sociais, pp. 7-64.

<sup>202</sup> Segundo Paul Ricoeur, para compreender as relações entre o mundo do texto e o do leitor é necessário considerar a existência de três momentos distintos: “1) a estratégia fomentada pelo autor e dirigida para o leitor; 2) a inscrição dessa estratégia na configuração literária; 3) a resposta do leitor, considerado quer como sujeito que lê, quer como público receptor”. RICOEUR, Paul. “Mundo do texto e mundo do leitor”. In: \_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997, pp. 273-314. (citação da p. 277).

<sup>203</sup> Conforme afirmou Hartog, quando pensava em confrontar o saber compartilhado dos gregos e os enunciados das *Histórias* de Heródoto: “A possibilidade dessa confrontação repousa sobre a idéia de que um texto não é uma

instrumento neutro e isento de imprecisões. O problema, então, não se reduz a avaliar se uma leitura é equivocada – cuja inadequação poderia ser explicada por um precário conhecimento da língua – ou correta. Mesmo dentre um público intelectualizado se estabelecem, como foi o caso de *O tempo e o vento*, diversas leituras possíveis. Trata-se aqui de inserir mais uma possibilidade de leitura, levando em consideração os projetos e concepções dos autores em causa – relacionados à interface entre história e literatura, literatos e historiadores, colocando lado a lado a obra e a sua crítica.

### 2.1. Veríssimo, de *Fantoches* a *O resto é silêncio*, segundo Moysés Vellinho

“Érico Veríssimo: o romancista” foi publicado em *Letras da província* em 1944.<sup>204</sup> Nesse texto, são recorrentes algumas questões discutidas na crítica a Alcides Maya, mas o tom do crítico é de longe mais elogioso, sem ser laudatório, entretanto. Fiel ao espírito intelectual em voga, buscava não fazer de sua análise a mera promoção do romancista. Sendo assim, não cedia em seu dever vigilante por uma crítica pautada pelos critérios estéticos e pelo *sentido sociológico*.<sup>205</sup> Afastando qualquer suspeita de que, como amigo, fosse mais condescendente com o criticado, já de início justificava a legitimidade de sua crítica pela afirmação de que Veríssimo era o mais lido dos romancistas modernos brasileiros e pertencia “ao escasso número daqueles sobre os quais a crítica já não pode honestamente silenciar”.<sup>206</sup> A elaboração de uma crítica “imparcial” fazia parte da missão intelectual que, reconhecendo a obra de Veríssimo e defendendo-a de algumas avaliações injustas, adicionalmente promovia o

---

coisa inerte, mas inscreve-se entre um narrador e um destinatário. Entre o narrador e o destinatário existe, como condição para tornar possível a comunicação, um conjunto de saberes semântico, enciclopédico e simbólico que lhes é comum”. HARTOG, François. *Op. Cit.*, 1999. (citação da p. 49).

<sup>204</sup> VELLINHO, Moysés. “Érico Veríssimo: o romancista”. In: \_\_\_\_\_. *Letras da Província. Op. Cit.*, pp. 91-118. Esse texto foi publicado novamente, sem alterações, na segunda edição da obra, em 1960, e na coletânea de ensaios de Moysés Vellinho organizada em 2001. Esta última foi a versão utilizada neste trabalho: BAUMGARTEN, Carlos Alexandre (org.). *Op. Cit.*, 2001, pp. 107-122.

<sup>205</sup> Em ensaios sobre outros autores, Vellinho expôs também esse procedimento metodológico da crítica. Ver: VELLINHO, M. “Alcides Maya – a expressão literária e o sentido sociológico do seu pensamento”. *Op. Cit.*, 2001; VELLINHO, M. “João Pinto da Silva – crítica construtiva”. *Op. Cit.*, 2001; VELLINHO, M. “Augusto Meyer – poeta e crítico”. In: BAUMGARTEN, C. A., *Op. Cit.*, 2001, pp. 165-177.

<sup>206</sup> VELLINHO, M. “Érico Veríssimo: o romancista”. In: BAUMGARTEN, C. A., *Op. Cit.*, 2001, pp 107-122.

crítico pela justeza dos seus critérios.<sup>207</sup> A postura verificada nos textos da década de 1940 contrastava com a agressividade de 1925, que será gradualmente abandonada pelo crítico até sua maturidade, embora não se possa dizer que ele tenha deixado de ser polêmico em momento algum.

O texto crítico sobre Veríssimo iniciava novamente estruturando dados selecionados da biografia do escritor que pareciam ao seu autor elucidar aspectos da obra do romancista. Era ressaltada sua vocação natural para a literatura, provada pela falência de sua farmácia: “Érico Veríssimo fez-se romancista em nome de uma vocação legítima. Seu destino era escrever novelas, não outro”.<sup>208</sup> O reconhecimento obtido por ele fora do estado, “de norte a sul do país”, era resultado dessa vocação natural.

Antes de iniciar a crítica a cada um dos livros de Érico Veríssimo, Vellinho destacava o seu posicionamento autônomo frente ao “proselitismo dos novos apóstolos” e “a vigilância da guarda reacionária”:

A posição em que Érico Veríssimo se colocou, permite-lhe sonhar com um mundo melhor sem engajar-se, sem comprometer-se politicamente, isto é, sem violar os deveres que o artista tem consigo mesmo. O que ele pensa – e nisto anda bem acompanhado – é que a função do romancista não deve ser confundida com a dos reformadores, dos polemistas, dos paladinos.<sup>209</sup>

Como visto, a afirmação acima retoma o tema do distanciamento entre literatura e injunções político-partidárias como condição para uma boa literatura. Além dessa recorrência, o pressuposto realista também retorna na surpreendente afirmação que opõe literatura a realismo: “Procurando realizar uma obra com *pouca literatura* e o máximo de isenção política, Érico Veríssimo não quer senão surpreender a *realidade na expressão mais próxima*

---

<sup>207</sup> Vellinho contestava especificamente a crítica que exagerava a influência de *Contraponto*, de Aldous Huxley, traduzido por Veríssimo para a Editora do Globo, na escrita de *Caminhos Cruzados*. Segundo o crítico, tratava-se de uma influência técnica, mas não de conteúdo.

<sup>208</sup> VELLINHO, M. “Érico Veríssimo: o romancista”. *Op. Cit.*, 2001, p. 107.

<sup>209</sup> *Idem*, p. 108.

*de si mesma*, sem maiores deformações subjetivas”.<sup>210</sup> Para se atingir uma representação realista, portanto, devia-se reduzir ao mínimo a literatura, aqui compreendida em sua relação com o irreal, o fabuloso, o não-verdadeiro. De que tipo de atividade intelectual se tratava, então? A demanda de Vellinho por uma literatura de *sentido sociológico*, induzia-o a aceitar ou preconizar uma literatura muito próxima do ensaio sociológico, em que a paisagem natural e humana (como coletividade) deveria representar a realidade regional.

O valor da obra literária media-se pelo grau de sua aproximação com a realidade, o seu referente, e pelo grau de seu afastamento da literatura, que equivalia a um apagamento da subjetividade do escritor. O tipo de postura requerido para o romancista era muito semelhante ao que se esperava de um sociólogo ou historiador: sua posição deveria se localizar em um lugar neutro, a partir do qual se pudesse falar da realidade acessível por meio da recusa da subjetividade. O problema anteriormente destacado por Vellinho na postura de Alcides Maya encontrava seu contraponto: se a obra deste representava a preponderância do indivíduo no texto, na de Veríssimo, pelo contrário, o que se via era a presença insignificante da subjetividade do autor. Mas o desaparecimento do escritor em sua obra, apesar de desejado, não devia ser exagerado. O crítico esperava que o romancista se fizesse mais presente em *Música ao Longe*; sua presença não parecia ameaçar a representação autêntica do regional. A presença da infância era desejável, favorecia a autenticidade, a espontaneidade, e jogava a favor da adequação maior entre o “estilo” e o “assunto”:

Além de tudo, por que terá o autor se ausentado dessas páginas, quando elas pediam com tanto empenho a sua presença? Nesse livro, mais do que noutros vindos depois, ele nos poderia ter dado a experiência de sua meninice e de sua adolescência. Fugindo a isso, perdeu Érico Veríssimo uma oportunidade que talvez não se lhe apresente mais e privou-nos sabe lá de que saborosas incursões naquele mundo que ainda o envolve com sua atmosfera distante no tempo, mas que forçosamente ainda está agarrada à sua sensibilidade.<sup>211</sup>

---

<sup>210</sup> *Idem*, p. 109.

<sup>211</sup> *Idem*, p. 112.



A análise crítica de Vellinho, mantendo-se nos marcos da imparcialidade, considerava *Clarissa e Música ao Longe* excessivamente líricos e até mesmo aguados, enquanto *Olhai os Lírios do Campo*, *Um lugar ao sol* e *Saga* pareciam ao crítico ser romances “apenas parcialmente amadurecidos no espírito do escritor”, já que a narração mantinha-se “firme e tensa até mais ou menos a metade do volume”.<sup>212</sup> Nesses romances, “a impressão que se tem é que o romancista, não os personagens, terá caído em si, mas que, senhor do destino de suas criaturas, pôde transferir-lhes a consciência de culpas que eram suas...”.<sup>213</sup> A presença do romancista na composição das personalidades e das ações dos personagens não deveria afetar o ritmo da narração. O autor deveria fazer-se presente na obra, mas era necessário respeitar certa autonomia dos personagens e do enredo. Aqui se vê que o problema da presença do autor, das “marcas de sua subjetividade” na obra literária não era simples. Por vezes, era desejável, necessário até, que isso acontecesse, mas em algumas circunstâncias essa presença podia ser excessiva e artificial.

Na crítica a *Saga*, Vellinho explicitava de forma precisa uma questão já esboçada na crítica a Machado de Assis, que era cara ao crítico e seria também explicitamente tratada por Veríssimo nos últimos tomos de sua trilogia: o problema da *matéria* do romancista. O crítico considerava que o ritmo temporal daquele romance sofrera uma “depressão” quando Veríssimo levara o protagonista Vasco Bruno à Guerra Civil da Espanha e depois o fizera voltar ao Brasil: “Não se trata, pois, de uma depressão que se deva levar à conta e responsabilidade do escritor. O ambiente humano é que se abate tão de súbito, que nos vemos inopinadamente como tragados pelo *vácuo*. Só aos poucos, em contato com figuras e coisas familiares, nos recobramos da vertigem”. As diferenças entre as sociedades européia e brasileira, por consequência, eram explicadas em termos fisicamente mensuráveis: “Para usar expressões de Gilberto Amado, caímos da ‘densidade’ do Velho Mundo na ‘tenuidade’ do Novo Continente”. Dessa forma, a mudança de ambiente seria acompanhada de um “empobrecimento de sugestões”, de “estímulos à imaginação literária”.<sup>214</sup> Vellinho explicitava, então, o que insinuara desde os anos 1930, quando argumentava a necessidade de adequação entre a escrita, o estilo e o assunto. Nosso meio requeria do escritor um sacrifício a

---

<sup>212</sup> *Idem*, p. 114.

<sup>213</sup> *Ibidem*.

<sup>214</sup> *Idem*, p. 116, grifo meu.

que ele nem sempre estava disposto: renunciar a sua auto-representação e utilizar sua densidade psicológica individual a serviço da representação do coletivo regional como compensação, mas não substituição, à precariedade da matéria a ser representada.

Isso me faz pensar na heróica luta que os nossos romancistas são chamados a empreender em silêncio para suprir com substância própria o que vulgarmente não encontram à mão. Meio de pouca densidade psicológica, cheio de claros na sua estratificação social, e portanto indefinido, aqui vive o homem escassamente, com uma limitada consciência de si mesmo. Sua existência individual, dentro do raso plano em que é levada, ocupa mais o espaço do que o tempo. As reservas de cultura trazidas pelos pioneiros não puderam avassalar o imenso fantasma telúrico que nos ronda o corpo e o espírito, e cuja ameaça não cederá enquanto se arrastarem por aí, à margem das cidades e dos latifúndios, enormes e tresmalhados rebanhos de gente que está abaixo de qualquer categoria social ou econômica. Somos ainda, sob muitos aspectos, o que se pode chamar uma população geográfica, ainda empenhada, embora sem o penacho de antanho, na aventura da conquista e da fixação. Essa luta, se pode encher de feitos comoventes a crônica de uma nação nova, dispersa e empobrece o homem como unidade espiritual. Falta-nos, por isso, aquele grau de condensação psicológica, aquela espessa camada de humanidade que constitui a matéria-prima e a riqueza das grandes literaturas. Nos personagens da nossa ficção dificilmente aparece o homem em profundidade, resultando, assim, um tanto inconsistente como padrão representativo, pois não é por fora, através da conduta exterior, que mais facilmente nos reconhecemos nos outros.<sup>215</sup>

A citação é longa, mas vale pelo que sintetiza em relação à evolução do pensamento do crítico desde os anos 1920 até os anos 1940 e pelo que antecipa em termos da discussão sobre a trilogia de Érico Veríssimo, que será feita a seguir. O crítico sistematizava nesse texto uma série de elementos constituintes de sua análise das obras literárias, em especial as de Machado de Assis e Alcides Maya. A história humana aparecia aqui novamente sob a lógica de uma sucessão linear de etapas que levariam uma coletividade desde uma simples submissão ao meio, passando por um processo de reação a ele, até tornar-se “densa”. Quanto mais próxima da natureza, menor a densidade psicológica do coletivo regional. Uma história

---

<sup>215</sup> *Idem*, p. 116-117.

*afirmativa*, então, seria concretizada a partir de uma postura de reação ao meio, que só seria possível mediante uma atitude otimista.

A literatura era consequência, reflexo desse processo de luta dos homens pela sua preponderância em relação ao meio. Mas os romancistas ficavam, de certa forma, “fora” desse coletivo. Poderiam individualmente “vencer” a luta contra o meio, como fizera Machado de Assis. Representavam, por isso, um grupo que fornecia um catalisador para encorpar a densidade de uma sociedade rala, de “escassez psicológica”. A missão do romancista e da literatura seria a de suprir, com suas reservas superiores, o que na coletividade era escasso. Mas a forma de fazê-lo não era simples. Machado de Assis teria atingido um grau superior de problematização do meio social, mas fora acusado de alheamento das questões de seu tempo:

E é dentro dessas limitações que o romancista há de construir o seu mundo, a menos que não lhe importe incidir na acusação de que tanto padeceu Machado de Assis, o qual, por ter fugido à craveira dominante, passou por um valor inteiramente estranho à nossa literatura...<sup>216</sup>

Maya, por sua vez, primara pelo excesso de erudição, diferenciando demasiadamente a *estrutura* da sua narrativa da *matéria* regional que deveria representar, enquanto ambas, ao contrário, deveriam ser homólogas. Por isso, o renomado escritor poderia ter sido um bom crítico, mas não tinha sido um bom romancista. Seu público deveria ser o erudito. A literatura, entretanto, reservada ao público leitor mais amplo, tinha uma função identitária e pedagógica. Deveria ser uma representação mais fiel da coletividade, da realidade em sua expressão coletiva, um espelho que refletisse o *caráter* que consolidava, sustentava, dava coesão ao laço social. Ao mesmo tempo, a literatura deveria conter os elementos propedêuticos da densidade psicológica, contudo, sem excessos, de forma que pudessem ser assimilados pela coletividade.

---

<sup>216</sup> *Idem*, p. 117. Sobre a problematização do meio social em Machado de Assis, Vellinho já ensaiara em 1939 a tese que justificava o insulamento de Machado pelo caráter precário do meio em que vivia, conforme o capítulo anterior desta tese. Mas, em 1960, esse argumento foi consolidado no texto intitulado “Motivos de crítica social”: “As anotações do escritor sobre a escravidão são suficientes para provar que ele absolutamente não se manteve alheio a um dos grandes problemas sociais e políticos de sua época. O que ele nunca quis fazer, porém, o que não fez jamais, foi comprometer seus deveres de artista e de homem de pensamento”. VELLINHO, Moysés. “Motivos de crítica social”. *Op. Cit.*, 2001, p. 59.

Assim, o problema complicado da presença maior ou menor do escritor no texto literário, para Moysés Vellinho, parecia residir na concepção do papel social da literatura que se desdobrava em um determinado compromisso entre leitor e escritor. A presença da subjetividade do escritor em sua obra deveria obedecer ao imperativo da representação coletiva (nacional e regional), fornecendo ao leitor o espelho – na realidade, uma projeção futura, um modelo com fins pedagógicos – da sociedade afirmativa e heróica.

O escritor poderia, portanto, estar mais ou menos presente em seu texto, na medida em que a sua individualidade estivesse coerente com um *sentido sociológico* previamente dado: a afirmação da luta dos homens contra o meio e a preservação das características essenciais, autênticas e contínuas do coletivo regional. O problema fundamental da literatura para Vellinho, desse modo, era a fabricação da nação, a construção da “densidade” humana necessária a sua progressiva grandeza. O problema específico da literatura e dos escritores brasileiros, sob esse prisma, era como fabricar uma nação através dessa modalidade de escrita dispondo-se de um material humano tão precário. Se a literatura engendrava identidade, pertencimento nacional e regional, ao crítico literário, cabia observar, apontar, prescrever, por fim, as formas pelas quais ela deveria desempenhar o seu papel e o romancista, cumprir a sua missão.

Destaca-se, ainda, nessa crítica à obra de Érico Veríssimo que a perspectiva de Vellinho em relação às sociedades nacional e regional era, então, bem menos *afirmativa*, para utilizar um termo de sua predileção, do que ele prescrevia aos romancistas, em especial nos textos de 1925 e 1939. Vellinho não parecia satisfeito com as possibilidades de libertação coletiva do meio através da literatura, seja porque a literatura não correspondia às suas expectativas, seja porque a sociedade e a política não correspondiam aos anseios do autor. Do lado da literatura, a descoberta de Simões Lopes Neto e a publicação de *O continente*, de Érico Veríssimo, renovariam seu entusiasmo para com essa prática intelectual.<sup>217</sup> Do lado da

---

<sup>217</sup> Para Vellinho e outros críticos locais, ninguém se compararia a Simões Lopes Neto no que diz respeito à fórmula quase perfeita de adequação da linguagem e do estilo à matéria representada. Ele seria o representante mais acabado do cânone para a representação literária regional. Apesar de ter sido público já na década de 1920, na década de 1940, houve uma espécie de redescoberta da obra do regionalista, narrada por Vellinho na introdução que ele fez à reedição de *Contos e Lendas*, na Coleção Nossos Clássicos, no Rio de Janeiro: “Nessa altura de sua carreira, fomos surpreender um dia Simões Lopes Neto na voz de um filho de Alagoas. O patrício distante conhecia-lhe trechos e trechos de cor, os mais belos e impressionantes, e os recitava como nunca ouvimos antes. Aurélio Buarque de Holanda, que se tornara íntimo dos acentos mais profundos e característicos da obra de Simões Lopes, estava maduro para empreender a notável edição crítica do escritor rio-grandense, aparecida

sociedade, o crítico parecia acreditar, naquele momento, que o “fantasma telúrico” talvez fosse mais assustador do que supusera. A sociedade parecia estar “empatando” na sua luta contra o meio. Nota-se que o autor sempre evitará pensar em descontinuidade, em ruptura do processo histórico de afirmação do homem contra o meio. Seu “pessimismo”, então, era representado como um descompasso, um atraso, nunca como decadência. A contribuição da política para seu estado de espírito parecia residir na decepção com a direção tomada pelos acontecimentos, a despeito do seu envolvimento intenso com a tomada do poder em 1930 e o árduo investimento para sustentar o regime e o Estado Novo.<sup>218</sup>

Nas próximas seções, se tentará analisar mais detidamente um dos principais acontecimentos literários dos anos 1940 até aos anos 1960 no Rio Grande do Sul: a publicação de *O tempo e o vento*, em especial, de *O continente*. Além das justificativas para essa abordagem já expostas no início do capítulo e na introdução, é importante assinalar que a opção por privilegiar a análise das relações entre a trajetória de Moysés Vellinho e os acontecimentos intelectuais e literários não visa a rejeitar as injunções políticas que podem ter motivado essa alteração. Estas ficarão em um segundo plano, tanto pelas opções metodológicas que orientam este trabalho, quanto pelo fato de que as relações entre a trajetória de Vellinho e a política têm sido muito mais enfatizadas pela historiografia até então. Optou-se por privilegiar as relações de Vellinho com a literatura para tentar suprir aquela que parece ser a maior carência de uma epistemologia da história escrita no Rio Grande do Sul antes da voga da tradição universitária: aprofundar o conhecimento sobre as

---

em 1948, e através dela imprimir-lhe o impulso que ainda lhe faltava para a abordagem definitiva da sensibilidade nacional. É certo que o autor das *Lendas do Sul* já figurava em modernas antologias do conto brasileiro e até em coletâneas estrangeiras, mas não menos certo é que sua considerável projeção fora do Rio Grande veio da edição crítica da Livraria do Globo, que continua a esgotar-se em fornadas sucessivas”. VELLINHO, M. “Apresentação”. In: LOPES NETO, Simões. *Contos e Lendas*. Rio de Janeiro: Agir, 1957. Nossos Clássicos, pp. 5-15, citação da p. 8.

<sup>218</sup> Além do que já foi registrado sobre a “desilusão” de Vellinho com a política na década de 1940, pode-se acrescentar o depoimento de sua esposa, que reforça seu afastamento da política vinculado a uma intensificação das atividades intelectuais. Ao comentar os acontecimentos da trajetória de seu marido após o envolvimento com a dissidência liberal, Lígia Vellinho afirma: “Moysés nunca foi um político de coração, tanto que ele depois deixou a política”. Ao ser perguntada sobre o seu próprio relacionamento com a política, a viúva do intelectual disse que “nunca fui muito ligada” e afirmou algo semelhante em relação a ele: “O Moysés também, gostava mais de escrever e ler, era esse o trabalho dele. Ele vinha do Tribunal e se sentava naquela cadeira para ler e escrevia ao redor dos livros”. VELLINHO, Lígia. Lígia Vellinho. In: \_\_\_\_\_. GOLIN, Cida (org.). *Memórias de vida e criação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, pp. 129-158, citação da p. 153. Mesmo que sua esposa, por um processo de “memória manipulada”, tenha sido condicionada durante sua vida a recitar essa versão sobre o seu envolvimento com a política, trata-se aqui, senão de um verdadeiro afastamento da política, no mínimo, da construção de uma ideologia de autonomização ou de incompatibilidade entre o labor intelectual e a lide política.

concepções teóricas disponíveis e preferidas por aqueles que pesquisaram e representaram a história local. Inicialmente, serão fornecidos alguns dados relevantes sobre a genealogia da trilogia de Érico Veríssimo e, posteriormente, se empreenderá a análise das concepções teóricas de Vellinho em paralelo com as de Veríssimo, inseridas, por sua vez, no *saber compartilhado* da época.

## **2.2. *O tempo e o vento*: genealogia e projeto: *desmitificar a história e a literatura***

A origem do projeto de *O tempo e o vento* tem sido situada antes da década de 1940 e relacionada a uma intenção crítica do seu autor à sociedade e à historiografia sobre o Rio Grande do Sul, principalmente aquela apresentada nos livros escolares no presente de sua escrita. Segundo essa perspectiva, a investigação social e histórica do Rio Grande do Sul e do Brasil na trilogia teria suas raízes em 1935, quando o autor lançava *Música ao Longe*.<sup>219</sup> Flávio Loureiro Chaves cita um trecho em que uma das protagonistas desse romance, a “professora primária” Clarissa, se preocupa com a versão da história veiculada nas escolas – que justificava o uso da violência em prol dos interesses maiores da pátria. A transcrição dessa citação vale aqui para ressaltar o tema da história “mal contada” nos livros escolares, recorrente nas preocupações de Veríssimo desde a década de 1930 até a escritura de *O tempo e o vento*:

Olha para os alunos. Hoje eles são meninos. Amanhã serão homens e mulheres adultos, esquecidos de que estiveram juntos sob o mesmo teto, no colégio, alguns sentados no mesmo banco. Serão namorados e namoradas, maridos e mulheres, amigos ou inimigos. Uns irão embora para terras distantes e nunca mais voltarão. E já não terão estas caras contentes e lisas. Haverá rostos enrugados, bocas retorcidas e palavras feias e amargas saindo delas. Novas revoluções virão. Moisés que hoje dá um pouco de sua merenda a Carlos, na hora do recreio, amanhã estará atracado com ele, aos sopapos, por causa duma promissória, duma palavra, duma mulher ou dum pedaço de pão. Pedro sai da aula abraçado em Heitor. Amanhã cada qual terá seu partido político, haverá uma guerra civil e Pedro e Heitor se encontrarão no campo, e

---

<sup>219</sup> VERÍSSIMO, Érico. *Música ao longe*. 3 ed. Porto Alegre: Globo, 1973.

se espicaçarão a lanças e tiros, e lutarão com coragem e ferocidade, porque um dia, quando eles eram crianças, uma professora inconsciente lhes ensinou que matar é bonito quando se mata pela Pátria, que morrer pela sua bandeira é a coisa mais sublime, a suprema glória da vida.<sup>220</sup>

É importante destacar a coincidência entre esse diagnóstico e o de outro historiador, Othelo Rosa – qualificado como representante de uma historiografia tradicional –, que aparece em uma nota marginal, anos depois, em 1951. Em um comentário acerca da obra *Teoria da história do Brasil*, de José Honório Rodrigues, Rosa elogiava a abordagem deste autor e criticava os compêndios escolares e o ensino de história que obrigavam os alunos a um “puro e fatigante jogo de memória” em detrimento da interpretação e crítica da história.

Via de regra, os nossos estudantes, ao fechar pela última vez o compêndio odioso, suspiram de alegria e se declaram inimigos pessoais da história do seu país, dos seus heróis, das suas datas, das suas batalhas – pois que da história do seu país foi esta a minguada e errônea lição que adquiriram.

(...) A conseqüência era fatal e inevitável: da substância do fato histórico não cogitava ninguém. De interpretação e crítica histórica era inútil falar. Repetia-se servilmente o compêndio – o mais resumido possível – exigindo-se do aluno que servilmente recitasse e decorasse datas e nomes.

(...) Orientar o ensino da história no sentido do seu conhecimento crítico vale, dados os antecedentes acima brevemente indicados, pela mais útil e fecunda das reformas. A fase do memorialismo da mais pura e seca cronologia, do simples jogo de memória entrará em crise. A história passará a ser no ensino o que ela é: uma ciência social<sup>221</sup>.

Inicialmente, portanto, a despeito da pequena diferença temporal entre os dois registros, a coincidência dos diagnósticos de Veríssimo e Rosa apontam para a existência de

---

<sup>220</sup> VERÍSSIMO, Érico. *Apud* CHAVES, F. L. *Érico Veríssimo: o escritor e seu tempo. Op. Cit.*, 2001, p. 53.

<sup>221</sup> ROSA, Othelo. José Honório Rodrigues - Teoria da história do Brasil. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, Globo, v. 6, n. 15, junho de 1951, pp. 163-165. (citação da p. 164). Agradeço a Leticia Nedel pela sugestão desse comentário de Othelo Rosa nesse pequeno texto “marginal”.

projetos que transcendiam o âmbito individual ou disciplinar e que congregavam Érico Veríssimo aos demais historiadores sul-rio-grandenses para além das querelas historiográficas acerca da maior ou menor influência platina no Rio Grande do Sul.

Por outro lado, aparece também precocemente nas preocupações de Veríssimo algo que lhe seria peculiar – a rejeição da violência, frequente nas guerras civis do Rio Grande do Sul.<sup>222</sup> Nesse sentido, encontrava-se mais afinado com Alcides Maya, que denunciara o absurdo da revolução civil de 1893, que opunha ferozmente antigos companheiros, do que com Moysés Vellinho, que rejeitara, como visto, essa leitura “pessimista” da Revolução de 1893, preferindo ver nesse conflito os traços permanentes do caráter heróico do sul-rio-grandense, contrariamente ao que pensava Rubens de Barcellos.<sup>223</sup>

Mas a origem da trilogia de Veríssimo pode ser mais nitidamente localizada em 1939, quando o autor dava um depoimento sobre a construção do romance *Saga*.<sup>224</sup> Nessa época, o autor já pensava em um “massudo romance cíclico”, que se chamaria *Caravana*, mas que acabou sendo engavetado. Pareceu-lhe mais importante escrever *Saga*, um romance em que o personagem Vasco Bruno vai para a Guerra Civil Espanhola enfrentar o fascismo de Franco, portanto, relacionado às preocupações com a Guerra Mundial que se iniciara.<sup>225</sup> O projeto de *Caravana* seria refeito e ampliado em 1943, quando o autor parte para

a consulta a fontes do folclore e da historiografia sulina, procurando especificar os eventos e cenários e coordenando vidas e fatos políticos. Nesse esboço, salientam-se a importância das Missões, o papel fundacional de Pedro Missioneiro, os confrontos entre liberais e terratenentes, envolvendo Rodrigo Cambará, e a sabedoria de Maria Valéria ante a guerra. Prefiguram-se os símbolos fortes do romance, o

---

<sup>222</sup> A recusa da legitimidade do uso da violência do processo histórico sul-rio-grandense também foi percebida por Sandra Pesavento. PESAVENTO, S. “A narrativa pendular: as fronteiras simbólicas da história e da literatura”. *Op. Cit.*, 2001, pp. 41-51.

<sup>223</sup> Ver: MAYA, Alcides. “Inimigos”. In: MOREIRA, Maria Alice; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre (orgs.). *Literatura e guerra civil de 1893*. Porto Alegre: UFRGS, 1993, pp. 14-20. Esse conto foi extraído do livro *Tapera*, de Alcides Maya, de 1911.

<sup>224</sup> Depoimento citado em ZILBERMAN, Regina. “História, mito e literatura”. In: BORDINI; ZILBERMAN. *O Tempo e o Vento: história, invenção e metamorfose*. *Op. Cit.*, 2004, pp. 21-48, p.24, publicado em 1944: VERÍSSIMO, Érico. “O romance de um romance” em: *Lanterna Verde*. Rio de Janeiro: Sociedade Felipe de Oliveira, julho de 1944, pp. 126-127.

<sup>225</sup> BORDINI, Maria da Glória. “*O continente: um romance de formação? Pós-colonialismo e identidade política*”. In BORDINI, G.; ZILBERMAN, R. *Op. Cit.*, 2004, pp. 65-86. (citação da p. 71).



vento e o punhal, e há a fixação das cronologias, a fim de garantir a coerência da história, bem como da criação de conflitos nas relações pessoais, para evitar a monotonia no ritmo da narrativa.<sup>226</sup>

Esse novo planejamento, portanto, foi feito no ano da publicação de *O resto é silêncio*, que seguiu a tendência já anteriormente verificada de problematização da sociedade e da história local. Os últimos parágrafos desse romance são paradigmáticos em relação ao projeto de *O tempo e o vento*. Apresentam a visão do personagem Tônio Santiago, um *alter ego* de Veríssimo, assim como seria Floriano, um dos descendentes da família Terra-Cambará na trilogia. Na cena final de *O resto é silêncio* – ambientado em uma Porto Alegre ficticiamente mais urbanizada que a da época –, Tônio Santiago observa o público no teatro São Pedro, constatando uma enorme diferença entre o presente e o passado daqueles homens, resultantes de uma miscigenação entre diferentes “raças”.<sup>227</sup> Nas reflexões do personagem, aparecem vários elementos recorrentes em *O tempo e o vento*: mulheres de olhos tristes que esperam seus maridos, envolvidos em constantes guerras, o surgimento das povoações, a rude monotonia da vida campeira – “por sobre tudo isso, sempre o vento e a solidão, os horizontes sem fim e o tempo”.

Destaca-se, ainda, da citação anterior, a especificação das fontes de Veríssimo relacionadas ao folclore e à história sulina. A referência às fontes do folclore remete ao fato de que, desde 1948, Veríssimo fazia parte, juntamente com outros intelectuais sul-riograndenses, de um projeto que tem passado despercebido dos historiadores até recentemente: o investimento na constituição do folclore como um campo de saber legítimo na constelação das humanidades. Por não ter vingado sua institucionalização universitária, o folclore desapareceu da história da história, disciplina à qual esteve estreitamente ligada desde o final dos anos 1940 até meados dos anos 1960. Veríssimo fazia parte da Comissão Estadual do Folclore, encabeçada por Dante de Laytano. Seguramente, seu interesse pelo folclore está associado a esse empreendimento intelectual, mas se devia principalmente ao impacto da obra

---

<sup>226</sup> *Idem*, p. 68.

<sup>227</sup> *E passim*: VERÍSSIMO, E. *O resto é silêncio*. 22 ed. São Paulo: Globo, 1997 [1943], pp. 401-403. Ver também o prefácio de 1966, na mesma obra.

de Simões Lopes Neto na literatura local nos meados dos anos 1940.<sup>228</sup> É neste autor que Veríssimo buscará lendas que prefiguram a narrativa de partes dos tomos iniciais de *O tempo e o vento*.<sup>229</sup>

O projeto de *O tempo e o vento* seria colocado em prática somente em 1947, quando o autor começava a escrever *O continente*<sup>230</sup>, terminando-o em 1948 e publicando-o em 1949.<sup>231</sup> Em 1950, Érico Veríssimo iniciava *O retrato*<sup>232</sup>, “ladeado por pilhas de volumes contendo números do *Correio do Povo* correspondentes aos anos de 1910 a 1915”, publicando-o em 1951.<sup>233</sup> Em fins de 1952, ele volta aos Estados Unidos para substituir Alceu Amoroso Lima no cargo de diretor do Departamento de Assuntos Culturais da União Pan-Americana, lá permanecendo até 1956, publicando, nesse intervalo, *Noite* (1954).<sup>234</sup> *O arquipélago*<sup>235</sup> somente seria retomado em janeiro de 1958 e finalizado em 1961, após algumas viagens e um infarto.<sup>236</sup>

As fontes selecionadas para a confecção da trilogia variavam, portanto, conforme o período de que se tratava. Para o tempo de *O continente*, considerado mítico, como se verá adiante, as lendas eram mais fartamente utilizadas. Para *O retrato*, já na aurora da modernização da província, com sua escala de análise focada em um indivíduo e na curta duração de cinco anos, os jornais, fornecendo os elementos de uma cotidianidade que se enriquecia paulatinamente das novidades da urbanização e da intelectualização, eram as

<sup>228</sup> Sobre a recepção da obra de Simões Lopes Neto no Rio Grande do Sul, ver VELLINHO, M. “Apresentação”. *Op. Cit.*, 1957.

<sup>229</sup> Um dos capítulos do segundo tomo de *O continente* chama-se “Teiniaguá”, precisamente o nome de uma das lendas narradas por Simões Lopes Neto em *Lendas do Sul*, que, além disso, fornece os elementos para caracterizar o comportamento da personagem Luzia. Essa personagem é construída entre essa abordagem mitológica e a análise científica do Dr. Winter, um personagem europeu, que a considerava uma pessoa que sofria de problemas psicológicos. Além dessa lenda, aparecem esparsos, em *O tempo e o vento*, principalmente em *O continente*, outros elementos inspirados em Simões Lopes Neto..O nome de um dos capítulos de *O arquipélago*, “Uma vela para o negrinho”, inspirado na lenda do Negrinho do Pastoreio, o personagem Fandango é parecido com o vaqueano Blau Nunes, personagem narrador dos contos gauchescos de Simões Lopes Neto. Ver: LOPES NETO, Simões. *Op. Cit.*, 1957.

<sup>230</sup> VERÍSSIMO, Érico, *O continente*. 2v. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 [1949].

<sup>231</sup> VERÍSSIMO, Érico. *Solo de Clarineta: memórias I*. 20 ed. São Paulo: Globo, 1995 [1973], p. 301.

<sup>232</sup> VERÍSSIMO, Érico. *O retrato*. 2v. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 [1951].

<sup>233</sup> VERÍSSIMO, Érico. *Solo de Clarineta: memórias I*. *Op. Cit.*, p. 302.

<sup>234</sup> *Idem*: 306-349.

<sup>235</sup> VERÍSSIMO, Érico. *O arquipélago*. 3v. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 [1961-1962].

<sup>236</sup> VERÍSSIMO, Érico. *Solo de clarineta: memórias II*. 10 ed. São Paulo: Globo, 1997 [1976], p. 1-39.

fontes mais apropriadas. Para os tempos de *O arquipélago*, as fontes são memoriais. Seria na divisão da narrativa literária sobre esse período histórico em três linhas que o autor buscaria dar conta da complexidade de articulação da memória com a representação de um tempo recente (os anos 1945, distantes menos de 20 anos da escrita do autor, mas coincidentes com o tempo de início da escrita da trilogia).

Parafraseando Moysés Vellinho em sua crítica a Maya, pode-se passar à discussão seguinte com um convite que busca estabelecer uma cumplicidade entre a autora deste trabalho e o seu leitor neste movimento em busca do aprofundamento da análise das relações entre a trilogia de Veríssimo, a crítica de Vellinho e o *saber compartilhado* da época: abramos *O tempo e o vento*.<sup>237</sup>

Na origem da trilogia, como visto, havia uma preocupação em relação à abordagem que a historiografia dos livros escolares fornecia sobre o passado, os heróis, a política e a sociedade sul-rio-grandense. A literatura, para Veríssimo, também contribuía com uma visão idealizada da história do estado, mascarando a violência, a opressão de “heróis sanguinários” contra uma população subjugada. O escritor, em suas memórias, explicava que sua relação com o regionalismo literário local era de desapareço em relação ao gênero e de admiração somente a uns poucos escritores:

Embora admire os trabalhos isolados de escritores como Simões Lopes Neto, Darcy Azambuja, Ciro Martins e Vargas Neto, nunca morri de amores pelo regionalismo e, para ser sincero, tinha e ainda tenho para com esse gênero literário minhas reservas, pois acho-o limitado e, em certos casos, com um certo odor de imobilismo anacrônico de museu.<sup>238</sup>

---

<sup>237</sup> Na reelaboração da crítica a Maya, em 1944, Vellinho convida os leitores: “abramos *Ruínas Vivas*”, para passar então a consolidar os principais tópicos de sua controvérsia com Barcellos em 1925. VELLINHO, M. “Alcides Maya – a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento”. *Op. Cit.*, 2001.

<sup>238</sup> VERÍSSIMO, Érico. *Solo de Clarineta: memórias I*, *Op. Cit.*, 1995, p. 288.

Sua avaliação da literatura regionalista e da história dos livros escolares não é distante daquela avaliação de Vellinho dos anos 1920, que considerava o regionalismo como uma “tentação”. Na sua crítica a *O continente*, em 1949, Vellinho reforçava esse argumento, lançando farpas contra certo regionalismo: “O escritor deverá ter sentido tentações perigosas, sopradas por uma tradição declamatória que desgraçadamente tanto compromete largo setor da literatura crioula. Ele, porém, se armou de coragem, tapou os ouvidos, fez-se insensível aos desmandos verbais do bairrismo”.<sup>239</sup>

A despeito da proximidade de veredictos sobre o regionalismo literário, o romancista e o crítico destoavam nas suas preocupações em relação à violência das guerras e da vida cotidiana na região. Enquanto Veríssimo enfatizava freqüentemente o seu repúdio à violência das revoluções civis e outras guerras que faziam parte da glorificada história do Rio Grande do Sul, Moysés Vellinho nunca priorizou esse tipo de posicionamento.<sup>240</sup> Sua preocupação com a violência quase sempre se restringia ao receio de que essa faceta da história e da cultura locais pudessem condicionar o julgamento dos outros brasileiros contemporâneos, em especial dos intelectuais, em relação aos gaúchos como bárbaros, habituados tão somente às lides campeiras e guerreiras. Sua atitude não era de denúncia e repúdio, como em Veríssimo. Vellinho tendia, pelo contrário, a evitar esse assunto ou a minimizar o problema da violência, ressaltando aspectos positivos dos conflitos armados, como o heroísmo das revoluções, tal como o fez na polêmica com Rubens de Barcellos.

A literatura regionalista e a história dos livros escolares, sob a ótica de Veríssimo, contribuíam para a formação e consolidação da *mitologia* do gaúcho e do Rio Grande. Essa concepção do escritor é freqüentemente relacionada a um trecho de seu livro de memórias, *Solo de Clarineta I*, em que ele rememorava o projeto de *O tempo e o vento* e explicitava o desejo de *desmitificar* a história regional: “Concluí então que a verdade sobre o passado do Rio Grande devia ser mais bela que a sua mitologia. E quanto mais examinava a nossa

---

<sup>239</sup> A crítica de Vellinho ao texto de Veríssimo é datada de 1949, ano do lançamento de *O continente*, e era intitulada “*O tempo e o vento*”. Esse texto foi publicado sem alterações na Revista *Província de São Pedro*, n. 14, dez. 1949, pp. 148-153, e também na segunda edição de *Letras da província*. A versão aqui utilizada é a da coletânea organizada por BAUMGARTEN, C.A. *Op. Cit.*, 2001, pp. 123-131 (citação da p. 124). Note-se que a crítica se refere apenas aos tomos equivalentes à primeira parte da obra, *O continente*. Apesar disso, leva o nome que Veríssimo desde o início já designara para a totalidade da trilogia.

<sup>240</sup> A exceção quanto a essa postura de tolerância aos expedientes violentos da ação política foi a denúncia de sua utilização por parte de Vargas. Ver nota 122 .

História, mais convencido ficava da necessidade de *desmitificá-la*”.<sup>241</sup> Essa explicação esteve no ponto de partida de alguns dos mais importantes trabalhos da crítica literária e da historiografia da obra de Veríssimo, e a concretização da sua intenção desmitificadora foi ressaltada, principalmente, em *O arquipélago*.<sup>242</sup>

Esse projeto só foi nomeado como *desmitificação* em um período posterior à escrita de *O tempo e o vento*, nas memórias do romancista, escritas na década de 1970. Esse termo será mantido para designar o objeto privilegiado de atenção neste capítulo, uma *operação* que se efetuava a partir de uma série de estratégias baseadas na articulação semântica e estrutural de significados na narrativa. Sua trilha será seguida, a partir de então, estabelecendo-se um diálogo com alguns dos numerosos trabalhos que se ocuparam das relações entre a escrita da trilogia de Veríssimo, as concepções da história e da literatura e o papel dos historiadores e escritores na sociedade da época. Além disso, evidentemente, a crítica de Vellinho aparecerá em paralelo com a *operação* literária de *O tempo e o vento*.

A obra de Veríssimo tem se prestado a avaliações contraditórias de suas concepções históricas e políticas, bem como das relações do autor com a intelectualidade sul-riograndense.<sup>243</sup> Veríssimo tem sido considerado como um representante das idéias da oligarquia

<sup>241</sup> *Idem*, p. 289, grifo meu.

<sup>242</sup> O mesmo trecho foi citado por ZILBERMAN, Regina. “História, mito e literatura”, *Op. Cit.*, 2004, p. 27, e por BORDINI, Maria da Glória. “O Continente de São Pedro: éden violado”. *Op. Cit.*, 2004, pp. 51-64 (citação da p. 51). Tristão de Athaide e Flávio Loureiro Chaves não partiram da proposta de desmitificação afirmada por Veríssimo – seus textos foram escritos originalmente antes da publicação das memórias de Veríssimo, em 1973 – , mas ambos assinalaram a posição crítica de Veríssimo. O primeiro observou a crítica ao heroísmo machista em ATHAYDE, T. “Érico Veríssimo e o antimachismo”. In: CHAVES, F. L. *Op. Cit.*, 1972, pp. 86-102; o segundo destacou o sentido de crítica social e histórica subjacente a *O tempo e o vento* e já perceptível e em desenvolvimento desde as obras anteriores do autor: “No grupo de romances que analisei até aqui, fica evidente a intenção de formular um juízo crítico sobre a sociedade rio-grandense, dimensionando-o numa perspectiva histórica, ainda informe sob muitos aspectos, que transita da Jacarecanga provinciana para a Porto Alegre urbanizada de 1940, da decadência do patriarcado rural para a formação da burguesia contemporânea atingindo, em qualquer dos casos, o tema obsessivo da privação da liberdade individual e da seqüência de maldições a ela associadas”. CHAVES, F. L. *Op. Cit.*, 2001, p.85.

<sup>243</sup> As disparidades nas avaliações quanto às suas concepções políticas foram evidentes nos anos 1940 e 50, quando a Igreja católica e o governo do Estado Novo censuravam seus livros, enquanto os comunistas criticavam-no como agente de Wall Street e do Departamento de Estado americano. VERÍSSIMO, E. *Solo de clarineta: memórias I*. *Op. Cit.*, 1995, p. 287.

Sobre as perseguições sofridas no Estado Novo, há um relato célebre de Veríssimo a respeito de uma intimação recebida para comparecer a uma delegacia de polícia para explicar suas posições políticas na década de 1930. Chegando lá, o delegado disse: “Disseram-me que o senhor é comunista...”. Veríssimo respondeu: “Engraçado. Disseram-me que o senhor é integralista...”. O assunto não foi muito longe. “A agulha da bússola”, entrevista concedida a Rosa Freire D’Aguiar em 1973 em BORDINI, Maria da Glória (org.). *A liberdade de escrever*. Porto Alegre: UFRGS, PUCRS, Prefeitura Municipal, 1996, pp. 133-150. (citação da p. 143). Esses conflitos

rural decadente ou, no outro extremo, como um precursor da crítica à mitologia do gaúcho, agindo na contramão das idéias de seus pares. O problema é visível também na divergência entre as avaliações de alguns críticos literários e a de historiadores herdeiros da crítica direcionada a partir dos anos 1980 à historiografia lusitanista e “ideológica” do IHGRS. Os primeiros tenderam a ler a obra de Veríssimo em paralelo apenas com a literatura, fosse ela regional ou nacional, mas sem investigar profundamente suas relações com as teses historiográficas da época. Os segundos, ao contrário, tenderam a ler os textos de Veríssimo apenas em paralelo com os dos historiadores que eram considerados intelectuais orgânicos a serviço da ideologia das classes dominantes. Apesar de alguns trabalhos romperem parcialmente com essas tradições de leitura, essas tendências ainda se manifestam na análise da obra do autor.<sup>244</sup> A perspectiva aqui adotada é a de repensar o significado da palavra

com a Igreja proporcionaram um evento que polarizou a intelectualidade a respeito de *O resto é silêncio*, em 1943. Sobre esse assunto, ver TRINDADE, Fernando. “A polêmica entre Érico Veríssimo e o Pe. Leonardo Fritzen, S. J”. *Revista do IFCH – UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, 1983/84. Ano XI/XII, pp. 35-98. Após esse episódio, cansado das dificuldades sob o Estado Novo, Veríssimo aceita o convite de uma universidade americana e vai morar nos EUA durante dois anos, voltando apenas no período de redemocratização. Essa estadia no exterior e a volta ao Brasil no período pós-Estado Novo foram vividas pelo seu *alter ego* Floriano em *O arquipélago*.

A interpretação que denuncia uma posição retrógrada do escritor se deveu tanto à associação entre as noções históricas presentes na trilogia e aquelas da historiografia da década de 1940, quanto a sua convivência com os historiadores “tradicionais” do IHGRS. Ver, por exemplo, o texto de Heloísa Reichel: “À época em que Érico Veríssimo escreveu sua obra, a vertente lusitana se apresentava com grande força e projeção, inserida que estava em uma conjuntura que se caracterizava por um intenso nacionalismo. O crescimento da economia com base na indústria e no mercado interno nacionais, bem como a presença de um governo central que defendia a presença do Estado no processo desenvolvimentista, características econômico-políticas do momento, haviam se iniciado no governo de Getúlio Vargas, um gaúcho, na década de trinta”. REICHEL, Heloísa. “A identidade sul-rio-grandense”. In: GONÇALVES, Robson Pereira. *O tempo e o vento: 50 anos, Op. Cit.*, pp. 207-216. (citação da p. 214). Segundo outro autor, o eixo central de *O tempo e o vento* seria o auto-elogio exaltado e melancólico do patriarcado rural sul-rio-grandense. Seria a história dos “pais da pátria” gaúcha, segundo sua própria perspectiva ou, ainda, seria uma mitologia autojustificadora na qual seriam retratados o índio libertário, o gaúcho heróico, a democracia racial, produto da miscigenação, e as matronas exemplares. DACANAL, José Hildebrando. “O tempo e o vento: o auto-elogio da oligarquia gaúcha”. In: \_\_\_\_\_. *O romance de 30*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, pp. 48-54.

<sup>244</sup> A inserção da obra do autor no âmbito de uma história intelectual mais ampla, articulando os elementos já explorados pelas tradições de leitura da história da literatura e da história da historiografia, tem sido prejudicada, ao que parece, pela falta de uma revisão do estudo da historiografia dita tradicional, ligada ao IHGRS. Essa necessidade torna-se evidente quando se percebe que mesmo os trabalhos de historiadores que abandonaram concepções como a de “intelectual orgânico” e que buscam compreender de outra forma as relações entre literatura e história podem incorrer em contradições. Sandra Pesavento, em 2000, avaliava que, em *O tempo e o vento*, o autor endossava a visão glamourizada do gaúcho, em consonância com a visão de mundo do seu tempo: “Pode parecer heresia dizer que a narrativa ficcional de Érico se atrele a este viés, que coloca num passado atemporal e glamourizado o padrão de referência identitário do Rio Grande, mas Érico é filho de seu tempo, e sua escritura é datada. Entendemos que perpassa pela sua obra o delineamento de certos valores e ‘defeitos bonitos’, que fazem do gaúcho um arquétipo sedutor e que dão, ao menos, uma ‘compensação simbólica’ para perdas reais. (...) Se os Rodrigues da história – o capitão e o médico – são fortes na fala e no gesto, mas fracos no caráter e no resultado de seus atos, eles permanecem, em última instância, sedutores, alinhando-se à sombra do

*desmitificação*, sem identificá-lo com aquele consagrado pelos “combates” que passaram a ser travados pela chamada “historiografia crítica” dos anos 1980, no Rio Grande do Sul, buscando compreendê-lo dentro da trama narrativa de *O tempo e o vento* e articulando-o a um conjunto de textos contemporâneos à trilogia, em especial a crítica de Moysés Vellinho.<sup>245</sup> Nesse sentido, apesar de adotar como metodologia a colocação do texto de Veríssimo em paralelo com os dos historiadores – já que a inclusão da leitura da literatura contemporânea excederia os limites deste trabalho –, optou-se por selecionar os textos daqueles que desenvolveram uma carreira mais próxima à crítica literária. Uma leitura inicial dessas críticas de *O tempo e o vento* induz ao descrédito, tanto pela tendência de considerar o escritor como um precursor isolado da crítica ao gauchismo, quanto a de considerá-lo como mais um de seus promotores, como se verá adiante.

Compreender a *desmitificação* de Érico Veríssimo como uma *operação* que repercute no meio literário e intelectual local requer a análise das relações entre a estrutura narrativa do romance e as concepções do autor referentes à sociedade sul-rio-grandense e brasileira e a sua história. Esse problema tem sido objeto de uma série de trabalhos. Os analistas têm procurado definir se a estrutura de *O tempo e o vento* seria espiral, concêntrica ou circular/mitológica e também quais seriam as particularidades estruturais de cada uma de suas partes. Por trás dessa

---

mito don-juanesco. O saldo dá a impressão de que, apesar de tudo, o passado é que era bom e lá se abrigavam valores”. PESAVENTO, Sandra. “A temporalidade da perda: leitura de *O retrato*, de Érico Veríssimo”. In: PESAVENTO, S. (org.). *Op. Cit.*, 2000, pp. 31-48. Em texto mais recente, a mesma autora afirma uma diferença radical entre as interpretações de Veríssimo e as dos historiadores da época: “A rigor, a relativização dos valores em contraste com a prática dos homens, solilóquios das personagens masculinas, corroídas de dúvidas e remorso e atormentadas pela necessidade imperiosa de manter as aparências, de sustentar uma imagem, fazem a narrativa da saga rio-grandense ser tomada por uma espécie de tragédia. Na verdade, essa postura de Érico Veríssimo *bate de frente* com uma nova geração de historiadores que surge no Rio Grande do Sul – Dante de Laytano, Moysés Vellinho, Walter Spalding – e que exemplificam esse distanciamento entre o processo real vivido e a composição idealizada de um tipo. Diante do esboroar-se histórico do gaúcho da fronteira, vão reconstruí-lo pelo estereótipo, compondo um tipo que, na sua integridade de personagem, só pode existir como mito. As virtudes cantadas, a idealização e celebração dos feitos corresponderão a uma compensação simbólica das perdas reais da história”. PESAVENTO, S. “Fronteiras e intertextualidade em *O continente*, de Érico Veríssimo”. *Op. Cit.*, 2004, p. 119-120, grifo meu.

<sup>245</sup> Refiro-me aos seguintes textos, cujos autores eram críticos literários que pertenciam ao IHGRS ou que nele ingressaram posteriormente: VELLINHO, Moysés. “*O tempo e o vento*”. *Província de São Pedro*, *Op. Cit.*; 1949, VELLINHO, M. “Érico Veríssimo: o romancista”. *Op. Cit.*, 2001; LEIRIA, Nogueira. Érico Veríssimo e os novos rumos do romance gaúcho. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, n. 16, 1951, pp. 136-139; MORAES, Carlos Dante de. Érico Veríssimo e a tradição rio-grandense. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, n. 18, 1953. Seção Letras e Idéias, pp. 146-155; CESAR, Guilhermino. “Do condicionamento épico ao drama social”; “Érico Veríssimo e a historicidade”; “Érico Veríssimo e o espelho burguês”. In: CARVALHAL, Tânia Franco (org.). *Notícia do Rio Grande: literatura, Guilhermino César*. Porto Alegre: UFRGS, IEL, 1994, pp. 153-156, 157-160 e 161-165.

discussão, privilegiada pela teoria literária, está a busca da compreensão das relações entre a “forma” e o “conteúdo” do romance. Além disso, a construção dos personagens e de alguns episódios pode esclarecer acerca da operação de *desmitificação*.

Antes de mais nada, é importante destacar um fenômeno, percebido por Flávio Loureiro Chaves, que afeta as possibilidades de interpretação de *O tempo e o vento*, prestando-se a induzir leituras equivocadas ou incompletas: “Quase todos leram *O continente*, primeira parte deste romance-rio, e então, tomando o particular pelo geral, apresenta-se *O tempo e o vento* como uma epopéia paradigmática do ‘código’ gaúcho”.<sup>246</sup> A avaliação é pertinente e aponta, em primeiro lugar, para a diferenciação estrutural entre as três partes da narrativa – *O continente*, *O retrato* e *O arquipélago* – e, em segundo lugar, para a necessidade de se considerar a obra em seu conjunto, o que vem sendo feito principalmente pelos críticos literários. Essas considerações são válidas, sobretudo, para as críticas contemporâneas aqui selecionadas para a análise. A primeira parte da trilogia mobilizou muito mais a intelectualidade local e, conseqüentemente, pode ter afetado mais profundamente a discussão acerca do caráter cultural local e da sua relação com a história. O próprio Moysés Vellinho analisou apenas a primeira parte da trilogia.<sup>247</sup> Este trabalho pretende considerar a obra no todo, mas em plena consciência do privilégio dado pela intelectualidade local à leitura de *O continente*. De toda forma, o período de lançamento e repercussão da primeira parte da trilogia também tem um significado especial nesta pesquisa por coincidir, como se sabe, com o redirecionamento da trajetória de Vellinho para o ensaio histórico e social.

### **2.3. *O continente*, *O retrato*, *O arquipélago*: tempo histórico e estrutura narrativa**

Em se tratando da estrutura narrativa da trilogia como um todo, sua conformação circular, em especial a estrutura de *O continente*, tem suscitado sua associação com a forma das narrativas mitológicas. Segundo Regina Zilberman, o mito “preside o processo de

---

<sup>246</sup> CHAVES, F. L. *Op. Cit.*, 2001, p. 85.

<sup>247</sup> Além das críticas já citadas de Moysés Vellinho à obra de Veríssimo, o crítico publicou apenas mais um ensaio dedicado a ela: “Uma aventura noturna”, em *Província de São Pedro*, Porto Alegre, n. 20, 1954, pp. 141-145.



apresentação da história dos Cambarás” e “aparece de diversas maneiras ao longo do livro”.<sup>248</sup> O parentesco entre a trilogia e o mito seria estabelecido, em primeiro lugar, por se tratar de narrativas de “fundação” de uma família e de uma sociedade. Em segundo lugar, os personagens Ana Terra e Pedro Missioneiro representariam o casal primordial, sendo que cada um deles teria vivido em regiões primitivas, paradisíacas e harmônicas (como eram a estância de Maneco Terra antes do ataque dos castelhanos e as Missões Jesuíticas antes do ataque dos exércitos espanhol e português). O tempo, nesses lugares, transcorria lentamente e não era medido pelo calendário, nem pelo relógio. Além disso, a possibilidade de reconstituição (romanesca ou histórica) desses tempos primitivos seria obtida na trilogia tanto pela permanência de objetos associados a esse casal primordial (o punhal de Pedro e a tesoura de podar e a roca de Ana Terra), quanto pela transmissão dos traços hereditários. Em terceiro lugar, o emprego dos nomes próprios duplicados assinalaria características que uns herdariam de outros (Segundo Zilberman: Ana-Bibiana, Pedro Missioneiro-Pedro Terra, Cap. Rodrigo-Dr. Rodrigo e, acrescento, Toríbio-irmão Toríbio e Flora-Floriano). A autora associa a circularidade mítica a uma concepção também circular de história em que o presente duplicaria o passado em *O continente*.<sup>249</sup> Essa perspectiva, contudo, não seria mais possível nos segmentos seguintes da trilogia, que tratam de outros tempos.

Moysés Vellinho não chegou a relacionar a estrutura de *O continente* com o mito. Esse modelo de análise, apesar de ter sido incorporado à crítica literária internacional já nos anos 1950, parece ter repercutido mais seriamente no discurso crítico local apenas nas últimas décadas.<sup>250</sup> Entretanto, o teor da proposição que associa a estrutura narrativa à forma mitológica parece não ter passado despercebido por ele, já que assinalava o caráter legendário do romance: “uma força difusa e elementar, inerente à própria atmosfera que envolvia aquela brava gente, almas rudes em corpos rudes, construtores de uma *legenda* que se erguia sem que ninguém tivesse consciência dela”.<sup>251</sup>

---

<sup>248</sup> ZILBERMAN, Regina. “História, mito e literatura”, *Op. Cit.*, 2004, p. 42.

<sup>249</sup> *Idem*, p. 44.

<sup>250</sup> Sobre a introdução do mito como categoria de análise da crítica literária a partir da obra de Northrop Frye e Robert Chase, ver o verbete “Mito” em MOISÉS, Massaud. *Op. Cit.*, 1999, p. 346.

<sup>251</sup> VELLINHO, M. “*O tempo e o vento*”. *Op. Cit.*, 2001, p. 124, grifo meu.

A estrutura circular, característica do mito, não seria necessariamente um empecilho à operação desmitificadora. Ao contrário, ela pode ser considerada como parte integrante dessa operação. Dessa forma, Chaves também reconhece uma estrutura mítica em *O continente*, mas afirma que esta seria rompida logo em seus capítulos iniciais, com a saída de Ana Terra da estância onde vivia, após o ataque dos castelhanos, em direção à Santa Fé e à história.<sup>252</sup> A partir desses eventos, segundo o mesmo autor, a trilogia assumiria um caráter definido pela intenção explícita de problematizar a história. É preferível, entretanto, como Zilberman, localizar a ruptura dos tempos primordiais no final de *O continente*, quando, após uma resistência obstinada para não se render aos maragatos que cercavam o Sobrado, Licurgo caminha vitorioso em direção à Intendência de Santa Fé.<sup>253</sup> A revolução que buscava a consolidação da República, que se seguiu à queda da monarquia e da figura de D. Pedro II – freqüentemente associada à de um pai –, representaria a mudança mais radical do ponto de vista político e social, o início de outros tempos. Esse evento revela também o momento de “uma mudança substancial na trajetória dos Cambará, que, de pacientes da história e das classes dominantes, passam a agentes daquela porque mudam de posição social”.<sup>254</sup>

Assim, se no universo mítico de *O continente* se desenvolveriam duas histórias aparentemente paralelas – uma central, a formação da família Terra-Cambará, e outra de fundo, a da sociedade gaúcha –, seus rumos se modificam ao final do romance, convergindo para um entrelaçamento dessas duas linhas narrativas. Do final de *O continente* em diante, a história da família se aproxima e se confunde cada vez mais com a história política do Rio Grande do Sul e do Brasil. Os protagonistas, antes remetidos ao setor subalterno da sociedade – dos pontos de vista econômico, cultural e político –, agora são alçados ao topo da hierarquia social e ao centro dos principais eventos políticos que agitarão a região e o Brasil.<sup>255</sup> Assim, se, em *O continente*, os deserdados, as classes dominadas e os “heróis anônimos” ocupavam a centralidade da narrativa do autor, nos volumes seguintes, inverterão sua posição com os

---

<sup>252</sup> CHAVES, F. L. *Op. Cit.*, 2001, p. 92.

<sup>253</sup> O final de *O continente* coincide com o da Revolução Federalista que opôs maragatos e pica-paus entre 1893 e 1895 no Rio Grande do Sul.

<sup>254</sup> ZILBERMAN, Regina. “História, mito e literatura”, *Op. Cit.*, 2004, p. 31.

<sup>255</sup> Em *O retrato*, a “história transforma-se em alimento da ficção, deixando de ser o contraponto da narrativa, como em *O continente*; porém, confunde-se com a atuação dos caciques políticos (Cambarás, Trindades, Amarais), desaparecendo a perspectiva popular, associada, no romance anterior, aos Caré”. ZILBERMAN, Regina. “História, mito e literatura”, *Op. Cit.*, 2004, p. 33.

personagens históricos ligados ao poder. Nesse ponto, Veríssimo abandona o foco privilegiado da narração na família e parte para uma narrativa que privilegia a trama que entremeia a família e o Estado.<sup>256</sup> A estrutura narrativa em *O tempo e o vento*, portanto, modifica-se de acordo com a estrutura do período histórico abordado, tornando-se homóloga à estrutura sociohistórica; há uma intencionalidade de adequar “conteúdo” histórico e “forma” ou estilo da narrativa. Além disso, o ponto de mutação entre um e outro período, entre uma e outra estrutura narrativa, constitui uma problematização da mudança histórica representada em termos de uma relação entre evento e estrutura, na qual um evento significativo representaria o ponto de ruptura de uma determinada organização social.<sup>257</sup>

Ora, tanto a relação entre estilo e assunto quanto o problema do significado do evento revolucionário de 1893 na continuidade histórica da região constituíam, para Moysés Vellinho, critérios importantes de avaliação da adequação da obra literária à representação do seu referente coletivo e regional. A relação entre estilo e assunto é um dos principais elementos destacados pelo crítico em *O continente*. A narrativa do romancista atendia plenamente às exigências de representação de um coletivo ainda muito atrelado às duras condições de luta e sobrevivência contra as forças da natureza, por isso, não tinha maior densidade psicológica. A técnica do escritor tornava a narrativa espontânea e natural:

Essa espontaneidade dos heróis anônimos do drama rio-grandense, os que ajudaram a construir uma história com a naturalidade de quem está apenas cumprindo sua tarefa ordinária, essa obscura espontaneidade revive fortemente no romance de Érico Veríssimo e é

---

<sup>256</sup> Essa alteração na estrutura narrativa foi percebida por Jacques Leenhardt como um movimento de crescente abstração em relação aos problemas políticos tratados em *O continente* em direção à formação de um Estado baseado na a personalização política: “Ora, do ponto de vista narrativo, a época das famílias, *O continente*, se constrói sobre o coletivo como sujeito, enquanto a época do Estado deverá se forjar em torno da personalização de idéias abstratas, das quais *O retrato* é a narrativa”. LEENHARDT, Jacques. “O retrato de Rodrigo Cambará”. In: PESAVENTO, S. (org.). *Op. Cit.*, 2000, pp. 13-30. (citação da p. 22).

<sup>257</sup> Paul Ricoeur, tratando da fase explicativa/compreensiva da historiografia, coloca a análise da mudança histórica em termos das relações entre evento e estrutura: “É pela ênfase que a história confere à mudança e às diferenças ou variações que afetam as mudanças que ela se distingue das outras ciências sociais e principalmente da sociologia. (...) Ora, mudanças e diferenças ou variações nas mudanças comportam uma conotação temporal manifesta. É assim que se falará de longa duração, de curto prazo, de acontecimento quase pontual”. RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli. Op. Cit.*, 2000, p. 232.

por certo o sinal mais intempestivo de sua autenticidade como obra de ressurreição de tempos extintos.<sup>258</sup>

Tal era a adequação da representação ao seu referente que ela era qualificada por Vellinho como ressurreição de tempos extintos, algo com que todo historiador sonha, mas hoje poucos se iludem com a possibilidade de se chegar a tanto. Aqui a obra literária, para o crítico, atingia o ápice da adequação à realidade. O impacto positivo dos primeiros tomos da trilogia na recepção de Vellinho era de tal ordem que ele, ao contrário de sua postura quase sempre performática, se contentava bem mais em proclamar o êxito do romancista do que explicar a forma pela qual ele poderia ter chegado a esse resultado. Em um parágrafo, o autor resumia os méritos estéticos da obra:

Uma fluidez de forma nada comum entre os nossos ficcionistas, grande desenvoltura na efabulação, mobilidade de estilo, o dom de uma observação ágil e picante, o profundo sentido plástico dos elementos que integram a ficção, e o espírito de isenção com que invariavelmente confia os personagens ao seu próprio destino - tais características, se bem que levadas a um grau de maior rendimento em *O tempo e o vento*, era fácil surpreendê-las em estado de crescente evolução nas obras anteriores.<sup>259</sup>

O segundo ponto coincidente entre a operação narrativa de *O continente* e as preocupações de Vellinho, destacado acima, é o tratamento dado à relação estrutura-evento significativo. Veríssimo escolheu um dos eventos mais polêmicos da história do Rio Grande do Sul, a Revolução federalista de 1893, como marco para o final dos tempos heróicos. Inicialmente, a perspectiva do romancista, que faz incidir nesse evento um ponto de mutação, poderia ter suscitado algum reparo de Vellinho, que procurava minimizar em 1925 a face sanguinária daquela revolução e, além disso, provar a continuidade do heroísmo como caráter definidor da cultura local, ligando os eventos de 1893 aos de 1923. É interessante verificar que, apesar da reiterada aversão de Veríssimo à violência das guerras e revoluções, aqui o

---

<sup>258</sup> VELLINHO, M. "*O tempo e o vento*". *Op. Cit.*, 2001, p. 124-125.

<sup>259</sup> *Idem*, p. 126.

romancista seguiu a mesma tendência de Vellinho. Ao escolher apenas o cerco ao sobrado como evento tematizado no romance, toda a história das degolas da Revolução de 1893 acabou ficando em segundo plano, ou mesmo negligenciada. Não se quer, com isso, dizer que Veríssimo estivesse conscientemente buscando uma via para suavizar a violência da guerra civil, mas, de fato, esse foi o efeito obtido pela escolha do autor em focalizar apenas o final da Revolução. Assim, tratou muito mais da resolução da Revolução como um início promissor de novos tempos do que como uma página vergonhosa e violenta da história local.

Essa era a perspectiva reclamada por Vellinho desde 1925. Sem justificar inteiramente a Revolução de 1893, fazendo, inclusive, algumas críticas a ela, o autor propugnava que se considerasse o lado “afirmativo” dessa história. Demandava que se visse mais o heroísmo do que a autodestruição e o autoritarismo do governo republicano de Júlio de Castilhos. Criticava, mas não considerava tão grave, o acontecido a ponto de considerá-lo como ponto de inflexão rumo à decadência coletiva, como, segundo o crítico, propunha Maya. Veríssimo realizara, sob essa ótica, a releitura necessária da memória histórica da experiência de 1893, conforme a demanda de Vellinho, modificando a memória da expectativa resultante do final da Revolução, que era também o final da primeira parte da trilogia e dos tempos lendários

De acordo com as perspectivas analíticas de Vellinho, tanto o estilo adotado por Veríssimo quanto a sua abordagem da Revolução de 93 e do passado rio-grandense em geral atendiam à necessidade de releitura da história do Rio Grande do Sul, reelaboração da experiência, proporcionando uma expectativa afirmativa, tendo como fator estruturante, de permanência, o heroísmo dos sul-rio-grandenses: “Numa evocação assim, em que o heroísmo é a própria rotina imposta pela constância das guerras, está claro que não há lugar para encarnações simbólicas. Cada personagem responde por si, embora esteja sempre em função do meio e do tempo”.<sup>260</sup> Mais do que isso, a narrativa construída por Veríssimo atendia ainda a um critério fundamental prescrito pelo crítico: o *sentido sociológico*. Resolvendo a um só tempo os principais problemas estéticos para a representação do caráter regional, Veríssimo lograra também a expressão coletiva, que Vellinho considerava estreitamente relacionada à releitura *afirmativa* do passado, em especial da Revolução de 1893, e à estruturação do heroísmo como fundamento do laço social, elo entre o passado, presente e futuro. Ao

---

<sup>260</sup> *Idem*, p. 125.

comentar o artificialismo da inclusão da personagem Luzia em *O continente*, o crítico sintetizava o quanto o romance de Veríssimo atendia ao seu programa literário:

Sua presença, a reclamar um tratamento psicológico que nada tem a ver com o corte histórico e sociológico do livro, acarreta, em verdade, uma ruptura que põe em grave risco a estabilidade da construção. (...) É que as criaturas que se movem no romance vivem em função da terra, são frutos do chão, e não mostram nada mais, por dentro ou por fora, que os vincos do meio e do tempo. Homens e acontecimentos se misturam na mesma argamassa com que se está construindo, entre rasgos fulgurantes e mudas provações, o destino de uma província. Dentro desse papel heróico, de larga expressão coletiva, onde não há ensejo para demoradas sondagens de almas, soam falso os conflitos desencadeados pela intrusão de uma figura sofisticada, trazida da Corte, em má hora, e que se arrasta no romance gratuitamente, como um corpo estranho.<sup>261</sup>

Sem abrir mão das prerrogativas do crítico que devia também apontar os pontos baixos da obra, ao usar o contra-exemplo de Luzia em ação, Vellinho ressaltava a pertinência das outras personagens e tramas à representação do coletivo regional. Complementarmente, o trecho acima permite retomar a discussão da noção de evolução da história. O crítico assinalava novamente a idéia de uma história que se desenvolvia em etapas que obedeciam a uma evolução do primitivo ao complexo. Na ponta inicial desse processo, estava a formação da sociedade desde o contato dos europeus com o meio físico e com os outros grupos culturais. O tema da *formação da sociedade* ocupava, como se pode acompanhar desde a década de 1920, a atenção central do intelectual. Esse processo era invocado, nesse primeiro período da sua trajetória, em sua relação com a construção do autêntico, do caráter regional *afirmativo* e sua continuidade até os dias atuais. A obsessividade pelo tema da *formação* não era exclusiva de Moysés Vellinho. O próprio Veríssimo atingiu, segundo a sua própria avaliação, o ponto alto de sua obra literária em *O continente*. Além deles, representantes da

---

<sup>261</sup> *Idem*, p. 127.

geração precedente, como Rubens de Barcellos, também se dedicariam ao tema, e outros contemporâneos de Vellinho, como Guilhermino César.<sup>262</sup>

Entretanto, essa observação ganha vulto apenas se associada a uma outra: para os autores e críticos da geração de Vellinho, o tema foi muito mais importante que o da Revolução Farroupilha. É possível afirmar que o papel representado pelo “decênio glorioso” na década de 1930, quando se comemorou seu centenário, foi equivalente ao papel que o tema da *formação* desempenharia a partir dos anos 1940 até, pelo menos, os anos 1960. A mutação da preferência pelo tema da formação era parcialmente relacionada à comemoração das efemérides. Se o centenário da Revolução, em 1935, condicionara amplamente o debate historiográfico dos anos trinta, trazendo o tema para o centro das atenções, o redirecionamento dos interesses históricos para a *formação* pode estar relacionado às comemorações do bicentenário da fundação de Porto Alegre na década de 1940.<sup>263</sup> Contudo, tanto no primeiro, quanto no segundo caso, o uso do passado, a releitura da história passara a ter que solucionar outro problema: o da integração da história regional nos marcos da história nacional. Até aqui, Vellinho não explicitara essa preocupação em suas críticas literárias, mas, analisando os primeiros tomos da trilogia de Veríssimo, justamente aqueles que tinham como referente histórico a formação da sociedade, o crítico apontava mais um ponto favorável na obra: a sua contribuição para a integração do Rio Grande do Sul na história nacional:

*O tempo e o vento é importante não só pelo que representa como realização literária, mas particularmente, e sem trair as boas normas da ficção, como argumento de integração brasileira. É uma porção do enorme complexo nacional, das menos compreendidas, que através das páginas do livro ressurgem sob os aspectos mais vivos, mais humanos de sua formação, e cuja imagem entra a circular por todo o*

---

<sup>262</sup> BARCELLOS, Rubens. Op. Cit., 1960; CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970; ROSA, Othelo. “A formação do Rio Grande do Sul”. In: FUNDAMENTOS DA CULTURA RIO-GRANDENSE. 2ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da URGs, 1957, pp. 11-30. Alguns trabalhos de Guilhermino César sobre a literatura local também se voltaram para a sua *formação*: CESAR, G. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul*. 3 ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998 [1969] e CESAR, G. *História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Globo, 1956.

<sup>263</sup> Nessa época é que foi redefinida a data de fundação de Porto Alegre, antes considerada 1742, e depois corrigida para 1772. NEDEL, L. Op. Cit., 1999.

país suscitando aquela comunhão de pensamento nem sempre alcançada pela obra dos estadistas, historiadores ou sociólogos.<sup>264</sup>

A obra literária cumpria, assim, o seu papel mais importante: a fundamentação do pertencimento territorial regional e nacional. O *pressuposto nacional*, presente no discurso de Moysés Vellinho desde a década de 1920, a partir de então estaria relacionado à resolução do problema da integração da história regional no escopo da história nacional, mas pela via da narrativa de formação.

Apesar de Vellinho não ter criticado a segunda e a terceira partes da trilogia de Érico Veríssimo, a análise de sua estruturação narrativa, da construção dos personagens e do tratamento dado à história local permite seguir a problematização de várias questões levantadas pelo crítico desde seu início de carreira. A análise global de *O tempo e o vento* representa aqui a continuidade desse empreendimento de “saída do texto” de Vellinho, buscando uma abordagem intertextual, mesmo que direcionada prioritariamente ao paralelismo com a literatura de Érico Veríssimo. Espera-se, assim, reconstituir de forma mais ampla as concepções teóricas e ideológicas sobre a literatura e história que circulavam nessa intertextualidade.

*O retrato*, isoladamente tomado em relação ao restante da trilogia, pode ser lido como a narrativa e investigação acerca das causas da “decadência” moral de um dos protagonistas, Rodrigo Cambará, e da crescente desagregação da família protagonista.<sup>265</sup> A análise passa a ser milimétrica e sincrônica: é um retrato, um instantâneo de apenas cinco anos (entre 1910 e 1915), ao longo de dois volumes, com a função de investigar o movimento de decadência moral e ascensão política de Rodrigo. Dois movimentos contraditórios, complementares, simultâneos e entrelaçados. Essa *diminuição na escala* de análise e representação se presta a investigar não apenas o retrato de um indivíduo, mas também os fios que o interligam à

---

<sup>264</sup> VELLINHO, M. “*O tempo e o vento*”. *Op. Cit.*, 2001, p. 131.

<sup>265</sup> Essa é a posição de Sandra Pesavento em “A temporalidade da perda: leitura de *O retrato*, de Érico Veríssimo”. *Op. Cit.*, 2000 e CHAVES, F. L. *Op. Cit.*, 2001.



crescente desagregação de sua família – mais evidente em *O arquipélago* –, bem como o declínio dos caudilhos políticos sul-rio-grandenses, como Getúlio Vargas, cuja ascensão política seria concomitante a sua própria decadência moral e social e também à de Rodrigo Cambará.<sup>266</sup>

Ao final de *O retrato*, com a chegada de Floriano dos Estados Unidos, entra em cena a possibilidade de uma narrativa metalingüística que seria protagonizada por ele nos tomos seguintes.<sup>267</sup> Essa estratégia foi percebida por Zilberman como uma tentativa de solucionar o problema suscitado pela alteração de ritmo narrativo em *O retrato*, considerado por alguns críticos como o ponto baixo da trilogia.<sup>268</sup> Os problemas ficcionais e narrativos, segundo a autora, só seriam superados em *O arquipélago*, com a atuação desse *alter ego* de Veríssimo e a retomada de uma solução estética que dividiu e autonomizou a narrativa em três eixos diferenciados. Esse problema, aliás, tinha sido previsto por Vellinho em 1949:

Aguardemos agora o prosseguimento do romance-rio. Érico Veríssimo não tem nenhuma dúvida quanto às novas dificuldades com que vai arrostar, talvez mais perigosas que essas que acaba de vencer. O fascínio épico do passado rio-grandense, de que estão embebidos os melhores lances de *O tempo e o vento*, esbate-se à proporção que o drama histórico, no seu deslocamento cíclico, se aproxima dos dias

---

<sup>266</sup> Sobre a variação das escalas como forma de produção de sentido, Revel afirma: “A abordagem micro-histórica é profundamente diferente [da abordagem monográfica] em suas intenções e seus procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. Ou, para recorrer a um outro sistema de referências, mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável). Notemos desde já que a dimensão ‘micro’ não goza, nesse sentido, de nenhum privilégio especial. *É o princípio de variação que conta, não a escolha de uma escala em particular*”. REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, J. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, pp. 15-38. Ricouer tomou essa concepção de Revel para problematizar as estratégias utilizadas pelo historiador para produzir *explicação/compreensão*. RICOUER, P. *Op. Cit.*, 2000, pp. 267-277.

<sup>267</sup> Nos últimos parágrafos do último volume de *O arquipélago*, o leitor certifica-se de que Floriano é não apenas o *alter ego* de Veríssimo, mas de que as reflexões deste sobre a literatura – a narrativa metalingüística –, sobre a sua família e sobre a sociedade sul-rio-grandense serão o tema para a escrita do romance que ele pretendia escrever. A primeira frase do romance de Floriano é a mesma que inaugura e finaliza a trilogia: “Era uma noite fria de lua cheia. As estrelas cintilavam sobre a cidade de Santa Fé, que de tão quieta e deserta parecia um cemitério abandonado”.

<sup>268</sup> O próprio Veríssimo reforçava esse ponto de vista: “O retrato foi publicado em 1951. A despeito do prazer com que o escrevi, achei-o literariamente inferior a *O continente*. Para principiar, falta-lhe o elemento épico”. VERÍSSIMO, E. *Op. Cit.*, 1995, p. 306.

contemporâneos e começa a nos enredar a nós mesmos no seu processo. É natural que o horizonte propriamente histórico vá aos poucos se fechando para dar lugar a novas perspectivas. Surgirão aí as alternativas psicológicas, quando os personagens, mais chegados a nós, como que se desprendem da massa coletiva e passam a viver como em função de si mesmos. Outros problemas aparecerão, já em planos diversos, com novos desdobramentos.<sup>269</sup>

As memórias de Veríssimo não contêm nenhum registro que permita pensar que o romancista e o crítico tenham debatido esse assunto, embora as suas relações de amizade possam ter propiciado isso. Tendo ou não debatido o assunto, o importante é que os problemas que Veríssimo deveria enfrentar para construir a sua narrativa foram vistos de forma muito semelhante pelos dois. Isso, no mínimo, autoriza a pensar que havia questões estéticas e epistemológicas em comum sendo aí debatidas ou problematizadas pelos dois e, provavelmente, por outros de sua geração. Como representar a história de continuidade do Rio Grande do Sul desde a sua formação até os dias atuais? Essa forma de recortar o tema era mais característica do ensaio histórico-sociológico da época do que da historiografia, mais identificada com uma prática disciplinar especializada e científica.

A comparação entre as estruturas das três partes da trilogia em suas relações com os períodos históricos a que se referiam permite visualizar a solução diferenciada em *O retrato* como uma opção do escritor por uma alteração de escalas.<sup>270</sup> O escritor, seguindo a lógica da adequação entre estrutura narrativa e sociohistórica, buscava uma fórmula adequada para organizar a narrativa no ponto intermediário entre os tempos míticos de *O continente* e a sociedade modernizada e mais complexa que se formava desde os anos 1920 aos 1940 de *O arquipélago*.<sup>271</sup> A confluência entre as narrativas da história individual de Rodrigo Cambará, da história da família e da história política pode ter sido a solução adequada (ou possível) para dar conta de um período histórico conhecido pelo personalismo coronelista na política local e

---

<sup>269</sup> VELLINHO, M. “*O tempo e o vento*”. *Op. Cit.*, 2001, p. 131.

<sup>270</sup> Segundo Ricoeur, a variação de escalas na historiografia faz parte também dos recursos de que dispõe o historiador tanto para tematizar a constituição do laço social, quanto para investigar a mudança histórica. RICOEUR, Paul. *Op. Cit.*, 2000, p. 267-276.

<sup>271</sup> Não se trata aqui de julgar a qualidade literária de *O retrato*, da qual falam os críticos literários e o próprio autor. Mesmo que a segunda parte da trilogia tenha perdido em qualidades estéticas, isso não impede que haja uma “adequação estrutural” entre a narrativa e o período histórico narrado.

nacional. A biografia do indivíduo Rodrigo confunde-se com os rumos tomados pela família e pela política, conforme o modelo patriarcal e patrimonialista vigente, que tentava submeter os rumos da esfera pública às contingências da esfera privada. Ao período intermediário entre a queda da monarquia e a ascensão de uma sociedade moderna e urbanizada, caberia, então, uma narrativa centrada no chefe do clã, na personalidade magnética e carismática do caudilho que dominava os rumos da história.

*O arquipélago*, terceira parte da trilogia, segundo Maria da Glória Bordini, foi dividido em três eixos narrativos: um *ideológico*, um *histórico* e outro *literário*.<sup>272</sup> O modelo explicativo da autora parece o mais adequado para acompanhar um desdobramento ligado intimamente às relações entre as práticas literária e historiográfica no período de escrita de *O tempo e o vento*.

O *eixo histórico* ocupa-se com a articulação diacrônica dos eventos, nos quais os integrantes da família Terra-Cambará se envolvem nas rebeliões, revoluções e outros movimentos políticos desde a Revolução de 1923, passando pela Coluna Prestes e a Revolução de 1930:

O eixo histórico, além de mobilizar todos os chamados “heróis” da política de 1923 a 1945, ocupa-se caracteristicamente de revoluções e conspirações, nenhuma delas visando claramente o propalado “bem comum”. (...) Mesmo eventos como os de 23 e o da Coluna Prestes são apresentados tanto em suas cores míticas, provenientes do imaginário popular, quanto pela ótica crítica de Floriano, Stein e Eduardo, que desmitificam as motivações mais profundas desses movimentos libertários, dando-lhes como origem muito mais o entusiasmo apaixonado por uma causa nobre do que a consciência da natureza dessa causa e estratégias para lidar com ela.<sup>273</sup>

Já o *eixo ideológico* apresenta um recorte sincrônico, fixado no ano de 1945 e desenvolvido nos capítulos denominados “Reunião de Família”.<sup>274</sup> Nessas reuniões, se

---

<sup>272</sup> BORDINI, Maria da Glória. “O questionamento político em *O arquipélago*”. *Op. Cit.*, 2004, pp. 123-139.

<sup>273</sup> *Idem*, p. 130.

<sup>274</sup> A simultaneidade dos eixos diacrônico e sincrônico foi percebida anteriormente por Antônio Cândido em *O tempo e o vento* como a culminância de um projeto ensaiado por Veríssimo desde a década de 1930. Segundo

estabelecem discussões acerca dos problemas que a família Terra-Cambará enfrentava na atualidade do tempo narrado e também dos impasses políticos do contexto após a queda do Estado Novo. Veríssimo retomava aqui uma técnica já utilizada nas partes precedentes da trilogia: colocam-se em cena diversas avaliações sobre a situação política regional e nacional e diferentes propostas de solução dos impasses por cada um dos interlocutores das conversas em torno do leito do Dr. Rodrigo: engajadas e autoritárias (comunismo de Eduardo e Stein), anticomunistas e místicas (Igreja católica, através do irmão Toríbio), liberais (Roque Bandeira e Floriano), populista (Rodrigo Cambará) e conservadora (estancieiro-sociólogo Terêncio Prates). O *eixo ideológico* pode ser ainda subdividido em várias linhas de abordagem. Pode ser visto como uma narrativa do envolvimento da família protagonista nos principais acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais da região, articulados com a história do Brasil e relacionados aos principais eventos da história mundial. Aí se apresentavam, então, os indivíduos, a família, a cidade, a região, o país e o mundo. Atinge-se, em certos momentos, um questionamento que visa a temas universais, tais como a condição humana, a relação com o transcendente, a liberdade, etc.<sup>275</sup>

A função narrativa desses capítulos parece ser a de dar ao leitor a idéia de que a sociedade e a história podem ser compreendidas de diferentes formas, conforme os interesses de cada grupo social. Assim, eles cumpririam o papel de *desmitificar* algumas versões consolidadas acerca da história do Rio Grande do Sul, de seus heróis, de seus mitos. Essa operação é levada a cabo em *O arquipélago* através do confronto das versões tradicionais com outras idéias a respeito do mesmo tema, mas principalmente através dos comentários de Roque Bandeira e Floriano, que funcionam como “consciências esclarecidas e questionadoras”. Essa estratégia não é exclusiva da terceira parte da trilogia; também em *O*

---

Cândido, *O continente* é construído segundo uma projeção do eixo diacrônico sobre o sincrônico, “que faz a ação presente inserir-se na continuidade do tempo histórico”, enfocando o grupo mais que o indivíduo: “cada personagem é ele próprio, mas também um elo na história da família, enquanto esta, por sua vez, é um elo na história da província”. CÂNDIDO, Antônio. “Érico Veríssimo de trinta a setenta”. In: CHAVES, F. L. *Op. Cit.*, 1972, pp. 40-51. (citação, p. 41-42).

<sup>275</sup> Segundo Bordini: “Érico, portanto, convoca as doutrinas econômico-sociológicas, a psicanálise e algumas teorias filosóficas e teológicas para fundamentar, enquanto matéria, essas discussões ideológicas. Se o temário é vasto, abrangendo desde a ordem metafísica até a do latifúndio, os argumentos, extraídos de bibliografia tão extensa e importante, não adquirem jamais a feição de aulas. Discute-se a liberdade individual, e o compromisso histórico-social, a propriedade privada e a miséria brasileira e terceiro-mundista, um Deus ausente e uma humanidade prenhe de responsabilidades, mas no fundo todos esses temas se confundem numa grande explicação dualista, a dos interesses econômicos *versus* os interesses passionais”. BORDINI, Maria da Glória. “O questionamento político em *O arquipélago*”. *Op. Cit.*, 2004, p. 134-135.

*continente* e *O retrato* ocorrem situações de confronto de idéias examinadas à luz de um *raisonneur*.<sup>276</sup>

O *eixo literário* é eminentemente reflexivo e quase totalmente individualizado. Apresenta a lenta evolução de um projeto literário, psicológico e sociocultural. O indivíduo Floriano, escritor, liberal, urbano, cosmopolita, que expõe suas concepções políticas nos outros eixos narrativos a ponto de funcionar como uma consciência esclarecida nesse assunto, nesse outro eixo, tenta resolver os seus conflitos amorosos, com a família, mas também aqueles relacionados com a sua literatura.<sup>277</sup> As relações entre Floriano e seu pai representam, entre outras coisas, as relações do autor com uma certa visão do passado e algumas de suas propostas para o futuro. Érico/Floriano está seguro quanto à necessidade de uma mudança de rumos, mas ainda não consegue dar uma resolução adequada para encaminhá-la, como se pode verificar no impasse que se apresenta ao personagem em relação a sua literatura.

A resolução desse impasse encontra-se em “A encruzilhada”, capítulo final da trilogia que apresenta um entrecruzamento dos eixos narrativos e a resolução dos problemas colocados em cada um deles. O evento mais importante é o desenlace de antigas questões entre Floriano e seu pai: em uma conversa franca, são expostas e perdoadas as diferenças entre os dois. Assim, o personagem escritor estaria liberado para investir em uma nova relação *amorosa* com “sua gente”, em que suas opções não se restringiriam à submissão ou ao distanciamento, ou seja, a renúncia à liberdade individual ou o distanciamento emocional. Após aceitar os limites que a sociedade, a tradição e a história lhe apresentam, sem que isso signifique uma submissão servil aos modelos herdados, Floriano/Érico pode inventar uma literatura mais habilitada a fornecer novas possibilidades para os impasses da sociedade. Em um momento de incerteza – após a queda do estado autoritário –, de *encruzilhada* para toda a sociedade, Veríssimo apresentava a literatura como possibilidade de redenção, algo que parece estar em perfeita sintonia com as demandas de Vellinho, como se verá adiante.

---

<sup>276</sup> O termo *raisonneur* foi utilizado por Antônio Cândido para caracterizar o papel desses indivíduos que funcionam como “consciência esclarecida” ao longo do romance. Cândido aponta que esses personagens são “geralmente um escritor ou intelectual com força de debater”. CÂNDIDO, Antônio. *Op. Cit.*, 1972, p. 44.

<sup>277</sup> Segundo Cândido, o “Caderno de pauta simples” “é uma espécie de consciência dele [Floriano] e do seu grupo, e ali encontramos uma das mais completas expressões que o sentimento de culpa do intelectual não-participante encontrou na obra de Érico”. *Idem*, p. 45.

#### 2.4. A permanência e a degradação: de continente a arquipélago

A análise da estrutura global da trilogia aponta dois desenvolvimentos paralelos que se tornam mais visíveis no final da história como verdadeiros fundamentos para a construção de um sentido sociohistórico. A narrativa da urbanização, da modernização e intelectualização da sociedade é paralela à narrativa da degradação dos heróis caudilhescos, do latifúndio, da sociedade machista tradicional. Mas a perspectiva de degradação de uma forma de ser gaúcho, de uma parcela da sociedade, só é visível na abordagem da trilogia como um todo. Como ressaltava uma citação anterior de Flávio Loureiro Chaves, a leitura de *O continente*, isolada das demais partes da trilogia, não oferece a dimensão crítica da obra em sua totalidade.

A estrutura narrativa de *O arquipélago* deveria responder ao desafio de organizar e dar sentido a um novo tempo histórico e um novo espaço em vias de uma intensa urbanização. Já em *O retrato*, onde o autor representara a ação histórica e ficcional entre 1910 e 1915, o cenário que se colocava no capítulo inicial do primeiro volume era o de 1945, ano em que decorreria boa parte da ação de *O arquipélago*, sendo os demais capítulos narrados a seguir sob a forma de um retrospecto. Na primeira cena do capítulo inicial de *O retrato*, visualizava-se o forte contraste entre a sociedade rural do final do século XIX, tempo em que a narrativa do volume anterior fora interrompida, e o avanço da tecnologia e da urbanização nos anos 1940, quando um aeroplano sobrevoa a cidade de Santa Fé.<sup>278</sup> Não mais a imobilidade do tempo, em duzentos anos de uma história decorridos em meio à vastidão dos horizontes: o que emergia era o ritmo acelerado, característico da modernidade, e o progressivo distanciamento entre os homens e a natureza, que era sentido por parte de alguns personagens como um sinal de decadência.<sup>279</sup> Havia uma lógica que articulava os diferentes momentos da história em uma continuidade e que se aproximava das concepções de Moysés Vellinho: a evolução histórica era narrada como uma luta contra a paisagem. Dessa forma, não há ruptura da evolução

---

<sup>278</sup> A contraposição entre campo e cidade, “a presença concomitante de um Rio Grande rural e patriarcal com um Rio Grande urbano, burguês e pequeno burguês” em um diálogo constante na obra de Érico anterior a *O tempo e o vento* e, especificamente, em *O retrato* foi abordada em CHIAPPINI, Lígia. *Op. Cit.*, 2000, pp. 49-72 (citação da p. 50).

<sup>279</sup> É o caso de Babalo, sogro do Dr. Rodrigo Cambará e avô de Floriano, que deplorava os aviões e amava a vida simples do campo.

histórica, ainda mais que as características dos personagens serão perpetuadas nos seus descendentes; o que há é uma alteração drástica no ritmo de evolução da história.

O sobrevôo do avião com alterações de altitude, tal como ele aparecia na abertura de *O retrato*, tinha uma dupla função: figurar a modernização, a aceleração do ritmo da evolução histórica e a “perda de objetividade” do autor em relação ao próprio tempo histórico. A idéia de adequação entre forma e conteúdo, homologia entre estrutura narrativa e sociohistórica, presente desde o primeiro tomo da obra, fica mais evidente em sua intencionalidade quando se compara a cena inicial de *O retrato* com o uso da metáfora do avião em uma obra anterior do autor. Nessa obra de 1944, Veríssimo refletia sobre os problemas de narrar a história da literatura brasileira, comparando-os com o sobrevôo de um avião. A citação a seguir sintetiza uma série de elementos a respeito das estratégias narrativas do romancista, como os jogos de escala e a flutuação do ritmo narrativo:

Vamos supor que estamos num avião, voando alto sobre uma ilha. Vocês olham para baixo e podem ver a ilha em sua totalidade, com um formato definido, um contorno nítido. Vê-se o todo, sem captar os detalhes. Mas, se o avião perde altitude e se aproxima da ilha desaparece o panorama geral, porque a ilha se agiganta e percebe-se que o desenho de suas praias não é tão claro ou simples; que seu perfil não é feito de longas curvas graciosas e que, ao contrário, tem um padrão bastante complicado, o qual toma a forma de enseadas, cabos, baías, lagunas e assim por diante. (...)

A mesma coisa acontece quando se está escrevendo sobre a literatura de um país. Quando se fala dos séculos passados, tem-se o ponto de vista do homem do avião, olhando para baixo, de uma grande altitude, para a ilha. *O tempo é o seu melhor aliado e conselheiro*: já fez sua escolha confiável. *Aprendem-se os traços essenciais de cada período*; selecionam-se os autores certos e os livros certos – em suma, tem-se uma boa visão geral. Mas, quando tentamos estudar a literatura de nosso próprio tempo, falta uma boa perspectiva temporal, porque se está perto demais do assunto. Essa proximidade é muito arriscada, porque, por um desejo de precisão e justiça, presta-se uma atenção minuciosa ao talhe caprichoso dos contornos da ilha, dando-lhes uma importância que na maioria dos casos eles de fato não merecem.

Proponho-me, nos próximos capítulos, escrever sobre estes últimos vinte anos ou tanto da literatura brasileira. A coisa toda é muito difícil não só porque meu avião perdeu quase toda a altitude, mas porque, para falar com franqueza, estou agora dentro da ilha, como um de seus habitantes. Pertencço a ela, tenho ali meus amigos e inimigos; meus lugares preferidos, paisagens, florestas, jardins e céus, bem como

muitos pontos que abomino ou que me são indiferentes. Eis porque às vezes me sinto tão perdido nesse território. Minha bússola tem muito preconceito pessoal. E afinal de contas há tantos caminhos...<sup>280</sup>

As variações de escalas, conseqüentemente, foram utilizadas como instrumentos tanto para representar as mutações do processo histórico de longa duração, quanto para possibilitar a representação de um período em que o autor está imerso. A fim de evitar as deformações ocasionadas pelos preconceitos, o escritor, ao mesmo tempo em que narrava o passado recente, explicitava o lugar de onde falava, representava as condições de produção de sua representação. A avaliação quanto à dificuldade de objetivar o passado recente e o presente era comum aos historiadores da época, para quem, apenas após cinquenta anos é que algo se tornava objeto da história. Entretanto, a literatura permitia ou prescrevia o enfrentamento desse problema, que se apresentou plenamente em *O arquipélago*. A busca pela melhor forma para representar a história de continuidade do Rio Grande do Sul desde a sua formação até os dias atuais era uma das questões centrais e estava muito mais afinada com os problemas focalizados pelos ensaios histórico-sociológicos da época do que com a historiografia especializada e “científica” construída no IHGRS.<sup>281</sup>

Esse novo desafio, o romancista enfrentou com uma narrativa que explorava mais profundamente o nível psicológico e reflexivo dos personagens, abrangendo dimensões anteriormente não abordadas porque seriam inexistentes. A idéia de que não havia complexificação psicológica nos personagens que viveram os tempos heróicos e rudes da formação da sociedade já tinha sido objeto das considerações de Moysés Vellinho, justamente na crítica à obra de Veríssimo, antes da escrita da publicação de *O continente*. Como visto, o crítico considerava heróica a tarefa de suprir com “a própria substância” o que os romancistas não encontravam na sociedade representada.

---

<sup>280</sup> VERÍSSIMO, Érico. *Breve história da literatura brasileira*. São Paulo: Globo, 1995 [1945]. Tradução: Maria da Glória Bordini, p. 97-98, grifo meu. Essa história da literatura resultou do conjunto das conferências de Veríssimo na Universidade da Califórnia em Berkeley, Estados Unidos, publicadas em inglês em 1944, tendo sido traduzidas e publicadas em português apenas em 1995.

<sup>281</sup> Enquanto *Casa grande e senzala* e *Raízes do Brasil* buscavam investigar a genealogia da forma de ser brasileiro desde os tempos coloniais até a atualidade de sua escrita, nos anos trinta, os historiadores ligados ao IHGRS tinham uma metodologia de trabalho prescrita nos estatutos da instituição, de 1921, que limitava cronologicamente as suas pesquisas a cinquenta anos antes do presente como garantia da cientificidade da história. ALMEIDA, Marlene Medáglio. *Op. Cit.*, 1983, p. 157.



A leitura da crítica de Vellinho a Veríssimo em 1944 faz parecer que o romancista buscava justamente solucionar o problema estético percebido pelo crítico, algo que se impunha à literatura brasileira como desafio ao reconhecimento de um grupo de escritores que lutavam por se afirmarem como tais. Reaparece novamente, “fora” do texto de Vellinho, a mesma questão por ele pensada: como escrever literatura em uma terra “sem cultura”, sem densidade psicológica? A proposição de uma convergência de preocupações entre romancista e crítico parece mais legítima quando se examinam as reflexões dos personagens Floriano e Roque Bandeira, em *O arquipélago*, a respeito do mesmo problema. Bandeira diz a Floriano que seus personagens não tinham personalidade e que era necessário enraizá-los em seu meio para que se tornassem universais: “É uma idiotice a gente sair pelo mundo em busca do pássaro azul quando ele está mesmo no nosso quintal”. Floriano responde: “Mas o curioso, Roque, é que quando estamos em casa vemos nosso pássaro azul apenas como uma pobre galinha magra e arrepiada”. Bandeira replica que “é também possível escrever grandes páginas sobre galinhas magras, arrepiadas e cinzentas. *O importante é que os bichos sejam autênticos*”.<sup>282</sup> Essa questão já não pode ser considerada episódica; mais do que isso, ela aparece como fundamental para as definições do papel do intelectual e da literatura no Brasil e na “província”. A formulação dada à questão pelo *alter ego* de Veríssimo permite compreender também o significado de *O tempo e o vento* na carreira do romancista: uma inflexão na sua tendência a escrever somente sobre contextos urbanos, projetando na ficção uma Porto Alegre do futuro.

Voltando às relações entre a estrutura da narrativa e as concepções históricas de Veríssimo, verifica-se que a trilogia, tomada como um todo, revela o quadro de uma lenta *degradação* da família Terra-Cambará, bem como da sociedade regional, construído desde a formação, os tempos heróicos, e chegando até o momento crítico de meados dos anos 1940. Um dos indícios dessa tendência, como visto, é a lenta aproximação e identificação entre a trajetória da família e a da política de Santa Fé e do Rio Grande do Sul, conforme se verifica desde *O continente* até *O arquipélago*, acompanhando-se a relação entre os protagonistas e os

---

<sup>282</sup> VERÍSSIMO, E. *O arquipélago*, vol. 1, *Op. Cit.*, 2005, p. 81-82, grifo meu.

personagens históricos. A trajetória da degradação, segundo Chaves, seria resultado de uma operação crítica revelada na trilogia, através do personagem Floriano, e levada a cabo por meio de uma estrutura cíclica. Assim, a estruturação do enredo revelaria uma noção cíclica da história, organizada em círculos concêntricos, característica de um acento pessimista em relação ao seu curso, que desautorizaria as interpretações que consideram a trilogia uma epopéia.<sup>283</sup> As histórias da família Terra-Cambará e da sociedade sul-rio-grandense, de fato, podem ser vistas como uma trajetória de decadência, mas esse não foi o único sentido representado nessa reconstrução ficcional da história regional.

Retomando, primeiramente, os parágrafos finais de *O resto é silêncio*, reconhecidos como paradigmáticos para compreender as concepções históricas e sociais de Veríssimo, pode-se duvidar que a posição do escritor em relação aos vínculos entre passado e presente seja totalmente pessimista. Para Tônio Santiago, de *O resto é silêncio* (Veríssimo, versão 1943), a constatação da ruína do presente tinha uma origem histórica, mas as possibilidades de resolução dos impasses da atualidade também se encontravam no passado. Nas páginas finais de *O resto é silêncio*, Tônio Santiago/Veríssimo observava a variedade de “tipos humanos” presentes na platéia do Teatro São Pedro em um capítulo que – à semelhança de “A encruzilhada”, de *O arquipélago* – finaliza o romance apresentando o entrecruzamento de narrativas simultâneas. Nesse momento, esse *alter ego* de Érico pensa nos acontecimentos da história regional que seriam contemporâneos à composição da sinfonia que assiste (século XVIII). Assim, constatando a decadência de alguns setores da sociedade local, o personagem pensava:

Muitas vezes, nas suas horas de ceticismo, Tônio sentira-se inclinado a dizer que sua geração havia herdado dos antepassados apenas retratos de generais e estâncias hipotecadas. Mas, não! Era uma afirmativa falsa, além de literária. Os retratos de generais valiam como

---

<sup>283</sup> “Volto a insistir no fato de que *O tempo e o vento* possui uma estrutura concêntrica, que mantém o mesmo modelo realista definitivamente firmado em *O resto é silêncio* – o esfacelamento duma família é a projeção da ruína moral da sociedade burguesa; a crônica histórica que nomeia esta sociedade, reconstituindo suas origens e denunciando o seu desastre no Brasil contemporâneo, por sua vez, amplia-se no registro da reificação do mundo atual, cifrada na oposição entre o mito de Ana Terra e o falso mito do Estado Totalitário; por fim, a falência do ‘humano’ leva a questionar o próprio sentido do progresso histórico. No centro destes ‘círculos’ – que se ampliam da simples crônica ao debate ideológico – o tema central permanece, mantendo a coerência da investigação e a problemática obsessivamente desenvolvida sob diversos ângulos; o indivíduo e o exercício da liberdade como a sua condição existencial irredutível”. CHAVES, F. L. *Op. Cit.*, 2001, p. 110-111.

História. A hipoteca das estâncias podia ter um sentido social, pois talvez significasse o princípio do fim do latifúndio.<sup>284</sup>

Apesar de manifestar uma avaliação “pessimista” em relação à história, Tônio Santiago já pensava em retomar o passado para compreender como essa mesma sociedade decadente em alguns sentidos poderia ter produzido também as possibilidades de regeneração futura. Releitura da memória relacionada a um horizonte de expectativa “afirmativo”, para utilizar os termos de Moysés Vellinho: “Quantos milhares de homens tinham lutado, sofrido e morrido para manter as fronteiras da pátria? Que soma de sacrifício, de fé, esperança e coragem havia sido necessária para que o Brasil continuasse como território e como nação?”.<sup>285</sup> Adiante, crescia o clima de otimismo: “E deste estofo – concluía Tônio – era feito o Brasil. Ele acreditava no futuro de sua terra e de sua gente. Estava serenamente certo de que algo de belo e grandioso se encontrava ainda pela frente”.<sup>286</sup> Essa também pode ter sido a perspectiva de Floriano (Veríssimo, versão 1960), quando escrevia a primeira frase do seu romance (*O tempo e o vento*), acreditando, tanto quanto Tônio, na possibilidade de uma reconciliação com o passado através da construção de uma versão da história mais adequada à resolução dos impasses do presente.

A reinterpretação da experiência histórica regional seguindo uma linha de continuidade tramada pela evolução de uma miscigenação entre as diferentes etnias, raças e culturas convergia com a demanda de Vellinho desde 1925 e equivalia à elaboração de uma *memória obrigada* a sustentar uma expectativa otimista.<sup>287</sup> Nesse particular, Vellinho se encontrava nos anos 1940 às voltas com uma reformulação desse preceito teórico, como visto, aderindo ao uso de concepções freirianas que prescreviam a substituição do conceito de raça pelo de cultura. A história de continuidade da região, que era pensada como a reação do homem ao meio, à paisagem, não altera muito seu sentido, sendo adicionada a esse processo a perspectiva dos contatos entre os grupos sociais e o processo de miscigenação. A visão da

---

<sup>284</sup> VERÍSSIMO, E. *Op. Cit.*, 1997, p. 401-402.

<sup>285</sup> *Idem*, p. 402.

<sup>286</sup> *Idem*, p. 403.

<sup>287</sup> Conforme a noção de “dever de memória” discutida em: RICOUER, P. *Op. Cit.*, 2000, pp. 105-111.

história regional em Veríssimo, também sob essa ótica, estava enquadrada na mesma lógica que a de Vellinho.

Outras objeções podem ser levantadas à caracterização de uma concepção unicamente pessimista do processo global da história em Veríssimo – pelo menos como aparece em *O tempo e o vento* e *O resto é silêncio*. Paralelamente à história de degradação, o autor construiu também a da permanência de valores positivos. Observou-se já o desenvolvimento simultâneo, ao longo de toda a trilogia, de forças “verticais” de preservação e continuidade – representadas, sobretudo, pelas personagens femininas – e de forças “horizontais” de violência e destruição – representadas pelos personagens masculinos. Os paradigmas dessas forças opostas seriam representados pelas figuras de Ana Terra e do Capitão Rodrigo, segundo o próprio Veríssimo.<sup>288</sup> A garantia da conservação da família Terra-Cambará seria dada pela força perseverante das mulheres, que criavam os filhos enquanto esperavam seus homens voltarem dos campos de batalha. O Capitão Rodrigo Cambará representaria o macho guerreiro, impulsivo, heróico, violento, idealista e mulherengo e forneceria uma série de características preservadas na maioria de seus descendentes do sexo masculino. Ana Terra seria paradigmática quanto à personificação das mulheres fortes do romance, não só as suas descendentes, como também outras que se agregariam à família e que incorporariam uma série de qualidades indispensáveis para garantir a continuidade da família: gerar e/ou criar filhos, saber esperar e saber resignar-se com as perdas. Para tal, dispunham de características importantes: senso prático, teimosia de viver, ausência de idealizações e uma preocupação com o que é cotidiano e palpável. Representavam, desse modo, o solo firme que nutria e sustentava as árvores (Cambará) da família ou, no dizer de Floriano, “elas eram o chão firme que os heróis pisavam”.<sup>289</sup>

Moysés Vellinho associava a discussão das personagens femininas de Érico com outra de suas preocupações anteriores: a definição do caráter do coletivo regional como heróico:

Propondo-nos a versão cotidiana, o dia-a-dia da nossa tradição guerreira, Érico Veríssimo descobriu o que até aqui a literatura rio-grandense parecia ignorar: o *heroísmo* calado das mulheres, aquelas

---

<sup>288</sup> CHAVES, F. L. *Op. Cit.*, 2001, p. 94-95.

<sup>289</sup> *Apud* CHAVES, F. L. *Op. Cit.*, 2001, p. 102.

mulheres de sólidas virtudes, cuja honestidade tinha raízes mais fundas do que as tem um simples cacoete, como gratuitamente sugere o autor.<sup>290</sup>

O heroísmo, como carácter regional, ganhava o reforço inesperado de se estender a uma população mais ampla do que a anteriormente imaginada. A abordagem de Veríssimo apropriava-se à representação do coletivo regional.

A simultaneidade entre as forças verticais e horizontais pode representar, na narrativa de Veríssimo, tanto os aspectos negativos associados à decadência dos caudilhos, quanto os aspectos que Veríssimo considerava positivos no desenvolvimento histórico da sociedade sulina: urbanização, modernização, democratização e intelectualização.<sup>291</sup> Assim, a interpretação da concepção histórica do romancista como unilateralmente pessimista perde força ante a perspectiva da simultaneidade entre a decadência e a possibilidade de regeneração. Se a geração dos caudilhos estava em decadência, assim como o código de honra do gaúcho mitológico, paralelamente a esse processo, a urbanização, a modernização e a intelectualização da sociedade forneciam o contraponto positivo e apresentavam as possibilidades de reconciliação com o passado. Assim, o protótipo do Capitão Rodrigo servia como exemplo de um heroísmo datado – servia somente ao século XIX, e não mais ao presente da escrita, décadas de 1940 a 1960 –, mas não era o único patrimônio genético de que dispunham os descendentes de Ana Terra.

Era em Floriano Cambará, o homem que representava a antítese dos heróis guerreiros, que estariam depositadas as possibilidades de reagregação da família e da sociedade através da reelaboração da leitura de seu passado.<sup>292</sup> Assim, a estrutura circular que a obra apresenta

---

<sup>290</sup> VELLINHO, M. “*O tempo e o vento*”. *Op. Cit.*, 2001, p. 125.

<sup>291</sup> Érico escreveu o último volume de *O tempo e o vento* na década de 1960 e o publicou antes ainda do golpe de 1964. Esse fato reforça o argumento de que o autor poderia estar buscando a reconciliação com o passado de forma otimista quanto às possibilidades de uma sociedade mais justa no seu presente.

<sup>292</sup> Além de Floriano, também Tônio Santiago, de *O resto é silêncio*, Leonardo Gris de *O senhor embaixador* e Martim Francisco Terra, de *Incidente em Antares*, associavam elementos de heróis e escritores, embora dos

no todo, explicitada na coincidência entre as frases inicial e final da trilogia, não representaria uma proposta de volta à sociedade do passado, aos tempos paradisíacos. Como diz Zilberman, o “leitor já não é o mesmo, pois o escritor também mudou: não é mais o narrador anônimo, mas o familiar Floriano, e seu texto não é mais um mito de origem, mas a versão ficcional do passado sul-rio-grandense e do percurso de sua família”.<sup>293</sup> Finalmente, a articulação entre a estrutura de *O tempo e o vento* e a operação de *desmitificação* mostra uma idéia subjacente de que era a prática intelectual, em especial a da literatura, desengajada dos partidos políticos e da religião, tal como propunha Floriano, que podia fornecer a chave para os impasses político-sociais do período pós Estado Novo (e pós-guerra).<sup>294</sup>

Em suma, a elaboração de uma narrativa adequada a cada período, associada a um movimento de degradação e desagregação simultâneo a outro de permanência, de continuidade, de modernização e intelectualização, que perpassam toda a trilogia, finalizada em forma circular, podem representar tanto um enredo de características “trágicas” quanto “cômicas”, pois apresentam a possibilidade de reconciliação entre os homens e a sociedade, a despeito de sua trajetória acidentada.<sup>295</sup> A respeito disso, o próprio Veríssimo, em suas memórias, ao caracterizar o período histórico em que se desenvolve a ação de *O retrato*,

---

primeiros *alter-ego* até o último tivesse havido um distanciamento progressivo das personagens em relação à personalidade de Veríssimo. LIMA e SILVA, Márcia Ivana. *Op. Cit.*, 2000, p. 112-118.

<sup>293</sup> ZILBERMAN, Regina. “História, mito e literatura”, *Op. Cit.*, 2004, p 48.

<sup>294</sup> Quanto à atitude de Veríssimo em relação à história, Cândido inclui seu último romance, *Incidente em Antares*, na cadeia completa da obra do autor, que representaria uma atitude de “engajamento desencantado e firme” ao longo dos seus quarenta anos de literatura, completados em 1972. CÂNDIDO, A. *Op. Cit.*, 1972, p. 51. Em reforço a essa argumentação, destaca-se, primeiramente, que o “desengajamento” da literatura de que se fala é o *partidário*, mas não o político e social, ao qual se refere Cândido. Em segundo lugar, o desencantamento referido pelo crítico diz respeito muito mais à coincidência entre as situações políticas discricionárias vividas na década de 1930 e na de 1970, momento da escrita da crítica, do que ao momento de escrita de *O tempo e o vento*, conforme assinalado anteriormente, todo desenvolvido entre 1947 e 1961, durante o período da “redemocratização” do país. Mesmo assim, ainda contestando a caracterização de uma atitude unilateralmente pessimista do romancista, pode-se lembrar que o contexto da escrita de *O resto é silêncio* não poderia ser mais sombrio para o autor, – Estado Novo no Brasil e Segunda Guerra Mundial na Europa; entretanto, a atitude de seu *alter ego*, Tônio Santiago, a despeito de tudo, não era de desencanto.

<sup>295</sup> “A comédia e a tragédia, porém, sugerem a possibilidade de libertação, ao menos parcial, da condição da Queda, e de alívio provisório do estado dividido em que os homens se acham neste mundo. Mas essas vitórias provisórias são concebidas dessemelhantemente nos arquétipos míticos de que as estruturas de enredo da comédia e da tragédia são formas sublimadas. Na comédia, a esperança do temporário triunfo do homem sobre seu mundo é oferecida pela perspectiva de *reconciliações* ocasionais das forças em jogo nos mundos social e natural”. WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Trad. José Laurênio de Melo. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 24.

fornece um indício dos elementos positivos que persistem de uma ponta a outra da narrativa e propiciam as chances de reconciliação e construção de uma nova identidade:

O novo Rodrigo, que dali por diante seria a personagem central da estória e, por assim dizer, o porta-estandarte de seu clã, devia representar um largo passo dos Cambarás rumo de sua urbanização e também o princípio da intelectualização dessa família, que, tendo por um de seus lados começado em 1745 com uma índia que trazia no ventre um filho de pai desconhecido, haveria de produzir um dia o escritor Floriano Cambará.<sup>296</sup>

## 2.5. A origem da literatura no Rio Grande do Sul

De uma ponta a outra, o lado favorável do processo histórico entre 1745 e 1945 foi o nascimento do elemento “antimachista”<sup>297</sup>, urbano e intelectualizado. De uma ponta a outra, o contraponto positivo da decadência dos caudilhos e do latifúndio foi o final dos tempos de guerra e o nascimento de uma atividade própria do contexto urbano, moderno e intelectualizado: a literatura. A inserção da origem da literatura nesse processo de longo curso, associando remotas origens indígenas à vocação para criar histórias é mais evidente quando se observam alguns trechos de *O tempo e o vento* ao lado de outros textos de Veríssimo. Na trilogia, no primeiro capítulo de *O continente*, o autor articula uma oposição entre “mundo real” e “fantasia”, exemplificada na observação de um dos padres da Missão Jesuítica sobre o comportamento dos índios: “Padre Antônio estava fascinado. Os índios tinham uma imaginação tão viva que às vezes lhes era difícil separar o *mundo real* do mundo de sua *fantasia*”.<sup>298</sup> Toda a construção do personagem Pedro Missioneiro, o homem do “casal

---

<sup>296</sup> VERÍSSIMO, Érico. *Solo de clarineta: memórias II. Op. Cit.*, p. 303.

<sup>297</sup> O termo “antimachista” foi utilizado por Tristão de Athaíde. ATHAYDE, T. “Érico Veríssimo e o antimachismo”. *Op. Cit.*, 1972.

<sup>298</sup> VERÍSSIMO, E. *O Continente*. Vol 1. *Op. Cit.*, 2005, p. 50, grifos meus. Há interessantes estudos sobre as relações entre a literatura infantil de Veríssimo, em especial os livros centrados no personagem Tibicuera, e as questões históricas das décadas de 1920 e 1930, incluindo a miscigenação e o papel do indígena na formação social brasileira, que não será possível discutir nos limites deste trabalho. Ver, por exemplo: RIBEIRO, Maria

primordial”, com suas aventuras desde a infância e adolescência, está associada ao gosto pelas palavras e à invenção de histórias fantásticas que logravam credibilidade dentre os indígenas. Pedro era órfão, sua mãe morrera ao lhe dar à luz, e ele tornou-se muito chegado ao padre Alonzo, desempenhando, inclusive, o papel de sacristão. Gostava de brincar mentalmente com as palavras da liturgia, dentre as quais, algumas em latim e a misteriosa expressão *Rosa mística*:

Com o passar do tempo foi descobrindo outras palavras mágicas. *Lavabo* passou a significar água; e sempre que chovia ele exclamava para si mesmo: *Lavabo! Lavabo!* Mas a grande descoberta que trouxe para a sua vida uma secreta alegria e mais um mistério ocorreu quando ele rezava com outros meninos a Ladainha de Nossa Senhora. (...) Pedro esqueceu a ladainha. Seus lábios não conseguiam pronunciar o *ora pro nobis*. Rosa mística... Estas palavras lhe ficaram soando na memória com uma doçura de música. Rosa mística. Ele as repetia baixinho. Como era bonito! Rosa mística. Mas que queria dizer? Sabia o que era rosa. Havia rosas brancas, vermelhas, amarelas... Mas que seria *Rosa mística*? Pensou em perguntar ao cura ou a Padre Alonzo. Mas um temor secreto impediu-o disso. Ficou acariciando a palavra, guardando-a como um segredo, como um pecado. Rosa mística. Tornou a pensar nela na cama. Dormiu com ela. Na aula de música, no dia seguinte, enquanto tocava órgão, as palavras seguiram em sua mente a linha duma cantata. Rosa mística. Na aula de doutrina quase se ergueu para perguntar: “Padre, o que é rosa mística?” Mas não teve coragem. E um dia olhando a igreja na hora em que o primeiro sol da manhã lhe incendiava as paredes, murmurou: “Rosa mística”. E daí por diante, sempre que uma impressão de beleza o feria, sempre que alguma coisa lhe dava prazer, ele murmurava: “Rosa mística”. Se uma laranja era doce, Pedro pensava: “Rosa mística”. “Rosa mística” dizia também para as músicas que amava, para as nuvens, para as aves, para a água, para os peixes.<sup>299</sup>

Desse devaneio em diante, Pedro constrói uma versão fantasiosa de um contato seu com sua mãe morta que, na verdade, era a *Rosa mística*, Nossa Senhora. Depois disso,

---

Aparecida. “Érico Veríssimo e a história como ficção”. In: BORDINI, M. G. *Caderno de pauta simples*. Op. Cit., 2005, pp. 277-300; GOMES, Ângela de Castro. *As aventuras de Tibicuera*: literatura infantil, história do Brasil e política cultural na Era Vargas. *Revista da USP*, São Paulo, n. 59, 2003, pp. 116-133.

<sup>299</sup> VERÍSSIMO, E. *O Continente*. Vol 1. Op. Cit., 2005, p. 66-67.



Veríssimo narra a vagarosa construção da lenda do Lunar de Sepé, que teria sido protagonizada pela leitura fantástica que esse personagem teria feito dos eventos traumáticos da Guerra Guaranítica. Esses episódios não constroem apenas uma versão racionalizante para o nascimento de lendas conhecidas do folclore sulino, que busca investigar o processo de construção de um mito.<sup>300</sup> Há outro processo associado a esse, onipresente do início ao fim da trilogia, que é a representação das relações entre a formação da sociedade e a origem da Literatura. A imaginação fértil dos indígenas – a de Pedro Missioneiro, habitante das Missões Jesuíticas do Rio Grande do Sul de 1745 – e sua tendência à mitificação permaneceriam ao longo de gerações até assumir a forma de uma vocação literária em Floriano Terra-Cambará, em 1945. Essa proposição é mais bem sustentada pela referência a outros dois textos do autor, *Breve história da literatura brasileira* e *Solo de Clarineta: memórias I*, onde se encontra explicitamente a associação entre imaginação fértil dos índios e vocação literária.

No primeiro exemplo, ao narrar a história da literatura brasileira, o autor insere surpreendentemente as lendas indígenas dentre os textos fundadores, elogiando sua beleza poética – “cor e beleza poética nós encontramos é nas lendas indígenas” – e comentando a capacidade poderosa da imaginação indígena – “a imaginação dos nativos povoou a mata com muitos duendes e demônios”.<sup>301</sup> A segunda referência ao assunto encontra-se na descrição que o autor faz de si mesmo como um bugre ao lado de sua tendência ao devaneio: “menino um tanto apático, cara e olhos duma melancolia de *bugre*, eu vivia mais no mundo da *imaginação* que no da *realidade*”.<sup>302</sup> Essa imaginação exacerbada na infância permanecia e se manifestava na vida adulta do escritor nos momentos que precediam a criação de um romance:

E então, como acontece sempre que o trabalho num romance me empolga, comecei a arder numa espécie de febre que me tornava alternadamente exaltado e deprimido. Passei a viver em dois mundos, o real e o imaginário. Minha mulher, que por essa época aprendera já a

---

<sup>300</sup> A Moraes, pareceu que Érico Veríssimo buscava uma explicação racional da origem de certas lendas: “Que se dirá da tentativa romanesca, embora tão engenhosa, de explicar as origens da lenda de Sepé, racionalizando-a, portanto? A lenda é muito mais bela relegada à misteriosa indeterminação do seu nascedouro. E não será tarefa um tanto ingrata depois de Simões Lopes, que lhes deu feição universal, recontar as lendas da Salamanca e do Negrinho do Pastoreio?” MORAES, Carlos Dante de. *Érico Veríssimo e a tradição rio-grandense*. *Op. Cit.*, 1953, p. 151.

<sup>301</sup> VERÍSSIMO, E. *Breve história da literatura brasileira*. *Op. Cit.*, 1995, p. 24-25.

<sup>302</sup> VERÍSSIMO, E. *Solo de Clarineta: memórias I*. *Op. Cit.*, 1995, p. 36.

ler meus pensamentos e sentimentos como num livro aberto de tipo graúdo, compreendeu tudo e resignou-se a agüentar uma larga temporada em que teria de viver com os meus silêncios melancólicos de *bugre*, as minhas distrações e “ausências” e, mais ainda, todos os meus males psicossomáticos, em geral de natureza epigástrica. Mafalda era já uma especialista nessa doença que bem se poderia chamar de “síndrome do romancista grávido”.<sup>303</sup>

O primeiro elo da família Terra Cambará, Pedro Missioneiro, dessa forma, inaugurava não só a sua genealogia, mas também a do escritor e a de sua literatura, unindo em suas extremidades a imaginação dos indígenas e a prática literária profissional de Érico Veríssimo.

A representação da prática intelectual e literária como resultado de um longo processo histórico, desde os tempos heróicos e rudes da formação da sociedade sul-rio-grandense, passando pelos tempos de modernização e intelectualização da sociedade, não é exclusiva de Érico Veríssimo. Ela faz parte do processo de construção de uma identidade intelectual ligada intimamente à construção do caráter regional do brasileiro sul-rio-grandense. Essa noção encontra um ponto de contato, novamente, com as demandas de Moysés Vellinho à literatura na década de 1940. O crítico lembrava que a sociedade sul-rio-grandense vivia tempos pacíficos que propiciavam atividades impossibilitadas nos tempos de guerras. O gaúcho não deveria ser considerado apenas como o herói guerreiro e campeão dos tempos mais recuados. Era necessário estabelecer uma continuidade entre o heroísmo dos primeiros habitantes, dos guerreiros com a identidade do intelectual da província. Era necessário representar a identidade intelectual submetida ao imperativo do pertencimento territorial. É dessa forma que a transformação do guerreiro em escritor é vista como sinal da combatividade compartilhada pelo coletivo regional e herdada dos tempos primitivos:

Teriam, por isso, entrado em declínio suas reservas de combatividade?  
Essa combatividade, tão impetuosa nas suas manifestações primitivas,  
as circunstâncias encarregariam de moldá-la proveitosamente aos

---

<sup>303</sup> *Idem*, p. 292, grifo meu. A autodescrição do autor como um bugre, ou descendente de índios, é recorrente. Ao descrever-se no prefácio de suas memórias, Érico destaca os olhos escuros e melancólicos que herdou da mãe e a pele morena, que “talvez tenha me vindo de algum remoto antepassado índio ou mouro”. *Ibidem*, prefácio. Ao descrever sua avó materna, o escritor diz que sua avó tinha uma pele trigueira, com feições que lembravam a de uma índia. (*Idem*, p. 29). Seu tio, Tancredo, era “indiático” (*Idem*, p. 31).

novos imperativos da evolução, convertendo os arremessos de antanho, já agora sem alvo, em atividades pacíficas e construtivas.<sup>304</sup>

A decadência de um tipo social propiciava a emergência de um novo. O que se destaca é a defesa de uma nova identidade para o gaúcho – a de intelectual – e a associação dessa identidade, dessa vez, com a herança européia e lusitana:

O Brasil prolonga-se no Rio Grande do Sul, e nele se revê, graças à ação aglutinadora da tradição local. O estrangeiro que aqui se estabeleceu defrontou-se com um estado de consciência política vigorosamente definido – (não nos esqueçamos de que em seguida à chegada das primeiras levas de imigrantes, a Província estava madura para rebelar-se contra o Império em nome do ideal republicano-federativo e suportar o peso de uma luta que durou dez anos!) – e tanto o envolveu o espírito do novo meio que, se mais tarde *seus descendentes trocaram a enxada do lavrador ou os instrumentos do artesão pela pena do poeta, do escritor ou do jornalista*, foi sempre, ou quase sempre, para descobrir uma perfeita comunhão espiritual com seus irmãos de ascendência *lusitana*.<sup>305</sup>

Entretanto, se o objetivo do escritor é o mesmo do crítico – construir um espaço para o sul-rio-grandense no meio intelectual brasileiro –, as suas estratégias não são de todo convergentes. Enquanto Vellinho busca a associação entre intelectual/literatura e etnia européia e lusitana, Veríssimo associa a imaginação indígena à vocação literária. Mas as diferenças de estratégias não parecem ser significantes a ponto de se pensar em uma oposição frontal entre um e outro. Pelo contrário, à exceção da proposição das remotas origens indígenas para a literatura, Veríssimo converge em muitos pontos com a construção identitária conhecida como “lusitanista”, inclusive pela articulação de *estratégias narrativas* destinadas à luta política pela construção da identidade *intelectual*.

---

<sup>304</sup> VELLINHO, Moysés. “Alcides Maya: a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento”. *Op. Cit.*, 2001, p. 86-87.

<sup>305</sup> *Idem*, p. 89, grifo meu.

Por outro lado, Veríssimo recusava a perspectiva do heroísmo como fundamento de continuidade da história local. O heroísmo do Capitão Rodrigo era datado e até mesmo criticado pela associação de sua índole guerreira com um *ethos* masculino para o qual a batalha, a violência, podiam representar momentos de diversão. Mesmo assim, foi em *O arquipélago*, apenas nos anos 1960, que Veríssimo elaborou explicitamente a sua recusa a associar a identidade intelectual com o heroísmo. Talvez o caráter regional fosse mais bem compreendido na perspectiva do romancista, substituindo-se heroísmo por coragem, essa qualidade revelada em todos os homens e mulheres do romance, até mesmo no pacífico Floriano no episódio da morte de Toríblio Cambará.<sup>306</sup> No “acerto de contas” entre Floriano e seu pai, o escritor faz questão de dar uma explicação intelectualizada e psicanalítica para esse ato, que poderia ser interpretado como heróico à moda da tradição. Rodrigo prefere a versão heróica: “Não sei se aceito a tua interpretação. Por que complicar as coisas?”. Floriano responde: “E por que simplificá-las? *Não sou nenhum herói*. Disso tenho certeza”.<sup>307</sup> Assim, a nova versão da história (e da literatura) deveria contemplar um mecanismo de autodesmitificação, conforme sugere Luís Fernando Veríssimo ao avaliar a proposta literária de *O tempo e o vento*: “É o único exemplo que eu conheço da literatura mundial de uma obra que se dobra sobre si mesma, se olha e se desmistifica [*sic*] enquanto está sendo feita”.<sup>308</sup>

Sob essa ótica, pode-se recolocar a questão da convergência de objetivos entre a literatura e a história: estaria ela submetida ao signo comum da *desmitificação*? Retoma-se

---

<sup>306</sup> Floriano, que não conseguira matar o homem que ameaçava atirar no seu pai durante os combates travados em Santa Fé na Revolução de 30, enfrentaria posteriormente um bandido que tentava matar seu tio em uma briga no capítulo intitulado “Noite de Ano Bom”. VERÍSSIMO, E. *O arquipélago*. v.3 *Op. Cit.*, 2005, pp. 260-266.

<sup>307</sup> VERÍSSIMO, E. *O arquipélago*. v.3. *Op. Cit.*, 2005, p. 412.

<sup>308</sup> VERÍSSIMO, Luís Fernando. “Érico Veríssimo, um escritor de vanguarda?”. In: \_\_\_\_GONÇALVES, R. *Op. Cit.*, 2000, pp. 21-23 (citação da p. 22). Uma operação semelhante de autodesmitificação teria sido empreendida também por Érico Veríssimo na escrita de *Incidente em Antares*. Segundo Márcia Ivana, nesta obra, a operação de desmitificação de *O tempo e o vento* teria sido empreendida através da elaboração de uma paródia da trilogia, como se verifica através da identificação de certos recursos utilizados pelo romancista. Assim, por exemplo, ao comparar os personagens Quitéria Campolargo do romance de 1971 e Rodrigo Cambará da trilogia antecessora, a autora conclui: “É como se Veríssimo ironizasse a própria postura empática que adotou para narrar a história de *O tempo e o vento*, relendo-a agora, na perspectiva da desmitificação”. LIMA e SILVA, Márcia Ivana. *Op. Cit.*, 2000, p. 110-111 (citação da p. 111). Outras estratégias narrativas também foram apontadas pela autora como índices da releitura paródica de *O tempo e o vento* em *Incidente em Antares*, como a utilização de um narrador-historiador e da técnica do contraponto. *Idem*, p. 155-158.

aqui a citação das memórias de Veríssimo, frequentemente utilizada para definir as motivações do autor em *O tempo e o vento*, que liga seu empreendimento a uma postura crítica em relação à historiografia regional nos livros escolares da época:

Antes de começar o “ambicioso” projeto, eu precisava vencer muitas resistências interiores, a maioria delas originadas nos meus tempos de escola primária e ginásio. Para o menino e para o adolescente – ambos de certo modo sempre presentes no inconsciente do adulto –, o poético e o novelesco eram atributos que raramente ou nunca se encontravam em pessoas, paisagens e coisas do âmbito nacional e muito menos do regional e ainda menos do municipal. Nossos livros escolares – feios, mal impressos em papel amarelado e áspero – nunca nos fizeram amar ou admirar o Rio Grande e sua gente. Redigidos em estilo pobre e incolor de relatório municipal, eles nos apresentavam a História do nosso Estado como uma sucessão aborrecível de nomes de heróis e batalhas entre tropas brasileiras e castelhanas. (Ganhávamos todas).<sup>309</sup>

A operação de *desmitificação* da história do Rio Grande do Sul deveria cumprir o duplo objetivo de reaproximar o próprio Veríssimo de “sua gente”, do passado coletivo do Rio Grande, e de fornecer ao público em geral uma versão da história regional passível de reconciliar o público leitor com a identidade local. Se essa palavra sugere na atualidade tão somente a desmontagem dos mitos e de seu poder enganador, para Érico Veríssimo e seus contemporâneos, essa operação tinha o sentido *complementar*, de “fazer amar ao Rio Grande”. A pretendida *desmitificação* dos heróis regionais estava muito associada à humanização dos personagens e, portanto, a sua verossimilhança, não se restringindo à denúncia da violência como forma de resolução dos conflitos, como contemporaneamente o sentido da palavra sugere. Em “Reunião de Família VI”, um dos últimos capítulos da trilogia, Floriano discute com o estancieiro-sociólogo Terêncio Prates:

Terêncio parece estonteado.

---

<sup>309</sup> VERÍSSIMO, *Solo de Clarineta I, Op. Cit.*, 1995, p. 289.

- Mas é assustador! – exclama. – Os senhores destroem tudo, não acreditam em nada e ninguém! Se nós os gaúchos jogarmos fora os nossos mitos, que é que sobra?

Floriano olha para o estancieiro e diz tranqüilamente:

- Sobra o Rio Grande, doutor. O Rio Grande sem máscara. O Rio Grande sem belas mentiras. O Rio Grande autêntico. Acho que à nossa coragem física de guerreiros devemos acrescentar a coragem moral de enfrentar a realidade.

- Mas o que é que o senhor chama de *realidade*?

- O que somos, o que temos. E não vejo por que tudo isso deva ser necessariamente menos nobre, menos belo ou menos bom que essas fantasias saudosistas do gauchismo com que procuramos nos iludir e impressionar os outros.<sup>310</sup>

Foi justamente esse o sentido que Vellinho compreendia já em 1949. Após acentuar o mérito da obra de Veríssimo em atingir a adequação entre representação e o referente do coletivo regional a ponto de “ressuscitar tempos extintos”, como visto, o crítico explicitava a que ele atribuía fundamentalmente essa empresa bem-sucedida:

Também era fácil compreender por que, em certas ocasiões tais virtudes deixavam de socorrer o romancista em suas aventuras. Era quando ele ia buscar fora de suas vivências as sugestões que lhe pareciam necessárias para enriquecer o sortimento de seu material romanesco. A versatilidade não se coaduna, porém, com naturezas tão marcadas pela terra como é a de Érico Veríssimo. Ele resistiu o quanto pôde à opressão anímica do ambiente, tentou evadir-se, mas o certo é que o melhor em qualquer de seus livros são as partes ligadas à experiência regional, representada por figuras ou paisagens.

Neste último romance o escritor entregou-se, e entregou-se para vencer. Chegou o momento em que ele sentiu que os cominhos aparentemente generosos de certo cosmopolitismo o levariam ao extravio de si mesmo. *O tempo e o vento* tem assim o sentido de um retorno, de uma reconciliação do romancista com sua fonte originária. Quem durante tanto tempo se esforçara para dar as coisas às suas raízes, eis que se atira a elas como quem se busca a si mesmo, como quem volta à sua realidade mais profunda e elementar.<sup>311</sup>

---

<sup>310</sup> VERÍSSIMO, E. *O arquipélago*. Vol. 3. *Op. Cit.*, 2005, p. 293.

<sup>311</sup> VELLINHO, M. “*O tempo e o vento*”. *Op. Cit.*, 2001, p. 126.

Muitas convergências são verificadas nas formas propostas por Vellinho e executadas por Veríssimo na representação do coletivo regional. Apesar das diferentes proposições quanto ao heroísmo e à violência da história local, fundamentalmente concordavam que o objetivo, a missão a ser cumprida pelos intelectuais, em especial pela literatura, era a construção do sentimento de pertencimento territorial através da releitura da história regional.

Dessa maneira, como dizer que Veríssimo era vanguarda de uma historiografia desmitificadora sem colocar a seu lado Moysés Vellinho? Os conceitos, segundo Koselleck, têm uma história.<sup>312</sup> Palavras como *desmitificação*, *heroísmo*, *caráter regional*, *cultura* e *raça* teriam sofrido mutações de sentido no período que separa uma história nacionalista do Rio Grande do Sul daquela que passou a privilegiar uma abordagem socioeconômica, em que a literatura e a história não-universitária deveriam ser enquadradas conforme o conceito de ideologia. A afirmação de que Veríssimo “bate de frente” com os historiadores da época deve ser revista em favor de uma atitude mais cautelosa. Havia, por certo, divergências entre as suas concepções de história e as teses mais tradicionais, mas a causa da identidade do “intelectual de província” e da necessidade de uma reelaboração da memória parece ter sido ecumênica, assim como a necessidade de crítica de uma história tradicional parece ter sido comum pelo menos no nível do discurso. Apesar de seus laivos nacionalistas e laudatórios, os historiadores também estiveram sujeitos à necessidade de uma autocrítica quanto a sua experiência no processo “revolucionário” de 1930, que seguramente modificou as suas expectativas quanto à escrita da história da década de 1940 em diante. Além disso, a reação da crítica literária (dos críticos/historiadores, em especial) em relação a *O tempo e o vento*, principalmente a *O continente*, foi muito favorável na época de seu lançamento, sem reparos ao heroísmo sem caráter do Capitão Rodrigo.<sup>313</sup>

Entretanto, a existência de projetos e bandeiras comuns entre escritores e historiadores das décadas de 1940 a 1960 não deve servir como parâmetro suficiente para se compreenderem suas concepções acerca do passado da sociedade sul-rio-grandense desde a sua formação, passando pelo período das guerras, até a fase de urbanização, modernização e

---

<sup>312</sup> KOSELLECK, R. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 134-146.

<sup>313</sup> Ver críticas citadas na nota 244.

intelectualização. A análise de suas teses e propostas provavelmente evidenciará uma série de divergências sobre as formas de resolução dos problemas em causa e os fóruns adequados para fazê-lo. A necessidade de vislumbrar sob outro prisma o problema da representação do passado e do caráter da região para essa geração de historiadores e intelectuais confirma a pertinência de uma problematização conjunta entre a história e a literatura e a inserção da historiografia em um âmbito intelectual mais amplo que o das análises historiográficas que permanecem “fechadas nos textos” dos historiadores ou aquelas que, ao contrário, se limitam a identificar nos textos as suas pretensas relações com as situações política e socioeconômica. Para a história da história, antes de confirmar ou negar uma e outra hipótese, é mais produtivo pensar nas condições de possibilidade da produção de uma obra, situando-a simultaneamente na confluência dos projetos intelectuais de um grupo e nas diferenciações entre as práticas intelectuais em vias de especialização. O problema da análise da obra de Veríssimo e das diferenças e proximidades entre a sua abordagem da história regional e nacional e a dos historiadores contemporâneos pode ser recolocado através da análise das concepções acerca das formas diferenciadas de representação permitidas ou proibidas à literatura e à história.



### CAPÍTULO 3 – A *FORMAÇÃO* DO RIO GRANDE DO SUL

*Capitania d'El-Rei* é um livro sobre a *formação* do Rio Grande do Sul.<sup>314</sup> Escrito durante a década de 1950 e publicado em 1964, pode ser visto, de certa maneira, como um produto anacrônico da obsessão dos anos 1930 brasileiros pelas “raízes” nacionais. *Capitania* seria uma versão regional e tardia dos ensaios sociológicos daquela década? Talvez esta seja uma definição cômoda, mas elucida pouco. Se é de um anacronismo que se trata, ao historiador da historiografia cabe explicar as condições que o possibilitaram. Por que motivo um escritor da estatura de Vellinho sentiria a necessidade de investir as energias mentais da sua maturidade em um projeto “fora de seu tempo”? A questão que aqui se propõe pode ser legitimada pelo próprio discurso do autor a respeito de seu trabalho. Ele também se propunha a executar um projeto que via como atrasado em relação ao compasso historiográfico e sociológico nacional. O autor pretendia, antes de tudo, resolver alguns equívocos de longa permanência na literatura e historiografia brasileiras a respeito do Rio Grande do Sul. Buscava representar a região adequadamente em suas dimensões histórica, social e cultural, corrigindo versões veiculadas pelos próprios historiadores gaúchos e aproximando o estado do restante da nação:

Pura obra de uma velha trama de incompreensões ou prevenções a que infelizmente nós, os de casa, nem sempre fomos ou somos alheios. Muitas vezes nós mesmos é que havemos de responder, direta ou indiretamente, por certas reações desfavoráveis que a realidade histórica e social do Rio Grande do Sul suscita à distância.<sup>315</sup>

---

<sup>314</sup> VELLINHO, Moysés. *Op. Cit.*, 1964.

<sup>315</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 3.

A obra de Varella, que na ótica de Vellinho causara sérios danos à imagem de um dos eventos mais importantes da história local, a Revolução Farroupilha, reputada por aquele como uma investida separatista do Rio Grande em relação ao país, fora escrita em 1933. Outro autor gaúcho, Balduino Rambo, contribuíra para esse estado de coisas ao fornecer um argumento geológico de distinção entre o local e o nacional. Além destas, outras visões da região como um corpo estranho à nação vinham de fora do estado e pareciam representar ataques especialmente dolorosos ao autor, como as de José Veríssimo, Capistrano de Abreu, o poeta Humberto Campos, Assis Chateaubriand. Vellinho traça a trajetória persistente das interpretações que afastam culturalmente o Rio Grande do Brasil desde o século XIX até os anos 1940, passando pelas contribuições locais e de outros estados e pelos eruditos até a população mais desavisada, como uma velha senhora baiana que viera a Porto Alegre para o congresso eucarístico de 1948. Assim, Vellinho justifica a necessidade de escrever *Capitania* e contribuir para desfazer o que para ele era uma imagem não anacrônica, mas inadequada das relações históricas e culturais entre o estado e o país. Tratava-se de cumprir um *dever de memória*, elaborando-se uma versão sobre a formação do Rio Grande do Sul que fosse capaz de eliminar as ambigüidades acerca do pertencimento do estado ao conjunto político e cultural nacional.

*Fronteira* também é uma história de *formação*.<sup>316</sup> Embora preserve os traços marcantes da abordagem sociológica de *Capitania* e dos ensaios literários, é bem mais estruturada como narrativa histórica do que a primeira. A obra dá continuidade às teses anteriormente desenvolvidas, mas sem o tom polêmico que as caracterizou. O autor busca interpretar a *formação* da fronteira sulina através da trajetória dos heróis políticos. Chega até a atualidade, comparando o espírito dos homens forjado nos conflitos pela consolidação dos territórios em disputa por Portugal e Espanha e acompanha a ação daqueles que, na Amazônia, repetem as façanhas sulinas.

Neste capítulo, busca-se analisar as estratégias narrativas que revelam e legitimam as concepções teóricas sobre a escrita da história, os seus vínculos com a sociologia e a literatura e suas relações com um lugar social de produção do conhecimento. A fonte primária que fornecerá a base das interpretações neste capítulo será *Capitania d'El-rei*, a obra histórico-

---

<sup>316</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.* 1973.

sociológica de maior repercussão do autor. Como *Fronteira* repete os seus principais argumentos e estratégias narrativas, esse livro será referido apenas como reforço das análises do primeiro. Inicialmente, serão tratados os elementos selecionados pelo autor para a construção das origens históricas do estado. Na seção seguinte, será discutida a questão das relações entre meio e homem/sociedade, um dos problemas caros a Vellinho na sua atividade de crítico literário desde os anos 1920. A seguir, relacionam-se a representação da formação do Rio Grande e a concepção do autor em relação ao sentido de sua história com procedimentos específicos da escrita da história. Por último, será retomado o paralelo entre o projeto da literatura de Veríssimo e o historiográfico de Vellinho, na tentativa de colocar questões que possam transcender os projetos individuais e se relacionar com preocupações e procedimentos geracionais.

### 3.1. A busca das raízes brasileiras do Rio Grande

Durante a década de 1930, a Revolução Farroupilha foi o tema obsessivo da historiografia produzida no Rio Grande do Sul. Em torno das comemorações de seu centenário, em 1935, debateu-se particularmente sobre o seu caráter separatista e a antecipação local em relação ao ideário republicano que mais tarde seria adotado no Brasil, investigando-se sobre os seus heróis. As discussões mais acirradas giraram em torno das teses de Alfredo Varela, que foram varridas do cânone interpretativo da história do Rio Grande do Sul. A partir de então, o autor seria citado apenas pelo seu trabalho de arrolamento de fontes históricas, mas rejeitado como análise válida acerca do “decênio glorioso”.<sup>317</sup> A Revolução Farroupilha, na década de 1960, quando Vellinho escrevia *Capitania*, era considerada por ele como assunto encerrado. Valiam como verdade histórica as teses de Othelo Rosa a seu respeito: foi um movimento genuinamente brasileiro e antecipador do ideário liberal e republicano que acabaria por se impor no restante do Brasil apenas no final do século XIX.<sup>318</sup>

---

<sup>317</sup> O assunto foi analisado em ALMEIDA, Marlene. *Op. Cit.*, 1983; GUTFREIND, Ieda. *Op. Cit.*, 1998. Ver, em especial, NEDEL, Letícia. *Op. Cit.*, 1999, pp. 102-111.

<sup>318</sup> Na nota 2 de sua introdução, Vellinho cita, além dos textos de Othelo Rosa, a quem dedicou o seu livro, várias obras que ele considera terem dado uma interpretação definitiva sobre o caráter brasileiro da Revolução

Por mais tardio que fosse o empreendimento, era necessário, na década de 1960, fazer uma releitura da formação do Rio Grande, tal como havia sido feito na década de 1930, com a “grande Revolução”. Segundo um esquema bastante usado nas elaborações históricas preocupadas com a história da nação, era necessário selecionar dentre os dados e testemunhos disponíveis os eventos marcantes, os heróis fundadores, e traçar uma história das origens e da continuidade da nação. No caso local, tratava-se de narrar o surgimento da região em sua articulação com a história da nação, descobrindo e revelando ao público leitor quais teriam sido os heróis responsáveis pela instituição e manutenção do laço social que atava a parte ao todo. *Capitania d’El-Rei* se compôs pela reunião de ensaios concebidos por Moysés Vellinho durante os anos 1940 e 1950: “tardia” era mais a sua publicação do que a elaboração.<sup>319</sup>

O subtítulo da obra explicitava um dos elementos que caracterizou a escrita de Vellinho desde a sua atividade crítica dos anos 1920 até seus últimos trabalhos na década de 1970: a polêmica. As interpretações rivais eram nomeadas, ironizadas e contestadas. O tema da *formação* obrigava à discussão acerca da pertinência das Missões jesuíticas ao elenco de temas da história local e relacionava-se com uma das noções mais importantes do autor sobre a história, já verificada nos escritos da juventude, conforme analisado no Capítulo 1. Trata-se de um dos principais problemas teóricos e metodológicos a que se dedicava a atitude polêmica de Vellinho: a concepção da organicidade das origens políticas, sociais, raciais e culturais do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil.

As Missões jesuíticas constituíram-se em controvérsia literária e historiográfica desde o final dos anos 1940. Os principais intelectuais que buscaram no empreendimento jesuítico e em Sepé Tiaraju, respectivamente, o evento e o herói fundador do Rio Grande do Sul foram Manoelito de Ornellas e Mansueto Bernardi. Os títulos de algumas de suas obras denunciam bem sua posição sobre o assunto. O primeiro publicou *Tiaraju*, em 1945, e o segundo, *O primeiro caudilho rio-grandense*, em 1957.<sup>320</sup> Moysés Vellinho, bem como Othelo Rosa e

Farroupilha., como as de Souza Docca, Rubens de Barcellos e Mansueto Bernardi. VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 4.

<sup>319</sup> Segundo Anne Marie Thiesse, a representação da nação obedece estruturalmente a um esquema que ela denomina de *kit* identitário. No rol dos atributos da nação, constam heróis fundadores, um animal emblemático, uma paisagem e outros elementos mais ou menos padronizados. THIESSE, Anne Marie. “Ficções criadoras: as identidades nacionais”. *Op. Cit.* 2001/2002.

<sup>320</sup> ORNELLAS, M. *Tiaraju*. Porto Alegre; Globo, 1945; BERNARDI, M. *O primeiro caudilho rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1957.

outros intelectuais, opuseram-se ativamente contra essa versão da formação do Rio Grande do Sul.<sup>321</sup> As principais objeções do autor sobre o assunto foram explicitadas em *Capitania d'El-Rei*, onde ele opõe à tese acima o evento da fundação de Colônia de Sacramento como ponto de origem dos principais processos genuinamente sul-rio-grandenses. É lá que estão os elementos políticos e culturais que constituíram o caráter dessa *civilização* que se vinculou organicamente ao processo de construção da nação brasileira e que se manteve essencialmente nas características definidoras da cultura local até o presente da sua escrita. O trabalho de elaboração e contraposição da Colônia de Sacramento como evento fundador do Rio Grande do Sul foi feito, entretanto, em paridade com a crítica da historiografia pró-Missões e com a desqualificação de seus heróis, substituídos pelos paulistas e aventureiros de “velha cepa lusitana”.<sup>322</sup>

Um dos elementos mais importantes da argumentação de Vellinho contra o papel fundacional missionário é a crítica aos jesuítas em geral e aos espanhóis em particular. Em primeiro lugar, ele os acusa de não se restringirem ao papel evangelizador e de defenderem um duplo empreendimento, religioso e político:

Agora, porém, os soldados de Santo Inácio viriam mais prevenidos que antes: além do Evangelho, traziam o material de guerra suficiente para defender a dupla empresa – religiosa e política – a que se lançaram com tanta imprudência na mesma área em que Portugal e Espanha iriam finalmente decidir suas últimas ambições territoriais.<sup>323</sup>

O tom irônico em relação à Companhia de Jesus é uma constante em todo o texto e evidentemente faz parte dos artifícios narrativos utilizados para desqualificar a sua ação evangelizadora no período colonial, acentuando, por outro lado, seus objetivos mundanos – políticos e econômicos. Ele aparece também em frases como: “vinham em nome de Deus e

---

<sup>321</sup> Sobre os autores, obras e pareceres do IHGRS envolvidos na polêmica a respeito das Missões jesuíticas, ver GUTFREIND, I. *Op. Cit.*, 1998. Para uma visão mais afinada com as preocupações e abordagem desta tese, ver: NEDEL, Letícia. *Op. Cit.*, 1999.

<sup>322</sup> Vellinho critica em especial a obra *História do Rio Grande do Sul nos Dois Primeiros Séculos*, do padre Carlos Teschauer, S. J. (3 vol. Porto Alegre, Selbach, 1921-1922), considerada por ele como uma matriz das interpretações equivocadas sobre as relações entre a história das Missões e a formação do Rio Grande do Sul.

<sup>323</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 32.

dos Reis de Castela, parecendo certo que vinham também em nome dos interesses temporais da Companhia de Jesus, que se teria deixado mover por temerários planos de autonomia política”. As missões religiosas em particular e a ação evangelizadora dos jesuítas em geral foram configuradas pelo crítico como um empreendimento *temporal* de uma ordem religiosa, com ambições de *autonomia*. Os curas constituíram um exército guarani que era empregado a favor da coroa espanhola, principalmente na oposição armada ao expansionismo lusitano na região, mas também com o objetivo de construir uma espécie de estado teocrático que se voltaria posteriormente contra os próprios interesses de Castela.

Essa empresa dos jesuítas espanhóis, segundo Vellinho, era defendida também através de uma constante vigilância ao avanço territorial português e da insuflação de rivalidades antigas entre as duas coroas. Mal tinha sido implantada a Colônia de Sacramento, na margem superior do Rio da Prata, os regulares “não descuidavam de soprar as brasas que estavam sempre a arder nos arraiais castelhanos. Pode-se dizer que o destino político da margem setentrional do Prata teria sido outro se não fosse a cooperação militar, apaixonada e decisiva, prestada à Espanha pela Companhia de Jesus”.<sup>324</sup>

As citações acima ainda revelam outra estratégia que compõe o arcabouço explicativo do autor: a concepção de que os jesuítas haviam sido imprudentes em buscar construir um semi-estado autônomo na fronteira quente entre os impérios ibéricos. Mas a falta de cautela não era monopólio dos “soldados de Santo Inácio”. A monarquia espanhola, muito menos ponderada e mais fanática que a portuguesa, também fora incoseqüente em sua atitude perante o assunto:

Os Reis de Castela, assoberbados pelo empenho de conquistar o céu, parece que não pecavam por excesso de cautela. Se houvessem encarado a questão com mais clarividência, teriam evitado que o imenso viveiro guarani, esparramado sobre quase meio continente, ficasse, por cento e cinquenta anos, à inteira discrição do então considerável poderio militar das Missões. A *imprevidência* que gerou tal situação explica o inquietante fastígio de que se vangloriavam os jesuítas da Província do Paraguai, cuja dilatação rumo ao Atlântico, tendo coberto quase todo o território de que hoje se forma o Rio

---

<sup>324</sup> *Idem*, p. 41.

Grande do Sul, chegou a constituir séria ameaça à complementação geográfica do Brasil meridional.<sup>325</sup>

Os jesuítas em geral, inclusive os portugueses, davam mostras de um ardente misticismo, chegando ao extremo da aspiração à morte e ao martírio nas suas missões, confessada nas correspondências. Muitas vezes, a crítica de Vellinho volta-se para esse tipo de contraposição entre o secular e o religioso, o misticismo e o racional, que soa semelhante à crítica que os iluministas votavam à religião católica no século XVIII.<sup>326</sup>

Encravado [o império dos jesuítas] entre os domínios nominais das duas coroas ibéricas, esse Estado singular cresceria sob a égide dos Reis Católicos, mas evoluiria fatalmente para a emancipação, já que dispunha, além da jurisdição espiritual, a civil e a criminal, e tinha as mãos livres para organizar-se militarmente. Tudo era possível esperar da *supersticiosa* complacência de Castela. Dispostos a todos os rasgos em defesa da integridade da fé ameaçada pela Reforma, os Reis Católicos iriam até o sacrifício de parte de seus domínios para que fosse possível à Companhia de Jesus instituir um suporte geográfico e econômico que lhe propiciasse os recursos tensamente reclamados pelos compromissos de sua cruzada na Europa.<sup>327</sup>

A contestação reiterada das ações jesuíticas só encontra alguma condescendência quando se trata de reconhecer a sua autodisciplina e o seu papel moralizador na sociedade colonial nascente. Mesmo assim, essa virtude pode ser vista como contrária às “leis da história”, pois era necessário preservar a vida defendendo-se, procriando e miscigenando. Inspirado nas proposições de Gilberto Freyre em relação ao benefício da mistura das raças, Vellinho pensa que a ação civilizadora dos pioneiros também teve sua faceta sensual<sup>328</sup>. Entravam em choque, nos tempos remotos da empresa colonial, duas atitudes contrárias: o

---

<sup>325</sup> *Idem*, p. 60, grifo meu.

<sup>326</sup> Voltaire, principalmente, rejeitava firmemente a superstição católica da população iletrada. RUDÉ, Georges. “O iluminismo”. In: \_\_\_\_\_. *A Europa no século XVIII*. Lisboa: Gradiva, 1988, pp. 229-254.

<sup>327</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 57.

<sup>328</sup> Embora o autor não abuse do uso dos termos “raça” ou “racial”, ele não os evita de todo, o que será feito também no decorrer do texto quando se fizer referência a algumas concepções do historiador.

misticismo imprevidente e fanatizado dos jesuítas e o instinto de defesa aliado a um certo pragmatismo político “obscuro” dos pioneiros:

Se aqueles homens inquietos e bravios cruzaram os mares e se embrenharam sertões adentro, não foi senão para ganhar os bens da terra, dilatar o império, se preciso até morrer pelo seu rei. Mas exaltar a fé era tarefa que não os seduzia até ao sacrifício de seus ímpetos de vida. Não era esse *o papel que a história lhes pedia*. Desde logo e antes de mais nada, eles sentiram duramente a necessidade biológica de salvar o corpo, realizar o meio hostil, onde o prato mais apetecido era a carne humana, o milagre de sobreviver. Além de tudo, eles traziam obscuramente no sangue o impulso de uma vocação política, e tudo fariam por serem fiéis à sua predestinação.<sup>329</sup>

Alguns elementos importantes aparecem na citação acima, como a noção de um sentido para uma história que obedece a certas leis. Por ora, basta enfatizar que essa concepção revela também a oposição entre uma suposta racionalidade congênita dos portugueses (leigos), superior ao misticismo próprio dos religiosos, explicitada na comparação entre causas mais ou menos legítimas pelas quais morrer. A pátria constituía-se em um objetivo mais nobre pelo qual perder a vida: as leis da história tinham sido encarnadas pela ação dos pioneiros. Posteriormente, será retomada a discussão do sentido providencialista da história, adotado por Vellinho, no qual o juízo final é substituído pela construção da pátria.<sup>330</sup>

Entretanto, a despeito da similaridade estrutural entre a história cristã e a história nacional, em mais de um momento, Vellinho explicita uma perspectiva secularizante da história. Além de ela se apresentar na insistente crítica do historiador aos jesuítas, mostra-se também na sua denúncia da ilegitimidade da arbitragem pontifícia para as disputas territoriais entre Espanha e Portugal:

---

<sup>329</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 74-75.

<sup>330</sup> Segundo Antoine Prost, a história providencialista de tipo eclesiástica, que previa o juízo final como termo e finalidade do processo histórico em um tempo linear, teve como substituta uma história igualmente orientada de forma teleológica para a construção das nações. PROST, Antoine. “Le temps de l’histoire”. In: \_\_\_\_\_. *Douze leçons sur l’histoire*. Paris: Seuil, 1996, pp. 101-123.



Tem-se dito e repetido que a história diplomática da América se inaugurou com o *precário* convênio assinado em 1494 pela Espanha e Portugal sob as vistas do Papa Alexandre VI. Na realidade, porém, o velho tratado pontifício nada pode contra as *forças vivas da História*.<sup>331</sup>

Uma das formas de Moysés Vellinho construir sua narrativa foi a utilização de *contrastes*. A propósito, um dos capítulos de *Capitania* é intitulado justamente “O Rio Grande e o Prata: contrastes”. As oposições, da forma como foram utilizadas pelo autor, estão longe dos “tipos ideais” apropriados para a investigação das raízes do Brasil por Sérgio Buarque de Holanda, pois, ao contrário do que propunha este, os modelos sociais existiam na verdade.<sup>332</sup> Não se tratava de uma elaboração conceitual para a problematização de tendências verificáveis na ação de diversos indivíduos e grupos que poderiam ser situados mais ou menos próximos ao modelo construído. Vellinho construiu, sob sua ótica, uma caracterização sociológica em que se verificavam verdadeiramente diferenças acentuadas de comportamento e relações sociais com desdobramentos distintos quanto às sociedades resultantes desses processos.

Sua inspiração teria sido, novamente, freiriana? Ricardo Benzaquen de Araújo destaca em *Casa grande e senzala* o uso da noção que o próprio Gilberto Freyre denominou “luxo de antagonismos” e “antagonismos em equilíbrio”. Mas isso se referia mais aos contrastes e componentes da própria formação do português, ao contraste entre o meio europeu e o tropical, portanto, “internos” às unidades fundamentais da sociedade colonial – a Casa grande e o mestiço.<sup>333</sup> O uso constante da metodologia dos antagonismos na constituição do laço

---

<sup>331</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 36, grifos meus.

<sup>332</sup> Sérgio Buarque de Holanda também pensava nas possibilidades teóricas dos “tipos” para o estudo da formação de uma sociedade, mas sem acreditar em sua existência efetiva, apenas conceitual. Ao trabalhar com os conceitos de trabalhador e aventureiro, o autor afirmava: “Entre esses dois tipos não há, em verdade, tanto uma oposição absoluta como uma incompreensão radical. Ambos participam, em maior ou menor grau, de múltiplas combinações e é claro que, em estado puro, nem o trabalhador, nem o aventureiro, possuem existência real fora do mundo das idéias. Mas também não há dúvida de que os dois conceitos nos ajudam a situar e a melhor ordenar nosso conhecimento dos homens e dos conjuntos sociais, e é precisamente nessa extensão superindividual que eles assumem importância inestimável para o estudo da formação e evolução das sociedades”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, citação da p. 44-45.

<sup>333</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994, em especial as ps. 131 a 133. Ver também a apresentação de Luiz Costa Lima a

social em Vellinho relaciona-se também ao processo interno de formação social do Rio Grande do Sul, mas é muito mais evidente nas relações “externas” dessa sociedade e de seus integrantes em sua distinção dos outros. Tal como Freyre, o autor gaúcho preocupava-se com a identidade local, processo necessariamente remetido tanto ao estabelecimento de atributos comuns, quanto à constituição de um “outro” do qual se diferencia. No caso sul-riograndense, o problema epistemológico colocado para Vellinho era justamente o da freqüente associação das características comuns entre os brasileiros do sul e os vizinhos platinos. Daí, seguramente, a maior importância da estratégia do contraste e da atitude polêmica no tratamento do assunto.

Além da contraposição entre o Rio Grande e o Prata, o autor confrontou e opôs os tipos sociais do gaúcho brasileiro e do gaúcho platino, a coroa espanhola e a portuguesa, os jesuítas portugueses e espanhóis, os guaranis e os tupis e minuanos e, finalmente, os bandeirantes e os jesuítas. Esta última confrontação, como vista em citação anterior, propiciou a promoção dos pioneiros portugueses como tipo social e indivíduos ao papel de heróis da formação, de civilizadores. Os heróis da *formação* foram caracterizados como portugueses e como agentes da miscigenação – necessária ao processo civilizatório que ora se iniciava –, seguindo em muitos pontos a noção criada por Gilberto Freyre sobre os colonizadores.<sup>334</sup> Entretanto, Vellinho carrega nas tintas ao pintar o caráter heróico associado às virtudes militares, enfatizando e justificando, mais que o sociólogo nordestino, a legitimidade da violência no processo de conquista e submissão de pessoas e territórios e do enfrentamento violento entre os inimigos com interesses semelhantes pela região sulina.<sup>335</sup> A oposição entre

---

essa obra: LIMA, Luiz Costa. “Apresentação”. In: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994. pp. 9-13.

<sup>334</sup> A plasticidade e a mobilidade dos portugueses estão dentre as características enfatizadas por ambos. FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2002; ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Op. Cit.*, 1994. Ver, em especial, o artigo do próprio Moysés Vellinho a respeito do tema: “Gilberto Freyre e a valorização do português”. In: VELLINHO, Moysés. *Aparas do tempo*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981, pp. 129-142. A elaboração do texto é de 1962, anterior, portanto, à primeira edição de *Capitania d’El-Rei*.

<sup>335</sup> Benzaquen Araújo discorda de uma das mais freqüentes considerações acerca de *Casa grande e senzala*: o edulcoramento do processo violento de submissão das populações nativas e das relações entre os senhores e seus escravos negros. “Apesar de todas as evidências apresentadas na seção anterior, ainda tenho, contudo, alguma dificuldade em concordar que a visão que Gilberto possuía da nossa sociedade colonial envolvesse, de fato, a afirmação de um paraíso tropical. (...) Para tanto, creio que valha a pena começar esta discussão registrando que, da mesma maneira que encontramos em *CGS* um vigoroso elogio da confraternização entre negros e brancos, também é perfeitamente possível descobrirmos lá numerosas passagens que tornam explícito o gigantesco grau de violência inerente ao sistema escravocrata, violência que chega a alcançar os parentes do senhor, mas que é

jesuítas e colonos ou bandeirantes é articulada à denúncia dos objetivos mundanos da Companhia de Jesus e à contraposição entre o império português e o espanhol. A truculência dos bandeirantes é desculpada pela equivalência entre os seus interesses e os dos religiosos:

As nascentes missões mantinham estreito contato oficial com os prepostos de Castela, assim que cada “doutrina” que os padres iam plantando era logo agraciada com um pressuroso ato de reconhecimento emanado de Buenos Aires. Vê-se daí que a expansão jesuítica, além de seu cunho apostólico, revestia também um caráter abertamente político. (...) Sucedeu, porém, que após alguns anos de impactos contínuos, os bandeirantes rechaçaram os jesuítas e os repeliram para a banda ocidental do Uruguai: o trabalho servil do índio não era menos vital para os paulistas que para a economia das reduções.<sup>336</sup>

O bandeirante surgia como o herói da formação, ao lado de quem estavam as forças vivas da história. A lógica histórica era humana e não divina ou mística e, dessa forma, o processo pressupunha loucuras, truculências, desculpáveis naqueles que se tinham tornado seus instrumentos realizadores. Tal como o escritor, que, segundo Vellinho em seus textos críticos dos anos 1920 a 40, devia submeter-se às exigências de um meio afirmativo ou reagir contra a inércia reinante, os bandeirantes cumpriram seu papel dessa mesma maneira. A eles, os brasileiros tinham um dever de memória, que os obrigava a perdoar os exageros:

Vistos os fatos através da perspectiva histórica, e ordenados ao longo do processo em que se encadeiam, não há como pesar ou medir a dívida do Brasil para com o bandeirismo. Além da descoberta das minas, além da disseminação de roças e fazendas de gado nos confins mais remotos, além das cidades cujas sementes eles lançaram à margem de suas loucas jornadas, – o que devemos aos rudes bandeirantes, o que lhes devemos acima de tudo, e a despeito de seus pecados, é a vertiginosa dilatação das fronteiras de um império, e, mais ainda, a elaboração dos fundamentos de um direito novo, o direito que seria a consagração de suas próprias conquistas, e contra o

---

majoritária e regularmente endereçada aos escravos”. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Op. Cit.*, 1994, p. 45 e segs.

<sup>336</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 67.

qual iriam quebrar-se as já periclitantes normas medievais que investiam o Sumo Pontífice no extraordinário arbítrio de dispor livremente sobre os mundos de além-mar.<sup>337</sup>

É por esses motivos que Vellinho busca inserir no panteão dos heróis nacionais a figura de Cristóvão Pereira. Ele não era um bandeirante, mas era também um desbravador e esteve presente em eventos chave da *formação* do Rio Grande do Sul, que o historiador buscava integrar à do Brasil. Fora ele o responsável pela viabilização do caminho entre Colônia de Sacramento e Sorocaba na primeira metade do século XVIII. O principal mérito desse herói de ascendência puramente lusitana – que mereceu um capítulo de *Capitania* só para ele – fora tornar possível percorrer o território ao qual Vellinho atribui a origem geográfica da futura Província de São Pedro. Cristóvão, além de sangue nobre, tinha talentos literários, atributo significativo para a discussão sobre as relações entre a escrita da história e a construção de uma identidade intelectual no estado nas décadas de 1940 a 50, o que será retomado adiante.

Outro artifício importante que constitui a epistemologia de uma história de formação é a invocação de anterioridade, principalmente no que diz respeito à exploração de um território e de suas riquezas. Os portugueses teriam explorado os territórios disputados pelas duas coroas antecipadamente e, inclusive, sabiam antes dos espanhóis sobre os tesouros do Peru, o que os teria levado à disputa pelo controle da foz do Rio da Prata, o caminho natural até eles.

Ora, se foram os portugueses os primeiros europeus que vislumbraram os tesouros do Peru, seria imprudência desdenhar da hipótese de que Portugal apenas negaceava um ensejo para disputar o seu bocado na espoliação do império incaico. E que meio mais seguro para romper caminho até lá, isto é, para retomar o fio da História, do que lançar uma base sobre o Rio da Prata, que era então a via natural de acesso ao Peru?<sup>338</sup>

---

<sup>337</sup> *Idem*, p. 71.

<sup>338</sup> *Idem*, p. 38.

Essa presença remota dos portugueses nas águas platinas teria precedido, inclusive, a “descoberta” do Rio da Prata por Solís, para a Espanha. Ele não teria feito mais que “rastrear o sulco das caravelas portuguesas que pelo menos duas vezes antes dele se tinham aventurado pela grande embocadura adentro”.<sup>339</sup> Tal antecipação lusitana se conjuga com a recusa secularizante da autoridade papal, destruindo os elementos que conferiam legitimidade ao Tratado de Tordesilhas.

O artifício da construção remota da presença física e da legitimidade das pretensões portuguesas para além da linha demarcatória de Tordesilhas foi enriquecido por uma história que acaba por endossar mais um herói da formação da nação brasileira: Aleixo Garcia. A narrativa assume um tom irônico e cômico: os portugueses viviam “passando a perna” nos espanhóis:

Uma dessas histórias, *veiculada por um jesuíta espanhol*, seria o espantoso feito de um português *quase lendário*, de nome Aleixo Garcia. Pois ainda não tinha findado o primeiro quartel após o Descobrimento quando esse aventureiro, partindo de Cananéia com mais três companheiros, náufragos como ele, se lançou “mas allá del Paraguay”, *já então à testa de um exército de 2000 índios*, que foram sendo recrutados pelo caminho! E já vinha ele de volta do Peru, arrastando preciosos cabedais, quando os homens de Castela, sob o mando do genovês Caboto, remontavam pela primeira vez os cursos do Paraná e do Paraguai!<sup>340</sup>

Aparecem agrupados na citação acima vários elementos caros à construção da história da formação. Em primeiro lugar, essa história *quase lendária* remete a um tempo recuado a presença portuguesa em terras nominalmente de Castela, mas efetivamente não ocupadas. Em segundo lugar, mostra-se aqui uma das características atribuídas pelo autor, na esteira de Gilberto Freyre, aos portugueses: a capacidade de resgatar as populações dominadas para a sua causa. A arregimentação de um exército de 2.000 índios sob o seu comando enquanto aventurava por terras desconhecidas mostra não apenas a agilidade e a mobilidade dos

---

<sup>339</sup> *Idem*, p. 37.

<sup>340</sup> *Idem*, p. 37 grifos meus.

pioneiros lusitanos, como também a sua capacidade de adaptação ao meio e de comunicação com as populações subjugadas, habilidades fundamentais para garantir a perpetuação, a continuidade da cultura portuguesa. Mais adiante, essa concepção da psicologia do pioneiro e dos seus desdobramentos sociológicos reaparece na argumentação de uma distinção radical entre o tipo social do gaúcho brasileiro e o do gaúcho platino, constituindo-se um dos pilares da história da formação do Rio Grande do Sul.

Por último, cabe ressaltar outra estratégia narrativa relacionada aos procedimentos específicos da história em relação a outros tipos de escrita: o uso dos testemunhos, a citação de documentos. Vellinho reiteradamente prefere utilizar depoimentos ou documentos elaborados pelos próprios jesuítas para reforçar as suas críticas. Esse tipo de fontes, como se verá adiante, ele qualifica de “insuspeitas”.

Se a capacidade de antecipação fora determinada pelos atributos fundamentais da cultura lusa, poderia ser estabelecida uma diferenciação entre os próprios jesuítas baseadas nessas premissas. Assim, os religiosos portugueses, além de serem mais patrióticos que os espanhóis – contrariando um dos princípios da Companhia de Jesus, que subjugava a fidelidade nacional àquela devida ao papa –, partilhavam com os leigos a antecipação dos empreendimentos em relação aos seus pares espanhóis<sup>341</sup>. A precedência do empreendimento religioso foi associada a outro importante fator: o da presença física. Foram os regulares de Portugal quem primeiro contactou com os indígenas em terras do que seria posteriormente o Continente de São Pedro. Os índios e o território compunham o patrimônio a ser conquistado. A precedência dos exploradores se conjugava à dos religiosos lusos:

Por muito tempo se teve como certo que os regulares espanhóis haviam sido os primeiros religiosos da Companhia de Jesus a entrar em terras que iriam mais tarde integrar a configuração física da Província de São Pedro. É fora de dúvida que *muito antes* estas paragens eram freqüentadas por mercadores e predadores de índios, os quais baixavam de São Vicente e se internavam até o coração do país

---

<sup>341</sup> Sobre o lusitanismo dos jesuítas portugueses: “Esta tradição de fidelidade nacional não seriam alheios os jesuítas do Brasil, recrutados que eram, de preferência, entre os religiosos portugueses. (...) quanto ao patriotismo dos jesuítas lusitanos, parece fora de dúvida que os Reis de Portugal sentiam-se tranquilos. É o que se conclui de vários testemunhos, entre os quais uma carta em que o P. Antônio Vieira clama pela remessa de mais missionários para o Brasil, advertindo, porém, que fosse ‘muito maior’ o número de portugueses, e isto porque – esclarece ele – ‘nem os príncipes permitiam outra coisa’”. *Idem*, p. 59-60.

dos tapes. Mas entre essas incursões esporádicas, que parece terem começado já em meados do século de Quinhentos, e a instalação das primeiras reduções espanholas à margem esquerda do Rio Uruguai, há que abrir um novo parágrafo para o registro de outra tentativa de penetração jesuítica *anterior* àquela e de procedência política diversa. Tratava-se de missionários portugueses.<sup>342</sup>

A busca da anterioridade relaciona-se com as estratégias de construção da nação. Já na década de 1930, verificou-se a importância dessa estratégia político-narrativa para a reescrita da história da Revolução Farroupilha. Para se consolidar a brasilidade dessa rebelião, não apenas se contestou a sua intenção separatista, como se argumentou que os sul-rio-grandenses, se eram peculiares ao restante do Brasil, o eram não por uma distinção radical ou descontinuidade social e histórica. Na verdade, para boa parte da historiografia sulina dos anos 1930, os gaúchos brasileiros antecipavam discussões, ideologias e práticas políticas que se faziam presentes em períodos posteriores no caso brasileiro e eram, portanto, radical e antecipadamente brasileiros. A defasagem entre região e nação se dava temporalmente, e não cultural e politicamente. Durante o século XIX, como se sabe, tornou-se comum a busca das raízes de uma cultura em um período o mais recuado possível.<sup>343</sup>

Se a reivindicação de antecipação constitui-se em uma das bases epistemológicas da formação e da evolução histórica do Rio Grande do Sul, outra característica era fundamental tanto em *Capitania*, quanto em *Fronteira*: as origens conturbadas e belicosas da região:

As tensões de uma fronteira duramente controvertida, em constante estado de guerra, mais a rudeza primitiva das lides campeiras, explicam as transformações responsáveis pela cunhagem do padrão

---

<sup>342</sup> *Idem*, p. 61, grifos meus.

<sup>343</sup> Em *Fronteira*, o autor segue afirmando a precocidade das explorações dos portugueses na região sulina: “Admite-se, como já vimos, que remontam a 1550, senão antes, os primeiros contatos diretos da gente portuguesa com a região que ia constituir, mais tarde o corpo geográfico do Rio Grande do Sul. Quer dizer que essas entradas precederam de mais de um século a implantação da Colônia do Sacramento na banda superior do Rio da Prata”. VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1973, p. 7.

A noção de anterioridade como estratégia de legitimação das pretensões territoriais é uma das mais características do processo de construção narrativa das nações. Ver HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 2 ed. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 27; HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7 ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A ed., 2003, pp. 47-66.

social que vingou no Rio Grande sob o designativo regional de “gaúcho”.<sup>344</sup>

A ênfase nas relações entre a constituição física, política e sociológica da região nas e pelas guerras é uma das noções mais amplamente partilhadas entre historiadores e literatos no Rio Grande do Sul, inclusive Érico Veríssimo, em *O continente*. Em *Capitania*, o autor historia a instalação da Colônia de Sacramento como o acirramento das “velhas rivalidades” entre os impérios ibéricos. Daí em diante, não seria mais possível garantir a expansão pelo “ímpeto geográfico dos sertanistas”. “O tremendo vasculhador de sertões e desertos desaparecera agora para dar lugar ao soldado e campeador, fundidos numa mesma figura”.<sup>345</sup> A explicação da gênese social pela guerra remetia, portanto, às rivalidades que aqui se desenvolveram, não a uma característica psicológica guerreira específica, mas sim o contrário. O campeador tornara-se soldado por exigências do meio e da época: uma área que se encontrava entre as indefinidas fronteiras meridionais das monarquias ibéricas, onde se manifestaram antigos litígios partilhados por todos os portugueses (da Europa e da América) em relação aos espanhóis (daqui e de lá). A índole guerreira foi a manifestação local de um jeito de ser português e, depois, brasileiro na fronteira disputada:

Naqueles começos, os grupos sociais eram aqui pouco densos, mas toda a gente trazia, salvo naturalmente o índio, uma só marca, uma só vocação, – a vocação e a marca de um povo de ânimo decidido e cioso de afirmação. Quaisquer que fossem as ambições que os impeliam, esses pioneiros eram logo tomados pela mesma disposição de luta em defesa do império territorial que procurava um remate definitivo para suas confrontações.<sup>346</sup>

Os conflitos que marcaram as origens políticas e sociais do Rio Grande do Sul tinham como marco inicial a iniciativa de instalar uma fortaleza em frente a Buenos Aires, em 1680.

---

<sup>344</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1973, p. 199.

<sup>345</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 122-23.

<sup>346</sup> *Idem*, p 123.



Mas esse evento fundador apenas reacendeu rivalidades antigas, conforme o historiador. A história dos começos, portanto, remete a uma origem brumosa que remonta às disputas imemoriais entre Portugal e Espanha na Península Ibérica. Se o recuo das origens locais parece exagerado, também o é a datação do final desse ciclo de manifestações bélicas de uma mesma disputa originária: ele conclui-se apenas na Guerra do Paraguai! Somente então é que se daria o “encerramento da pendência cisplatina”.<sup>347</sup>

A sangrenta controvérsia que por todo um século manteve em sobressalto os gabinetes de dois reinos, mobilizando, com seus clamores, a própria diplomacia européia do tempo, não se resolveria sem acarretar conseqüências particularmente decisivas para a configuração territorial e o destino histórico da área que hoje integra o Estado do Rio grande do Sul. É, com efeito, nesses duros entchoques que o continente de São Pedro, a antiga *Capitania d’El-Rei*, vai meter as raízes de sua formação.<sup>348</sup>

A constituição narrativa de uma formação social e histórica elaborada no campo de batalha dos enfrentamentos armados entre portugueses e espanhóis, o Rio Grande do Sul, conforme a perspectiva de Vellinho, não poderia ter outra perspectiva senão de aversão e conflito em relação ao Prata. Não se trata apenas de repelir militarmente o inimigo, mas também de repelir toda e qualquer troca cultural durante todo o período crítico em que se finalizava a expansão portuguesa, se definiam as fronteiras geográficas do estado e, com elas, se elaborava sociologicamente o caráter local. É através desses expedientes que o autor pode afirmar que

O corpo geográfico do Brasil é integrado, no extremo sul, por um quadrilátero natural, quase um losango rigorosamente equilibrado sobre o vértice inferior. Essa figura de contornos tão bem lançados,

---

<sup>347</sup> *Idem*, p. 28.

<sup>348</sup> *Idem*.

cingida, aproximadamente em toda a sua extensão, por uma cercadura líquida, é o Estado do Rio Grande do Sul.<sup>349</sup>

Tamanha exatidão só pôde ser construída através da operação imprescindível de sucessivos textos historiográficos e literários estruturados geometricamente a fim de construir a homologia entre a configuração física e simbólica da região, para a qual Vellinho contribuiu com prescrições e representações. A precisão dessa construção foi aprofundada a ponto de se propor uma metáfora orgânica para representar a indissolubilidade dos laços remotos entre a parte e o todo nacional:

Tanto vale dizer que a fisionomia histórica e social do Rio Grande do Sul, com todos os seus particularismos, se formou e desenvolveu, não à margem ou ao arrepio da elaboração nacional, mas, pelo contrário, tensa e *organicamente* subordinada ao processo de expansão geográfica e integração do Brasil em sua múltipla feição política, econômica e cultural.<sup>350</sup>

### 3.2. A dialética entre miscigenação e instinto político: o sentido da história

Dois elementos foram fundamentais para estabelecer o sentido que tomou a história do Rio Grande do Sul a partir de sua formação: a *miscigenação* e o *móvel político* das ações dos desbravadores e de seus descendentes. Essas noções combinadas conferiram o sentido de uma história de construção da civilização rio-grandense organicamente ligada ao Brasil. Não há preeminência de um ou outro fator na elaboração da *formação* da região. Vellinho constrói uma dialética em que ambos se influenciam reciprocamente em um movimento que dá sentido à história e confere uma forma peculiar a esse “órgão vital” que se integrava ao corpo da nação.

---

<sup>349</sup> *Idem*, p. 109.

<sup>350</sup> *Idem*, p. 110.

A miscigenação como um dos fundamentos do processo sociohistórico da formação do Rio Grande do Sul foi explicitamente inspirada nas teses freirianas a respeito das origens da sociedade híbrida brasileira. Primeiramente, essa noção permite, mais uma vez, justificar as relações íntimas entre o processo formativo sul-rio-grandense e o brasileiro. Similarmente ao restante do país, aqui se deu o processo de exploração, expansão e *coito civilizatório* protagonizado pelo português e os nativos. As peculiaridades da população local estavam garantidas pela suposta menor proporção do negro em sua composição étnica e pelas contingências políticas específicas da fronteira de uma “área cobiçada” por dois impérios.

Entretanto, entram aqui em discussão alguns “aspectos polêmicos”, como as similaridades entre a paisagem e a *sociologia da guerra* partilhadas com o Prata. Era necessário estabelecer uma diferenciação tão radical dos vizinhos que pudesse legitimar a brasilidade da região, mas não o suficiente para desfazer a peculiaridade da região em relação ao Brasil. Duas noções, nesse sentido, foram importantes para Vellinho: de um lado, as diferenças consideradas com o olhar direcionado para o exterior tornavam-se “contrastantes”, enquanto, no âmbito da formação nacional, em relação às outras unidades territoriais, culturais e políticas internas, as diferenças tornavam-se “peculiaridades”, variações de uma mesma estrutura racial, histórica e sociológica.

A construção narrativa dessas concepções tinha como fundamento uma certa idéia a respeito dos portugueses. Eles foram elementos integrantes de uma e outra operação: a de identidade e a de distinção. Além de uma noção específica sobre o papel dos portugueses do ponto de vista histórico e sociológico, ainda compõe esse quadro teórico uma apropriação seletiva do conceito de miscigenação de Freyre e das teorias raciológicas disseminadas no Brasil desde o século XIX. A mestiçagem no Rio Grande do Sul foi construída mediante a escolha de elementos que propiciavam a preservação de uma peculiaridade local em relação ao processo nordestino. Essa concepção está relacionada com a forma pela qual o autor vislumbrava as relações entre o meio e o homem, a sociedade.

Ao pensar a sociedade gaúcha em termos de uma lenta construção racial e sociológica, Vellinho põe em tela novamente antagonismos, focalizando dessa vez as relações entre o colonizador e os grupos autóctones. Se a mestiçagem no nordeste do Brasil tratava principalmente das relações entre os negros escravos e os portugueses, no sul, esse processo deveria ser focalizado no índio e no branco. Nesse sentido, o autor observava uma continuidade na atitude dos aventureiros em relação às índias, desde os tempos

mais recuados da conquista até a penetração dos paulistas no futuro território sul-riograndense.

Longe da pátria, os colonos aqui se desforravam das canseiras da travessia e das agruras da saudade cevando-se com fúria no amor das nativas. (...) Em promiscuidade com elas, naquela plenitude elementar, era como se os pioneiros tivessem reconquistado o paraíso das relaxações primitivas. De regresso a todas as franquias do instinto, a sós com a natureza, procriavam sem lei nem medida, num surto como só se terá visto igual na infância do mundo.<sup>351</sup>

Dois pólos encontravam-se no processo da mistura das “raças”: a natureza e a cultura. Do primeiro lado, as nativas; do segundo, os colonizadores. Em relação ao primeiro pólo do antagonismo estabelecido, o autor revela vários preconceitos já em desuso em sua própria época, o que não deixa de chamar a atenção, já que se trata de alguém muito bem versado nas discussões quentes sobre a nação. Dessa forma, parece ter-se constituído uma opção pela desqualificação dos índios frente aos portugueses não apenas como permanência das noções racistas do século XIX, mas com um objetivo mais preciso. Ela representa, sobretudo, uma opção teórica no tratamento do processo histórico. A seguir, se buscará esclarecer que essa opção também se deveu a imperativos de coerência narrativa e histórica. É assim que, aos nativos, são imputados os atributos de um grupo social destinado a ser dominado, senão pelos aventureiros paulistas, pelos próprios jesuítas nas missões:

Não se chocam impunemente dois escalões culturais separados entre si por milênios. E os milênios de atraso que pesavam sobre o nosso gentio não poderiam ser superados pelo batismo em massa nem à força de sermões e disciplinas corporais. Os padres estavam convencidos de que tais expedientes bastavam para franquear aos infiéis as portas do céu. O que se viu, porém, foi que não chegaram para conduzi-los à civilização.<sup>352</sup>

---

<sup>351</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 22.

<sup>352</sup> *Idem*, p. 62.

De um único golpe, o historiador articula explicações para o insucesso das Missões jesuíticas e justifica a ação predatória dos bandeirantes em relação aos índios. Mas outro argumento foi mais decisivo no sentido de constituir a miscigenação como elemento positivo da formação social nacional e, ao mesmo tempo, como conceito histórico. O autor afirma o empreendimento jesuítico como malogrado e o explica pela estratégia adotada de insulamento dos guaranis. Restringidos os contatos tanto com os leigos portugueses quanto com os espanhóis, evitou-se a servidão dos índios aos colonizadores brancos, possibilitando o seu uso pelos próprios religiosos e, ao mesmo tempo, impossibilitando a miscigenação entre esses grupos raciais. A única possibilidade de pular etapas na difícil empreitada de superar milênios de atraso era a miscigenação. Todo o zelo, o fervor religioso, os métodos de disciplina corporal utilizados pelos jesuítas na catequese dos guaranis não atingiam parâmetros comparáveis à mistura sanguínea e genética como método civilizatório.

No Brasil, a errônea política da segregação social e econômica do índio, praticada com obstinação pelos jesuítas, se não houvesse topado, desde cedo com a decidida oposição dos colonos, teria levado o nosso destino a outros caminhos, quem sabe mesmo se à desagregação.<sup>353</sup>

Vellinho aproxima-se do uso da noção de mestiçagem como estratégia de branqueamento<sup>354</sup>, assinalando mais uma vez a dívida que o Brasil tinha com os bandeirantes e sua ação civilizadora, opondo os procedimentos dos jesuítas à eficaz truculência dos paulistas como fator de civilização:

---

<sup>353</sup> *Idem*, p. 58.

<sup>354</sup> Sobre a defesa da mestiçagem para o branqueamento do colonizado como estratégia de construção da civilização, ver SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Em *Fronteira*, o autor repetiria o argumento do branqueamento ao analisar a miscigenação com os índios minuanos: “Os minuanos, encostados à ribanceira ocidental da Lagoa Mirim acabaram amigos e aliados dos portugueses, ajudando-os nas arreadas e no contrabando de cavalos. Foram, dentre os indígenas meridionais, os que sobreviveram em maior número. Com o estabelecimento de estâncias, seriam aproveitados nos serviços de campo e acabariam se *fundindo e desaparecendo* no tipo representativo do gaúcho rio-grandense”. VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1973, p. 6.

Não sabemos se dentro do relativismo da História a causa da civilização não deve mais ao bandeirismo, com todas as suas violências, que à vã tentativa de resgatar o gentio pela segregação e erguê-lo de súbito, de seu ínfimo estágio de cultura, para a transcendência das verdades espirituais.<sup>355</sup>

As citações acima evidenciaram ostensivamente uma concepção de civilização como resultado do processo violento da colonização. Apenas a sujeição dos elementos autóctones pelo branco superior permitiria a sua redenção dos milênios de atraso histórico e social. Dessa forma, o historiador sulino, a despeito da invocada influência de Gilberto Freyre em sua concepção de sociedade e de história, estaria mais próximo de Oliveira Vianna ou outro sociólogo conservador? Este último sociólogo também estava dentre os autores mais citados por Moysés Vellinho. Mas as classificações das obras e autores conforme a atualidade das influências ou a dicotomia conservadores/vanguardas já deixaram há muito de ser critério suficiente de uma análise historiográfica. O próprio Oliveira Vianna pode ser considerado um pensador da modernização no processo político, a despeito de sua filiação a pressupostos de análise da sociedade vigentes no século XIX.<sup>356</sup> Por outro lado, também considerado politicamente como defensor dos privilégios da aristocracia decadente, Gilberto Freyre foi mais difícil de rotular. Seu uso do conceito de cultura é freqüentemente considerado como um substituto de raça, mas a sua posição tem recebido ao menos o benefício da ambigüidade.<sup>357</sup>

Ricardo Benzaquen de Araújo problematizou as relações entre o conceito de cultura e o de raça em Gilberto Freyre, e sua análise será tomada aqui para se compreender o processo semelhante de apropriação dessas noções por Moysés Vellinho. O sociólogo nordestino ambicionava romper com o racismo que caracterizava a produção erudita sobre a formação sociohistórica do Brasil nos anos 1930. Essa tradição de análise fundava-se em duas interpretações básicas: a do monogenismo e a do poligenismo, herdadas das concepções

---

<sup>355</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 72.

<sup>356</sup> Sobre a questão da modernização política como preocupação de Oliveira Vianna, ver PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilhadore e semeadore: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna*, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940). São Paulo: Editora 34, 2000, pp. 89-152.

<sup>357</sup> Sobre a substituição da raça pela cultura em Gilberto Freyre, ver, por exemplo, ORTIZ, Renato. *Op. Cit.*, 1994. Sobre a ambigüidade no uso do conceito de cultura em *Casa grande e senzala*, ver LIMA, Luiz Costa. "A versão solar do patriarcalismo: *Casa grande e senzala*". In: \_\_\_\_\_. *Aguarras do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989 e ARAUJO, Ricardo B. *Op. Cit.*, 1994.

iluministas sobre a natureza humana. Enquanto a última posição praticamente tornava inviáveis as possibilidades de progresso de um país mestiço como o Brasil, a primeira representava a postura que ficou conhecida como a proposição do branqueamento, que, a despeito de ser mais otimista quanto ao problema da mestiçagem, remetia para longa duração o caminho em direção à civilização.<sup>358</sup> A posição de Freyre foi considerada por Araújo como uma terceira opção entre essas duas perspectivas teóricas:

Distinguindo raça de cultura e por isto valorizando em pé de igualdade as contribuições do negro, do português e – em menor escala – do índio, nosso autor ganha forças não só para superar o racismo que vinha ordenando significativamente a produção intelectual brasileira mas também para tentar construir uma outra versão da identidade nacional, em que a obsessão com o progresso e a razão, com a integração do país na marcha da civilização, fosse até certo ponto substituída por uma interpretação que desse alguma atenção à híbrida e singular articulação de tradições que aqui se verificou.<sup>359</sup>

Aceitando-se as proposições de Araújo quanto ao problema do uso do conceito de raça e cultura em Gilberto Freyre, bem como das heranças iluministas verificadas nas obras eruditas brasileiras que se ocuparam do assunto, a apropriação de Vellinho em relação a essa discussão mostra-se original, embora não necessariamente satisfatória como explicação do processo de formação da sociedade sul-rio-grandense. Tal como o sociólogo nordestino, o ensaísta sulino não abandona de todo a noção de raça e a vinculação das explicações sociológicas aos apelos da biologia e do meio físico. Cabe aqui mais uma vez invocar a análise de Benzaquen de Araújo para o caso de Freyre, em auxílio à compreensão do pensamento de Vellinho:

Não á por outra razão, inclusive, que Gilberto afirma que “como salienta Spengler [,] uma raça não se transporta de um continente para o outro; seria preciso que se transportasse com ela o meio físico” (CGS, p. XVII). Convertendo portanto a idéia de raça muito mais em

---

<sup>358</sup> ARAÚJO, Ricardo B. *Op. Cit.*, 1994, p. 31-35.

<sup>359</sup> ARAÚJO, Ricardo B. *Op. Cit.*, 1994, p. 28.

um efeito do que propriamente em uma causa, essa concepção neolamarckiana conseguia garantir consistência, estabilidade e sobretudo perenidade à cultura, mas esta garantia se baseava em um compromisso essencialmente biológico e por conseguinte destoante, pelo menos até certo ponto, do estilo que caracterizava o mais puro legado de Boas, ao qual Gilberto sempre tentou se filiar. Contudo é indispensável que nos lembremos que esse compromisso não implicava necessariamente nenhuma adesão a ideais marcados pelo evolucionismo ou pela hierarquia racial, como o monogenismo e o poligenismo, visto que, motivados pelo *milieu*, os grupos que dele derivavam não tinham nenhuma outra opção senão manter permanentemente um uso bastante peculiar, *simétrico e imparcial*, da idéia de diversidade.<sup>360</sup>

Moysés Vellinho referia-se, em *Capitania*, reiteradamente, como fazia nos anos 1920, às relações entre meio físico, cultura e sociedade. Já na introdução, o problema das relações entre meio físico, raça e história aparece de forma central no seu discurso. Ele preocupava-se desde o início em criticar interpretações que, analisando equivocadamente o processo sociohistórico das origens do estado, pressupuseram que os sul-rio-grandenses não eram “brasileiros puro-sangue, mas em grande parte gente platinizada”.<sup>361</sup> A contestação do historiador sulino dirigiu-se principalmente às teses de Capistrano de Abreu e João Ribeiro. Do primeiro, Vellinho rejeita o “argumento geográfico” de que o rio Uruguai constituía um marco divisório e que, portanto, o Rio Grande do Sul deveria ter o mesmo destino do país vizinho: ficar de fora das fronteiras brasileiras.<sup>362</sup> Na avaliação do segundo autor, foi mais bem explicitada a questão das relações entre o território, paisagem e unidade social, cultural e histórica do estado:

Quanto a João Ribeiro, começou deixando-se envolver por uma concepção mutiladora da formação do Brasil. Devoto, ao que parece, da influência por assim dizer excludente dos fatores naturais sobre os processos de elaboração histórica, ele desdenhou elementos de outra natureza, tão decisivos na obra civilizadora de Portugal: - o gênio aglutinador da raça e sua fecunda capacidade de adaptação e

---

<sup>360</sup> ARAÚJO, Ricardo B. *Op. Cit.*, 1994, p. 38.

<sup>361</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 13.

<sup>362</sup> *Ibidem.*



deslocamento. *Os fatores naturais nunca prevaleceram sobre a ação desses atributos singulares, nem na Península, nem no ultramar.*<sup>363</sup>

Neste escrito da maturidade de Vellinho, vê-se delineada mais claramente a sua abordagem em relação ao tema dos fatores essenciais da formação da sociedade. Contrariamente à posição ambígua das décadas de 1920 e 1930, o autor explica de forma mais precisa que os elementos fundamentais do processo de inserção orgânica do Rio Grande do Sul na nação são a língua, a raça e a política:

Ora, se o que se verifica nos altos círculos do pensamento histórico brasileiro é isto, esse inveterado jogo de incompreensões acerca das coisas rio-grandenses, não é de estranhar que a cada instante patricios de outras circunscrições, aportados ao Rio Grande, se admirem de ver que nós aqui falamos a mesma *língua* que eles, sem as rebarbas castelhanas que temiam, e que a nossa *extração racial e política* é também a mesma...<sup>364</sup>

Em suma, nas citações acima, o historiador adotava os atributos portugueses destacados por Gilberto Freyre, mas parecia se aproximar mais da noção de “raça histórica” para dar conta da peculiaridade local do que do conceito de cultura.<sup>365</sup> Mas a sua efetiva reflexão sobre as relações entre meio físico, raça e sociedade deve ser acompanhada remontando-se à dinâmica narrativa das origens e às diferenças entre os “tipos sociais” do gaúcho brasileiro e do gaúcho platino, complementando-se a discussão iniciada sobre a noção de miscigenação.

A distinção entre os sul-rio-grandenses e os argentinos e uruguaios foi construída através do *contraste* entre formações históricas e raciais. Essa distinção necessitava de uma base epistemológica segura devido aos freqüentes equívocos quanto à pertinência dos primeiros à formação sociocultural brasileira, invocados por Vellinho na introdução da obra

---

<sup>363</sup> *Idem*, p. 14-15, grifos meus.

<sup>364</sup> *Idem*, p. 18, grifos meus.

<sup>365</sup> Sobre a contraposição entre o conceito de cultura e o de raça histórica, ver ARAÚJO, Ricardo B. *Op. Cit.*, 1994, p. 37.

examinada neste capítulo, bem como nos seus textos anteriores sobre literatura. Desse modo, o autor delimita seu objeto de análise referindo-se a “tradições antagônicas”, ocorridas em “áreas geograficamente contíguas”, cujas relações não foram outras senão as de confronto armado. Dessa forma, ergue-se de início um muro intransponível entre as regiões vizinhas: que outro tipo de troca poderia se estabelecer nessa fronteira senão a de projéteis?<sup>366</sup> Entretanto, mínimas concessões são feitas à similaridade entre os dois tipos de gaúchos:

Pontos de parença entre os tipos sociais do gaúcho rio-grandense e do gaúcho platino existem, sem dúvida, mas se restringem às peculiaridades decorrentes do mesmo sistema básico de atividades – o pastoreio – desenvolvido num cenário físico semelhante, e parcialmente fundado, em ambos os lados, na experiência e nas práticas do campeador nativo. Fora disso, porém, fora desses fatores circunstanciais, suscitadores de ações e reações equivalentes, tudo o mais são traços que caracterizam tipos autônomos, ativamente extremados um do outro, e chamados a desempenhar um drama de fronteira no qual haviam de atuar como inimigos.<sup>367</sup>

Diante do quadro acima, fica claro que os fatores econômicos e naturais devem ocupar necessariamente um papel secundário na sua epistemologia da história de formação. Assim, os fatores históricos, psicológicos e raciais concorrem com os de natureza econômica para a configuração dos tipos sociais.<sup>368</sup>

---

<sup>366</sup> Atualmente, se considera a noção de fronteira em Vellinho, bem como em autores antecessores e contemporâneos a ele, como a de um obstáculo intransponível, impermeável. Tem-se demonstrado que, ao contrário dessa versão sobre a formação social e histórica da fronteira, ela foi permeável e, mesmo que os conflitos fossem endêmicos, havia também circulação de homens, mercadorias e idéias entre os lados opostos. Sobre o assunto, ver, dentre outros: KUHN, Fábio. “A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII”. *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre, PUCRS, v. XXV, n. 2, dezembro 1999, pp. 91-112; NEUMANN, Eduardo. “A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII”. In: GRIJÓ, L.; KUHN, F.; GUAZZELLI, C. A. B.; NEUMANN, E. (orgs.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, pp. 25-46; PRADO, Fabrício P. “Introdução”. In: \_\_\_\_\_. *A Colônia de Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002, pp. 17-34.

<sup>367</sup> VELLINHO, M. *Capitania*. Op. Cit., 1964, p. 156.

<sup>368</sup> *Idem*, p. 156-57.

Do lado castelhano, o “choque inevitável entre o gentio e o conquistador” teve desdobramentos diferentes daqueles verificados do lado brasileiro. Estabeleceu-se uma concorrência muito mais acirrada entre os espanhóis e os naturais pelos recursos econômicos:

Entre os avanços dos castelhanos em torno dos nódulos iniciais de civilização e a oposição dos aborígenes estabeleceu-se, ao longo da frente de conquista, uma espécie de fronteira de sangue, e sobre essa fronteira as duas forças – a dos europeus e a dos naturais – mediram-se com áspera determinação.<sup>369</sup>

As hostilidades entre índios e espanhóis no contexto platino prosseguiram desde os tempos da colonização até o século XIX. A oposição configurada por Vellinho para o lado de lá da fronteira não se restringiu ao binômio naturais-europeus e foi definida igualmente como um confronto entre cidade e campo. A despeito desses antagonismos, Vellinho propõe que tenha se verificado também nesse contexto a mestiçagem, mas a referência a esta foi feita, também, como visto acima, para o caso da América portuguesa, associada ao processo de violência, só que de forma mais intensa: “À sombra de violências e rancores *surdiria das ervas* esse elemento de *raivosa* pugnacidade: – o mestiço”.<sup>370</sup> A miscigenação na região platina, então, gerava um tipo social que cultivava o ressentimento e o ódio ao conquistador. Uma diferença básica entre os processos de miscigenação na América meridional teria sido dada não pelas raças aí envolvidas, isto é, não pelo substrato biológico, mas pelas relações estabelecidas entre os conquistadores e os submetidos:

O certo é que fora da satisfação dos instintos, que nada tem a ver com preconceitos raciais nem sociais, o espanhol não admitia nenhum entendimento com a arraia-miúda. Do cume de seus braços, de sua nobre intolerância, ele a considerava indigna de qualquer aceno. Um alto sentimento de menosprezo comandava suas relações com o subalterno.<sup>371</sup>

---

<sup>369</sup> *Idem*, p. 158.

<sup>370</sup> *Idem*, p. 159.

<sup>371</sup> *Idem*, p. 162-63.

Para completar o quadro, Vellinho lançava mão da mesma estratégia utilizada na crítica aos jesuítas: os textos dos historiadores de língua espanhola são utilizados para justificar a incompetência dos próprios espanhóis como colonizadores:

Embora seja duvidoso que na formação do temperamento espanhol o influxo telúrico tivesse excluído fatores de outra natureza, a enfática afirmação de Bunge tem tudo a ganhar como índice de uma veemente convicção acerca de um dos sinais mais constantes da lama espanhola. Imperioso, cru, esse modo de ser talvez explique, em grande parte, por que os fabulosos conquistadores que foram os homens de Castela revelaram como colonizadores virtudes tão escassas.<sup>372</sup>

O corolário desse processo no lado platino teria sido a divisão da sociedade em grupos raciais e sociais, o cultivo de um ressentimento entre estes, o conflito entre campo e cidade e a presença singular do banditismo na área rural:

Outros efeitos se não de descontar desse arrastado conflito de raças e de castas dentro da mesma área nacional. Acuado em seu próprio *terruño*, o mestiço se encouraça no seu ressentimento, odiando, omitindo-se, negando-se a tudo. Embora intrépido e afeito à luta, com ele não contassem para nada, nem mesmo para a atividade mais afim com as suas tendências: – o serviço de milícias. As armas com que em geral resiste são a deserção e o crime, senão a pura apatia. Quando o país conquista a independência, obra dos idealistas e burgueses da *cidade*, ele recebe o grande acontecimento com indiferença e passividade: aquilo não era com ele...<sup>373</sup>

Se, para Vellinho, o gaúcho foi o elemento “popular” que resultou do processo de miscigenação e ressentimento intergrupar, o “caudilhismo” foi a expressão política dessa configuração social. Adequado ao primarismo sanguíneo verificado na formação do Uruguai

<sup>372</sup> *Idem*, p. 163. Além de Bunge, nas páginas seguintes, são citados e analisados outros autores de língua espanhola, Lucas Ayarragaray e José Ingenieros, para o reforço da tese apresentada.

<sup>373</sup> *Idem*, p. 167.

e da Argentina, esse fenômeno não teria acontecido no Rio Grande do Sul devido às diferenças verificadas na composição racial, nas relações entre colonizador e colonizado, mas principalmente devido à dialética estabelecida entre a miscigenação e os fatores políticos.

Em primeiro lugar, teria sido menor a contribuição do sangue indígena na conformação do brasileiro do sul do que na do mestiço platino. O argumento de Vellinho para justificar essa afirmação é o de que as Missões Jesuíticas, sediadas em território que foi integrado posteriormente ao Brasil, segregaram os índios do contato com o colonizador branco, monopolizando sua mão-de-obra e evitando a mestiçagem. Após a guerra contra os guaranis pelo cumprimento do Tratado de Madrid, estes teriam sido quase completamente extintos ou migrado para outras áreas. Os outros grupos autóctones já teriam decaído numericamente de forma sensível quando da instalação do forte português na foz da lagoa dos Patos, atual cidade de Rio Grande, em 1737:

Decisivo na formação étnica e moral do gaúcho platino, quer pelo peso de sua contribuição de sangue, quer pela pressão de seu ressentimento, o componente indígena se apresenta, desde logo, como elemento fortemente diferenciador no confronto entre os tipos históricos do Prata e do Rio Grande do Sul. (...) Na formação antropológica do nosso campeiro, o índio não só entrou com um contingente bem mais pobre, como trazia a lama sem a carga de ódio com que ele reagiu ao desprezo e às truculências do espanhol, nas campanhas platinas.<sup>374</sup>

Para o autor, se os índios guaranis, lendários inimigos do império português, tiveram escassa participação na conformação étnica do gaúcho brasileiro, os minuanos foram cooptados pelos colonizadores, tornando-se seus aliados. Juntamente com esses fatores, houve, no caso rio-grandense, o diferencial da presença de colonos açorianos na zona rural. Os cuidados oficiais de estabelecer amizade com os gentios não-guaranis e a presença açoriana não teriam obtido resultados muito diversos na constituição da população campeira do Rio Grande do Sul:

---

<sup>374</sup> *Idem*, p. 175.

Independente, porém, dos cuidados oficiais, os povoadores da antiga Capitania d’El-Rei não revelaram a menor disposição para os rasgos de violência geradores do estado de tensão e revolta que os espanhóis desencadearam no Prata. Descendentes de um povo menos cheio de si, embora tão rico em história como seus confinantes ibéricos, e quase todos luso-brasileiros – o que quer dizer que já afeitos à modéstia e dureza das condições de vida do ambiente colonial – ou ainda gente simples das Ilhas ou do Reino, que todos ignoravam o que fossem brasões ou privilégios de sangue, não lhes foi difícil entrar em comércio com os minuanos e atraí-los para a sua causa.<sup>375</sup>

Por isso mesmo, o Rio Grande do Sul teria desconhecido a oposição entre campo e cidade verificada no caso platino. Mas essa contraposição de Vellinho carregava outro sentido: não teria havido aqui um antagonismo entre civilização e barbárie. A presença maior da força civilizadora do conquistador na área rural, através da maior proporção de sangue branco na composição étnica da população, se manifestaria, também, através de uma atitude política contrária ao caudilhismo. A estância, sob esse prisma, teria desempenhado uma “função civilizadora” e inculcado os valores de disciplina e obediência civil, inexistentes na formação social platina.<sup>376</sup> Não será possível, nem necessário, retomar os argumentos do autor para provar a ausência desse tipo de (des)organização política na região, o que já foi realizado por outros estudiosos da historiografia local.<sup>377</sup> Mais importante é retomar o papel atribuído pelo autor aos fenômenos políticos no rumo da história.

Os fatores econômicos, estreitamente vinculados às características do ambiente natural, como visto acima, não poderiam ser preponderantes sobre os outros componentes históricos no processo de formação da sociedade. Contrastando o gaúcho platino ao rio-grandense, Vellinho buscou provar que, apesar de um meio físico semelhante e de uma mesma contingência de conflitos fronteiriços, os fatores raciais e sociais haviam tido enorme peso na distinção dos dois tipos sociais em questão. Apesar dessa concepção, o autor não recusava a importância da organização da produção na conformação da sociedade: os

---

<sup>375</sup> *Idem*, p. 177.

<sup>376</sup> *Idem*, p. 193-94.

<sup>377</sup> Os argumentos utilizados por Moysés Vellinho para refutar a ocorrência do caudilhismo no Rio Grande do Sul são comparáveis aos utilizados por outros historiadores locais. Ver NEDEL, Letícia Borges. “Caudilhismo, não!”. *Op. Cit.*, 2001.

trabalhos do campo, segundo ele, acabavam homogeneizando as diferenças internas ao conjunto social local.<sup>378</sup> Entretanto, esse fenômeno jamais prevaleceria sobre as injunções políticas da ação de conquista e ampliação das fronteiras territoriais. Isso se verificava em diferentes pontos de sua obra, como na análise do processo mais remoto de expansão e conquista em terras da América portuguesa:

Como todos os movimentos de expansão que a História registra, mesmo os de caráter confessional ou ideológico, é certo que o estonteante itinerário das bandeiras foi pontilhado por rasgos de violência. Ninguém ousaria nem poderia negá-lo. Mas de mistura com a truculência que as circunstâncias explicam, e sobressaindo a tudo, que espantoso instinto de criação política sob os impulsos predatórios dos aventureiros paulistas do século XVII! Acima do bem e do mal pelas cruas contingências do meio e da época, a eles, pela sua espantosa mobilidade, pela dureza e desassombro de suas investidas, estava reservada uma fulgurante *destinação histórica*: – a integração da América portuguesa em quase toda a sua extensão.<sup>379</sup>

Na construção do quadro geral da história de formação, a lógica do processo era dada pelo “móvel político”. Um dos grandes méritos dos portugueses na América teria sido justamente a sua vocação, o seu instinto político, que teriam vigorado sobre os interesses econômicos e religiosos, e as leis da história favoreceriam aqueles que se orientavam pela ação militar de expansão e conquista territorial. Assim, ao analisar a concorrência muito mais acirrada que teria se estabelecido entre os espanhóis e os “naturais” pelos recursos econômicos, ela foi significativamente definida como tributária de uma “contaminação econômica”. Dessa maneira, o processo que foi considerado pelo autor como negativo reforçava os argumentos em torno dos fatores que operavam de forma mais incisiva no processo histórico, bem como definia quais os que *deviam* orientá-lo.<sup>380</sup> Tal como havia prenunciado o processo brasileiro de formação social e territorial, no Rio Grande do Sul, teria se combinado uma personalidade histórica e social com uma configuração geográfica

---

<sup>378</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 200.

<sup>379</sup> *Idem*, p. 70.

<sup>380</sup> *Idem*, p. 158.

adequada, justamente pela prevalência da política sobre os outros componentes do curso da história:

Pois a essa unidade de fisionomia tão pronunciada dentro da moldura física do nosso país, corresponde uma personalidade histórica e uma realidade social e econômica de viva singularidade, embora deva ser acentuado, desde logo, que essa singularidade se definiu e consolidou em função dos próprios vínculos de subordinação do Rio Grande ao complexo nacional. Isto quer dizer, por outras palavras, que as peculiaridades rio-grandenses, se necessariamente denunciam o influxo dos fatores naturais e ecológicos próprios da região, tomariam consciência e destino, já no terreno histórico e cultural, sob *as inspirações da condição política* que o fronteiro trazia consigo justamente com as suas armas.<sup>381</sup>

O estado assim configurado narrativamente preservava suas peculiaridades sem perder o seu vínculo orgânico com a nacionalidade brasileira. Entretanto, a sociedade e cultura aqui formadas eram também compreendidas como uma “civilização”. É no uso dessa noção, associada mais freqüentemente com a interpretação a respeito das ações instintivas do colonizador perante o território e as populações autóctones, como visto, que se evidenciava com maior clareza a dialética pressuposta pelo autor entre a miscigenação e a política. É devido a essa concepção de civilização como resultado da articulação entre a composição racial e as heranças históricas e culturais, dentre elas, as concepções políticas, que Vellinho rejeitava o insulamento que preservava os indígenas das missões da mistura genética e de outros contatos com o branco civilizador. Mas, como visto, não era qualquer branco, nem qualquer tipo de contato estabelecido com os autóctones que resultaria em uma construção social e histórica bem-sucedida. Assim, reiteradas vezes o autor convidava o leitor a um exercício de imaginação, elaborando questões de tipo condicional: o que teria acontecido se os bandeirantes não tivessem obstruído o avanço das Missões jesuíticas no território sul-brasileiro? Que tipo de nação teria, nessa região, sido construída se os guaranis não tivessem fugido ou sido praticamente dizimados na guerra pelo cumprimento do Tratado de Madrid?

---

<sup>381</sup> *Idem*, p. 109-110, grifos meus.



Se contra a arremetida dos velhos continentinos tivessem prevalecido as forças que do outro lado da nossa raia histórica foram mobilizadas para barrar-lhes o passo, o Rio Grande do Sul estaria reduzido hoje a um órgão mutilado, talvez menos que isso: o mais provável é que, em vez de uma porção viva do Brasil, não passasse de uma pequena pátria entre as demais do irrequieto mundo hispano-americano, qualquer coisa como uma nação semiguarani, obscura remanescência das antigas Missões Orientais.<sup>382</sup>

Não se teria construído a civilização sul-rio-grandense organicamente ligada ao Brasil, mas, no máximo, um arremedo de nação: para Vellinho, antes de uma cultura, o que se criava era uma civilização. A despeito de proclamar a importância de Gilberto Freyre como intérprete da sociedade brasileira, as interpretações do historiador sulino não se orientaram pelo conceito de cultura, em relação ao qual o próprio sociólogo nordestino teria uma posição ambígua, como visto. Moysés Vellinho selecionou os atributos culturais e étnicos dos portugueses e a crítica da prevalência dos fatores ambientais sobre os culturais – dentre eles, as concepções políticas – do pensamento freiriano e acabou adotando uma noção de civilização mais próxima à de Euclides da Cunha.<sup>383</sup> O fato não pode ser visto como aberração teórica se for considerada a dívida intelectual do autor com a literatura e a proximidade entre *Os sertões* e as preocupações sociológicas.<sup>384</sup> Outra herança que pode ser invocada, nesse sentido é o uso de uma metodologia analítica baseada em *contrastes*.<sup>385</sup>

Segundo a análise de Luiz Costa Lima sobre a célebre obra, Euclides da Cunha teria entendido equivocadamente a tese de Gumplowicz a respeito da luta entre raças, assinalando

---

<sup>382</sup> *Idem*, p. 111.

<sup>383</sup> Deve-se ter em mente que as idéias do próprio Freyre também são parcialmente tributárias da herança analítica de Euclides da Cunha. Nesse sentido, ver LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha: contrastes e confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto: Petrobrás, 2000; LIMA, Luiz Costa. *Op. Cit.*, 1989.

<sup>384</sup> Em *Fronteira*, o autor cita correspondências de Euclides da Cunha como fonte primária para autorizar suas interpretações. VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1973, p. 205 e 226. Há uma referência mais direta a Cunha, na qual Vellinho, ao comentar o problema do êxodo rural nos anos 1940, associava romance e sociologia, enfatizando o potencial explicativo do primeiro sobre a realidade: “Dir-se-á que o assunto é privativo da sociologia, da medicina social, da economia política. Não será totalmente assim: não poderíamos, porventura, considerar *Os Sertões*, embora falho da mais rudimentar estrutura romanesca, e apesar de ser, na sua motivação imediata, uma crônica militar, e de apresentar-se, em tantas de suas páginas, sob grave revestimento científico, – não poderíamos considerá-lo como um soberbo romance, talvez o mais compreensivo e generoso escrito no Brasil?”. VELLINHO, M. “Érico Veríssimo: o romancista”. *Op. Cit.*, 2001, p. 118.

<sup>385</sup> Sobre o uso dos contrastes como potencial analítico da sociedade brasileira em *Os sertões*, ver LIMA, Luiz Costa. *Op. Cit.*, 2000.

o processo como o “esmagamento das raças fracas pelas raças fortes”.<sup>386</sup> Entretanto, o sociólogo polonês sintetizava sua tese de outra forma, afirmando o *conflito*, mas não a hierarquização entre as raças:

*A luta de raças pela dominação, pelo poder, a luta sob todas as suas formas, sob uma forma confessada e violenta ou latente e pacífica, é portanto o princípio propulsor propriamente dito, a força motriz da história; mas a própria dominação é o pivô em torno do qual giram todas as fases do processo histórico, o eixo em torno do qual elas se movem, pois os amálgamas sociais, a civilização, a nacionalidade e todos os fenômenos mais elevados da história só se revelam em decorrência de organizações de poder e por meio destas organizações.*<sup>387</sup>

Dessa forma, se Vellinho selecionou em Gilberto Freyre a sua caracterização do português e uma posição otimista quanto à miscigenação, de Euclides da Cunha pode ter adotado a noção de hierarquização e conflito entre raças. O resultado geral dessa apropriação singular dos clássicos da literatura e da sociologia nacional seria uma noção do processo civilizacional como avanço do branqueamento da população. Essa postura teria a vantagem de resolver a questão da necessária distinção entre o gaúcho sul-rio-grandense e o platino, bem como de sugerir que, mesmo sendo organicamente brasileiro, o primeiro teria como peculiaridade estar em um estágio superior de civilização em relação aos demais brasileiros. Assim, essa construção de peculiaridade do tipo social sulino não pode ser vista como exotização, como uma expressão diferenciada de uma só civilização. As diferenças entre os gaúchos brasileiros e os seus vizinhos eram contrastadas como níveis distintos de estágios civilizacionais. Entretanto, o restante dos brasileiros poderia estar em um nível intermediário entre os platinos e os sul-rio-grandenses.

A proposição acima parece se adequar melhor ao uso que Moysés Vellinho faz das noções de raça, cultura, miscigenação e civilização e das estratégias de contraste. Mas a hierarquização entre as raças não era dada, para ele, por uma determinação biológica e, muito

---

<sup>386</sup> LIMA, Luiz Costa. *Op. Cit.*, 2000, p. 40.

<sup>387</sup> GUMPLOWICZ, Ludwig, *Apud* LIMA, Luiz Costa. *Op. Cit.*, 2000, p. 44.

menos, ambiental, como se vê claramente no seu esforço para diferenciar os dois gaúchos contíguos geograficamente. Vellinho, então, parece muito mais próximo de uma definição de diferenciação racial e, conseqüentemente, cultural mediante um processo histórico e social. Nesse sentido, a coerência de uma dialética entre a miscigenação e o móvel político das ações humanas só pode ser compreendida quando se recorda que o elemento político, para o autor, era uma expressão da formação sociocultural. Essa posição pode ser verificada em muitas de suas análises em *Capitania*, mas ela torna-se explícita na citação abaixo, quando o autor descarrega toda a sua ironia contra as teses de Balduino Rambo:

Vê-se que tamanhos desacertos que o sábio jesuíta rio-grandense, impressionado, além da medida, pela incidência do fator econômico, ignorou de todo a ação absorvente, decisiva, que os fatores culturais, e entre estes particularmente os de natureza política, desempenharam na elaboração histórica do Rio Grande.<sup>388</sup>

A noção do móvel político em Vellinho enfatizava a vontade e a ação do homem sobre o meio, recusando, como já fazia desde a década de 1920, que a sociedade sul-rio-grandense fosse fruto de alguma “germinação espontânea”.<sup>389</sup> Teria sido resultado do domínio do homem sobre a natureza, da sua vontade política de construir um império e enfrentar os antagonismos fronteiriços. Elaborando uma espécie de determinismo geográfico às avessas, Vellinho afirma que o meio natural, como uma mulher, teria sido submetido pelo homem no sul, e não o contrário.

O brasileiro do extremo sul desconhece inteiramente aquilo que Graça Aranha chamava, na imponência habitual de seu estilo, o “terror cósmico”. A paisagem não o assusta nem o deprime. Infunde-lhe, pelo contrário, um tranqüilo sentimento de domínio sobre os elementos. A natureza representativa do Rio Grande, aquela que foi chão de sua legenda épica, não esconde surpresas, não se fecha em mistérios. Suas perspectivas são amplas, limpas, desimpedidas. A terra, como num ato feminino de entrega, se agacha aos pés do homem, estirando-se em

---

<sup>388</sup> *Idem*, p. 10.

<sup>389</sup> *Idem*, p. 72.

curvas submissas e arrastando-se com humildade até sumir-se no fundo do horizonte.<sup>390</sup>

Reaparece na afirmação da luta do homem contra a paisagem a metáfora da miscigenação. Dessa forma, apesar da grande importância conferida pelo autor à política como motivação das ações humanas e da história na sua narrativa, ela não pode ser dissociada da formação cultural e histórica, estreitamente vinculada, por sua vez, à miscigenação. O autor elaborou uma representação desse processo em que os guaranis reduzidos não teriam sido incorporados ao patrimônio genético e cultural do sul do Brasil. Esse argumento, tão importante para Vellinho, fundamentava a organicidade das relações entre a formação do estado e as empresas portuguesas nessa área, atribuídas, por sua vez, ao móvel político da expansão territorial do império lusitano. É o encontro, ou a dialética estabelecida entre ambos, que fundamenta o sentido da história aqui desenvolvida:

Ainda que o áspero e laborioso crescimento do Rio Grande só tenha coberto o segmento das Missões Orientais após a total desintegração da experiência ali tentada pelos jesuítas da Província do Paraguai, há quem passe ao largo por tudo isso para afirmar que a civilização “rio-grandense” marchou de oeste para leste, originando-se nos Sete Povos... Os que assim pensam, os que isso veiculam, esquecem que a nossa tradição, forjada nos lances de conquista, só tem vinculações culturais com aqueles que a construíram em nome da causa luso-brasileira.<sup>391</sup>

---

<sup>390</sup> *Idem*, p. 251.

<sup>391</sup> *Idem*, p. 126-27.

### 3.3. A epistemologia da formação histórica e social do Rio Grande do Sul

Vários elementos da “epistemologia da formação” concebida por Moysés Vellinho já foram aqui ressaltados na discussão sobre a dialética entre a miscigenação e o móvel político. Entretanto, alguns procedimentos específicos da escrita da história ainda não foram analisados, como a noção de objetividade, a operação de comprovação mediante o uso de fontes e estratégias narrativas, a oposição mito/história e a trama da temporalidade do seu relato histórico.

A questão da objetividade histórica foi invocada pela primeira vez para justificar a reinterpretação sugerida pelo autor em relação às ações predadoras e violentas dos bandeirantes na caça e escravização dos indígenas. Como visto anteriormente, as leis da história estavam ao lado dos desbravadores portugueses. Assim, era necessário defrontar-se com a questão da violência contra os autóctones de forma objetiva, sem ceder aos sentimentos de culpa inspirados pela historiografia produzida pelos jesuítas acerca da história das missões:

A fim de mitigarmos, de uma vez por todas, certa posição profundamente contraditória, devemos encarar o problema da objetividade e consciência histórica. O caso é que se nos sentimos, de um lado, impelidos a reconhecer e glorificar os poderosos feitos dos construtores da nossa geografia, insiste-se, de outro lado, em que nos penitenciemos da sorte dos índios, como se nos fosse lícito optar pelo sucesso de uma política, – a política da Companhia de Jesus, – que teria comprometido de alto a baixo a unidade política e geográfica do Brasil. Seria mais curial admitirmos que o bem de que nos são credores os jesuítas, no campo das coisas espirituais e culturais, devemo-lo tão-somente ao mal que eles não puderam fazer no plano das relações temporais.<sup>392</sup>

---

<sup>392</sup> *Idem*, p. 72-73.

Vellino parece estar propondo que, a despeito de julgamentos morais, a violência é a parteira da história.<sup>393</sup>

As referências à “objetividade”, à “consciência histórica” e às “leis da vida” estão estreitamente associadas ao empreendimento de crítica à historiografia pró-jesuítica das missões. Nesse caso, a história é contraposta à religião. A visão secularizada do mundo é o reverso de uma concepção mística da natureza e da ação humana, voltada para os planos divinos. Em suma, o providencialismo divino, a história dos homens como caminho para o juízo final, foi substituído, em Vellino, pelo providencialismo político, isto é, uma história cujo destino é a construção dos impérios, nações, civilizações. Os imperativos seculares prevaleciam, portanto, em relação aos religiosos no rumo assumido pela história.

Apesar de essa perspectiva ser plenamente justificável desde pelo menos o século XVIII nas instituições que estudavam cientificamente o passado no Brasil, o autor sulino ainda parece sujeito a constrangimentos ao abordar o assunto.<sup>394</sup> Pode-se recordar a polêmica que dividiu o IHGRS em torno da questão das missões. Mesmo que a vitória pela versão oficial da formação do Rio Grande do Sul tenha sido do grupo que contestava a pertinência das Missões à história local, era significativo o número e a importância dos membros do Instituto que se agrupavam na posição oposta. Somente essa consideração pode explicar a

---

<sup>393</sup> Moysés Vellino, evidentemente, não era marxista, mas a análise de Hannah Arendt a respeito da ruptura de Marx em relação à tradição da ciência política de sua época cabe bem para entender algumas advertências do primeiro quanto à necessidade de se evitar julgamentos éticos à violência dos bandeirantes: “Ser a violência a parteira da História significa que as forças ocultas do desenvolvimento da produtividade humana livre e consciente, somente vêm à luz através de guerras e revoluções. Unicamente nestes períodos violentos a história mostra sua autêntica face e dissipa a névoa de mera controvérsia ideológica e hipócrita. Novamente, o desafio à tradição é evidente. A violência é, tradicionalmente, a *ultima ratio* nas relações entre nações e, das ações domésticas, a mais vergonhosa, sendo considerada sempre a característica mais saliente da tirania. (As poucas tentativas de salvar a violência do opróbrio, principalmente por parte de Maquiavel e de Hobbes, são de grande relevância para o problema do poder e extremamente esclarecedoras para a antiga confusão de poder com violência, mas exerceram influência notavelmente diminuta sobre a tradição de pensamento político anterior à de nossa época.)”. ARENDT, Hannah. “A tradição e a época moderna”. In: \_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1997, pp. 43- 68. (citação da p. 49).

<sup>394</sup> Segundo Kantor, a perspectiva secularizante da política pombalina buscou modificar as concepções historiográficas no mesmo sentido a partir da formação da Academia Real de História de Portugal e das similares instituídas na América portuguesa durante o século XVIII. KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

necessidade de tantos argumentos e ressalvas do antigo estudante do Colégio Anchieta para tratar do assunto.<sup>395</sup>

Vellino justifica finalmente a objetividade de suas interpretações associando-as ao parecer do IHGRS sobre a questão polêmica das Missões:

O nosso Instituto Histórico e Geográfico, para pôr cobro aos mal-entendidos reinantes acerca das Missões Orientais e de sua posição política, já se pronunciou com exemplar *objetividade*, fixando-se na *única doutrina compatível* com a sua responsabilidade de órgão entre cujas atribuições se destaca a de zelar pela nossa tradição, pô-la a coberto de interpretações ambíguas ou tendenciosas.<sup>396</sup>

Em seguida, refutando a tese que considerava Sepé Tiaraju um herói do panteão cívico local, conjuga a objetividade histórica com a sua dialética entre miscigenação e ação política:

O alferes real de Castela atuou, com efeito, a serviço de uma empresa estimulada em grande parte pelo ódio militante à raça que veio conquistar o Rio Grande para o mundo luso-brasileiro. Compreende-se a orientação dada pelo Instituto. O que ele quis foi clarear de vez os caminhos do nosso passado, a fim de que o gaúcho de hoje, produto de etnias tão diversas, possa trilhar o seu destino conhecendo perfeitamente o chão em que pisa.<sup>397</sup>

---

<sup>395</sup> A referência às origens escolares de Moysés Vellino são importantes na medida em que havia um grupo muito mobilizado de leigos católicos que se constituiu em torno do Colégio Anchieta na década de 1930. A concepção secularizante da história certamente não partiu da sua formação inicial. Sobre a importância da escola jesuítica na formação da *geração católica*, ver TRINDADE, Fernando. *Op. cit.*, 1982. A polêmica sobre a pertinência das Missões jesuíticas à história do Rio Grande do Sul opôs grupos internos do IHGRS em meados da década de 1950. Dentre os membros do IHGRS efetivos e fundadores vivos à época da polêmica, podem-se lembrar alguns nomes, como os dos padres Balduino Rambo e Luiz Jaeger, de Mansueto Bernardi, Manoelito de Ornellas, todos intelectuais de renome no estado. Além desses, havia a memória do historiador jesuíta Carlos Teschauer e de João Batista Hafkemeyer, ambos membros fundadores do IHGRS. REVISTA DO IHGRS . “Quadro de sócios”. Porto Alegre, N. 22, 1982, pp. 177-187.

<sup>396</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 127.

<sup>397</sup> *Idem*, p. 127-28.

Um grande obstáculo para a objetividade histórica seria, então, as “reações éticas e sentimentais” e os “juízos de valor” que impediriam de “encarar o caso das Missões jesuíticas como ele foi na realidade: – não apenas estranho, mas hostil à formação histórica do Rio Grande do Sul”.<sup>398</sup> A história que resultaria dessas posturas seria falsificada. Essa idéia, assim como a noção de objetividade, está relacionada à polêmica sobre as Missões:

Não nos parece de bom aviso relegar este caso de Sepé Tiaraju ao domínio das coisas destituídas de importância. Ele é irrelevante apenas na aparência. Nem por sermos hoje, mais que bons vizinhos, amigos dos povos que nos cercam, devemos tolerar a *falsificação da história* a ponto de se tentar confundir no mesmo culto os nossos heróis de verdade e aqueles que do campo adverso os guerrearam como inimigos.<sup>399</sup>

Argumentando ainda contra a falsidade das interpretações sobre a questão das Missões e Sepé, o autor afirma que elas estão mais próximas do mito, ironizando as narrativas lendárias sobre o índio elaboradas por escritores locais:

Aliás, o vulto de Sepé se ergue no âmbito impalpável do mito com mais relevo que no plano da história propriamente. (...) Dessa auréola mítica não devemos subtraí-lo. Ali, sob o seu lunar, ele está quase como um santo, a cavaleiro [*sic*] da própria morte, tão mesquinha, que os *maus fados da História* lhe reservaram...<sup>400</sup>

As críticas historiográficas, para Vellinho, foram oportunidades privilegiadas para suas contraposições entre história e mito. Assim, na discussão de outro caso polêmico por ele tratado, o da ocorrência de caudilhismo na formação histórica do estado, aparecem novamente as contestações de legitimidade:

---

<sup>398</sup> *Idem*, p. 134, grifos meus.

<sup>399</sup> *Idem*, p. 130, grifos meus.

<sup>400</sup> *Idem*, p. 132, grifos meus. A referência ao lunar de Sepé, provavelmente se dirige a Manoelito de Ornellas, *Op. Cit.*, 1948.



E não custa nada abrir a história rio-grandense, recapitular, ainda que por alto, suas páginas, examinar o porte de seus heróis, sem exceção de um só, para vermos que a nossa proverbial vocação caudilhesca não passa de um mito, mito tendencioso ou demagógico, segundo a intenção de suas fontes. Difícil saber, em termos de seriedade, por que se vai buscar na pura fantasia o que as próprias condições sociais que formam o leito da nossa História se recusam a oferecer.<sup>401</sup>

O tratamento do mito em oposição à história foi uma estratégia também utilizada por Veríssimo em *O tempo e o vento*, conforme estudado no Capítulo 2 deste trabalho. O romancista construiu uma versão para a criação do mito do “Lunar de Sepé”, associada justamente à capacidade de imaginação que ele atribuía aos indígenas. Mas se, na explicação do romancista, tudo decorria de uma forma ingênua de ver o mundo, estimulada, em grande parte, pelo misticismo dos jesuítas, a explicação do historiador chegava a insinuar algum tipo não explicado de má intenção que seria sustentada pela distorção dos fatos históricos. Cada autor, partindo de uma constatação comum – uma versão mitológica dos acontecimentos – operava a sua desmistificação por vias distintas. Curioso que Vellinho, tanto quanto Veríssimo, nessa época, ainda não usasse o termo “desmitificação” ou “desmistificação” para definir uma postura crítica em relação à literatura e à história. Por enquanto, apenas descobria-se a “mitificação”, e a própria investigação sobre os processos que a tornavam possível fazia as vezes de uma reversão de sentido.

As interpretações concorrentes e ilegítimas eram, portanto, mitológicas ou fabulosas, carentes de objetividade e consciência histórica ou contrárias à lógica de uma história nacional. Em prol da correta representação do passado, o autor proclamava a importância dos procedimentos próprios da escrita da história, como o uso das citações de fontes primárias e de autoridades historiográficas: “Só quem nunca privou com os registros antigos pode ignorar a minuciosa participação moral e cívica das nossas velhas gerações nos acidentes ou incidentes da vida nacional, mesmo os mais distantes”.<sup>402</sup> Mas o número de fontes primárias por ele consultado restringiu-se praticamente às cartas ânuas, a outras correspondências

---

<sup>401</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 209.

<sup>402</sup> *Idem*, p. 207.

jesuíticas publicadas pelo Arquivo Nacional e ao jornal *O mensageiro*, editado pelo Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Outras poderiam ser aqui listadas, mas o que se destaca é a pequena quantidade de fontes primárias frente às secundárias. Alguns depoimentos e documentos foram referidos a partir de sua citação em outras obras de historiadores.

Outra forma de testemunho freqüentemente utilizada pelo autor foi a dos relatos orais, cuja única prova de sua veracidade se fundava na credibilidade do leitor em relação ao escritor. É assim que ele cita os comentários de Assis Chateaubriand, a manifestação de uma “excelente senhora que integrava a caravana de fiéis da Bahia” no V Congresso Eucarístico Nacional em Porto Alegre, a de “um cidadão português que reside no Rio de Janeiro há mais de vinte anos” ou, inclusive, um depoimento de David Canabarro, sem referência de localização.<sup>403</sup>

Primava, portanto, pela crítica historiográfica e reinterpretção histórica baseando-se em fontes secundárias. Mais do que vasculhar arquivos à moda da erudição historiográfica, Vellinho fundava a sua argumentação em artifícios narrativos antes de citações de testemunhos e autoridades. Dessa forma, o que se destaca nas suas operações de comprovação é a manipulação, seja das fontes secundárias ou primárias na trama. Um expediente do qual se utilizou muitas vezes o crítico historiador foi o de citar os próprios resultados de pesquisa daqueles autores cuja tese ou interpretação pretendia contestar. É assim que, para denunciar os interesses temporais da Companhia de Jesus, demonstrar o escasso nível civilizacional dos indígenas e apontar a sujeição de ambos ao império espanhol, as provas utilizadas são as cartas dos próprios jesuítas ou as informações por eles levantadas em suas pesquisas. A *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite, foi utilizada várias vezes com esse propósito. Na citação a seguir, buscava demonstrar a utilização de mão de obra servil por parte dos jesuítas:

Outro jesuíta, igualmente escandalizado, desabafa, cheio de angústia: “Bem se podem persuadir os que vão ao Brasil, que não vão a salvar as almas, mas a condenar as suas”. E, para fugir à condenação eterna, ele, que viera movido pelo ideal de um apostolado sem mácula, achou mais prudente voltar sobre os pés... “Vítima de inadaptação” – explica o P. Serafim Leite. E explica ainda, inspirado por agudo senso

---

<sup>403</sup> *Idem*, pp. 3, 10, 206.

realístico da História, que o piedoso jesuíta não pode conciliar “a sua consciência com as realidades econômicas que condicionavam a existência dos colonizadores do Brasil”. Como se está vendo através de *fonte mais que insuspeita*, não foram só os leigos que pecaram contra a liberdade do próximo.<sup>404</sup>

Outra “fonte insuspeita” era a citação de uma carta ânua retirada da obra de Jaime Cortesão.<sup>405</sup> O mesmo expediente foi utilizado para contrapor os tipos sociais e a formação histórica do Rio Grande do Sul e o Prata. Os autores de língua espanhola foram utilizados para provar, primeiramente, a distinção e, depois, a superioridade da civilização formada no estado sulino brasileiro. Citando Lucas Ayarragaray, José Ingenieros e Zum Felde, Vellinho caracterizou o processo político anárquico nos países vizinhos, o antagonismo entre campo e cidade e a incompetência do espanhol como colonizador.<sup>406</sup> Martim Fierro, por sua vez, proporcionou munição para comprovar o ressentimento dos inferiores em relação aos europeus e citadinos e o pampa como seu refúgio.<sup>407</sup>

Além das fontes citadas acima, há que se destacar um tipo que foi privilegiado na historiografia brasileira desde o século XIX, os relatos de viajantes. Mas o uso que Vellinho faz desses testemunhos, ao contrário daquele mais freqüente, não se referia tanto ao “primado do olho” sobre outro tipo de vestígio do passado.<sup>408</sup> Os viajantes foram mais valorizados como sábios e por seu ponto de vista diferenciado. Assim, de Saint-Hilaire, Vellinho aproveita antes uma reflexão do que um relato:

Sobre alicerces humano tão vil não se constrói uma civilização. Não foi outra a sentença que Saint-Hilaire proferiu ao cruzar, em 1821, pelas ruínas da construção missionária. O *sábio viajante*, a cujo poder de

---

<sup>404</sup> *Idem*, p. 79, grifo meu.

<sup>405</sup> *Idem*, p. 67, nota 64.

<sup>406</sup> *Idem*, pp. 155-241.

<sup>407</sup> *Idem*, p. 161.

<sup>408</sup> O olho como marca de enunciação e construção de sentido histórico existe na prática historiográfica desde Heródoto: “O olho nu, sobretudo a autópsia. Com efeito, trata-se do olho como marca de enunciação, de um ‘eu vi’ como intervenção do narrador em sua narrativa para provar algo”. HARTOG, François. *Op. Cit.*, 1999, p. 273.

captar num relance verdades em que ainda hoje nos louvamos, registrou em seu diário esta observação lacerante (...) <sup>409</sup>

Em Wolfgang Hoffmann Harnish, similarmente, seu relato é valorizado pela autoridade de sua procedência, e não pelo valor informativo. Ele é referido como um “intelectual europeu, afeito à densidade cultural do Velho Mundo”. Foi o seu testemunho que emprestou legitimidade à constituição de Cristóvão Pereira como herói civilizador. <sup>410</sup>

Tomados em conjunto, a seleção e o uso das fontes primárias e secundárias, os testemunhos orais e estratégias discursivas apontam para uma operação de comprovação pautada mais pela autoridade do que pela verificação. Moysés Vellinho, sem desconhecer ou rejeitar os procedimentos científicos da produção do conhecimento na sociologia e na história, estabelecia um regime de verdade muito mais enraizado nas práticas literárias do que no trabalho de autenticação de fontes primárias. Essa escolha epistemológica do autor o aproxima dos pressupostos de uma filosofia da história que, no século XVIII, contestava a importância das técnicas da erudição histórica e preconizava o primado da razão e da reflexão no conhecimento sobre o passado. <sup>411</sup>

Uma outra noção apresentada pelo historiador sulino merece aqui ser problematizada: a de “contra-história”. Ela foi pensada pelo autor como a narrativa dos acontecimentos contrários à lógica da história. Mais uma vez, o exemplo vem de sua crítica ao Pe. Carlos Teschauer:

O que o ilustre historiador jesuíta desenvolveu em seus três volumes, longe de ser um segmento da história rio-grandense, foi em verdade um dos capítulos mais renitentes da contra-história do Rio Grande do Sul. O que temos ali é o minucioso inventário dos feitos daqueles que

---

<sup>409</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 95, grifo meu.

<sup>410</sup> *Idem*, p. 139.

<sup>411</sup> Sobre os métodos de autenticação da erudição crítica elaborados pelos beneditinos franceses, em especial Jean Mabillon, ver KRIEGEL, Blandine. *L'histoire à l'Age classique: la défaite de l'érudition*. Paris: PUF, 1996. Sobre a emergência de uma filosofia da história que recusava os métodos da erudição crítica, ver GRELL, Chantal. *L'histoire entre érudition et philosophie: étude sur la connaissance historique a l'age des Lumières*. Paris: PUF, 1993.

se empenharam a fundo para obstruir a obra dos autênticos fundadores da Capitania de São Pedro.

Assim, além do conflito armado entre os dois impérios ibéricos na América meridional, estavam em disputa duas possibilidades de história: a que se efetivou e deveria ser contada e a que poderia ter acontecido, mas foi derrotada no campo de batalha. A possibilidade vencida deveria ser esquecida e não poderia ser parte integrante da memória local. O que devia permanecer na memória coletiva não era a versão idealizada das missões jesuíticas e sim a configuração territorial e cultural “desastrosa” que teria vigorado caso o empreendimento jesuítico não tivesse sido derrotado. As guerras entre os impérios espanhol e português continuavam agora na disputa entre as narrativas legítimas. Para o historiador, somente uma história deveria ser contada. Os elementos que a integravam deveriam ser criteriosamente escolhidos, enquanto outros deveriam ser rejeitados. O esquecimento integrava obrigatoriamente essa epistemologia da história nacional. As ambigüidades do pertencimento do Rio Grande do Sul à constelação nacional à qual acabou finalmente se integrando, pelo menos no plano político, deveriam ser dirimidas. A história da nação não admitia rupturas e descontinuidades temporais ou culturais.<sup>412</sup>

Era desse modo que se ia estabelecendo uma tradição de respeito à ordem legal, e essa tradição, ao contrário do que sucedeu no Prata por longo tempo mesmo nos centros de civilização, jamais sofreria solução de continuidade, permanecendo intacta e em pleno vigor desde a instalação do Presídio.<sup>413</sup>

É inútil buscar na obra do autor uma problematização do tempo histórico que vá muito além dos elementos já comentados aqui, ao longo deste e do primeiro capítulo. Em uma

---

<sup>412</sup> Michel Foucault destacou e criticou a vigência ainda recente de uma história que tende a eliminar as rupturas e descontinuidades em prol de uma ilusão retrospectiva de linearidade. FOUCAULT, M. Introdução. In: *A Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, pp. 3-20. A linearidade e a história de continuidade fazem parte das estratégias de narração da nação, conforme HALL, Stuart. Op. Cit., 2003, pp. 47-66. Ver também GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

<sup>413</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 230.

rápida referência, ele explica que o tempo do calendário não pode substituir o histórico para definir a passagem de uma época a outra:

Tais episódios, e não propriamente as convenções do calendário, é que põem termo ao século XVIII em relação ao Rio Grande e sua história. Os impulsos de conquista que lhes deram origem pertencem efetivamente ao ritmo de crescimento e afirmação correspondente àquele ciclo heróico.<sup>414</sup>

Não há preocupação semelhante àquela verificada em *O tempo e o vento*, de delimitar diversas épocas, com diferentes ritmos e formas distintas de narrativa. Em *Capitania*, o autor tentou essencialmente constituir a anterioridade da exploração e ocupação portuguesa do território que constituiria o extremo meridional da América portuguesa e, depois, do Brasil. Após remeter as origens da territorialização e da cultura regionais para o tempo mais recuado possível, ele se dedicou a estabelecer a continuidade linear desse processo desde o seu começo remoto até o presente da escrita. A sociedade de sua contemporaneidade (décadas de 1950 a 1960) testemunhava a presença dos elementos definidores do caráter regional gestados na longa duração e os vivenciava. Herdava certas características que conformavam esse patrimônio impalpável de tal forma que se materializava nos seus próprios corpos:

Ora, se isto é o que nos conta a História, uma história que foi de ontem, que por assim dizer *ainda podemos apalpar em sua própria carne*, só por amor à confusão ou por deliberada distorção dos fatos, se hão de considerar como elementos de integração rio-grandense as operações de domínio aqui desenvolvidas, em nome de Castela, pelas missões que irradiaram de Assunção e vieram estabelecer-se à margem oriental do Rio Uruguai, já a caminho do Atlântico.<sup>415</sup>

Desde a década de 1920, Vellinho buscava integrar o passado ao presente. Na discussão com Rubens de Barcellos e nas críticas a Alcides Maya, ele insistia na permanência

---

<sup>414</sup> *Idem*, p. 124.

<sup>415</sup> *Idem*, p. 112, grifo meu.

da tradição herdada desde os tempos rudes dos conflitos pela delimitação da fronteira até a atualidade de sua escrita. Em *Capitania*, o autor parece ter empreendido a pesquisa e a escrita de seu livro em busca da legitimação de certa tradição. Seu objetivo intentado foi o de definir e fixar a versão da formação do Rio Grande do Sul que contemplava o seu laço permanente e indissolúvel com o Brasil. A tradição tinha, portanto, um vínculo com a cultura:

Os que assim pensam, os que isso veiculam, esquecem que a nossa tradição forjada nos lances da conquista, só tem vinculações culturais com aqueles que a construíram em nome da causa luso-brasileira. À sombra dela não se podem abrigar os que estavam, como o alferes real de Castela, do lado de fora das nossas conquistas, a serviço de outra bandeira.<sup>416</sup>

A persistência da tradição representava a possibilidade de as gerações do presente utilizarem as experiências do passado. Mas esse benefício seria possível somente mediante a *correta* interpretação desse passado. O usufruto do heroísmo dos antepassados submetia seus usuários do presente a um “dever de memória”: reconhecer o seu papel tramando a história da região e da nação com os feitos daqueles que foram efetivamente responsáveis pela sua configuração territorial e cultural:

Por que então, usufrutuários que somos do heroísmo e dos sacrifícios dos nossos campeadores d’antanho, haveríamos de tripudiar sobre seus feitos, convocando para o nosso convívio histórico, como num ato extemporâneo de penitência, – extemporâneo e absurdo, – aqueles mesmos que os combateram?<sup>417</sup>

Se Vellinho foi muito mais um pensador da história e um crítico da historiografia sul-rio-grandense do que um historiador de arquivos é porque o seu diagnóstico não apontava para a carência de estudos, e sim de reflexões sobre o passado. Se ele pôde lançar mão das

---

<sup>416</sup> *Idem*, p. 126-27.

<sup>417</sup> *Idem*, p. 130.

próprias informações trazidas pelos autores que criticava é porque o problema mais grave da escrita da história não era metodológico, e sim hermenêutico. Era ele próprio um problema de origem, de ponto de partida: de delimitação do objeto, e não de procedimento de pesquisa.

A questão da continuidade linear entre o passado e o presente também deve ser pensada quanto às relações entre a tradição e o seu vínculo com a configuração da temporalidade histórica.<sup>418</sup> Existiria aqui uma identificação entre tradição e história? Em certas passagens, não parece haver, para o autor, uma distinção clara entre tradição e história. As duas palavras podiam ser utilizadas por ele quase como sinônimos, como se vê na passagem que segue: “Aos índios das reduções, que viveram, lutaram e morreram do outro lado da nossa fronteira de então, a serviço de uma causa contrária à nossa, podemos seriamente considerá-los como componentes legítimos de nossa tradição?”<sup>419</sup> De outra forma, o autor chegou mesmo a opor o significado de tradição ao de história, desqualificando as explicações veiculadas pela primeira em relação à autoridade da segunda:

A tradição pinta os açorianos como gente simples, cheia de resignação e humildade. O retrato é verdadeiro apenas em parte. Borges Fortes, que estudou detidamente a história dos “casais”, dá notícia de atos de violência e depredações que eles chegaram a cometer em represália ao triste abandono a que foram relegados. Não são estranhos à herança social dos ilhéus movimentos de insurreição contra a Metrópole.<sup>420</sup>

Apesar dessa ambigüidade, seu uso mais freqüente aponta para uma distinção entre o resultado e o processo de seleção dos elementos componentes de uma cultura. A história como relato se ocuparia de selecionar os objetos pertinentes a uma tradição vivida. Desse modo, em alguns momentos da narrativa, Vellinho teria separado os dois sentidos que haviam sido concentrados na palavra – história – desde o século XVIII: a seqüência dos acontecimentos e o relato destes.<sup>421</sup>

---

<sup>418</sup> A relação com a temporalidade é definidora da noção de tradição. Ver nota 98.

<sup>419</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 116.

<sup>420</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 199.

<sup>421</sup> A concentração dos significados de “ocorrido” e “relato” em uma só palavra faz parte da constituição do conceito moderno de história. KOSELLECK, Reinhart. “História *magistra vitae*”, *Op. Cit.*, 1993, p. 50-52.



O processo dinâmico de formação da nação, de sua tradição, adquire, além disso, uma delimitação territorial:

Antes de sua integração definitiva, esse território era cortado, até o começo do século XIX, em duas fatias enormes, dispostas obliquamente, cada qual com o seu dono. O que estava na parte inferior e na parte oeste, o que lá sucedia, – as forças que encarnavam a agressividade ou a resistência que os nossos antepassados tiveram que vencer nos seus arremessos vitais, – evidentemente não se inclui entre os elementos que formam a tradição rio-grandense.<sup>422</sup>

A presença contemporânea de uma tradição lembra a concepção da crítica literária de Moysés Vellinho sobre a permanência do caráter heróico do sul-rio-grandense forjado na longa duração. Para o autor, escrevendo décadas antes de *Capitania*, os atributos dos pioneiros dos tempos iniciais da formação do Rio Grande do Sul constituíam o patrimônio mais importante herdado da tradição local: tratava-se de afirmar o heroísmo. Mas o seu empreendimento agora diferia um pouco do anterior: tratava-se de *provar* a heroicidade do gaúcho brasileiro em seus momentos originários. Ela estava intimamente atrelada aos empreendimentos luso-brasileiros na região.

Dessa forma, já se verificou acima a importância de inserir na narrativa da formação a figura do desbravador e civilizador. A despeito de ter procurado reabilitar a má memória votada aos bandeirantes devido às violências cometidas contra as populações indígenas, Vellinho parece ter preferido não arriscar a reputação da região escolhendo um Raposo Tavares para compor o seu panteão das origens. A figura de Cristóvão Pereira reunia os atributos mais adequados para ser honrado como tal. Mas a escolha desse nome e das virtudes a ele atribuídas pode estar relacionada com o objetivo de estabelecer mais um importante vínculo entre o passado e o presente. Já se viu no primeiro capítulo deste trabalho a importância poucas vezes percebida da construção de uma identidade intelectual para os sul-rio-grandenses a partir da década de 1940, em especial após a queda do Estado Novo. A estratégia adotada pelo crítico literário desde então foi o estabelecimento de um vínculo direto

---

<sup>422</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 125.

entre o suposto caráter regional heróico e a atividade literária e intelectual. Assim, terminado o ciclo das guerras e revoluções, o habitante da província poderia ter redirecionado as energias empregadas na defesa violenta da nacionalidade para as atividades pacíficas da construção e escrita da história da cultura erudita brasileira. Coerente com esse objetivo, de 1945 a 1957, Vellino dirigira um periódico voltado para a promoção da produção local nas áreas das ciências humanas e da literatura, em especial.

A conexão entre a reivindicação do caráter heróico do sul-rio-grandense e as atividades literárias e intelectuais foi aqui retomada para destacar um dos atributos selecionados por Moysés Vellino na elevação de Cristóvão Pereira ao panteão cívico local. Ao invocar o testemunho autorizado do viajante Harnisch, que conheceu Cristóvão Pereira, o crítico/historiador releva dentre as virtudes deste “os dons da cultura”:

Mas não era só isso: o que mais o estarrecia é que esse fero esquadrinhador de terras virgens pudesse aliar à rudeza de suas atividades primitivas os dons da cultura que sua correspondência revelava e que eram tanto mais de surpreender quanto, àquela época, segundo o autor que estamos citando, “nem todos os generais franceses, prussianos e russos sabiam assinar seu nome”!

A um intelectual europeu, afeito à densidade cultural do Velho Mundo, realmente é difícil conceber sem espanto a simples hipótese de que pudessem assistir nestas remotas latitudes criaturas que carregassem no corpo e na alma outra coisa além das grossas marcas de uma terra selvagem e dos instintos. No entanto, a figura com que Harnisch topara na pessoa do primeiro tropeiro do Rio Grande era mais, bem mais que isso: era também um homem capaz de levantar mapas com a mestria de verdadeiro topógrafo e redigir as suas “práticas” como seguro conhecedor da língua, mostrando ao mesmo tempo não ser alheio ao sentido político de suas dilatadas peregrinações.<sup>423</sup>

A citação acima repete um pequeno trecho referido anteriormente para a discussão sobre a autoridade do viajante europeu como reforço do argumento de Vellino. Ele volta a ser citado, agora associado ao texto mais amplo, para relacionar essa operação de escolha e

---

<sup>423</sup> *Idem*, p. 138-139.

construção do herói e de seus atributos com o procedimento narrativo de constituição da *formação e continuidade* da literatura e das atividades intelectuais locais desde os tempos remotos até o presente.

A operação realizada por Vellinho não pode deixar de ser comparada àquela empreendida por Érico Veríssimo em *O tempo e o vento* e *Breve história da literatura brasileira*, referida no segundo capítulo desta tese. Apesar de não serem explicitadas como concorrentes, há uma disputa de representações acerca das origens da literatura no Rio Grande do Sul. Se o romancista admitia que a criação literária podia ter se relacionado com a capacidade imaginativa dos índios e que seu ponto de partida podia ter sido o mito, Vellinho propunha uma versão diferente. A literatura local nascera do empreendimento racional e europeu de desbravamento e conquista do novo mundo e privava bem mais com a história, considerada como lei da vida e destino nacional, do que com o mito, radicalmente denunciado como o seu oposto. Retomando a investigação sobre o significado de desmitificação nesse período, pode-se propor que, para Veríssimo, *desmitificar* era demonstrar como haviam sido elaborados os mitos, reconhecendo-os como uma forma, mesmo que primitiva, de investigar e narrar o mundo. Para Vellinho, a mesma operação significava a oposição entre duas formas antagônicas de pensar o mundo: uma supersticiosa e outra racional, superior. A literatura, atividade nobre cujo vínculo com o passado se buscava estabelecer, não podia, para Vellinho, ser associada a supostas virtudes de bárbaros; era um produto do lento, contínuo e seguro avanço da civilização européia.

A sugestão de uma vinculação entre os indígenas e a literatura foi menos original em Veríssimo do que pode parecer. Vellinho desqualificou uma versão semelhante de José Hansel, afirmando que, se o Sepé que combateu os portugueses já não era um simples selvagem, seria extravagância, contudo, apresentá-lo como escritor e como sul-rio-grandense:

Longe disso, chega a ser apresentado até como escritor, “o primeiro escritor gaúcho”, porque teria garantido pelo menos quatorze cartas, embora nenhuma, já se vê, em português, que não era a língua dele. (...) Mesmo descontadas as extravagâncias que porejam de tanto entusiasmo, ainda assim o índio missioneiro já não pode passar por um autêntico padrão cósmico, virgem manifestação dos elementos. Bem enquadrado politicamente, deve ter-se distinguido de seus pobres irmãos de raça para ser guindado como foi a funções de responsabilidade na administração e defesa da organização jesuítica,

tais como a de corregedor e alferes real.<sup>424</sup>

A literatura nunca perdeu seu prestígio para Vellinho. Em *Capitania*, como nas críticas literárias precedentes, o autor evitou confrontá-la com a história, preferindo a postura acima descrita de opor a primeira ao mito e à falsificação. Assim, segue fiel ao seu postulado, que prescrevia uma literatura como “expressão sociológica”. As críticas feitas à prática literária eram as mesmas que podiam ser feitas à história falsificada. Em uma de suas contestações historiográficas, ambas aparecem:

E o argumento vai por aí além, seguindo o curso de uma dialética destemperada, sobretudo falsa, que nos levaria, em trôpego regresso, a um dos passos menos felizes do nosso romantismo literário, quando se procurou fazer do *bom selvagem* convencional o paradigma da nacionalidade! Mas isto, meu Deus, foi a cento e tantos anos, ao tempo em que ainda crepitava no coração dos patriotas a flama nativista!<sup>425</sup>

A reivindicação de precocidade da literatura local não deixa de ser coerente com aquela da busca de “anterioridade” como princípio legitimador de uma possessão territorial, de uma ideologia política mais avançada ou, nesse caso, de uma atividade intelectual. Contudo, demonstra também a preocupação em inserir mais uma área da ação humana na história nacional, reagindo contra as exclusões a que teriam sido submetidos os habitantes da região.<sup>426</sup> Esse objetivo vinha sendo perseguido desde 1945 e esteve na origem da Revista *Província de São Pedro*, em cujo primeiro editorial Vellinho contestava um levantamento das obras mais importantes da literatura brasileira que excluía a produção local:

---

<sup>424</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, p. 1964, 134.

<sup>425</sup> *Idem*, p. 133, grifo do autor.

<sup>426</sup> Em sua *História da literatura do Rio Grande do Sul* (Porto Alegre: Globo, 1956), Guilhermino César explicita esse programa de inserção das atividades intelectuais regionais na história nacional de forma muito próxima aos objetivos propostos por Vellinho na introdução de *Capitania*: “Haja vista a omissão que a historiografia nacional, desde o grande Silvio Romero, tem feito do Rio Grande dentro do processo cultural brasileiro. Para explicá-lo não basta o isolamento geográfico em que viveu esta província, nem as peculiaridades de seu estilo de vida obstam a que se compreenda, ao primeiro contato, a alma brasileira que aqui lateja” (p. 17).

Nos seus últimos meses de atividade, o vibrante semanário DIRETRIZES, que se publicava no Rio de Janeiro, andou por todos os recantos do país recolhendo o sufrágio dos homens de letras para a escolha das quinze obras mais significativas como elementos de definição do Brasil. Desse escrutínio deveria resultar a imagem mais compreensiva da realidade brasileira através dos livros que melhor encarnassem o corpo e o espírito deste vasto império sul-americano. A apuração foi árdua, mas afinal preencheu-se a lista. Como, porém, não podia deixar de ser, o retrato ficou pela metade. Apesar do acordo quase unânime acerca de algumas obras fundamentais da nossa literatura, a votação havia de descobrir largas divergências, desencontros irremediáveis, dando lugar a um quadro que, se oferece alguns detalhes nítidos, em conjunto se mostra desfigurado por graves omissões.<sup>427</sup>

A literatura partilhava com a língua e os demais aspectos da história sul-rio-grandense as origens em meio a antagonismos. No último capítulo do livro, Vellinho retoma uma crítica feita a um ensaio de Afonso Arinos em que ele contrapõe o uso clássico da língua pelos escritores sulinos à forma barroca através da qual os nordestinos a recriavam.<sup>428</sup> A análise de Arinos era favorável ao modo nordestino de escrever e mereceu uma curiosa contestação por parte do crítico/historiador. Ele não discordava do zelo conservador dos sul-rio-grandenses pela língua, e sim de que isso fosse colocado como demérito para a literatura local. Sua interpretação para a razão de ser dessa característica da literatura local era a de que pareceria haver “certa contradição entre esse cuidado pela preservação do idioma e a viva singularidade da formação rio-grandense dentro do quadro nacional”.<sup>429</sup>

Ao explicar as condições que tornaram possível tal fenômeno, explicitava também a sua dedicação ao tema da formação devido a ser esse um momento decisivo para o futuro da sociedade. Nos tempos recuados, formara-se um caráter essencial que permaneceria na tradição, transformando-se apenas externamente na longa duração:

---

<sup>427</sup> VELLINHO, M. “Editorial”. *Província de São Pedro, Op. Cit.*, 1945, p. 5.

<sup>428</sup> A crítica de Afonso Arinos em questão já havia sido objeto da análise de Vellinho em “Editorial” da *Província de São Pedro*. v.2, n. 6, p. 5-7, set. 1946. Em *Capitania*, o autor repetiu o mesmo argumento utilizado na década de 1940.

<sup>429</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 249.

Já que as contingências da história pátria como que insularam nesta extremadura os velhos grupos luso-brasileiros que para cá vieram como povoadores e soldados durante as fases decisivas para a caracterização do tipo social que aqui se elaborou, não era de esperar, com efeito, que desgarrássemos das nossas heranças de cultura e as matizes da língua acabassem se desmanchando no caldo do mais remoto subdialeto regional?<sup>430</sup>

Mais uma vez, o móvel político da história se manifestava acima de outras forças no discurso do autor: “O insulamento físico do Rio Grande foi consideravelmente mitigado pelo imperativo político de sua conquista e povoamento”.<sup>431</sup> O perigo representado pelos inimigos vizinhos não se restringia à ameaça territorial, mas também à cultural:

Estabelecidos e consolidados os nossos marcos divisórios, que resguardavam, além de uma soberania política, um complexo cultural perfeitamente definido em face do mundo hispano-americano, justamente onde esse mundo apresentava, em relação ao Brasil, seu grau mais elevado de condensação, era preciso defender, não só o território eternamente sob ameaça, mas também as instituições culturais da nacionalidade, entre cujas expressões mais nobres, mais definidoras, há que destacar o idioma que herdamos.<sup>432</sup>

Além das preocupações com as possibilidades de contaminação do idioma vindas de além-fronteira, posteriormente, o processo teve continuidade com a chegada dos imigrantes:

Como se não bastasse o contato litigioso com os povos vizinhos, vieram depois, em grossas levas sucessivas, as imigrações alemã e italiana, que foram enquistadas em áreas incultas e praticamente segregadas da comunidade castiça. (...) Nem por serem, via de regra, portadores de simples dialetos ou, melhor, subdialeto, que mal

---

<sup>430</sup> *Ibidem.*

<sup>431</sup> *Ibidem.*

<sup>432</sup> *Idem*, p. 252.

lembravam, nas suas deformidades, as refinadas matrizes de origem, deixavam esses maciços contingentes adventícios de representar outras tantas frentes de possível deterioração do idioma nacional.<sup>433</sup>

É interessante relacionar essa noção esboçada na década de 1940 e aprofundada no capítulo publicado na década de 1960 com uma entrevista concedida pelo escritor em 1977 à Fundação Getúlio Vargas sobre a Revolução de Trinta. Nesse depoimento, questionado sobre a existência de um partido nazista no Rio Grande do Sul antes da entrada do Brasil na Guerra Mundial contra o eixo, Vellinho declarava: “Nada mais diferente de um alemão que um italiano”.<sup>434</sup> Ao proclamar essa diferença, esperava argumentar a restrita difusão do fascismo dentre os italianos quando comparado ao quadro verificado dentre os alemães. O curioso foi o critério fornecido como diferenciador: “Com os descendentes de italianos tudo foi muito diferente. *Originários da mesma língua que nós, eles se deixaram aculturar sem relutância.* Quando sobreveio Mussolini, um que outro adepto do fascismo não chegou a comover senão elementos desgarrados”.<sup>435</sup> Daí verifica-se a importância da língua como elemento componente da representação histórico-sociológica elaborada pelo autor.

A explicação articulada por Vellinho para o conservadorismo lingüístico sulino acaba por ligar novamente os tempos remotos das lides guerreiras dos defensores da fronteira aos tempos pacíficos votados às atividades culturais e literárias da contemporaneidade. O heroísmo do passado permanecia no presente como um instinto de preservação da língua e, portanto, da cultura brasileira:

Não é que anime o escritor rio-grandense o intuito programático de fugir a experiências de renovação. O que o move é a necessidade subjacente, estimulada por tensões de caráter histórico e sociológico, de zelar pelo legado cultural da língua, guardando-lhe os flancos contra infiltrações comprometedoras. Para nós, para o nosso instinto de fronteiros, os cânones tradicionais do idioma que falamos, os quais nada têm a ver com os melindres acadêmicos, estão, como os fatores

---

<sup>433</sup> *Idem*, p. 253.

<sup>434</sup> VELLINHO, Moysés. *Moysés Vellinho (depoimento 1977)*. *Op. Cit.*, 1981, p.31.

<sup>435</sup> *Ibidem*.

que inspiraram e conduziram as antigas lutas, visceralmente ligados aos apelos e exigências da comunidade nacional.<sup>436</sup>

### 3.4. A experiência política de 1930 e a expectativa intelectual da província

Ao iniciar o seu capítulo sobre os contrastes entre o Rio Grande do Sul e o Prata, Vellinho se referiu à importância da discussão acerca do tipo do gaúcho rio-grandense em suas implicações gerais, sendo uma delas, política:

Pôr em evidência o tipo do gaúcho rio-grandense dentro das condições naturais e culturais em que se formou não será uma operação gratuita, de interesse puramente acadêmico. Ao contrário disso, o que buscamos agora é responder ao desafio de um problema vivo, cheio de implicações políticas e sociológicas, e ainda exposto a freqüentes deformações. Com efeito, da confusão reinante acerca da origem e caracterização histórica do brasileiro do extremo sul decorrem desacertos que atingem aspectos vitais da tradição rio-grandense e a própria posição do Rio Grande do Sul perante a comunidade nacional.<sup>437</sup>

Esse posicionamento pode ser tomado como índice de uma escrita voltada para a construção de uma ideologia política? A que tipo de implicações políticas o autor se referiria? Mesmo que o sentido dessas colocações possa estar relacionado com algum problema político efetivo no momento de sua escrita, explicá-lo como sobrevivência de sua militância política da década de 1930 pode ser tão forçado quanto negar os vínculos de suas teses com os problemas políticos de sua época. Uma investigação mais detalhada sobre o momento de sua escrita e as disputas políticas nacionais e regionais pode ajudar no sentido de esclarecer qual pode ter sido a sua referência indireta. Entretanto, sem recusar a existência de vínculos entre a

---

<sup>436</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 255.

<sup>437</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 155.



historiografia e as lutas políticas, o objetivo principal deste trabalho é examinar a forma pela qual as suas interpretações e concepções sobre a história foram articuladas narrativamente e suas relações mais evidentes com o lugar social de produção. Embora seja difícil propor uma resolução mais segura para esse problema, compreendendo o alvo mais imediato das ironias de Moysés Vellinho, podem-se afastar algumas interpretações demasiadamente esquemáticas sobre o assunto.

Na seção anterior, viu-se que a literatura e a história não foram colocadas uma em contradição com a outra. No lugar de acusar a história falsificada de literária, Vellinho a aproximava do mito. Uma boa história compartilhava virtudes e objetivos comuns com a boa literatura: ambas deveriam fornecer a representação regional que se adequasse ao processo essencial de formação da cultura. Se dos anos 1920 a 1940 o crítico literário dedicara-se a prescrever o cânone da literatura regional, refutando obras pela sua inadequação sociológica à tradição regional, em *Capitania*, o historiador empreendera tarefa semelhante em relação à historiografia e aos ensaios sociológicos regionais.

Seu público leitor, portanto, é letrado, intelectualizado e geograficamente localizado na província, mas também no restante do Brasil. Tal como na Revista *Província de São Pedro*, havia a intenção de fazer as suas teses transpor fronteiras estaduais. Não se tratava, por exemplo, do mesmo público leitor de *O tempo e o vento*, que incluía seguramente esse grupo restrito, mas devia ser compreensível e palatável a faixas mais amplas da população. Diversamente, a atitude de Vellinho foi sempre prescritiva e voltada para a crítica literária ou historiográfica. Era a elite letrada que ele buscava enquadrar nas prescrições sobre a correta forma de representar o Rio Grande através da literatura, da escrita da história e da sociologia. Na citação abaixo, o uso da primeira pessoa do plural explicita seu público alvo: “nós”, os intelectuais rio-grandenses, fazemos uma autocrítica direcionada aos intelectuais brasileiros:

Não se sabe, como já dissemos, por que razões *somos levados*, com mais frequência do que fora plausível, a ir buscar fora dos limites orgânicos da nossa realidade histórica o que esta se recusa a oferecer. A sombria imponência da figura do caudilho, que tanto fala à imaginação desocupada de certos espíritos, se hoje se projeta abusivamente nas evocações rio-grandenses, é por efeito de pura contaminação. Não se trata, já se vê, de um contágio que pudesse ser explicado por predisposição sociológica, mas por mera fantasia literária... Nada mais que contrabando livresco, usado principalmente para animar efabulações inconseqüentes e dar colorido a

perorações de comício. Ou então quando a irresponsabilidade dos demagogos conclama os gaúchos a saltarem de suas fronteiras e ganharem o Brasil para o Rio Grande...<sup>438</sup>

Acima, verifica-se uma rara contraposição da história à “imaginação desocupada” e a “efabulações inconseqüentes”, aparentemente mais próximas da literatura. Entretanto, a questão que se quer destacar agora não é essa, já discutida anteriormente. Coloca-se aqui, mais diretamente que em outros momentos, a questão das relações entre a historiografia e as injunções mais gerais das lutas políticas no âmbito nacional e local. A última frase da citação faz uma significativa referência ao lema da Revolução de 30. Em outros pontos do texto, o tema se apresentou, mas foi contornado: a obra tratava sobretudo da “formação”, o que explicava parcialmente essa atitude. Porém, não parece que o autor tenha evitado o assunto, mas o contrário. Aquela história, como visto, foi escrita na busca das origens remotas do caráter local. Ao fazê-lo, o autor redistribuiu eventos e os reinterpretou à luz de noções apropriadas da reflexão sociológica brasileira. Seu intuito era separar aquilo que caracterizava a população local enquanto tradição organicamente construída e presente na contemporaneidade, daquilo que era artificialmente importado por falta de consciência histórica, engano ou má intenção à narrativa da trajetória da sociedade sulina. O movimento de 1930 foi colocado por Vellinho na longa duração da formação, mas inserido na esteira das outras revoluções sul-rio-grandenses.

A Revolução de 30, sob essa ótica, pertencia, como movimento que abrangera um grupo de políticos e intelectuais locais, à tradição mais genuína da sociedade local. Entretanto, Getúlio Vargas foi representado como um ente estranho, que só conseguira impor seus intuítos autoritários quando ficou fora do controle dos próceres locais do movimento.<sup>439</sup> Remontando-se às referências esparsas em *Capitania*, lidas em conjunto com as outras declarações do autor a respeito do assunto, fica evidente que a sua historiografia não pode ser avaliada como uma continuada tentativa de justificação da Revolução de 30 e da ditadura de

---

<sup>438</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 219.

<sup>439</sup> *Idem*, p. 220-222.

Getúlio Vargas. Se houve justificação do movimento de 30, houve também crítica, principalmente ao apego do presidente Vargas ao poder.<sup>440</sup>

Apesar de o objeto principal de Vellinho ter sido uma história de formação, sua narrativa não se restringiu ao passado remoto, como visto. A sua preocupação em atar o passado ao presente assim o permitiu. Entretanto, ao contrário da tendência de grande parte dos historiadores predecessores a sua geração, não dispensou muita energia na análise das revoluções rio-grandenses, inclusive a do “grande decênio”, objeto mais do que privilegiado na historiografia local. As revoluções apareceram poucas vezes em *Capitania*, diluídas na trajetória de longa duração da sociedade local e atreladas aos modelos de movimentos políticos nacionais, como se vê a seguir:

Traído pelo esquema platino, Rubens de Barcelos procurou descobrir em certos aspectos das revoluções de 35 e 93 qualquer coisa como a versão rio-grandense da terrível e prolongada convulsão civil que se instalou nas duas margens do Prata. A tese não deixa de oferecer alguma sedução, embora tenha contra si nada menos que a realidade histórica.<sup>441</sup>

O historiador segue as interpretações de autores locais sobre a Revolução Farroupilha, repetindo as teses da injustiça do governo central contra a província e do caráter não-separatista da revolução<sup>442</sup>, mas utiliza a sua “epistemologia da formação” para reforçar a tese da brasilidade do movimento e sua *distinção* em relação ao “esquema platino”: “Uma diferença, porém, é desconcertante. Segundo se viu no decurso dos acontecimentos, *não eram as mesmas premissas sociológicas* que atuaram num e noutro caso”.<sup>443</sup> Segundo o autor, do ponto de vista da *formação social*, não havia, no Rio Grande do Sul, a presença das turbas

---

<sup>440</sup> As críticas a Vargas foram explicitadas principalmente em um artigo escrito originalmente para a *Revista do Globo*, em 1960, e publicado também em sua obra póstuma: VELLINHO, M. “Revolução de 30, em seu trigésimo aniversário”. In: \_\_\_\_\_. *Aparas do tempo. Op. Cit.*, 1981, pp. 119-128. Além desse, ver também: VELLINHO, Moysés. *Moysés Vellinho (depoimento 1977). Op. Cit.*, 1981; VELLINHO, M. *Oswaldo Aranha: pequenos registros à margem de uma grande personalidade / Evocação*. Porto Alegre: Ed. Lima, 1978.

<sup>441</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 183.

<sup>442</sup> Sobre os pontos comuns entre a interpretação de Vellinho e as de Othelo Rosa e Souza Docca, dentre outros autores sul-rio-grandenses, ver GUTFREIND, Ieda. *Op. Cit.*, 1998, p. 138, nota 35.

<sup>443</sup> VELLINHO, M. *Op. Cit.*, 1964, p. 185.

campeiras, como ocorria no Prata, a determinar os rumos das decisões políticas das lideranças de Buenos Aires e Montevideo.<sup>444</sup>

Postos em confronto esses dramas, cada qual ferido em área própria, sociológica e culturalmente diferenciada, o que vemos são processos contíguos apenas geograficamente, cenários semelhantes, as mesmas armas, mas tudo o mais diverso e antagônico: - pela sua polarização social e política, pelo comportamento e caráter de seus chefes, pelo sentido e repercussão de seus efeitos.<sup>445</sup>

A revolução de 93 mereceu um curto parágrafo comparativo que enunciava resumidamente a sua diferenciação antes sociológica do que ideológica dos movimentos platinos. A propósito, o autor aceitava que houvesse pontos comuns nos ideais invocados pelos farrapos, mas remete o plano ideológico para um segundo plano, em detrimento das práticas políticas e das divisões sociais:

Pontos de contato haverá, e não poucos, entre os *ideais* dos farrapos, traduzidos com tanta insistência nas suas *proclamações*, nos seus órgãos de *publicidade*, nos atos de seu governo, nos trabalhos constituintes, e os princípios que os autores da independência argentina tentaram fazer vingar nas instituições nacionais antes da funesta ronda dos caudilhos. As fontes ideológicas, porém, é que foram comuns. Manavam principalmente da Revolução Francesa, da Declaração de Filadélfia e da Jovem Itália, tendo contagiado simultaneamente os centros intelectuais da América Espanhola e da América Portuguesa.<sup>446</sup>

Associava, assim, uma explicação das revoluções pela sua base social com aquela já realizada pela historiografia precedente. Não se pode concluir, evidentemente, que sua interpretação tenha sido oposta à de historiadores que privilegiavam os discursos políticos

---

<sup>444</sup> *Idem*, p. 186.

<sup>445</sup> *Ibidem*.

<sup>446</sup> *Idem*, p. 184-185.

como fonte de suas análises. A sua “sociologia das revoluções”, antes de tudo, reforçou e complementou as explicações que embasavam a brasilidade dos movimentos políticos sul-rio-grandenses nos discursos dos seus próceres.

Após páginas de argumentação em torno da brasilidade ideológica e estrutural das revoluções de 1835 e 1893, Vellinho volta ao tema do caudilhismo para caracterizá-lo como exclusivamente platino devido ao seu fundamento sociológico, estranho à cultura (e à política, portanto) sul-rio-grandense. Assim, chega muito próximo do presente da escrita, referindo-se a Pinheiro Machado e Getúlio Vargas:

O que se pode admitir, a título de transigência, é que, se houve aqui vocações abusivas para a carreira, foram elas florescer e frutificar longe do Rio Grande, em ambiente menos prevenido contra os perigos do caudilhismo. Estamos pensando, é claro, em Pinheiro Machado e Getúlio Vargas, que tanto aperfeiçoaram, cada qual dentro de seu caráter próprio, mas já no cenário federal, seus pendores ditatoriais.<sup>447</sup>

Não se podiam confundir, entretanto, as intenções do movimento de 30 e de seus outros empreendedores com as de sua liderança política mais conhecida. O presente repetia o passado; 1930 repetia 1835: “Novamente em armas, o Rio Grande do Sul, lado a lado com Minas e Paraíba, comanda a rebelião nacional contra o desvirtuamento das instituições republicanas”.<sup>448</sup> Na nota de rodapé, o autor ressaltava:

Se os objetivos da rebelião seriam distorcidos, traídos como foram, isto não desfigura a inspiração original do movimento. O insucesso resultou do enorme equívoco de se haverem confiado dos destinos da revolução a quem nunca soube o que fazer dela, atirando-se, por isso, a um jogo oportunista e inferior. Não era possível curar os vícios da República Velha com os expedientes de uma ditadura que Getúlio Vargas impôs ao país em nome de coisa nenhuma.<sup>449</sup>

---

<sup>447</sup> *Idem*, p. 219-220.

<sup>448</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>449</sup> *Ibidem*.

Os vínculos de Moysés Vellinho com o movimento político que tomou o poder em 1930 são bem conhecidos. Mais próximo de Osvaldo Aranha, chegou a ocupar um cargo político na burocracia do novo governo, mas volta antes da outorgação da Constituição de 1934, desempenhando importante papel como deputado da chamada dissidência liberal no Rio Grande do Sul. Após o Estado Novo, tornou-se crítico de Getúlio Vargas e saiu do seu *staff*, aceitando, porém, o cargo de ministro do Tribunal de Contas do Estado, no qual ficou até sua aposentadoria.<sup>450</sup> De toda forma, o que importa aqui é considerar a relevância de sua militância político-partidária para as teses historiográficas que defendeu, para além de um enquadramento de sua posição em uma ideologia de manutenção do poder político. Apesar de seu envolvimento com o movimento “revolucionário” de 30, não se pode interpretar a sua trajetória intelectual de 1925 a 1975 como essencialmente dependente dele. Em outros termos, tal como se verificou na direção tomada por intelectuais e órgãos culturais no estado desde a queda do Estado Novo até a década de 1960:

Ocorre que as condições de usos sociais, tanto do regionalismo quanto de “panteões”, se modificaram, e os interessados e com condições para tanto o fazem nas perspectivas mais diferenciadas, seja através da “história”, da literatura, do ensaísmo, ou de outras modalidades de expressão “cultural”.<sup>451</sup>

Assim, se a preocupação do autor com a posição do Rio Grande do Sul frente à formação histórica da nacionalidade teve suas raízes no envolvimento geral de intelectuais gaúchos com a tomada do poder central na década de 1930, mesmo permanecendo sem grandes alterações como posição adotada frente às disputas sobre a redefinição do regionalismo, ela se modificou nas décadas subseqüentes no que diz respeito aos vínculos com a luta partidária. Sua concepção ética do objeto de estudo manteve-se muito próxima da inicial, marcada pelo nacionalismo, mas o redirecionamento da sua atividade intelectual da

---

<sup>450</sup> Sobre a sua atuação na dissidência liberal e a aceitação do cargo no Tribunal de Contas, ver VELLINHO, M. *Moysés Vellinho (depoimento 1977)*. *Op. Cit.*, 1981.

<sup>451</sup> CORADINI, Odaci Luiz. *Op. Cit.*, 2003, p. 135.

crítica literária para a historiografia e a forma pela qual ele se apropriou de conceitos da sociologia brasileira dos séculos XIX e XX para reelaborar algumas teses da historiografia local mostram que a sua prática intelectual transcende a sua classificação como “ideológica”. Seus depoimentos assinalaram um redirecionamento intencional da militância partidária para a prática intelectual, e os cargos que porventura ocupou na burocracia estatal após o Estado Novo relacionaram-se mais com a sua atuação no âmbito da cultura do que a uma adesão partidária.

Assim, há que se considerar que o período de 30 a 45 não foi avaliado de forma homogênea desde a sua atuação engajada na dissidência liberal até o seu distanciamento na década de 1960. Em um texto estruturado como o testemunho de alguém que pode “sentir na intimidade o clima em que se elaboraram os acontecimentos”, Vellinho aproxima Getúlio Vargas de Júlio de Castilhos e critica as soluções autoritárias adotadas por ele, crendo-se vítima de uma espécie de traição:

Que é que se fez, afinal, de 30 a 45, que não se pudesse ter feito sem atropelar por tantos anos o livre exame democrático? Outra coisa, porém, é certa: foram tantas as oportunidades perdidas que se pode dizer que Getúlio Vargas nada queria com os ímpetus construtivos da revolução. O melhor, o mais prudente, era deixá-los em banho-maria para ver em que davam. E tudo entrava sorratamente na descansada engrenagem ditatorial.<sup>452</sup>

Parece mais lícito afirmar que a experiência de 30 foi relida após 45. Mesmo que os imperativos éticos do autor o impedissem de colocá-la no ciclo virtuoso da ação dos rio-grandenses em prol da nacionalidade, ela não deixou de sofrer uma reinterpretação para poder constituir essa seqüência heróica. A sua prática intelectual também foi afetada pela parte negativa da sua experiência de engajamento político. Seja por inaptidão ou por decepção, a carreira intelectual do autor foi se afastando da militância partidária e especializando-se cada vez mais na política intelectual. Seu estilo nunca deixou de ser polêmico, e o engajamento nas disputas intelectuais locais não deixou de ser político no sentido de não recusar o embate.

---

<sup>452</sup> VELLINHO, Moysés. “Revolução de 30, em seu trigésimo aniversário”. *Op. Cit.*, 1981, p. 124.

Talvez se devesse dar maior crédito ao que diz ele próprio sobre o assunto. Quando perguntado sobre a sua trajetória política após a atuação na Dissidência, Vellinho declarou sobre si mesmo:

Como eu disse, terminada a campanha da Dissidência e implantado o Estado Novo, eu dera por encerrada a minha escassa vida pública. Cheguei mesmo a ingressar numa firma comercial de que era chefe uma pessoa de minha família. Honestamente falando, não é que, à vista da crise geral das democracias, me repugnasse a nova situação. Entre nós, em face de duas candidaturas que não chegaram a interessar o povo, parece mesmo que o remédio para a crise da sucessão era o golpe de Estado. Afastado, duas vezes recusei o Tribunal de Contas. Acabei aceitando-o: tratava-se de um órgão apolítico e, no fundo de mim mesmo, eu sentia que os meus pendores não se conciliavam com a ação política. Hoje, recapitulando os passos de minha vida, a bem dizer nem sei como fui dar na Assembléia.<sup>453</sup>

A tolerância com o autoritarismo de Vargas seria legitimada, portanto, em função da crise das democracias da época. A rejeição ao Estado Novo, avaliada na década de 1960, se deveu à utilização da fórmula autoritária “a troca de nada”:

Apenas uns poucos madrugaram na desconfiança do grande logro. Em vez das franquias que se tinham prometido, o que se ofereceu foi a subversão das instituições, a supressão das liberdades políticas, o arbítrio como lei. Tudo em nome de quê? Havia, porventura, um programa de fundo a atacar, um programa cuja realização exigisse medidas extremas? Era de supor que sim, mas muito breve se chegaria à conclusão de que Getúlio Vargas impusera ao País uma ditadura em nome de coisa nenhuma.<sup>454</sup>

---

<sup>453</sup> VELLINHO, Moisés. *Moisés Vellinho (depoimento 1977)*. *Op. Cit.*, 1981, p. 31-32.

<sup>454</sup> VELLINHO, Moisés. “Revolução de 30, em seu trigésimo aniversário”. *Op. Cit.*, 1981, p. 122.



A Revolução de 30, a partir dos anos 1960, já fazia parte de um passado, de uma experiência a ser reelaborada. Na releitura posterior, o movimento político tornou-se quase acidental na vida do autor, tendo gerado outras perspectivas:

Nunca foi fácil estabelecer uma linha de ação coerente em face de Getúlio Vargas, porque ele tinha o dom de seduzir e enganar. Eu me senti seduzido e enganado por ele duas vezes, primeiro em 1930, quando aceitei a Revolução, e todo o Rio Grande, com raríssimas exceções, colocou-se a seu lado. Depois, ele começou a tomar ares de ditador, mas ditador em nome de coisa nenhuma. Foi então que São Paulo, com o apoio dos descontentes daqui da casa, achou que chegara o momento de restabelecer sua hegemonia e fez a sua revolução.

Tomei atitude franca contra São Paulo, ingressando no jornalismo político, com André Carrazoni, através do extinto “Jornal da Manhã”, de Flores da Cunha. Acontece que depois que provei o veneno político, foi difícil me afastar daquilo tudo. A esta altura, eu já me sentia em ponto de colaborar em “A Federação”, já então transformado em órgão oficial do PRL. Daí à deputação estadual foi um passo. Permaneci na Assembléia durante sua vigência, isto é, até o golpe de 10 de novembro, que a dissolveu. (...) Depois da tempestade veio o Tribunal de Contas, veio o Conselho administrativo, até minha aposentadoria que ocorreu em 1964. (...) De minha parte o que posso dizer é que continuo cercado pela minha gente, pelas minhas coisas, pelos meus livros e que o único horizonte que se apresentava e se apresenta à minha frente era este, ao qual mal ou bem tenho procurado ser fiel. Dentro da desarticulação do que venho realizando, nas minhas horas de lazer literário, se há certa unidade, desde as primeiras manifestações até as mais recentes, é a busca de uma afirmação em face do meu horizonte social e afetivo. Eu nunca saí daqui, senão ocasionalmente para pequenas viagens, salvo o ano em que morei no Rio. Minha solicitação permanente foi sempre o Rio Grande.<sup>455</sup>

A experiência política de 30, relida e criticada, gerou a expectativa da atividade intelectual como ocupação nobilitada pela herança do heroísmo local. No início da vida de Vellinho, a sedução e a ação política andaram associadas; depois, no final, o que resultara de importante como herança daquele tempo foram a família, os livros e a província – “horizonte social e afetivo”, alvo do seu labor erudito, lugar de onde nunca se afastara.

---

<sup>455</sup> HOHFELDT, Antônio. “Um velho chefe de clã lusitano em terras gaúchas”. [Entrevista com Moysés Vellinho]. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 janeiro, 1979, pp. 10-11, citação da página 10.

## CONCLUSÃO

Em seus primeiros ensaios de crítica literária, principalmente aqueles que se tornaram objeto de polêmica em 1925, Moysés Vellinho demandava por uma literatura de “sentido sociológico” – evidenciando uma concepção dessa prática de escrita muito próxima da historiográfica e sociológica – que acabou se tornando uma de suas premissas na década de 1940. As diferenças entre as duas modalidades de apreensão e representação, a literária e a histórico-sociológica, eram dadas, segundo essa perspectiva, principalmente pelo tipo de leitor que uma e outra atingiam. Visando a um público letrado, Vellinho buscava influir nas formas de figurar a realidade e o passado regional, dirigindo-lhes críticas, normas, preceitos. Mostrar a sociedade sul-rio-grandense “tal como ela é” era uma forma de criar pertencimento, atingindo tanto o público mais amplo quanto o letrado por intermédio de uma ou outra forma de escrita.

Dentre as poucas diferenças que o autor visualizava entre a literatura e a história e sociologia, estava a exigência de adequação entre estilo e assunto, entre forma e conteúdo, especificamente prescrita à escrita literária. A linguagem a ser utilizada na figuração da região devia ser inspirada pela natureza e sociedade locais. O literato devia ser, antes de tudo, um bom ouvinte de “sua terra”, de “sua gente”, para que se tornasse um bom intérprete. As fórmulas por ele utilizadas nessa operação deviam primar pela adequação com a região (meio natural e social), sendo que aquelas que lhe eram marcadamente estranhas podiam interferir equivocadamente na construção de sentido. Os recursos individuais somente poderiam ter espaço enquanto tivessem como objetivo suprir a densidade psicológica de que careciam as sociedades simples que no Brasil se formaram. O literato, antes de investir na erudição e no conhecimento aprofundado das teorias estrangeiras, deveria, antes de tudo, observar, escutar, ver a “sua terra” e a “sua gente”. A prática da literatura, ao contrário da crítica literária e do ensaísmo histórico-sociológico, não se coadunava com aprofundamento teórico e erudito.

A atitude de perscrutação, proposta como postura adequada ao literato, exigia o abandono da individualidade em prol da coletividade. Esse anseio de Vellinho associava-se,

portanto, aos de muitos de seus antecessores do século XIX e de sua geração também: o objetivo último da literatura, bem como o das outras escritas, era a representação da região, a inserção desta na história e na cultura nacionais era o *imperativo* a que os intelectuais deveriam submeter-se acima de tudo. Érico Veríssimo expressava esse objetivo comum ao pensar na escrita de *O tempo e o vento*, humanizando os heróis locais e fornecendo uma versão *desmitificada* da história regional como forma de “fazer amar” o Rio Grande.

A obsessão de Vellinho e do grupo de intelectuais herdeiros da historiografia comemorativa do centenário da Revolução Farroupilha não era mais a de torná-la um evento memorável da luta dos sul-rio-grandenses pela integração à nação. Seguia-se escrevendo e pensando o Rio Grande como unidade a ser brasileira, mas o novo impulso criador para esse trabalho intelectual de tramar a região e a nação era o processo histórico da “formação” cultural desde os tempos heróicos. É no passado remoto que importava retroagir os laços entre a história local e nacional, entre a parte e o todo. Provar a continuidade temporal de um caráter cultural essencial eram estratégias necessárias para estabelecer a legitimidade tanto da peculiaridade quanto da brasilidade do Rio Grande do Sul.

Para Moysés Vellinho, além da construção de uma imagem da realidade presente e passada da sociedade regional, inserindo-a na representação da nação, outro problema se impunha a ele e a sua geração: a construção de uma identidade intelectual em um estado marcado pelo *ethos* guerreiro e militar. Uma e outra construção simbólica não podiam, entretanto, ser conflitantes entre si. A forma de legitimar e promover as lides pacíficas da escrita da literatura, da história e sociologia era conectá-las ao caráter heróico dos conquistadores do passado. Dessa forma, tanto ele quanto o maior escritor gaúcho da época retroagiram as raízes da literatura aos rudes e heróicos tempos da formação do estado. As identidades de escritor e de herói deveriam ser instaladas no processo contínuo que ligava a formação sociohistórica local desde o passado remoto até um presente em que se buscava uma posição mais proeminente da intelectualidade no cenário nacional.

*O tempo e o vento* representou uma das melhores possibilidades de realização prática das demandas geracionais – aí incluído Vellinho, um dos expoentes do grupo intelectual local – pela história da formação e pela construção de uma imagem intelectualizada do estado. Érico Veríssimo colocou em prática muito do que demandava o crítico. O grande painel histórico da formação regional foi tramado como uma história de heroísmo – mesmo que este tivesse um significado particular dado pelo romancista –, como um processo em

que a continuidade das forças construtivas se defrontava com a ameaça de descontinuidade das forças destrutivas e em que as possibilidades de redenção dos impasses do presente eram depositadas na literatura, atividade intelectual presente em germe desde os primórdios até o presente da escrita.

*Capitania d'El-rei* representou em muitos pontos uma versão ensaística do romance histórico de Érico Veríssimo. Era também uma história de formação e chegava, em seus capítulos finais, aos dias atuais. A literatura também se encontrava nas duas pontas da continuidade histórica linear. Contudo, algumas diferenças antes éticas do que epistemológicas são verificadas entre os dois empreendimentos. Se a violência, para o romancista, representava uma ameaça de ruptura do laço social, para o ensaísta, pelo contrário, ela pode ter sido a “parteira da história”. Se a literatura, para o primeiro, tinha raízes no mito, nas histórias inventadas pelos indígenas, para o segundo, ela nascera da ação racional empreendida pelo conquistador europeu. Mas o ponto de origem e o fio da história regional, similarmente nas obras dos dois autores, eram marcados pela miscigenação. Além disso, os acontecimentos vão sendo narrados, em um e outro caso, em associação com os da história nacional em suas dimensões política, econômica, cultural e racial.

Os eventos, heróis e anti-heróis escolhidos por Moysés Vellinho como significativos em sua narrativa são aqueles que ele considerava que representavam as origens ou ameaças de ruptura do laço social. Assim, no processo da formação sobre o qual se debruçou o autor, enquanto a fundação da Colônia de Sacramento ocupa o lugar de evento fundador, a fundação das missões, por seu antagonismo político e segregação racial, representa o movimento antitético ao primeiro. Cristóvão Pereira e os pioneiros portugueses eram constituídos como ícones individual e coletivo da *formação* do Rio Grande do Sul dentro de um espaço e de um “espírito” brasileiros, enquanto Sepé Tiaraju e os jesuítas eram seus opositores nesse empreendimento. Em torno desses e de outros antagonismos, como aquele que contrastava o tipo social do gaúcho platino com o sul-rio-grandense, Vellinho vai construindo na longa duração o *caráter regional* caracterizado pela sujeição do meio natural e social ao móvel político e racial da ação humana, pelo heroísmo dos pioneiros na defesa das fronteiras da nacionalidade, pela preocupação com uma apreensão e representação intelectualizada da realidade circundante.

O escritor construiu em seu ensaio histórico-sociológico dos anos 1960 uma concepção de sentido da história orientado pela dialética da miscigenação e do

móvel político. Essa idéia estava relacionada ao problema de que se ocupava o autor desde os anos 1920, em suas críticas literárias: as relações entre o homem e o meio. O meio, em primeiro lugar, poderia ser o natural, mas era também o social. A sociedade, dessa forma, era duplamente definida como estrutura condicionada pelas forças do meio (o natural e o social) e o de estrutura estruturante da vida humana. O meio natural poderia ser mais ou menos “determinante” das ações humanas, sendo que essa relação dependia da sua própria configuração física, mas principalmente do caráter daqueles que se defrontavam com as forças dele advindas. A característica mais importante dos conquistadores e pioneiros portugueses era a sua capacidade de intervenção e domínio sobre a natureza. Pensados não tanto como grupo social, mas como partes integrantes da natureza, os indígenas teriam sido submetidos política e racialmente aos instintos e objetivos políticos dos portugueses.

Apesar de a meta principal colocada por Vellinho em sua *representância* da realidade regional ser marcadamente ética e ontológica – a construção do sentimento de pertença da província à nação –, a forma de mediação escolhida para esse fim passava pela construção de um modelo explicativo “cientificamente”, aqui entendido quase como sinônimo de sociologicamente, embasado. Para a história da história, *Capitania* representou menos um modelo ético, este frequentemente considerado como “anacrônico”, do que estético e epistemológico. Embora sejam proclamadas, pelos estudos histográficos posteriores, mais as rupturas entre aquela forma de escrever a história local e a que foi adotada posteriormente, a busca de uma abordagem sociológica da história não deixa de ser uma das heranças mais marcantes que a “historiografia universitária” incorporou a sua tradição de análise.

O exame da obra de Vellinho sob a perspectiva epistemológica pode recolocar, portanto, os termos da discussão em torno das diferenças entre as tradições historiográficas que se sucederam nos anos 1970. Preliminarmente, pode-se propor que a diferença mais importante entre elas seja a substituição de uma dialética entre miscigenação e “móvel político” – tal como a que foi construída por Vellinho e aceita por muitos de seus contemporâneos – por uma dialética do desenvolvimento econômico e das lutas de classe. Mesmo que, para elaborar proposições mais consistentes, seja necessária uma ampliação numérica de trabalhos preocupados com a análise epistemológica da historiografia local, espera-se ter contribuído com a investigação da obra de um dos mais importantes intelectuais da historiografia autodidata para colocar alguns problemas em termos distintos do binômio historiografia/ideologia.

A trajetória de Moysés Vellinho da crítica literária à história teve uma coerência ética e epistemológica. Partindo do pressuposto da inserção do Rio Grande do Sul como cultura peculiar no corpo da nação, o autor construiu um modelo acabado de representação de sua sociedade, cultura e história. Os pressupostos básicos que informaram esse modelo foram transformados em prescrições destinadas à escrita literária e histórico-sociológica sobre a região sulina. De 1925 a 1964, dedicando-se especialmente ao problema das relações entre homem e meio, entendido como entorno natural e social, o autor apropriou-se seletivamente das proposições de Gilberto Freyre sobre o conceito de cultura e o papel da miscigenação na formação da nação brasileira para elaborar a sua dialética entre miscigenação e ação política. Dando primazia a essas duas facetas da ação humana, construiu uma representação com foros de legitimidade científica que significou uma das elaborações da historiografia autodidata local mais reconhecidas pelos seus pares. Moysés Vellinho foi, seguindo a tradição brasileira – como ele tanto insistiu que se fizesse –, senão o único, um dos mais importantes representantes do ensaio histórico-sociológico brasileiro, à moda dos anos 1930 e 1940, no meio intelectual sul-rio-grandense em sua época.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Introdução ao Estudo da Historiografia Sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

ARASSE, Daniel. “A máquina política”. In: \_\_\_\_\_. *A guilhotina e o imaginário do terror*. São Paulo: Ática, 1989, pp. 105 – 119.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994.

ARENDT, Hannah. “A tradição e a época moderna”. In: \_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1997, pp. 43- 68.

ATHAYDE, Tristão. “Érico Veríssimo e o antimachismo”. In: CHAVES, Flávio Loureiro (org.). *O contador de histórias: 40 anos de vida literária de Érico Veríssimo*. Porto Alegre: Globo, 1972, pp. 86-102.

AZAMBUJA, Ruy Rodrigo Brasileiro. *Ribeiro Dantas e Moysés Vellinho*. Porto Alegre, mimeo, 1993.

BARCELLOS, Daisy. “Dante de Laytano e o Folclore no Rio Grande do Sul”. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 3, n. 7, nov. 1997, pp. 252-275.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. “Moysés Vellinho e o ensaio crítico sulino”. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Ensaios literários: Moysés Vellinho*. Porto Alegre, CORAG, IEL, 2001, pp. 25-36.

\_\_\_\_\_. *A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo*. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1997.

\_\_\_\_\_. “O regionalismo literário e a *Província de São Pedro*”. Disponível na internet: <http://www.pucrs.br/letras/pos/historiadaliteratura/textosraros/regiaosaopedro.htm>. Acesso em 13 de julho de 2006.

BERTASO, José Otávio. *A Globo da Rua da Praia*. São Paulo: Globo, 1993.

BORDINI, Maria da Glória, ZILBERMAN, Regina. *O Tempo e o Vento: história, invenção e metamorfose*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BORDINI, Maria da Glória. “O Continente de São Pedro: éden violado”. In: BORDINI, Maria da Glória, ZILBERMAN, Regina. *O Tempo e o Vento: história, invenção e metamorfose*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 51-64.

\_\_\_\_\_. “O questionamento político em *O arquipélago*”. In: BORDINI, Maria da Glória, ZILBERMAN, Regina. *O Tempo e o Vento: história, invenção e metamorfose*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 123-139.

\_\_\_\_\_. (org.). *Caderno de pauta simples: Érico Veríssimo e a crítica literária*. Porto Alegre: IEL, 2005.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 32 ed. aum. e rev. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.), *Pierre Bourdieu*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais), pp. 122-155.

\_\_\_\_\_. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 3 ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, pp. 107-132.

\_\_\_\_\_. *As regras da arte*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRASIL, Assis; MOREIRA, Maria Eunice; ZILBERMAN, Regina. *Pequeno Dicionário da Literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Novo Século, 1999.

BRAUDEL Fernand. Introdução. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. Vol 1. Lisboa: Martins Fontes, 1983.

CÂNDIDO, Antônio. “Érico Veríssimo de trinta a setenta”. In: CHAVES, Flávio Loureiro (org.). *O contador de histórias: 40 anos de vida literária de Érico Veríssimo*. Porto Alegre: Globo, 1972, pp. 40-51.

\_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. 8 ed. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, Rio De Janeiro: DIFEL, 1962.

CARVALHAL, Tânia Franco. “Guilhermino Cesar: do efêmero ao permanente”. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Notícia do Rio grande: literatura, Guilhermino César*. Porto Alegre: UFRGS, IEL, 1994, pp. 9-20.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. “O aspecto humano de nossos dados: a relação Pierson/Nogueira, a etnografia e a abordagem das relações raciais”. In: MAIO, Chor; VILLAS BÓAS, Gláucia (orgs.). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto alegre: UFRGS, 1999, pp. 185-202.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. [Tradução de Maria de Lourdes Menezes].

CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen*. Tese de Doutorado, Paris, EHESS, 2002, 2 tomos, 636 páginas.

\_\_\_\_\_. “Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual”. In: PESAVENTO, S. (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, pp. 173-208.

\_\_\_\_\_. “Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista”. In PESAVENTO, S. (org.) *Escrita, linguagem, objetos. Leituras de história cultural*, Bauru, Edusc, 2004, pp. 43-80.

\_\_\_\_\_. “Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico do século XIX”. *História UNISINOS*, v. 8, n. 10, São Leopoldo: UNISINOS, 2004, pp. 11-34.

CHARTIER, Roger. “A história entre narrativa e conhecimento”. In: \_\_\_\_\_. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, pp. 81-100. [Trad.



Patrícia Chittoni Ramos].

CHAVES, Flávio Loureiro (org.). *O contador de histórias: 40 anos de vida literária de Érico Veríssimo*. Porto Alegre: Globo, 1972.

CHAVES, Flávio Loureiro. (seleção e apresentação) *O ensaio literário no Rio Grande do Sul, 1868-1960*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; Brasília; INL, 1979.

\_\_\_\_\_. *Érico Veríssimo: realismo e sociedade*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

\_\_\_\_\_. *Érico Veríssimo: o escritor e seu tempo*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. “O narrador como testemunha da história”. In: GONÇALVES, Robson Pereira. *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria: UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 2000, pp. 69-74.

CHIAPPINI, Lígia. “Campo e cidade em *O retrato*”. In: PESAVENTO, S. (org.). *Leituras Cruzadas: diálogos da História com a Literatura*. Porto Alegre: UFRGS, 2000, pp. 49-72.

CORADINI, Odaci Luís. “As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)”. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, 2003, p. 125-144.

DACANAL, J., GONZAGA, S., Apresentação. In: \_\_\_\_\_. (orgs.) *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto: 1996 [1980].

DACANAL, José Hildebrando. “O tempo e o vento: o auto-elogio da oligarquia gaúcha. In: \_\_\_\_\_. *O romance de 30*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, pp. 48-54.

DIAS, Maria Odila L. da S. “Sérgio Buarque de Holanda, historiador”. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985, Coleção Grandes Cientistas Sociais, pp. 7-64.

DIEHL, Astor. “História e narrativa: origem, alegoria e estética”. In: \_\_\_\_\_. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC, 2002, pp. 97- 109.

\_\_\_\_\_. “Memória e identidade: perspectivas para a história”. In: \_\_\_\_\_. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC, 2002, pp. 111-136

FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz. “Introdução: Capes, 50 anos em depoimentos”. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). *Capes, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Brasília, DF: CAPES, 2002, pp. 14-27.

GERTZ, René. “Matérias historiográficas da revista *Província de São Pedro*”. *Estudos Ibero-Americanos*, I – II. Porto Alegre: PUCRS, 1983, pp. 221-238.

\_\_\_\_\_. “Intelectuais gaúchos pensam o Rio Grande do Sul”. *Estudos Ibero-Americanos*, I. Porto Alegre: PUCRS, 1984, pp. 79-113.

\_\_\_\_\_. “O ciclo Vargas segundo Veríssimo”. GONÇALVES, Robson Pereira. *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria: UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 2000, pp. 199-206.

GOLIN, Cida. “Moisés Vellinho: anotações sobre um homem da Província”. In: BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Ensaio literários: Moisés Vellinho*. Porto Alegre, CORAG, IEL, 2001, pp. 9-24.

GOMES, Ângela de Castro. *As aventuras de Tibicuera: literatura infantil, história do Brasil e política cultural na Era Vargas*. *Revista da USP*, São Paulo, n. 59, 2003, pp. 116-133.

GONÇALVES, Robson Pereira. *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria: UFSM; Bauru, SP:

EDUSC, 2000.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

GRELL, Chantal. *L'histoire entre érudition et philosophie: étude sur la connaissance historique a l'age des Lumières*. Paris: PUF, 1993.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido". *História em Revista*, Pelotas, v. 6, 21-36, dezembro de 2000.

\_\_\_\_\_. "Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e escrita da História". *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, 2000, pp. 111-143.

\_\_\_\_\_. "Pesquisa em historiografia, balanço e perspectivas". *Conferência de abertura do Grupo de Trabalho de Teoria da História e Historiografia da ANPUH – RS*. Porto Alegre, UFRGS, 06/09/2002.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar". In: PESAVENTO, Sandra. (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, pp. 9-24.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7 ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A ed., 2003, pp. 47-66.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. [Tradução de Jacynto Lins Brandão].

\_\_\_\_\_. *A Arte da Narrativa Histórica*. In: BOUTIER, Jean, JULIA, Dominique. *Passados Recompuestos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998, pp. 193-202.

\_\_\_\_\_. *A fábrica da história: do "acontecimento" à escrita da história: as primeiras escolhas gregas*. *História em revista*, Pelotas, v. 6, dez. 2000, p. 7-19. Tradução: Fábio Vergara Cerqueira.

\_\_\_\_\_. "La tentation de l'épistémologie?", *Le Debat*, Paris, 2000, 112, pp. 80-83.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 2 ed. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. "História *magistra vitae*". \_\_\_\_\_. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 1993, pp. 41-66.

\_\_\_\_\_. "Espacio de experiência" y "Horizonte de expectativa": dos categorias históricas. In: \_\_\_\_\_. *Futuro pasado: Op. Cit.*, 1993, pp. 333-357. \_\_\_\_\_. "Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos". *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 134-146.

KRIEGEL, Blandine. *L'histoire à l'Age classique: la défaite de l'érudition*. Paris: PUF, 1996.

KUHN, Fábio. "A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII". *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre, PUCRS, v. XXV, n. 2, dezembro 1999, pp. 91-112.

- LEENHARDT, Jacques. “O retrato de Rodrigo Cambará”. In: PESAVENTO, S. (org.). *Leituras Cruzadas: diálogos da História com a Literatura*. Porto Alegre: UFRGS, 2000, pp. 13-30.
- LEITE, Lígia Chiappini M. *Modernismo no Rio Grande do Sul: materiais para o seu estudo*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.
- LENCLUD, Gerard. “Qu’est-ce que la tradition?”. In: DETIENNE, Marcel. *Transcrire les mythologies*. Paris: Albin Michel, 1994, pp. 25-44.
- LIMA, Luiz Costa. “A versão solar do patriarcalismo: *Casa Grande e Senzala*”. In: \_\_\_\_\_. *Aguarras do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Euclides da Cunha: contrastes e confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto: Petrobrás, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Apresentação”. In: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994. pp. 9-13.
- \_\_\_\_\_. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LIMA E SILVA, Márcia Ivana de. *A gênese de Incidente em Antares*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. Coleção Memória das Letras.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MARTINS, Wilson. “Nacionalismo e regionalismo”. In: \_\_\_\_\_. *O modernismo (1916-1945)*. Vol. VI. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1969, pp. 137-151.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1979 (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 14 ed. São Paulo: Cultrix, 1999.
- NEDEL, Letícia; RODRIGUES, Mara Cristina M. “Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História no Rio Grande do Sul”. *Agora*, Santa Cruz do Sul, 2005, no prelo.
- NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta*. Rio de Janeiro: 1999. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/IFCS/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. *Um passado novo para uma história em crise: regionalistas e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese (doutorado em História) PPGH/ICH, Universidade de Brasília, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Caudilhismo, não! O papel da história linear na composição mítica do gaúcho: 1880-1935”. *Em tempo de história*, Brasília, n. 5, ano 5, pp. 79-105.
- NEUMANN, Eduardo. “A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII”. In: GRIJÓ, L.; KUHN, F.; GUZZELLI, C. A. B.; NEUMANN, E. (orgs.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, pp. 25-46.
- NICOLAZZI, Fernando. “Experiência histórica e narrativa historiográfica”. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, jan./jun. 2005, pp. 139-159.
- OLIVEN, Ruben George. *A Parte e o Todo: A diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

- ORTIZ, Renato. “Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional”. In: \_\_\_\_\_. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 36-44.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.
- PESAVENTO, Sandra. “Historiografia e ideologia”. In: DACANAL, J., GONZAGA, S., (orgs.) *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto: 1996 [1980], pp. 60-88.
- \_\_\_\_\_. Historiografia do Estado Novo: Visões Regionais. In: SILVA, José Luiz Werneck (org.). *O feixe e o prisma*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 132-140.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Leituras Cruzadas: diálogos da História com a Literatura*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- \_\_\_\_\_. “A temporalidade da perda: leitura de *O retrato*, de Érico Veríssimo”. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Leituras Cruzadas: diálogos da História com a Literatura*. Porto Alegre: UFRGS, 2000, pp. 31-48.
- \_\_\_\_\_. “A narrativa pendular: as fronteiras simbólicas da história e da literatura”. In: PESAVENTO, S. et al. *Érico Veríssimo: o romance da história*. São Paulo: Nova Alexandria, 2001, pp. 41-51.
- \_\_\_\_\_. “Fronteiras e intertextualidade em *O continente*, de Érico Veríssimo”. In: CHIAPPINI, Lígia; PESAVENTO, Sandra; MARTINS, Maria Helena (orgs.). *Pampa e cultura: de Fierro a Netto*. Porto Alegre: UFRGS, IEL, 2004.
- PESAVENTO, S.; LEENHARDT, J; CHIAPPINI, L.; AGUIAR, F. *Érico Veríssimo: o romance da história*. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.
- PETERSEN, Silvia R. F. “Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira”. *Anos 90*. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, n.º 3, maio de 1995, pp. 129-154.
- PICCOLO, Helga I. L. “Historiografia Gaúcha”. *Anos 90*. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, n.º 3, maio de 1995, pp. 43 -60.
- PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- PRADO, Fabrício P. “Introdução”. In: \_\_\_\_\_. *A Colônia de Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002, pp. 17-34.
- PROST, Antoine. “Le temps de l’histoire”. In: \_\_\_\_\_. *Douze leçons sur l’histoire*. Paris: Seuil, 1996, pp. 101-123.
- RABUSKE, Arthur. “Introdução”. *Releitura de Capitania d’El-rei*. São Leopoldo: UNISINOS, 2003, pp. 9-13.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. Tradução Raquel Ramallete, Laís Eleonora Vilanova, Lígia Vassalo e Eloísa de Araújo Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, p. 25-26.
- REICHEL, Heloísa. “A identidade sul-rio-grandense no Imaginário de Érico Veríssimo”. In: GONÇALVES, Robson Pereira. *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria: UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 2000, pp. 207-218.
- REVEL, Jacques. “História e Ciências Sociais: uma confrontação instável”. In: BOUTIER, J.; JULIA, D. (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro:

UFRJ, FGV, 1998, pp.79-90.

\_\_\_\_\_. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, J. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, pp. 15-38.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, n.º 122, 1982, pp. 177-187.

RIBEIRO, Maria Aparecida. “Érico Veríssimo e a história como ficção”. In: BORDINI, M. G. *Caderno de pauta simples. Op. Cit.*, 2005, pp. 277-300.

RICOEUR, Paul. “Mundo do texto e mundo do leitor”. In: \_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997, pp. 273-314.

\_\_\_\_\_. O tempo narrado. In:\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.

\_\_\_\_\_. *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris: Seuil, 2000, primeira parte, pp. 3-163.

\_\_\_\_\_. “L’écriture de l’histoire et la representation du passé”. *Annales HSS*, jul-ago 2000, n. 4, pp. 731-747.

RICOEUR, Paul. “La marque du passé”. *Revue de Métaphisique et de Morale*, n.1, 1998, pp. 7-31.

ROCHE, Jean. *Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. 2 v. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, Mara C. M. *A institucionalização da formação superior em história no Rio Grande do Sul: o curso de Geografia e História da UPA/URGS (1943-1950)*. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2002.

\_\_\_\_\_. “Reafirmação da identidade Gaúcha em Província de São Pedro: reação ao centralismo - de 1945 a 1949”, *Anais do IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, 2000, CD-ROM, 2003.

\_\_\_\_\_. “A imigração européia do século XIX na visão dos intelectuais da revista *Província de São Pedro (1945-1957)*”, XIV Simpósio de História da Imigração e Colonização, Museu Histórico de São Leopoldo e Instituto Histórico de São Leopoldo, 2000.

RUDÉ, Georges. “O iluminismo”. In: \_\_\_\_\_. *A Europa no século XVIII*. Lisboa: Gradiva, 1988, pp. 229-254.

SEVCENKO, Nicolau. “Introdução”. In: \_\_\_\_\_. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 27-33.

SIGAL, Silvia. “Intellectuels, culture et politique”. In: \_\_\_\_\_. *La dérive des intellectuels em Argentine: le rôle politique des intellectuels em Amérique Latine*. Paris, L’Harmattan, 1996, pp. 21- 45.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*, São Paulo: EDUSP, 1968.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

THIESSE, Ane Marie. “Ficções criadoras: as identidades nacionais”. *Anos 90*. Porto Alegre,

n.15, 2001/2002, pp. 7-24.

TORRES, Luiz Henrique. A crítica historiográfica no Rio Grande do Sul (Décadas de 1960-80), *Biblos*, Rio Grande, n. 5, 1993, pp. 65-84.

TRINDADE, Fernando Casses. “Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS. *Revista do IFCH – UFRGS*”. Porto Alegre: UFRGS, 1982. Ano X, pp.39-53.

\_\_\_\_\_. “A polêmica entre Érico Veríssimo e o Pe. Leonardo Fritzen, S. J”. *Revista do IFCH – UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, 1983/84. Ano XI/XII, pp. 35-98.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo; Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. “Érico Veríssimo, um escritor de vanguarda?” In: GONÇALVES, Robson Pereira. *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria: UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 2000, pp. 21-23.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: FUNARTE/FGV, 1997.

WHITE, Hayden. As ficções da representação factual. In: \_\_\_\_\_. *Trópicos do discurso*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 137-151.

\_\_\_\_\_. “Introdução: a poética da história”. In: \_\_\_\_\_. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995, pp. 17-56.

YOUNG, Theodore Robert. *O questionamento da história em O tempo e o vento de Érico Veríssimo*. Cambridge, Department of Romance Languages and Literatures, Harvard University, 1993.

ZILBERMAN, Regina. “História, mito e literatura”. In: BORDINI, Maria da Glória, ZILBERMAN, Regina. *O Tempo e o Vento: história, invenção e metamorfose*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 21-48.

\_\_\_\_\_. ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

## Periódicos

BORDINI, Maria da Glória. “A ‘Província de São Pedro’”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 06 janeiro 1979. Caderno de Sábado, p. 12.

CARVALHAL, Tânia Franco. “Entre a Crítica e a História”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 janeiro 1979, Caderno de Sábado, p. 9.

CESAR, Guilhermino. “Moysés Vellinho e o Nacionalismo Gaúcho”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 janeiro 1979, Caderno de Sábado, p. 3.

CHAVES, Flávio Loureiro. “Moysés Vellinho e a Crítica Literária”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 janeiro 1979, Caderno de Sábado, p. 17.

\_\_\_\_\_. “Releitura de Moysés Vellinho”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 28 abril 2001, Caderno de Cultura, p. 4-5.

GOUVÊA, Paulo. “Um fidalgo das letras”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 janeiro 1979,

Caderno de Sábado, p. 7.

LINHARES, Temístocles. “Preito a Moysés Vellinho”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 janeiro 1979, Caderno de Sábado, p. 5.

MARTINS, Cyro. “Os fronteiros e os marginais na obra de Moysés Vellinho”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 janeiro 1979, Caderno de Sábado, p. 19.

MEYER, Augusto. “Rua da Praia”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 janeiro 1979, Caderno de Sábado, p. 4.

REVERBEL, Carlos. “Amigo Moysés”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 janeiro 1979, Caderno de Sábado, p. 6.

SÁ, Mem de. “Moysés”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 janeiro 1979, Caderno de Sábado, p. 6.

### Fontes primárias citadas

ANAIS DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. Vol 1, Porto Alegre: Prefeitura Municipal, Globo, 1940, pp. XIII-XX.

BARCELLOS, Rubens. *Estudos Rio-grandenses: motivos de história e literatura*. (Coligidos e organizados por Mansueto Bernardi e Moysés Vellinho). 2 ed. Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo: Globo, 1960.

\_\_\_\_\_. “O regionalismo e o papel da nova geração”. In: BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Ensaio literários: Moysés Vellinho*. Porto Alegre, CORAG, IEL, 2001, pp. 204-211.

BERNARDI, Mansueto. *O primeiro caudilho rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1957.

CESAR, G. *História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Globo, 1956.

\_\_\_\_\_. *História da literatura do Rio grande do Sul (1737-1902)*. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Globo, 1956.

\_\_\_\_\_. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970.

\_\_\_\_\_. “A vida literária”. In: \_\_\_\_\_. KREMER, Alda *et al.* *Rio Grande do Sul: terra e povo*. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1969, pp. 229-258.

\_\_\_\_\_. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul*. 3 ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998 [1969].

\_\_\_\_\_. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970.

\_\_\_\_\_. “Do condicionamento épico ao drama social”. In: CARVALHAL, Tânia Franco (org.). *Notícia do Rio grande: literatura, Guilhermino César*. Porto Alegre: UFRGS, IEL, 1994, pp. 153-156.

\_\_\_\_\_. “Érico Veríssimo e a historicidade”. In: CARVALHAL, Tânia Franco. (org.). *Notícia do Rio grande: literatura, Guilhermino César*. Porto Alegre: UFRGS, IEL, 1994, pp. 157-160.

\_\_\_\_\_. “Érico Veríssimo e o espelho burguês” In: CARVALHAL, Tânia Franco. (org.). *Notícia do Rio grande: literatura, Guilhermino César*. Porto Alegre: UFRGS, IEL, 1994, pp.

161-165.

FREYRE, Gilberto. *Continente e ilha*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943.

\_\_\_\_\_. *Casa grande e senzala*. 46 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2002.

FUNDAMENTOS DA CULTURA RIO-GRANDENSE. 1ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da URGs, 1954.

FUNDAMENTOS DA CULTURA RIO-GRANDENSE. 2ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da URGs, 1957.

FUNDAMENTOS DA CULTURA RIO-GRANDENSE. 3ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da URGs, 1958.

FUNDAMENTOS DA CULTURA RIO-GRANDENSE. 4ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da URGs, 1960.

FUNDAMENTOS DA CULTURA RIO-GRANDENSE. 5ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da URGs, 1962.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAYA, Alcides. "Inimigos". In: MOREIRA, Maria Alice; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre (orgs.). *Literatura e guerra civil de 1893*. Porto Alegre: UFRGS, 1993, pp. 14-20.

ORNELLAS, Manoelito. *Gaúchos e Beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília: INL, 1976.

\_\_\_\_\_. *Tiaraju*. Porto Alegre; Globo, 1945.

ROSA, Othelo. "José Honório Rodrigues - Teoria da história do Brasil". *Província de São Pedro*, Porto Alegre, v. 6, n. 15, junho de 1951, pp. 163-165.

ROSA, Othelo. "A formação do Rio Grande do Sul". In: FUNDAMENTOS DA CULTURA RIO-GRANDENSE. 2ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da URGs, 1957, pp. 11-30.

SIMPÓSIO SOBRE A REVOLUÇÃO DE 30. Porto Alegre: ERUS, 1983.

TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul nos Dois Primeiros Séculos*. 3 vol. Porto Alegre, Selbach, 1921-1922.

VELLINHO, Moysés. "O papel da nova geração". In: BAUMGARTEN, Alexandre (org.). *Ensaio literários Moysés Vellinho*. Porto Alegre: IEL, CORAG, 2001, pp. 201-203.

\_\_\_\_\_. "Guerra à saudade". In: BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Ensaio literários Moysés Vellinho*. Porto Alegre: IEL, CORAG, 2001, pp. 212-217.

\_\_\_\_\_. *Machado de Assis: aspectos de sua vida e obra*. Porto Alegre: Editora do Globo, 1939.

\_\_\_\_\_. *Letras da província*. Porto Alegre: Globo, 1944.

\_\_\_\_\_. "Alcides Maya: a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento". In: BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Ensaio literários Moysés Vellinho*. Porto Alegre: IEL, CORAG, 2001, pp. 73-89.

\_\_\_\_\_. "Érico Veríssimo: o romancista". In: BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Ensaio*



- literários Moysés Vellinho*. Porto Alegre: IEL, CORAG, 2001, pp. 107-122.
- \_\_\_\_\_. “Augusto Meyer – poeta e crítico”. In: BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Ensaaios literários Moysés Vellinho*. Porto Alegre: IEL, CORAG, 2001, pp. 165-177.
- \_\_\_\_\_. “João Pinto da Silva: crítica construtiva”. In: BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Ensaaios literários Moysés Vellinho*. Porto Alegre: IEL, CORAG, 2001, pp. 181-190.
- \_\_\_\_\_. *Machado do Assis: histórias mal contadas e outros assuntos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.
- \_\_\_\_\_. “Motivos de crítica social”. In: BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Ensaaios literários Moysés Vellinho*. Porto Alegre: IEL, CORAG, 2001, pp.54-72.
- \_\_\_\_\_. “O balanço crítico da literatura rio-grandense”. In: BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Ensaaios literários: Moysés Vellinho*. Porto Alegre: IEL, CORAG, 2001, pp. 191-197.
- \_\_\_\_\_. “Revolução de 30, em seu trigésimo aniversário – 1960”. In: *Aparas do tempo*. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1981, pp. 119-128.
- \_\_\_\_\_. *Capitania d’El-rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1964.
- \_\_\_\_\_. *Fronteira*. Porto Alegre: Globo, 1973. [Coleção Província].
- VERÍSSIMO, Érico. *Música ao longe*. 3 ed. Porto Alegre: Globo, 1973 [1935].
- \_\_\_\_\_. *O resto é silêncio*. 22 ed. São Paulo: Globo, 1997 [1943].
- \_\_\_\_\_. “O romance de um romance” em: *Lanterna Verde*. Rio de Janeiro: Sociedade Felipe de Oliveira, julho de 1944, pp. 126-127.
- \_\_\_\_\_. *Breve história da literatura brasileira*. Tradução: Maria da Glória Bordini. São Paulo: Globo, 1995 [1945].
- \_\_\_\_\_. *O continente*. 2v. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 [1949].
- \_\_\_\_\_. *O retrato*. 2v. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 [1951].
- \_\_\_\_\_. *O arquipélago*. 3v. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 [1961-1962].
- \_\_\_\_\_. *Solo de Clarineta: memórias I*. 20 ed. São Paulo: Globo, 1995 [1973].
- \_\_\_\_\_. *Solo de clarineta: memórias II*. 10 ed. São Paulo: Globo, 1997 [1976].
- \_\_\_\_\_. *Um certo Henrique Bertaso*. 10 ed. São Paulo, Globo, 1997.

### **Fontes primárias citadas de periódicos**

- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, n.º 122, 1982, pp. 177-187.
- LEIRIA, Nogueira. “Érico Veríssimo e os novos rumos do romance gaúcho”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, n. 16, 1951, pp. 136-139.
- MORAES, Carlos Dante de. “Érico Veríssimo e a tradição rio-grandense”, *Província de São Pedro*, Porto Alegre, n. 18, 1953. Seção Letras e Idéias, pp. 146-155.
- MOTTIN, Antônio, MOREIRA, Alice; GLOCK, Flávio et al. *Revista Província de São Pedro/1945/57: catálogo e texto*. Porto Alegre, PUCRS, 1999. CD-ROM.

VELLINHO, Moysés. “Editorial”. *Província de São Pedro*, v.1, n. 1, pp. 5-7, jun. 1945.

\_\_\_\_\_. “Uma aventura noturna”, em *Província de São Pedro*, Porto Alegre, n. 20, 1954, pp. 141-145.

\_\_\_\_\_. “Editorial”. *Província de São Pedro*, v.2, n.6, p. 5-6, set. 1946.

### **Depoimentos e entrevistas**

VELLINHO, Lígia. Lígia Vellino. In: \_\_\_\_\_. GOLIN, Cida (org.). *Memórias de vida e criação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, pp. 129-158.

VELLINHO, M. “Um velho chefe de clã lusitano em terras gaúchas” (entrevista a Antônio Hohfeldt). *Correio do Povo* (Caderno de Sábado). Porto Alegre, 06 janeiro 1979.

\_\_\_\_\_. *Moysés Vellino (depoimento 1977)*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC-História Oral, 1981.

VERÍSSIMO, E. “A agulha e a bússola”. Entrevista concedida a Rosa Freire D’Aguiar. BORDINI, Maria da Glória (org.). *A liberdade de escrever*. Porto Alegre: UFRGS, PUCRS, Prefeitura Municipal, 1996, pp. 133-150.

## ANEXO – OBRAS E TEXTOS DE MOYSÉS VELLINHO

### Fontes bibliográficas em ordem cronológica (data da elaboração)<sup>456</sup>

#### 1922

VELLINHO. Moysés. “Carta aberta ao sr. Menotti Del Pichia”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 maio 1922. Resumo publicado em LEITE, Lígia Chiappini M. *Modernismo no Rio Grande do Sul: materiais para o seu estudo*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972, p. 72-73.

#### Textos da polêmica sobre Alcides Maya, 1925.

VELLINHO, Moysés (Paulo Arinos). “O papel da nova geração”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16 agosto 1925.

BARCELLOS, Rubens. “O regionalismo e o papel da nova geração”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 agosto 1925.

VELLINHO, M. (Paulo Arinos). “Guerra à saudade”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30 agosto 1925.

BARCELLOS, R. “Regionalismo e realidade”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05 setembro 1925.

VELLINHO, M. (Paulo Arinos). “Pessimismo e realidade”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 setembro 1925.

Os textos da polêmica entre Vellino e Rubens de Barcellos foram publicados também em BARCELLOS, Rubens de. *Estudos rio-grandenses: motivos de literatura e história*. Porto Alegre: Globo, 1955. Textos coligidos e selecionados por Mansueto Bernardi e Moysés Vellino e em BAUMGARTEN, Carlos Alexandre (org.). *Moysés Vellino: ensaios literários*. Porto Alegre: IEL, 2001.

---

<sup>456</sup> Os textos listados a seguir foram publicados em livros. Aqueles que foram publicados em jornais e revistas, com exceção da *Província de São Pedro*, somente foram aqui incluídos quando eram referidos nas obras do autor.

**1939**

VELLINHO, Moysés. *Machado de Assis: aspectos de sua vida e de sua obra*. Porto Alegre: Globo, 1939. (Publicado também em VELLINHO, M. *Letras da província*. Porto Alegre: Globo, 1944)

**1944**

**VELLINHO, M. *Letras da província*. Porto Alegre: Globo, 1944.**

“Alcides Maya; a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento”. (Publicado também na segunda edição de *Letras da província*, em 1960 e em BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Ensaaios literários: Moysés Vellinho*. Porto Alegre, CORAG, IEL, 2001)

“Augusto Meyer: poeta e crítico”. (Publicado também em *Letras da província*, 2 ed, 1960 e BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Ensaaios literários: Moysés Vellinho*, 2001).

“João Pinto da Silva: crítica construtiva”. (Publicado também em *Letras da província*, 2 ed, 1960 e BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Ensaaios literários: Moysés Vellinho*, 2001).

“Dionélio Machado: do conto ao romance”. (Publicado também em *Letras da província*, 2 ed, 1960 e BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Ensaaios literários: Moysés Vellinho*, 2001).

“Érico Veríssimo: o romancista”. (Publicado também em *Letras da província*, 2 ed, 1960 e BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Ensaaios literários: Moysés Vellinho*, 2001).

“Vianna Moog: o romance do ensaísta”. (Publicado também em *Letras da província*, 2 ed, 1960).

“André Carrazzoni: o perfil do presidente”. (Publicado também em *Letras da província*, 2 ed, 1960).

“Athos Damasceno Ferreira: o poeta da cidade”. (Publicado também em *Letras da província*, 2 ed, 1960).

VELLINHO, M. “Dois poetas desencontrados” [1944]. In: \_\_\_\_\_. *Aparas do tempo*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981, pp. 31-35.

**Revista *Província de São Pedro* e outros ensaios (1945-1957)****1945**

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v.1, n.1, p. 5-7, jun. 1945.

“Paz nos campos...” *Província de São Pedro*, v.1, n.1, p. 147-150, jun. 1945. (sobre Cyro Martins).

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v.1, n.2, p. 5-6, set. 1945. (Sobre o centenário da paz em Poncho Verde). Publicado também no *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 dezembro 1947 e

em *Aparas do tempo, Op. Cit.*, 1981, pp. 67-70, sob o título “Poncho Verde”.

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v.1, n.3, p. 5-6, dez. 1945. (sobre o centenário de Eça de Queiroz).

### 1946

VELLINHO, M. “Eça de Queiroz e o espírito da rebeldia”. In: *Centenário de Eça de Queiroz*. Lisboa – Rio de Janeiro, 1945. Publicado também em *Província de São Pedro*, v.2, n.5, p. 82-90, jun. 1946.

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v.2, n.4, p. 5-8, mar. 1946. (sobre a sociologia da população rural). Publicado também em *Aparas do tempo*, 1981, pp. 103-109).

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v.2, n.5, p. 5-6, jun. 1946 (sobre o aniversário da revista).

“Sérgio Corrêa da Costa – a diplomacia do Marechal”. *Província de São Pedro*, v.2, n.5, p. 151-152, jun. 1946.

“Dante de Laytano – As congadas do município de Osório”. *Província de São Pedro*, v.2, n.5, p. 153, jun. 1946.

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v.2, n.6, p. 5-6, set. 1946. (Sobre o paralelo entre literaturas regionais de Afonso Arinos de Melo Franco).

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v.2, n.7, p. 5-6, dez. 1946. (sobre Gilberto Freyre).

### 1947

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v.3, n.8, p. 5-6, mar. 1947. (Infância desamparada). Publicado também em *Aparas do tempo*, 1981, pp. 61-66, sob o título “Crianças da Campanha”.

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v.3, n.9, p. 5-6, jun. 1947. (Sobre José de Alencar, Machado de Assis e Castro Alves).

### 1948

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v.4, n.11, p. 5-7, jun. 1948 (sobre Regionalismo – Simões Lopes Neto).

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v.4, n.12, p. 5-6, dez. 1948 (80 anos do Partenon Literário).

**1949**

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v.5, n.13, p. 5-7, jun. 1949 (Aniversário da revista).

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v.5, n.14, p. 5-6, dez. 1949 (Centenário de Joaquim Nabuco).

“Érico Veríssimo – *O tempo e o vento*”. *Província de São Pedro*, v.5, n.14, p. 148-153, dez. 1949. Publicado também em *Letras da província*, 2 ed, 1960, pp. 185-198 e BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Ensaaios literários: Moysés Vellinho*, 2001.

“Alvim Roberto Correa – Anteu e a crítica”. *Província de São Pedro*, v.5, n.14, p. 144-145, dez. 1949.

“Manoelito de Ornellas – Gaúchos e Beduínos”. *Província de São Pedro*, v.5, n.14, p. 146-147, dez. 1949.

“Jeneral Klinger – Ano VIII da Ortografia Simplificada Brasileira”. *Província de São Pedro*, v.5, n.14, p. 147-148, dez. 1949.

“Antônio Carlos Machado – Vozes da Querência”. *Província de São Pedro*, v.5, n.14, p. 158-160, dez. 1949.

**1951**

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v.6, n.15, p. 5-6, jun. 1951. (Sobre o Colóquio Internacional da Cultura Luso-brasileira em Washington).

“Cecília Meireles – Ruy – pequena história de uma grande vida”. *Província de São Pedro*, v.6, n.15, p. 165, jun. 1951.

“Lúcia Miguel Pereira – História da literatura brasileira”. *Província de São Pedro*, v.6, n.15, p. 165-167, jun. 1951.

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v.6, n.16, p. 5-7, dez. 1951. (sobre o Congresso brasileiro de escritores, realizado em P. Alegre, em 1951).

“João Pinto da Silva”. *Província de São Pedro*, v.6, n.16, p. 160-162, dez. 1951. (Necrológio).

**1952**

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v.7, n.17, p. 5-7, jun. 1952. (sobre imprensa e literatura).

“No primeiro aniversário da morte de João Pinto da Silva”. *Província de São Pedro*, v.7, n.17, p. 75-82, jun. 1952. Publicado também em *Letras da província*, 2 ed, 1960, pp. 199-218.

“Um processo de socialização espontânea”. *Província de São Pedro*, v.7, n.17, p. 152-156, jun. 1952.

**1953**

“O romance de Gustavo Corção”. *Província de São Pedro*, v.7, n.17, p. 162-166, jun. 1952. Publicado também no *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04 julho 1953 e em *Aparas do tempo*, 1981, pp. 73-80.

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v.8, n.18, p. 5-8, dez. 1953. (Sobre o Congresso pela liberdade da cultura em Berlim).

“O Acre e seus heróis”. *Província de São Pedro*, v.8, n.18, p. 159-160, dez. 1953.

“O negro nos Estados Unidos”. *Província de São Pedro*, v.8, n.18, p. 139-145, dez. 1953. Publicado também em *Aparas do tempo*, 1981, pp. 83-95, sob o título “O negro americano – algumas observações”.

“Evocação de Lobo da Costa”. Discurso proferido no Teatro Sete de Abril, em Pelotas, 1953, no centenário de nascimento do escritor. Publicado também, sob outro título: “Evolução de Lobo da Costa”. *Província de São Pedro*, v. 9, n. 19, p. 175-178, jun. 1954 e, sob o título original, em *Letras da província* 2 ed, 1960, pp. 175-184, e em BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Ensaaios literários: Moysés Vellinho*, 2001.

**1954**

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v. 9, n. 19, p. 5-6, jun. 1954. (sobre a premiação literária do Departamento de Cultura).

“Aspectos da vida cultural nos Estados Unidos: notas de um viajante apressado”. *Província de São Pedro*, v. 9, n. 19, p. 162-171, jun. 1954.

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v. 10, n. 20, p. 5-7, dez. 1954. (Sobre o caudilhismo platino).

“Uma aventura noturna”. *Província de São Pedro*, v. 10, n. 20, p. 141-145, dez. 1954. Publicado também em CHAVES, Flávio Loureiro (org.). *O contador de histórias: 40 anos de vida literária de Érico Veríssimo*. Porto Alegre: Globo, 1972 e em BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Ensaaios literários: Moysés Vellinho*, 2001.

“Evolução de Lobo da Costa”. *Província de São Pedro*, v. 9, n. 19, p. 175-178, jun. 1954.

**1955**

”O batismo do palácio”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09 julho 1955. Publicado também em *Aparas do tempo*, 1981, pp. 97-100.

VELLINHO, M. e BERNARDI, M. organização da obra póstuma BARCELLOS, Rubens de. *Estudos sul-rio-grandenses: motivos de literatura e história*. Porto Alegre; Globo, 1955, Coleção Província, vol. 7.

**1957**

“Editorial”. *Província de São Pedro*, v. 11, n. 21, p. 5-10, dez. 1957. (Sobre Sepé Tiaraju).

“Antecedentes da formação histórica do Rio Grande do Sul”. *Província de São Pedro*, v. 11, n. 21, p. 162-171, dez. 1957.

“O balanço crítico da Literatura Rio-grandense”. *Província de São Pedro*, v. 11, n. 21, p. 221-225, dez. 1957. Publicado também em *Letras da província*, 2 ed. 1960, pp. 239-250.

VELLINHO, M. “Othelo Rosa”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Suplemento literário, 18 agosto 1957. Publicado também em *Aparas do tempo*, 1981, pp. 111-116.

VELLINHO, M. “Apresentação”. In: *Simões Lopes Neto: contos e lendas*. Rio de Janeiro: Agir, 1957, pp. 5-15. . Publicado sob o título: “A carreira póstuma de Simões Lopes Neto” em *Letras da Província*, 2 ed., 1960, pp. 251-264 e em BAUMGARTEN, C. A. (org.). *Ensaaios literários: Moysés Vellinho*, 2001.

VELLINHO, M. “O Partenon literário”. In: PRIMEIRO SEMINÁRIO DE ESTUDOS GAÚCHOS. Porto Alegre: PUCRS, 1957, pp. 7-27.

VELLINHO, M. “O gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino”. In: FUNDAMENTOS DA CULTURA RIO-GRANDENSE. 2ª. série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1957, pp. 45-66.

**1960**

**VELLINHO, M. *Letras da província*. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1960.**

“Alcides Maya: a expressão literária e o sentido sociológico de seu pensamento”, pp. 2-28.

“Augusto Meyer: poeta e crítico”, pp. 29-48.

“João Pinto da Silva: crítica construtiva”, pp. 49-64.

“Dionélio Machado: do conto ao romance”, pp. 65-78.

“Érico Veríssimo: o romancista”, pp. 79-102.

“Vianna Moog: o romance do ensaísta”, pp. 103-118.

“André Carrazzoni: o perfil do presidente”, pp. 119-134.

“Athos Damasceno Ferreira: o poeta da cidade”, pp. 135-150.

“Romance proibido”, pp. 151-158. (sobre *Fronteira Agreste*)

“Itinerário de um romancista”, pp. 159-174. (sobre Cyro Martins)

“Evocação a Lobo da Costa”, pp. 175-184.

“*O tempo e o vento*”, pp. 185-198.

“No primeiro aniversário da morte de João Pinto da Silva”, pp. 199-218.

“Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX”, pp. 219-226.

“Uma aventura noturna”, pp. 227-238.

“Balanço crítico da literatura sul-rio-grandense”, pp. 239-250.



“A carreira póstuma de Simões Lopes Neto”, pp. 251-264.

“*Romance no Rio Grande*”, pp. 265-271. (sobre Reynaldo Moura).

VELLINHO, M. “Revolução de 30 faz 30 anos”. *Revista do Globo*, n. 780, 11 novembro, 1960. Publicado também em *Aparas do tempo*, 1981, sob o título “Revolução de 30 em seu trigésimo aniversário”.

**VELLINHO, M. *Machado de Assis: histórias mal contadas e outros assuntos*. Rio de Janeiro: São José, 1960.**

“Um brasileiro contra a paisagem”, pp. 13-36.

“Motivos de crítica social”, pp. 37-70.

“Um machadiano”, pp. 71-86.

“Histórias mal contadas”, pp. 87-106.

VELLINHO, M. “Os jesuítas no Rio Grande do Sul”. In: FUNDAMENTOS DA CULTURA RIO-GRANDENSE. 4ª. série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1960, pp. 99-125.

## 1962

VELLINHO, M. “Gilberto Freyre e a valorização do português”. In: GILBERTO FREYRE: SUA CIÊNCIA, SUA FILOSOFIA, SUA ARTE; ensaios sobre o autor de casa-grande & senzala, e sua influência na moderna cultura do Brasil, comemorativos do 25º aniversário da publicação desse seu livro. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1962, Publicado também em *Aparas do tempo*, 1981, pp. 129-139.

VELLINHO, M. “A configuração atual do Rio Grande e sua fronteira histórica”. FUNDAMENTOS DA CULTURA RIO-GRANDENSE. 5ª. série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1962, pp. 177-190.

VELLINHO, M. *O Rio Grande e o Prata: contrastes*. Porto Alegre: IEL, 1962. Cadernos do Rio Grande XII.

## 1964

VELLINHO, M. *Capitania d’El-rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1964. Coleção Província.

VELLINHO, M. “A formação histórica do gaúcho”. In : KREMER, Alda *et al.* *Rio Grande do Sul: terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1964.

**1967**

“Biografia de Júlio de Castilhos”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03 setembro 1967. Publicado também em *Aparas do tempo*, 1981, pp. 143-148.

**1968**

VELLINHO, M. *Brasil south-its conquest and settlement*. Trad. Americana de *Capitania d’El-rei*, Alfred A. Knopf. New York, 1968.

**1969**

VELLINHO, M. “José Veríssimo”. In: COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. Vol III, 2 ed. Rio de Janeiro: Sul Americana S. A., 1969. Publicado também em *Aparas do tempo*, 1981, pp. 151-163.

**1970**

VELLINHO, M. *Recortes do velho mundo*: notas à lápis. Porto Alegre: Sulina, 1970.

VELLINHO, M. *Capitania d’El-rei*: aspectos polêmicos da formação rio-grandense. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1970, Coleção Província.

**1973**

VELLINHO, M. *Fronteira*. Porto alegre: Globo, 1973. Coleção Província.

**1975**

“Colonização Açoriana”. Palestra na Universidade Federal de Santa Maria, por ocasião do biênio da colonização e imigração 1974-1975. Publicado também em *Aparas do tempo*, 1981, pp. 167-180.

**1978**

VELLINHO, M. *Oswaldo Aranha*: pequenos registros à margem de uma grande personalidade. Porto Alegre: Lima, 1978.

**1981**

VELLINHO, M. *Aparas do tempo*. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1981. (Obras póstuma).

**2001**

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre (org.). *Moisés Vellinho*: ensaios literários. Porto Alegre: IEL, 2001.